



# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre de 2015

Relatórios CGD

[www.cgd.pt](http://www.cgd.pt)





# ÍNDICE

<b>1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1. EM DESTAQUE NO SEMESTRE	7
1.2. EVOLUÇÃO DO GRUPO CGD	11
1.3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO	14
1.4. SEGMENTOS DE ATIVIDADE	17
1.4.1. Banca comercial	17
1.4.2. Crédito especializado	37
1.4.3. Atividade internacional	38
1.4.4. Banca de investimento	47
1.4.5. Gestão de ativos	49
1.5. RESULTADOS, BALANÇO, LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA	52
1.5.1. Atividade consolidada	52
1.5.2. Atividade individual	61
1.6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS NO 2º SEMESTRE DE 2015	62
1.7. <i>RATING</i> DO GRUPO	64
1.8. SUSTENTABILIDADE	65
1.9. DECLARAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	67
1.9.1. Declaração sobre a conformidade da informação financeira apresentada	67
1.9.2. Declaração sobre a auditoria às contas	68
1.10. POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	69
1.11. INDICAÇÃO SOBRE ACIONISTAS DA CGD	70
1.12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	71
Balanços individuais	71
Demonstrações dos resultados individuais	72
Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral individuais	73
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais	74
Demonstrações das alterações nos capitais próprios individuais	75
Balanços consolidados	76
Demonstrações dos resultados consolidados	77
Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral consolidados	78
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	79
Demonstrações das alterações nos capitais próprios consolidados	80
<b>2. ANEXOS</b>	<b>81</b>
2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	81
1. Nota introdutória	81
2. Políticas contabilísticas	83
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	105
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito	106
5. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	107
6. Ativos financeiros disponíveis para venda	108
7. Ativos financeiros com acordo de recompra	114
8. Aplicações em instituições de crédito	115
9. Crédito a clientes	117
10. Derivados	119
11. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	121

12.	Imposto sobre o rendimento .....	124
13.	Outros ativos .....	130
14.	Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito .....	134
15.	Recursos de clientes e outros empréstimos.....	136
16.	Responsabilidades representadas por títulos .....	137
17.	Passivos financeiros associados a ativos transferidos.....	143
18.	Provisões e imparidade .....	146
19.	Outros passivos subordinados .....	148
20.	Outros passivos .....	153
21.	Capital.....	154
22.	Reservas, resultados transitados e resultado do exercício .....	155
23.	Juros e rendimentos e juros e encargos similares .....	157
24.	Rendimentos de instrumentos de capital .....	159
25.	Rendimentos e encargos com serviços e comissões.....	160
26.	Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e resultados de reavaliação cambial .....	161
27.	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.....	162
28.	Resultados de alienação de outros ativos .....	163
29.	Outros resultados de exploração.....	164
30.	Custos com pessoal e número médio de empregados .....	165
31.	Gastos gerais administrativos.....	166
32.	Passivos contingentes e compromissos.....	167
33.	Relato por segmentos.....	170
34.	Divulgações relativas a instrumentos financeiros.....	172
2.2.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	186
1.	Nota introdutória.....	186
2.	Políticas contabilísticas .....	188
3.	Empresas do grupo e transações ocorridas no período .....	210
4.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	215
5.	Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	216
6.	Aplicações em instituições de crédito .....	217
7.	Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados .....	219
8.	Ativos financeiros disponíveis para venda .....	220
9.	Ativos financeiros com acordo de recompra .....	227
10.	Derivados.....	228
11.	Crédito a clientes .....	231
12.	Ativos e passivos não correntes detidos para venda .....	233
13.	Propriedades de investimento .....	238
14.	Investimentos em Associadas e empreendimentos conjuntos.....	244
15.	Imposto sobre o rendimento .....	246
16.	Outros ativos.....	251
17.	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais.....	254
18.	Recursos de clientes e outros empréstimos.....	256
19.	Responsabilidades representadas por títulos .....	257
20.	Provisões e passivos contingentes.....	263
21.	Outros passivos subordinados .....	267
22.	Outros passivos .....	273
23.	Capital.....	274
24.	Reservas, resultados transitados e resultado atribuível ao acionista da CGD.....	275
25.	Interesses que não controlam .....	279
26.	Juros e rendimentos e juros e encargos similares .....	281
27.	Rendimentos de instrumentos de capital .....	283
28.	Rendimentos e encargos com serviços e comissões.....	284

29. Resultados em operações financeiras .....	285
30. Outros resultados de exploração.....	287
31. Custos com pessoal .....	289
32. Gastos gerais administrativos .....	290
33. Imparidade em ativos .....	291
34. Relato por segmentos.....	292
35. Divulgações relativas a instrumentos financeiros .....	295
2.3. RELATÓRIOS EBA .....	321

[ Página propositadamente deixada em branco ]

# 1. Relatório do Conselho de Administração

## 1.1. Em Destaque no Semestre

### RESULTADOS

O resultado líquido consolidado da CGD, atribuível ao acionista no 1º semestre de 2015, atingiu 47,1 milhões de euros, uma melhoria de 216,4 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

O resultado antes de impostos e de interesses minoritários atingiu 213,5 milhões de euros, o que representa, face ao valor do 1º semestre de 2014, um crescimento de 324,2 milhões de euros.

A margem financeira da CGD cresceu 14,3% face ao semestre homólogo de 2014, continuando a beneficiar da redução do custo de *funding*, em especial do custo dos depósitos, superior à redução, também sentida, nos proveitos de operações ativas.

O produto bancário alcançou 1.154,2 milhões de euros neste período, uma evolução positiva de 25,8% quando comparada com o 1º semestre de 2014, impulsionado quer pelo já referido comportamento da margem financeira, quer pelo forte contributo dos resultados de operações financeiras.

O resultado bruto de exploração atingiu 501,6 milhões de euros, um crescimento de 72,1% que se ficou a dever aos contributos quer da operação doméstica da CGD, quer das operações internacionais do Grupo que representaram 40,5% do total no 1º semestre de 2015.

O montante de provisões e imparidades do semestre atingiu 321,7 milhões de euros, uma redução de 99,2 milhões de euros (-23,6%) face aos 420,9 milhões de euros do período homólogo de 2014, refletindo a melhoria gradual das condições de risco de crédito nos mercados em que a CGD atua.

### BALANÇO

O valor do ativo líquido do balanço consolidado da CGD manteve-se no final de junho praticamente ao mesmo nível do verificado um ano antes, alcançando 100.238 milhões de euros (+33 milhões de euros).

A carteira de crédito a clientes, incluindo créditos com acordo de recompra, atingiu um valor bruto de 71.855 milhões de euros, tendo-se reduzido em 1.205 milhões de euros (-1,7%) face a junho de 2014, dos quais 1.196 milhões de euros dizem respeito ao impacto líquido do crédito à habitação em Portugal, cujo aumento de novas operações (+58,5% face ao período homólogo) não foi suficiente para compensar o vencimento natural da carteira existente.

A carteira de crédito a empresas em Portugal registou um decréscimo de 6% face a junho de 2014 e de 3,3% face a dezembro de 2014, tendo a quota de mercado estabilizado nos 18,1% em junho de 2015, apesar das agressivas condições concorrenciais vividas no mercado de crédito nacional.

Merece especial destaque o crescimento da nova produção de crédito a PME no primeiro semestre de 2015 (+37,1%) face ao período homólogo de 2014.

Os recursos de clientes variaram positivamente, crescendo 3.116 milhões de euros (+4,6%) quando comparados com junho de 2014, atingindo 70.242 milhões de euros,

demonstrando o papel de referência do setor financeiro nacional desempenhado pela CGD.

O rácio de transformação atingiu os 94,8%, refletindo um *gap* comercial negativo de 3.613 milhões de euros, o que mais uma vez evidencia a robustez da capacidade de captação de recursos de retalho da CGD.

## LIQUIDEZ

Refletindo a sua confortável situação de liquidez, o Grupo CGD diminuiu o seu financiamento junto do BCE no último ano em 2.379 milhões de euros (-45,0%) para 2.906 milhões de euros no final de junho de 2015.

Em paralelo, e no mesmo período, o Grupo CGD reduziu também o montante de ativos elegíveis afetos à *pool* do BCE em 1.183 milhões de euros (-9,0%) para 11.962 milhões de euros em junho de 2015. O valor de ativos disponíveis na referida *pool* era pois de 9.055 milhões de euros no final do 1º semestre de 2015, o que compara favoravelmente com os 7.806 milhões de euros disponíveis um ano antes.

O indicador *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) atingiu no final de junho 135,9% (99,9% um ano antes), valor significativamente acima do requisito mínimo de 60% exigido a partir de outubro de 2015 e de 100% para 2018.

Confirmando ainda a confortável situação de liquidez do Grupo CGD, o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) atingiu 134,4% no final de junho (124,9% um ano antes).

Em janeiro de 2015 a CGD regressou ao mercado primário com uma emissão de Obrigações Hipotecárias no montante de 1.000 milhões de euros, no prazo de 7 anos, com um cupão de 1%.

## SOLVÊNCIA

Os rácios *Common Equity Tier 1* (CET1) *phased-in* e *fully Implemented*, calculados de acordo com as regras da CRD IV / CRR e considerando a aplicação do regime especial dos ativos por impostos diferidos, alcançaram em 30 de junho de 2015, 11,0% e 9,8%, respetivamente, valores que comparam com 11,7% e 11,0% registados um ano antes.

O rácio de *Leverage fully implemented* atingiu 5,6% no final de junho de 2015, que compara com 6,2% verificados um ano antes.

(milhões de euros)

RESULTADOS	2014-06	2014-12	2015-06	Variação 2015-06 vs 2014-06	
				Abs.	(%)
Margem financeira estrita	481,2	-	538,9	57,6	12,0%
Margem financeira alargada	509,2	-	582,1	72,8	14,3%
Comissões líquidas	251,4	-	247,7	-3,7	-1,5%
Margem complementar	408,0	-	572,1	164,1	40,2%
Produto da atividade bancária	917,2	-	1.154,2	236,9	25,8%
Custos operativos	625,7	-	652,5	26,8	4,3%
Resultado bruto de exploração	291,5	-	501,6	210,1	72,1%
Result. antes de imp. e int. que não controlam	168,7	-	213,5	44,8	26,5%
Res. antes imp. e int. não controlam, ajustado <sup>(1)</sup>	-110,7	-	213,5	324,2	-
Resultado líquido do exercício	110,1	-	47,1	-63,0	-57,2%
Resultado líquido do exercício, ajustado <sup>(1)</sup>	-169,3	-	47,1	216,4	-
<b>BALANÇO</b>					
Ativo líquido	100.205	100.152	100.238	33	0,0%
Disponib. e aplic. em instituições de crédito	4.917	5.130	6.090	1.173	23,9%
Aplicações em títulos <sup>(2)</sup>	19.456	19.562	19.951	495	2,5%
Crédito a clientes (líquido) <sup>(3)</sup>	68.171	67.554	66.639	-1.532	-2,2%
Crédito a clientes (bruto) <sup>(3)</sup>	73.060	72.785	71.855	-1.205	-1,7%
Recursos de bancos centrais e inst. de crédito	8.435	6.002	6.019	-2.416	-28,6%
Recursos de clientes	67.126	71.134	70.242	3.116	4,6%
Responsabilidades representadas por títulos	8.369	7.174	8.170	-199	-2,4%
Capitais próprios	7.189	6.493	6.391	-798	-11,1%
<b>RECURSOS CAPTADOS DE CLIENTES</b>	<b>94.815</b>	<b>100.086</b>	<b>100.058</b>	<b>5.243</b>	<b>5,5%</b>
<b>RÁCIOS DE RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA</b>					
Rend. bruta dos capitais próprios - ROE <sup>(4) (5)</sup>	4,7%	-3,2%	6,3%		
Rend. líquida dos capitais próprios - ROE <sup>(5)</sup>	3,9%	-3,6%	2,7%		
Rendibilidade bruta do ativo - ROA <sup>(4) (5)</sup>	0,3%	-0,2%	0,4%		
Rendibilidade líquida do ativo - ROA <sup>(5)</sup>	0,3%	-0,3%	0,2%		
Cost-to-income <sup>(4)</sup>	67,4%	75,5%	54,9%		
Custos com pessoal / Produto atividade <sup>(4)</sup>	38,0%	41,5%	31,7%		
Custos operativos / Ativo líquido médio	1,1%	1,3%	1,3%		
Produto atividade / Ativo líquido médio <sup>(4)</sup>	1,7%	1,7%	2,4%		

Nota: Os valores relativos a junho de 2014 foram reexpressos refletindo a adoção da Interpretação IFRIC 21 do *International Financial Reporting Interpretations Committee*, que conduziu ao reconhecimento nas contas do primeiro semestre de 2014, pela sua totalidade, dos encargos suportados no exercício com a contribuição extraordinária sobre o setor bancário e com as contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução.

(1) Por forma a garantir a comparabilidade, os valores do resultado líquido e do resultado antes de impostos e de interesses que não controlam referentes ao primeiro semestre de 2014 foram ajustados de modo a refletir a apropriação de 15% do resultado da Fidelidade e 20% da Cares e Multicare, o que corresponde às percentagens atualmente detidas pelo Grupo CGD no seu capital social, e a exclusão da mais-valia reconhecida com a venda de participações nas referidas seguradoras concretizadas nesse período.

(2) Inclui ativos com acordo de recompra e derivados de negociação.

(3) Inclui ativos com acordo de recompra.

(4) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 23/2012).

(5) Considerando os valores de capitais próprios e de ativo líquido médios (13 observações).

(%)

**QUALIDADE DO CRÉDITO E GRAU DE COBERTURA**

	2014-06	2014-12	2015-06
Crédito vencido / Crédito total	7,6%	7,7%	7,9%
Crédito vencido > 90 dias / Crédito total	7,0%	7,1%	7,4%
Crédito com incumprimento / Crédito total (4)	8,8%	8,9%	9,7%
Créd. c/ incumprim. (líq.) / Crédito total (líq.) (4)	2,2%	1,8%	2,6%
Crédito em risco / Crédito total (4)	11,9%	12,2%	12,4%
Crédito em risco (líq.) / Crédito total (líq.) (4)	5,5%	5,3%	5,5%
Crédito reestruturado / Crédito total (6)	10,0%	10,6%	10,1%
Cred. restr. não incl. no cred. risco / Cred. total (6)	6,0%	6,3%	5,3%
Cobertura do crédito vencido	87,2%	91,8%	92,9%
Cobertura do crédito vencido > 90 dias	95,2%	99,7%	99,1%
Impar. cred. (DR) / Créd. a client. (saldo médio)	1,02%	1,18%	0,66%

**RÁCIOS DE ESTRUTURA**

Crédito a clientes (líquido) / Ativo líquido	67,3%	66,8%	66,0%
Créd. a clientes (líq.) / Depósitos de clientes (4)	101,1%	94,5%	94,8%

**RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ (CRD IV/CRR)**

<i>Common equity tier 1 (phased-in)</i>	11,5%	10,9%	
<i>Tier 1 (phased-in)</i>	11,5%	10,9%	
<i>Total (phased-in)</i>	13,4%	12,7%	
<i>Common equity tier 1 (fully implemented)</i>	10,6%	9,8%	
<i>Common equity tier 1 - com DTA (phased-in)</i>	11,7%	11,1%	11,0%
<i>Tier 1 - com DTA (phased-in)</i>	11,7%	11,1%	11,0%
<i>Total - com DTA (phased-in)</i>	13,6%	12,9%	12,5%
<i>Common equity tier 1 - com DTA (fully implemented)</i>	11,0%	10,2%	9,8%

**RÁCIOS DE LIQUIDEZ**

<i>Leverage ratio (fully implemented)</i>	6,2%	6,1%	5,6%
<i>Liquidity coverage ratio</i>	99,9%	103,6%	135,9%
<i>Net stable funding ratio</i>	124,9%	126,0%	134,4%

(4) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 23/2012).

(6) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 32/2013).

## 1.2. Evolução do Grupo CGD

No primeiro semestre de 2015 destacaram-se os seguintes desenvolvimentos na estrutura do Grupo CGD:

- Em 8 de janeiro de 2015 a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. alienou ao Grupo Fosun as ações da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. que não foram adquiridas pelos trabalhadores na *tranche* a estes reservada, no âmbito da privatização do grupo segurador da CGD. Em resultado desta alienação, a Caixa Seguros e Saúde passou a deter 15% do capital social da Fidelidade;
- Em 16 de abril de 2015 foram aprovadas as contas da liquidação da Gerbanca, SGPS, S.A. tendo o seu património, onde inclui-se a participação no Caixa – Banco de Investimento, S.A., sido entregue aos seus dois acionistas, Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa-Participações, SGPS, S.A.. Em 23 de abril procedeu-se ao registo do encerramento da referida liquidação;
- Em junho de 2015, o Banco Comercial e de Investimentos S.A. efetuou um aumento de capital para 6.808.799.060 meticais, sendo este aumento efetuado por incorporação de reservas no montante de 3.081.274.880 meticais e através da subscrição de novas ações, no montante de 727,524,180 meticais, tendo a CGD, através da Parbanca SGPS, S.A., subscrito no *pro rata* da sua participação;

Já em 8 de julho de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. e a Santotta - Internacional SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. exerceram a opção de venda da sua participação de 49% no capital social da sociedade Partang, SGPS, S.A., nos termos de um acordo celebrado entre as três entidades em julho de 2009. Na sequência do exercício desta opção, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. passou a deter 100% do capital social da Partang SGPS, S.A., a qual por sua vez, detém uma participação de 51% do capital social no Banco Caixa Geral Totta de Angola S.A..

### REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD abrangia, no final de junho de 2015, 1.225 agências, das quais 760 localizadas em Portugal (759 da CGD e uma do CaixaBI) e 465 no estrangeiro.

Considerando os seus compromissos estratégicos de reforço dos níveis de eficiência operacional e de racionalização dos custos de distribuição, a CGD prosseguiu o programa de otimização da sua rede em Portugal, que contava assim, no final de junho de 2015, com 695 agências com atendimento presencial (menos 25 face ao final de 2014), 38 agências automáticas e 26 gabinetes Caixa Empresas.

A rede internacional de agências registou, no mesmo período, um aumento de 5 agências, que se deveu à expansão da rede do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (BCI) em Moçambique, com a abertura de 3 novas agências, e do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA), com duas novas agências.

Em 2015, o Grupo CGD prosseguiu a estratégia de focalização no seu *core business* e no reforço da atividade internacional

Rede internacional em expansão em África, em contraste com o processo de otimização do número de agências em Portugal

## NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

	2014-06	2014-12	2015-06
CGD (Portugal)	802	786	759
Agências com atendimento presencial	736	720	695
Agências automáticas	39	39	38
Gabinetes de empresas	27	27	26
Caixa - Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2	2
Sucursal de França	48	48	48
Banco Caixa Geral (Espanha)	113	110	110
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	18	18	18
B. Comercial e de Investimentos (Moçambique)	139	168	171
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	9	9	9
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	33	33	33
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15	15
Banco Caixa Geral Brasil	2	2	2
Banco Caixa Geral Totta de Angola	31	35	37
Outras sucursais da CGD	20	21	21
<b>Total</b>	<b>1.232</b>	<b>1.247</b>	<b>1.225</b>
<b>Escritórios de representação (*)</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>

(\*) Inclui a presença na Argélia, em fase de aprovação.

Rede de agências da CGD em Portugal: redução de 27 unidades no 1º semestre de 2015

Rede internacional de agências: aumento de 5 unidades

## RECURSOS HUMANOS

No final de junho de 2015 o Grupo CGD contava com 16 200 colaboradores, o que representou um aumento de 304 empregados face a dezembro de 2014.

### NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD

	2014-06	2014-12	2015-06
Atividade doméstica	10.241	10.010	10.006
Atividade internacional	5.687	5.886	6.194
<b>Total</b>	<b>15.928</b>	<b>15.896</b>	<b>16.200</b>

Na CGD Portugal assistiu-se no 1º semestre de 2015 a uma estabilização do seu quadro de efetivos (menos 4 empregados), enquanto que na rede internacional registou-se um aumento de 308 colaboradores, traduzindo sobretudo o reforço em 287 empregados do quadro de pessoal do Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique) decorrente da expansão da sua atividade.

## MARCA CAIXA, PRÉMIOS E DISTINÇÕES

O Estudo Brandscore posiciona a Caixa como: marca bancária com maior notoriedade; marca bancária mais conotada com Sustentabilidade (social e ambiental); marca com maior relevância e apoio às Empresas e às Universidades; e marca bancária que mais apoia e patrocina ações e eventos de música, cultura, responsabilidade social e ambiental.

Destaca-se, em termos de campanhas institucionais, o lançamento do novo conceito “O Futuro está de volta”, apresentando uma nova linha gráfica, nova assinatura “Há um banco que ajuda a dar certezas ao futuro” e assumindo o *debranding* da comunicação da Caixa.

Estudo Brandscore posiciona a Caixa como marca bancária com maior notoriedade e marca bancária mais conotada com Sustentabilidade (social e ambiental)

A CGD ficou posicionada em 8º lugar no *ranking* das 71 empresas europeias do setor que responderam ao questionário da Vigeo, encontrando-se no top 10 das empresas com melhor performance responsável.

Reconhecida pelos Portugueses e por especialistas da Superbrands, a Caixa viu consolidada a sua posição a nível nacional e internacional, sendo distinguida pela 7ª vez consecutiva como Marca de Excelência.

A CGD mantém, em 2015, um bom índice de reputação junto dos consumidores em geral – 64,9 pts – valor que garante a liderança no *ranking* bancário de reputação em Portugal.

Ainda a nível dos Prémios, merece também especial referência os Prémios Marketeer 2015 que premeiam os melhores profissionais das áreas do Marketing, Publicidade e Comunicação e em que a CGD venceu, pela terceira vez consecutiva na Categoria Banca.

Com o Caixa Plim, a CGD venceu, os prémios Prata a nível de Formato Publicitário e Melhor uso de Digital e um prémio Redes Sociais (Bronze). Foi ainda distinguida na mais recente edição dos Prémios do Clube de Criativos, com Prata para a campanha *online* Caixa Plim, na categoria Digital/Campanhas Web.

Refira-se também que a Caixa recebeu, em março de 2015, o Prémio de Melhor Banco em Portugal, atribuído nos Europe Banking Awards 2014, pela revista EMEA Finance.

No que diz respeito à banca de investimento, o Caixa Banco de Investimento (CaixaBI) obteve várias distinções, das quais se destacam:

- *Best Investment Bank in Portugal 2015* (Euromoney)
- *Best Investment Bank in Portugal 2015* (Global Finance)
- *N.º 1 Corporate Bond House 2015* (Euronext Lisbon)
- *Best Investment Bank in Portugal 2014* (EMEA Finance)
- 1º lugar no *ranking* da Bloomberg para *bookrunners* de emissões obrigacionistas em euro de emitentes de base nacional
- 1º lugar no *ranking* da Bloomberg para operações de M&A anunciadas em Portugal.

## 1.3. Enquadramento Económico-Financeiro

Economia mundial com abrandamento do ritmo de expansão

O ritmo de expansão da economia mundial abrandou no decurso do 1º semestre de 2015 devido, sobretudo, ao frágil desempenho alcançado durante o primeiro trimestre do ano. Este período voltou, à semelhança do ano passado, a ser condicionado por condições climatéricas adversas nos EUA, para além da moderação sentida no bloco emergente, nomeadamente da América Latina e em diversas economias do sudeste asiático. No segundo trimestre, com os indicadores económicos a revelarem um progresso modesto, com exceção da Área Euro e Japão que evidenciaram uma melhoria mais pronunciada, aumentaram os níveis de preocupação com a solidez da atividade global. Para tal contribuíram, uma vez mais, o crescente impasse nas negociações entre a Grécia e as instituições, a par das incertezas de natureza geopolítica, nomeadamente no Médio Oriente.

Japão e Área Euro com contributos favoráveis para o crescimento global

A contração de 0,2%, em cadeia e anualizado, do PIB dos EUA, teve um contributo central para o crescimento desapontante de apenas cerca de 1,7%, em cadeia, da economia mundial no primeiro trimestre de 2015. Em termos geográficos, a debilidade permaneceu muito disseminada, salientando-se, ainda, a contração do PIB brasileiro, a par do crescimento mais fraco, em seis anos, da economia chinesa.

Inflação em patamares muito baixos, salvo raras exceções

Após o registo de variações muito diminutas ou mesmo negativas dos preços no consumidor em diversas regiões no início do ano, a inversão parcial da cotação do petróleo nos mercados internacionais levou a um ligeiro aumento da inflação. A mesma permaneceu, contudo, e salvo raras exceções, em valores muito baixos, continuando a não se assistir a quaisquer pressões inflacionistas de relevo.

Ampliação do programa de aquisição de ativos do BCE

No decurso do semestre os bancos centrais permaneceram determinados em implementar mais estímulos monetários num contexto de pressões inflacionistas muito baixas, não só através da redução das taxas diretoras, com destaque neste caso para economias emergentes, nomeadamente para a China, a Índia e a Rússia, mas igualmente, e de novo, através de medidas de carácter não convencional. Neste contexto, saliente-se a decisão do Banco Central Europeu (BCE) de ampliar o seu programa de aquisição de ativos, acrescentando a aquisição de obrigações governamentais, assim como de dívida de instituições europeias de caráter supranacional, com o intuito de injeção de liquidez num total de 60 mil milhões de euros por mês. O Banco de Inglaterra e a Reserva Federal (FED) dos EUA deram a entender que o próximo movimento deverá ser o de proceder ao primeiro agravamento desde 2006 das respetivas taxas de juro diretoras, decisão que no caso da FED é possível que suceda ainda no decurso do presente ano. Em sentido contrário à adição de estímulos monetários, a exceção mais notória voltou a ser o Brasil, como no semestre anterior, devido à necessidade de dar resposta à aceleração da inflação.

Taxa de desemprego nos EUA regista nível mais baixo desde maio de 2008, situando-se em junho de 2015 nos 5,3%

Nos EUA, fatores temporários, nomeadamente, as referidas condições climatéricas adversas, bem como a realização de greves em diversos portos marítimos da costa oeste do país, levaram o PIB a registar uma ligeira contração no primeiro trimestre do ano. Seguiu-se uma recuperação no segundo trimestre, ainda que modesta, impulsionada pelo setor da construção e, sobretudo, pelo consumo privado, à qual não terá sido alheia a melhoria do mercado de trabalho. Na primeira metade de 2015 continuou a registar-se uma assinalável criação de postos de trabalho, com a taxa de desemprego a encerrar o semestre nos 5,3%, o nível mais baixo desde maio de 2008.

Forte contributo da procura interna para o crescimento da Área Euro

Na Área Euro, a evolução do produto da região no 1º trimestre correspondeu ao oitavo trimestre consecutivo de expansão, salientando-se o forte contributo da procura interna.

Nesse trimestre, e no seguinte, os indicadores de sentimento dos empresários continuaram a desenhar uma trajetória de melhoria, tendo sido atingido o nível mais elevado dos últimos quatro anos. Saliente-se ainda, pela positiva, o regresso ao crescimento da concessão de crédito, com a variação homóloga, ainda em maio, a fixar-se no nível mais elevado desde o início de 2012. No que respeita à inflação, a variação homóloga encerrou 0,4 p.p. acima do verificado no final de 2014, situando-se em 0,2%, valor ainda muito abaixo do objetivo de 2,0%, fixado pelo BCE.

Em Portugal, o PIB cresceu 0,4% no 1º trimestre, uma variação idêntica à verificada no trimestre anterior, tendo, em termos homólogos, acelerado de 0,6% para 1,5%. A procura doméstica liderou a recuperação e os indicadores posteriormente divulgados continuaram a apontar para uma retoma da atividade assente naquelas componentes. Quer o clima económico, quer a confiança dos consumidores, mantiveram o perfil de melhoria iniciado no final de 2012. No mercado laboral, a taxa de desemprego fixou-se em 13,2%, 0,4 p.p. abaixo do verificado no final do ano passado. No que respeita à inflação, após diversas observações negativas, a partir de março voltaram a verificar-se valores positivos, com o registo de junho a corresponder ao segundo mais elevado, em termos homólogos, desde meados de 2013.

No Japão, a economia no 1º trimestre deu sinais de que continua a recuperar do impacto negativo decorrente do aumento do IVA decretado em 2014. O PIB registou, naquele trimestre, e comparativamente com o anterior, um crescimento de 1,0%, após um acréscimo marginal no período precedente (+0,3%). A inflação continuou longe do objetivo do banco central tendo-se fixado, ainda em maio, em 0,5%, ou seja 1,9 p.p. abaixo do registado no final de 2014, o nível mais baixo em dois anos.

Apesar de algum desapontamento ao nível do crescimento económico desde o início do ano, até ao início do segundo trimestre continuou elevado o apetite pelo risco nos mercados financeiros, tendo inclusivamente a volatilidade diminuído, aproximando-se dos mínimos históricos dos últimos anos. A ação expansionista dos bancos centrais permaneceu como o fator decisivo. As incertezas geradas pela situação na Grécia e, em paralelo, a acentuada correção das ações na China, numa altura em que não só aquela economia como praticamente todo o bloco emergente demonstra uma contínua tendência de arrefecimento, contribuíram para que o otimismo dos investidores se atenuasse perto da transição do primeiro para o segundo semestre do ano.

A expectativa e posterior adição de mais estímulos monetários à economia da Área Euro por parte do BCE, a par dos sinais de consolidação orçamental, levaram a que tivesse prevalecido durante a primeira parte do primeiro semestre deste ano um contexto de taxas de rendibilidade, a 10 anos, baixas e em queda. Em março, foram atingidos novos mínimos históricos desde a adesão à União Económica e Monetária por parte de Portugal, Espanha e Itália, enquanto nos casos da Alemanha e da França as respetivas yields atingiram mínimos um mês depois, em meados de abril. A partir das respetivas datas referidas, e até ao final do semestre, assistiu-se a um movimento generalizado de subida das taxas, não só na Europa, como também nos EUA. Este desempenho foi, por um lado, reflexo de um aumento das expectativas inflacionistas de longo prazo, impulsionadas pela recuperação do preço do petróleo e estabilização dos dados da inflação, e, por outro lado, consequência da crescente dificuldade na obtenção de um acordo entre a Grécia e as instituições internacionais, aspeto que condicionou particularmente a evolução das taxas na periferia europeia.

Apesar da melhoria dos indicadores, quer de sentimento, quer de conjuntura económica na Área Euro, assistiu-se, ao longo do semestre, a novas descidas das taxas Euribor, tendo os principais prazos atingido novos mínimos históricos, comportamento que se deveu sobretudo aos receios de deflação.

A tendência de depreciação do euro manteve-se permanente durante o primeiro trimestre

---

[Regresso a crescimento positivo da concessão de crédito na Área Euro](#)

---

[Crescimento do PIB em Portugal de 0,4% no 1º trimestre e de 1,5% em termos homólogos](#)

---

[Yields soberanos com movimento generalizado de subida desde abril](#)

---

[Novos mínimos históricos nos principais prazos das taxas Euribor](#)

---

Cotação do euro face à moeda norte-americana com o registo mais baixo desde 2003

do ano, acentuando-se, inclusive, até ao momento do anúncio das novas medidas de carácter expansionista na região por parte do BCE, em março. Nessa altura, a cotação do euro face à moeda norte-americana chegou aos \$1,048, ou seja, o registo mais baixo desde o início de 2003.

No 1º trimestre, o euro registou uma depreciação em relação à moeda norte-americana superior a 13%. Posteriormente, no 2º trimestre, verificou-se uma apreciação de 3,9% daquela cotação, em consequência da divulgação de indicadores económicos mais favoráveis na Área Euro em relação aos EUA.

---

Principais índices acionistas atingiram sucessivos máximos históricos

Os principais índices acionistas atingiram em meados do semestre sucessivos máximos históricos, quer no caso dos EUA, quer no caso europeu, o qual, ainda no 1º trimestre, registou o maior ganho trimestral desde 2009. Até essa altura, a adição de novos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais, anúncios de fusões e de aquisições de empresas, nomeadamente nos EUA, e a conjuntura de retoma nas principais economias europeias constituíram os principais fatores de suporte a este mercado. A tendência de valorização foi interrompida a partir do final do mês de maio, à medida que se foram acentuando as incertezas em torno da situação na Grécia e se assistiu a uma forte correção do mercado acionista na China após um período de forte valorização

## 1.4. Segmentos de Atividade

### 1.4.1. BANCA COMERCIAL

No primeiro semestre de 2015, a CGD manteve o enfoque estratégico no reforço do seu posicionamento como “Banco das Empresas”, com equipas de gestores comerciais dedicados às PME, microempresas e empreendedores, prosseguindo o apoio à economia, suportado numa completa oferta setorial e numa forte presença internacional, e com foco no apoio à tesouraria e à capitalização das empresas.

Considerando os seus compromissos estratégicos de reforço dos níveis de eficiência operacional e de racionalização dos custos de distribuição, a CGD prosseguiu o programa de otimização da sua rede física de retalho doméstica no 1º semestre de 2015, tendo-se verificado uma redução de 25 agências universais face ao final de 2014. Não obstante esta diminuição, a rede comercial da CGD continua a ser a mais densa do país, mantendo o enfoque na diferenciação positiva da experiência do cliente e da dinâmica comercial, designadamente através do alargamento dos serviços de gestão dedicada, abrangendo mais de 1 milhão clientes particulares e 40 mil clientes empresa.

Otimização da rede de distribuição da CGD, a mais densa do país

#### 1.4.1.1. MODELOS DE SERVIÇO PRESENCIAIS

Nas agências, a dinamização comercial da oferta da CGD junto dos clientes particulares é feita através de um dos três modelos de serviço presenciais:

- Caixazul - em junho de 2015, 922 gestores dedicados eram responsáveis pelo acompanhamento e apoio personalizados a cerca de 262 mil clientes em espaços exclusivos de 565 agências.
- Caixa Mais - no final do 1º semestre, 1.335 assistentes comerciais asseguravam a gestão relacional de aproximadamente 642 mil clientes com potencial de crescimento de negócio, num total de 661 agências.
- Modelo Universal - transversal à rede de agências e contava, em junho de 2015, com 695 unidades de atendimento.

No segmento das empresas, a dinamização comercial manteve o enfoque na consolidação do modelo de serviço Caixa Empresas, que tem subjacente um serviço de atendimento personalizado e o aconselhamento financeiro prestado às PME, através de uma rede própria de 26 gabinetes com 100 gestores dedicados, e aos empresários em nome individual (ENI) e microempresas, através de uma equipa de 319 gestores dedicados e da disponibilização de um espaço Caixa Empresas em 688 agências da CGD.

Dinamização comercial com atendimento personalizado e aconselhamento financeiro prestado às PME

#### 1.4.1.2. EMPRESAS

No reforço do seu papel de banco motor da economia nacional e assumindo como focos estratégicos a proximidade ao cliente, a intensidade do relacionamento e a qualidade do serviço prestado, a Caixa implementou durante o 1º semestre de 2015 um conjunto de ações que reforçam a sua Oferta para Empresas, nomeadamente:

- Lançamento do Caixa 2020, uma solução global de financiamento e acompanhamento técnico, distintiva e de valor para as empresas, para apoio às candidaturas ao Programa Portugal 2020;
- Lançamento da Linha BEI 2015, com 300 milhões de euros para apoiar uma ampla tipologia de projetos, com prazos alargados e redução do preço em função do relacionamento comercial;

### Disponibilização de novos serviços no Caixa e-banking

- Lançamento do pacote Caixa Comércio e Serviços, uma solução integrada de produtos e serviços bancários, incluindo TPA, com benefícios de preço face à venda dos produtos de forma isolada e com pagamento de uma mensalidade fixa;
- Melhoria das funcionalidades disponíveis no Caixa e-banking, nomeadamente o acesso *online* à plataforma cambial, e aos movimentos de *factoring* e *confirming*;
- Lançamento da Linha PME Crescimento 2015, com 1.400 milhões de euros para apoiar as PME nacionais, uma dotação de 10% para empresas do setor primário, prazos até 10 anos e cobertura até 70% do capital por garantia mútua;
- Lançamento da Linha para Empresas Portuguesas com Processo de Internacionalização em Angola, no montante de 500 milhões de euros para apoiar o fundo de maneio e antecipar o repatriamento de fundos recebidos em kwanzas provenientes de transações comerciais efetuadas no mercado angolano;
- Lançamento da Linha de Crédito para Apoio à Revitalização Empresarial, com 50 milhões de euros para apoiar o relançamento de empresas que tenham concluído com sucesso processos de reestruturação PER ou SIREVE;
- Robustecimento da dinamização comercial, focada na captação de novos clientes, na vinculação dos clientes atuais e na maximização do valor que estes clientes aportam ao Banco por via do relacionamento comercial;
- Otimização das condições de preço nas operações de crédito a empresas, alinhadas com o respetivo risco e com as condições do mercado;
- Revisão da grelha de benefícios condicionados ao envolvimento comercial, reforçando o seu papel de alavanca para a vinculação de clientes, nomeadamente através do alargamento do conjunto de produtos estratégicos a que pode ser aplicada.

Ao longo do 1º semestre de 2015 a Caixa reforçou a sua comunicação no Segmento Empresas, consubstanciada nas seguintes campanhas:

- Campanha “Dinamização Oferta Ibérica”, reforçando o papel da Caixa como banco de apoio às empresas portuguesas com negócios em Espanha, subordinada ao tema “Sabemos o esforço que investe para estar no mercado ibérico”;
- Campanha “PME Excelência e PME Líder”, divulgando os resultados da Caixa em 2014, subordinada ao tema “O balanço está feito. Aproveite o embalo”;
- Campanha “Pacotes Empresas”, divulgando os pacotes empresas e as vantagens de preço para os clientes, subordinada ao tema “Gerir bem também é pagar menos”, disponibilizando bilhetes para os festivais de verão nas adesões até 31 de julho;
- Campanha “Oferta Setorial – Turismo e Restauração”, divulgando a oferta da Caixa para o setor do turismo, subordinada ao tema “Vamos falar de hoteleiro para hoteleiro”;
- Campanha “Oferta Setorial – Comércio e Serviços”, divulgando a oferta da Caixa para este setor, subordinada ao tema “Vamos falar de comerciante para comerciante”;
- Campanha “Portugal 2020”, divulgando a oferta da Caixa no âmbito deste programa de apoios comunitários, subordinada ao tema “A Caixa está com a sua empresa no Portugal 2020”.

### Otimização das condições de preço

A CGD tem vindo a promover a melhoria do nível de preço dos seus produtos e serviços, no que diz respeito aos produtos base para utilização das empresas:

## Pacotes Caixa Empresas

Lançamento de uma oferta combinada de produtos e serviços bancários *core* para a atividade corrente das empresas, incluindo TPA, com benefícios de preço face à venda dos produtos de forma isolada, adesão simples e mensalidade fixa.

### Inovação em produtos e serviços

A CGD tem continuado a reforçar a sua competitividade através do lançamento e melhoramento de produtos com características inovadoras, destacando-se neste semestre:

#### Caixa 2020

Através do Caixa 2020 foi disponibilizada uma solução global de financiamento e acompanhamento técnico, distintiva e de valor para as empresas, para apoio às candidaturas ao Programa Portugal 2020, incluindo financiamentos médio/longo prazo para apoio ao investimento/fundo de maneo, financiamentos de curto prazo, garantias bancárias para antecipar o recebimento de subsídios, e declarações de intenção/aprovação de financiamento.

O Caixa 2020 permite assegurar a cobertura financeira integral do investimento e disponibilizar acompanhamento técnico e financeiro ao longo do processo de candidatura, bem como aconselhamento experiente e especializado prestado pela rede de gestores Caixa Empresas e por empresas parceiras protocoladas.

#### Caixa E-Banking

Procedeu-se ao lançamento do acesso *online* à Plataforma Cambial, permitindo aos clientes negociar diretamente com a Sala de Mercados da CGD as taxas de câmbio necessárias à sua atividade internacional corrente, com maior rapidez e ajustamento à evolução dos mercados monetários.

Também se verificou a disponibilização *online* da gestão de tesouraria relativamente a *factoring* e *confirming*, permitindo aos clientes um acompanhamento em tempo real dos pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes e contribuindo desta forma para o equilíbrio da sua tesouraria em cada momento.

### Dinamização Comercial

Em 2015 a dinamização comercial para empresas centra-se numa estrutura de campanhas orientadas para o relacionamento com o cliente, que visa incrementar os níveis de serviço prestados aos clientes e a relação de parceria que advém de um envolvimento global entre a CGD e a empresa, bem como dinamizar o negócio de *cross-border* de empresas internacionalizadas para mercados onde a CGD esteja presente para dar apoio direto aos projetos de investimento locais.

Esta estrutura encontra-se organizada em 3 vertentes estruturantes:

- Captação de clientes (dirigida principalmente a clientes novos);
- Vinculação de clientes (orientada para o reforço de relacionamento nos clientes atuais);
- Maior valor (focada na rentabilidade do cliente).

Para apoiar as empresas em todas as vertentes da sua atividade, o reforço da dinâmica comercial assenta na contratação de limites financeiros, utilizáveis no apoio à tesouraria, em operações de comércio externo, no desconto comercial, em *plafond* para cartões, na

---

Lançamento da Linha Caixa 2020 para financiamento no âmbito do Programa Portugal 2020

---

Aumento do negócio *cross-border* de empresas portuguesas na base da dinamização comercial deste segmento

aquisição de equipamento corrente e na emissão de garantias bancárias, permitindo assim uma melhoria da qualidade de serviço e uma otimização dos tempos de resposta ao cliente.

### 1.4.1.3. PARTICULARES

#### Gama Alta e Mass-Market

Em 2015 a CGD prosseguiu a estratégia de vinculação de clientes particulares

No 1º semestre de 2015, a CGD prosseguiu a estratégia de vinculação de clientes e utilização de produtos desenvolvida em 2014 a fim de incrementar o conhecimento, satisfação e nível de serviço aos clientes.

Para além das campanhas estruturantes organizadas em 7 princípios orientadores, com objetivos e focos distintos, foram estimulados os momentos de interação com clientes, tanto por via de *leads* comerciais, como através das oportunidades centrais e ainda através de outros meios de contacto direto.

No âmbito das *leads* comerciais foram reeditadas as ações de:

- Vinculação de clientes e utilização de produtos (domiciliação de ordenados, cartões e Caixadirecta), com destaque para as respetivas vantagens financeiras e não financeiras
- Recuperação e incremento do envolvimento
- Conhecimento e satisfação de clientes

Proporcionou-se desta forma uma escolha diversificada de produtos e cobrindo as necessidades financeiras próprias de cada fase da vida em linha com o perfil financeiro de cada cliente.

Neste âmbito, foi ainda realizada uma ação específica comemorativa do Dia da Mulher, com a disponibilização de um produto direcionado a clientes Caixa Woman (Caixa Sexto Sentido - março 2017).

No que diz respeito à Oferta para Jovens, foi desenvolvida uma campanha comemorativa do Dia da Criança, cujo principal objetivo foi reforçar a comunicação com estes clientes, através dos autorizados ou dos próprios, quando maiores de idade (até aos 25 anos inclusive), de forma a incrementar hábitos de poupança. Nesta ação, a poupança foi estimulada através da oferta de um brinde – jogo “Poupar para ganhar” – a novos clientes ou aos que reforçassem a sua conta Caixa Projecto.

Foi igualmente distribuído o novo modelo de caderneta para os mais novos, entregue juntamente com uma caneta preta (tipo acetato) para a sua ilustração.

Nas oportunidades centrais, não só se deu continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior e que incidia sobre a vinculação, como se alargou a atuação a outros produtos de captação e *cross-selling* (fundos, depósitos a prazo e poupança) e também ao aprofundamento do conhecimento do cliente (dados básicos telefone e *e-mail*).

#### Dinamização Comercial

No que respeita a contactos com os clientes, reforçou-se a comunicação através dos seguintes meios:

- *E-Newsletters* para divulgação de produtos e serviços, de forma orientada aos diversos *targets* (Caixazul, Caixa Woman e Caixa Activa);
- *E-mail Marketing*, para reforço das vantagens da domiciliação de ordenado na CGD;

- Oportunidades no CaixaDirecta para diversos produtos e ofertas – domiciliação de ordenado, cartões de débito e crédito, produtos estruturados, *renting*, arredondamento das compras e pagamentos domiciliados.

Estas formas de comunicação com clientes (*inbound* e *outbound*) abrangeram os três modelos de serviço – CaixaAzul, Caixa Mais e Universal – e promoveram, de forma complementar, as ofertas integradas dirigidas a necessidades específicas de clientes, nomeadamente jovens, Caixa Woman e Caixa Activa.

Ao longo deste semestre, foram desenvolvidas ações de boas vindas junto dos clientes recém-integrados num dos 3 modelos de gestão relacional, com o objetivo de apresentar o comercial, as vantagens do serviço e, em simultâneo, aprofundar o conhecimento de cada cliente.

Desta forma, a CGD melhora não só a proatividade de cada comercial como também atinge o objetivo de ter uma visão integrada do cliente, apresentando-lhe uma proposta de negócio em cada momento de interação.

## Campanhas

No primeiro semestre de 2015, a CGD lançou várias campanhas com vista a consolidar a sua relação com os seus clientes do segmento de particulares. Destacam-se as seguintes:

- “Caixa em Família” com enfoque na domiciliação de ordenado, na assunção da importância da vinculação para os objetivos comerciais da CGD;
- “RE Páscoa”, dirigida aos clientes residentes no estrangeiro onde a nova emigração assume cada vez maior importância;
- “Pagamentos Fracionados”, numa replicação das campanhas de verão e Natal, como forma de divulgar as facilidades de pagamento proporcionadas pelos cartões de crédito da CGD;
- “Dia da Criança”, no âmbito das ofertas integradas para toda a família, foram distribuídas novas cadernetas (brancas) com uma caneta para que os jovens clientes possam decorá-la de acordo com a sua imaginação, ficando com uma caderneta totalmente personalizada;
- Campanha cartão Caixa Viva - O objetivo de adesão ao cartão desta campanha foi largamente alcançado. Durante os 3 meses da campanha foram vendidos 1.839 cartões, cerca de 50% mais do que o n.º médio de vendas mensais.

## Mobilidade Bancária

A CGD aderiu ao novo protocolo da mobilidade bancária com efeitos desde fevereiro de 2015, que consiste num serviço para clientes particulares que visa agilizar e facilitar a transferência de serviços de pagamentos nacionais associados à conta de depósitos à ordem, de um Banco para outro.

### Universitários

A estreita ligação às escolas de ensino superior mantém-se como elemento central para o posicionamento da CGD como Banco de apoio ao ensino superior. Um apoio que se mantém consubstanciado na promoção do conhecimento e mérito académico, através de: atribuição de bolsas de investigação; prémios monetários aos melhores alunos e estágios curriculares e de aproximação à vida profissional; fomento do empreendedorismo através do patrocínio de concursos e apresentação de soluções financeiras específicas para jovens empreendedores; apoio às necessidades financeiras dos estudantes durante a vida académica e no momento de ingresso na vida profissional e resposta às necessidades financeiras de cada uma das escolas com protocolo firmado.

---

A CGD cumpre o objetivo de ter uma visão integrada do cliente, apresentando-lhe uma proposta de negócio em cada momento de interação

---

Aposta em campanhas que consolidem a proximidade da CGD com uma gama diversificada de clientes particulares

---

A ligação às escolas de ensino superior mantém-se como elemento central para o posicionamento da CGD como Banco de apoio ao ensino superior

Dada a relevância de manter atualizados os dados dos clientes para que o acompanhamento do modelo de serviço Caixa Directa IU seja mais efetivo, realizaram-se no primeiro semestre ações de conhecimento. Numa perspetiva mais comercial em 2015, a CGD promoveu para o segmento universitário campanhas de colocação do cartão de crédito Caixa ISIC e Caixa Poupança Superior, enquadrando devidamente a oportunidade de relacionar a promoção da venda com a participação nos festivais de Verão.

No segundo trimestre de 2015 foram gradualmente introduzidas alterações nos suportes de comunicação decorrentes da alteração da marca para os universitários.

A designação IU representa a evolução do conceito de comunicação junto dos jovens universitários, e é resultante de um *refresh* efetuado à marca Caixa IU no âmbito do processo de *debranding*, tendo-se abandonado a referência visual ao prefixo “Caixa” e passado a dar destaque apenas à designação IU.



O conceito IU agrega toda a oferta de valor que a CGD tem para oferecer ao segmento, procurando facilitar o reconhecimento do mercado e consequentemente o interesse e a preferência da população académica, nomeadamente os estudantes.

Aproveitando a posição privilegiada nas Instituições de Ensino Superior com protocolo com a CGD, em que em 19 entidades a CGD tem uma agência aberta para melhor responder ao fator proximidade, realizaram para alunos, professores e funcionários ações comerciais locais que facilitavam a emissão do cartão de identificação nas escolas abrangidas, ao mesmo tempo que eram apresentados os produtos e as vantagens disponíveis na CGD para os profissionais do ensino superior ou para os alunos.

A inovação e exclusividade do serviço Caixa Plim serviu de mote para a realização em várias ações escolas de ensino superior da promoção e ativação do referido serviço. A inclusão de jogos interativos e prémios de participação, para além da simplificação do processo de adesão, permitiram a obtenção de muito bons resultados na ativação do referido serviço.

A participação da CGD em inúmeros eventos decorridos nas escolas parceiras (conferências, seminários, sessões solenes de premiação dos melhores alunos, etc) manteve-se como uma prática decorrente do espírito de parceria e privilégio da CGD manter uma relação de elevada proximidade com o ensino superior.

No 1º semestre de 2015 a CGD continuou a assumir um importante papel no financiamento de cursos superiores (licenciaturas, mestrados, doutoramentos e MBA), quer mediante a concessão de crédito ao abrigo da linha de crédito com Garantia Mútua (aprovada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e reaberta para o ano letivo de 2014-2015) para estudantes do ensino superior, quer através de um produto específico, o Crediformação Caixa, ambos os produtos com períodos de utilização e de reembolso alargados, adaptados à duração e especificidades de cada curso, e com descontos no *spread* como forma de premiar o mérito académico.

### Residentes no estrangeiro

O segmento dos residentes no estrangeiro é um segmento estratégico para a CGD, pelo peso que representa no total de recursos dos clientes particulares e pelo elevado potencial de crescimento dada a atual conjuntura económica.

A fim de fortalecer a proposta de valor para este segmento, foi lançado ao longo do 1º semestre de 2015, um conjunto de ações de dinamização, nomeadamente:

- Campanha de conhecimento do cliente, cujo principal objetivo é recolher informação de suporte à construção de propostas personalizadas;

A participação da CGD em inúmeros eventos em escolas parceiras

Lançamento de um conjunto de ações de dinamização com o objetivo de fortalecer a proposta de valor para o segmento de Residentes no Estrangeiro

- Campanha da Páscoa, apoiada numa ação publicitária (imprensa e folheto) e com o *headline* “Desde o dia em que saímos do nosso país, uma coisa é certa: Páscoa e Depósitos são em Portugal” teve como principal objetivo promover as soluções de poupança da CGD apostando na diversidade de prazos, mercados e moedas (em euros, libras, dólares americanos e canadianos);
- Campanha de verão (a decorrer até ao final de agosto), com meios publicitários no estrangeiro e em Portugal. O principal enfoque da Campanha é a ligação a Portugal (cartão de crédito Caixa Classic RE com personalização de imagem e imóveis Grupo CGD), a diversificação das poupanças (depósitos Mais RE com diferentes prazos e moedas) e o acesso à CGD a partir de qualquer parte do Mundo (serviço Caixadirecta e cartões de débito RE);  
A campanha publicitária tem como mensagem “Desde o dia em que saí de Portugal, uma coisa é certa: a Caixa está comigo” e assente no conceito “Primeiro Dia” reforçando a ideia de que a CGD está com os clientes em todos os primeiros dias da sua vida (em concreto desde o primeiro dia como emigrante) e fazendo a ligação com a campanha da Páscoa;
- Campanha de identificação de clientes residentes no estrangeiro, com ações de contacto junto de clientes com indícios de emigração ou expatriação recente a fim de aferir e ajustar a oferta a cada caso.

A par destas iniciativas de dinamização e a fim de aprofundar a relação com os clientes residentes no estrangeiro, a CGD prosseguiu com a política de articulação e complementaridade entre a rede de agências da CGD em Portugal, sucursais e escritórios de representação no exterior e modelos de gestão à distância, designadamente o serviço Caixadirecta Internacional e Caixazul Internacional (para os clientes com maior património). Estas carteiras de clientes foram revistas e aos novos clientes selecionados para integrarem um destes modelos de gestão à distância foi realizada uma ação de boas vindas efetuada pelos assistentes comerciais no caso do Caixadirecta Internacional ou pelos gestores dedicados no caso do Caixazul Internacional.

Prosseguiu o desenvolvimento dos modelos de gestão à distância, designadamente o serviço Caixadirecta Internacional e Caixazul Internacional

#### 1.4.1.4. MEIOS DE PAGAMENTO

Durante o primeiro semestre de 2015, os meios de pagamento da CGD, nas suas componentes de emissão de cartões e de *acquiring*, em linha com as orientações gerais do Banco, prosseguiu uma política de:

- Redução de custos com base na racionalização/otimização de portfólio;
- Dinamização do negócio com base em iniciativas que visem o aumento da rentabilidade;
- Diferenciação no mercado por via de projetos inovadores e exclusivos.

#### Emissão de Cartões

A CGD manteve a liderança em termos de quota de mercado nacional dos cartões bancários, dando continuidade à aposta efetuada nos últimos anos, designadamente no desenvolvimento de estratégias de inovação, diferenciação e pioneirismo, da imagem da CGD como referência no mercado nacional e no internacional, assentes em dois grandes desafios:

A CGD manteve a liderança em termos de quota de mercado nacional dos cartões bancários

- Contribuir para a manutenção da posição de liderança da CGD, através da disponibilização de novos produtos e serviços diferenciados e de valor acrescentado que permitam potenciar a prazo a rentabilidade para a CGD;
- Introduzir inovações incrementais, contrariando a tendência crescente de “commoditização”, com vista à melhoria da oferta e serviço ao cliente e maior

fidelização, com baixo custo de desenvolvimento e impacto considerável na perceção de valor por parte dos clientes e resultados.

O agravamento do incumprimento continua a caracterizar a atual conjuntura, pelo que se manteve o rigor na monitorização do risco e nos custos que lhe estão associados, nomeadamente, nas vertentes de prevenção e controlo.

### Lançamento de novos produtos/funcionalidades

#### Novos cartões:

A 1 de junho foi disponibilizada uma versão pré-definida e simplificada do cartão Made By permitindo duas opções de escolha para o cliente:

- Rede – Visa ou MasterCard
- Imagem – *standard* ou personalizada

Esta nova versão surge com o objetivo de simplificar o processo de venda do cartão bem como manter a rentabilidade do mesmo para a CGD. Mantém-se, no entanto, a possibilidade de associar uma imagem a partir da galeria de imagens disponíveis ou mesmo uma imagem personalizada, à escolha do cliente.

#### Novas funcionalidades

Como resultado de um trabalho multidisciplinar e com vista a facilitar o contacto dos clientes e potenciais clientes com a CGD, no âmbito da consulta dos conteúdos informativos dos cartões disponíveis nas diferentes plataformas transacionais e não transacionais, tem vindo a ser implementado o serviço “Call back” que permite aos utilizadores deixar os seus dados pessoais, para posterior contacto pela CGD.

No segmento empresas, aproveitando os desenvolvimentos efetuados no âmbito do reforço da segurança e otimização de processos, deu-se continuidade ao incentivo da utilização do portal de pré-pagos, para consulta de saldos e movimentos de cartões Caixa Break e ao serviço Caixa *e-banking*, nomeadamente, para a transmissão automática de ficheiros para pedido de adesão/carregamento de cartões pré-pagos empresa.

Com vista a rentabilizar algumas funcionalidades já desenvolvidas e ir de encontro às necessidades dos clientes, foi também disponibilizado o Cartão Caixa Classic RE sem programa de lealdade, com imagem personalizada, quer por recurso à galeria de imagens disponível, quer por associação de uma imagem à escolha do cliente, como, por exemplo, a fotografia da sua terra natal.

Foi ainda reforçada a comunicação em campanhas de pagamentos fracionados a possibilidade de efetuar operações de pagamento de serviços e compras (ex: água, gás) e pagamentos ao Estado (ex: IMI, IRS), com os cartões de crédito, na rede Multibanco (ATM), utilizando o limite de crédito disponível.

O portal de parcerias, [www.vantagenscaixa.com](http://www.vantagenscaixa.com), a loja *online*, LojaVantagens, e o perfil no Facebook, continuaram a ser utilizados como instrumentos de conhecimento e aumento do relacionamento com os clientes do ponto de vista dos seus interesses pessoais e da oferta que se encontra disponível para a satisfação desses mesmos interesses, quer ao nível de parcerias constituídas e do aumento da relação com os parceiros, quer na angariação de novos registos e no aumento das vendas registadas.

Para o efeito, muito têm contribuído os passatempos com uma periodicidade quinzenal.

## Pagamentos móveis

O desenvolvimento tecnológico, especialmente na área do “mobile”, tem permitido que a utilização do telemóvel seja mais universal, graças nomeadamente à sua simplicidade e ao seu baixo custo.

Os sistemas alternativos de pagamento têm vindo a crescer a um ritmo exponencial, sendo objetivo da CGD estar preparada para responder aos novos desafios da revolução digital que caracteriza o mercado de pagamentos nos últimos tempos.

Neste contexto, na área de pagamentos móveis, a CGD deu continuidade aos seguintes projetos-piloto durante o primeiro semestre de 2015:

- Caixa Change: permite a realização de compras, nesta fase, na rede privativa da CGD (utilizadores finais e comerciantes com conta depósito à ordem na CGD), utilizando um *smartphone* com leitura de QR Code. Disponível, apenas, no Edifício-Sede da Caixa em Lisboa, com comercialização prevista para o 2º semestre de 2015;
- MB Way: permite a realização de compras, através de um *smartphone*, com base num número de telemóvel ou conta *e-mail*. Permite responder a operativas de *e-commerce*, *m-commerce* e *TV-commerce*. Solução disponibilizada pela SIBS FPS e que se encontra em fase de pré-lançamento;
- m.card: permite a realização de compras, através de um *smartphone*, com tecnologia *Near Field Communication* (NFC), assente na operativa de aceitação (terminais de pagamento automático) *contactless* – *paywave* e *paypass* (pagamentos de proximidade). Trata-se de um projeto de pagamentos móveis, que se encontra em piloto restrito aos colaboradores da CGD e da Vodafone e que resulta de uma parceria efetuada entre a CGD, a MasterCard e a Vodafone.

## Serviço de Acquiring

A CGD tem mantido a sua estratégia de crescimento na área de meios de pagamento, promovendo a dinamização do serviço de *acquiring* netcaixa, através de uma estratégia de enriquecimento de oferta e serviço de excelência aos seus clientes.

O serviço de *acquiring* da CGD mantém a sua tendência de crescimento e eficiência, registando um aumento da quota de mercado, e com quotas de transacionalidade – quantidade de transações e volume de negócio – superiores à respetiva quota de mercado.

No 1º semestre de 2015 foram efetuadas campanhas com condições promocionais destinadas à captação de novos clientes e desenvolvemos um conjunto de várias iniciativas com vista ao fortalecimento do negócio, das quais se destacam:

## *Contactless*

A CGD continuou a sua aposta na aceitação de transações *contactless*, tendo já atualmente cerca de 5.000 TPA a funcionar com a nova tecnologia, em diversos setores de atividade, tais como supermercados, restaurantes, cafés/bares e quiosques.

Este serviço permite a realização de pagamentos de baixo valor sem introduzir o PIN (compras até vinte euros), com a simples aproximação do cartão ao terminal, reduzindo, assim, o tempo médio de transação e, conseqüentemente, o tempo nas filas de espera.

Com este serviço a CGD pretende reforçar a sua estratégia de inovação e qualidade, comodidade no serviço prestado aos seus clientes, bem como, promover a captação de transações realizadas em numerário.

---

A CGD deu continuidade a diversos projetos-piloto durante o primeiro semestre de 2015

---

O serviço de *acquiring* mantém uma tendência de crescimento, registando um aumento da quota de mercado

---

Inovação nos TPA permite aos titulares de cartões estrangeiros optarem por efetuar o pagamento em euros ou na moeda original do cartão

## Lançamento da Funcionalidade DCC em TPA netcaixa

Em alinhamento com o objetivo de diferenciação e enriquecimento contínuo da oferta netcaixa, a CGD integrou nos seus equipamentos TPA a funcionalidade do DCC – *Dynamic Currency Conversion*, que permite aos titulares de cartões estrangeiros (com moeda de emissão diferente do euro), optarem diretamente no TPA por efetuar o pagamento em euros ou na moeda original do cartão.

A adesão a este serviço apresenta várias vantagens para o comerciante, na medida em que lhe permite oferecer um serviço inovador e ter um benefício financeiro por cada transação DCC realizada no TPA. Adicionalmente, permite aos seus clientes, o controlo das oscilações cambiais e eventual cobrança à *posteriori* de comissões por parte do Banco Emissor.

A funcionalidade de DCC é dirigida essencialmente para os comerciantes dos setores de actividade como hotéis, turismo e *rent-a-car*, podendo contudo ser atribuído a outros setores. Trata-se de uma solução tanto mais atrativa quanto maior o volume de clientes estrangeiros, titulares de cartões com moeda de emissão diferente do euro.

### Cross-Border Acquiring

No âmbito da estratégia de internacionalização e crescimento no segmento das empresas, a CGD já dispõe do serviço de *acquiring* a nível Ibérico, estando a operar com algumas empresas em Espanha.

O alargamento da atividade ao mercado espanhol permite dar resposta às necessidades de expansão das empresas suas clientes, com as diversas vantagens e sinergias em diversas áreas, tais como, controlo de gestão de tesouraria, gestão de soluções integradas e redução de custos.

### Campanhas de captação de novos negócios

Tendo por objetivo promover a oferta global de meios de pagamento para o segmento de empresas, na aceitação de pagamentos presenciais e à distância, estão a decorrer desde março a setembro de 2015, as seguintes campanhas com condições promocionais:

- Novas adesões com aceitação de cartões de débito e crédito, nacionais e estrangeiros, podendo optar pela aceitação da tecnologia *contactless*;
- Novas adesões, apenas com aceitação de cartões na vertente de débito;
- Novas adesões de pagamentos à distância, através da nossa solução de *e-commerce*, o serviço netcaixa *online*.

### Campanhas

Tendo o cartão Caixa VIVA como elemento diferenciador a funcionalidade de *ticketing* associada à rede de transportes da área metropolitana de Lisboa, apostou-se na continuidade do incentivo à adesão e utilização da vertente de *ticketing* deste cartão, procedendo-se a uma campanha direcionada a clientes da zona da Grande Lisboa.

No contexto da dinamização do negócio a CGD deu ainda continuidade às campanhas de pagamentos fracionados ou fracionamentos automáticos, envolvendo diversos comerciantes. O incentivo destas campanhas tem sido o diferimento do 1º pagamento e/ou atribuição de prémios.

Procurando otimizar a utilização dos cartões de crédito apostou-se, novamente, numa campanha direcionada a um *target* de clientes previamente selecionado, com vista à redução da inatividade dos cartões.

A CGD já dispõe do serviço de *acquiring* a nível Ibérico

Dado que a associação aos festivais de verão tem constituído um importante instrumento estratégico na afirmação da marca Caixa junto dos diferentes públicos, à semelhança de anos anteriores, ao longo de 2015, a CGD patrocina os seguintes festivais:

- NOS Primavera Sound - 4 a 6 de junho
- Caixa Ribeira - 12 e 13 de junho (1ª edição)
- EDP Cool Jazz Fest - julho
- NOS Alive - 9 a 11 de julho
- Marés Vivas - 16 a 18 de julho
- SBSR (Super Bock Super Rock) - 16 a 18 de julho
- MEO Sudoeste - 5 a 9 de agosto
- Vodafone Paredes de Coura - 19 a 22 de agosto
- Caixa Alfama - 18 e 19 de setembro

Diversas campanhas constituíram um importante instrumento estratégico na afirmação da marca Caixa junto dos diferentes públicos

Aproveitando a associação a estes eventos e com vista à dinamização comercial, a oferta de bilhetes para os festivais de verão é integrada em várias campanhas, nas quais se incluem campanhas de cartões, premiando a utilização ou a adesão aos mesmos.

As campanhas associadas aos festivais de verão têm sido alvo de uma forte comunicação digital, tendo sido criado um *microsite* agregador das diversas campanhas.

A par destas iniciativas, tem-se apostado numa dinamização da presença da CGD nos festivais nas redes sociais, com passatempos para atribuição de bilhetes nos perfis de Facebook da CGD.

Ainda no âmbito dos cartões, deu-se continuidade a outras campanhas, tais como:

- Castilho Pink Fame na rua Castilho – A CGD participou como patrocinador principal neste evento organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, com o apoio da União de Associações do Comércio e Serviços, no âmbito do programa *Lisbon Shopping Destination* que pretende dinamizar o centro da cidade e o comércio tradicional, com vantagens para os clientes da CGD que realizaram compras nas lojas aderentes e que utilizaram cartões CGD. Para além da promoção, divulgação e dinamização da utilização dos cartões, neste evento, a CGD promoveu também a solução fracionamentos automáticos.
- Lugar de Ouro (épocas 2014/2015 e 2015/2016) – No que respeita ao cartão Benfica apostou-se na continuidade do incentivo à adesão ao cartão, com ativação da marca no Estádio da Luz em dias de jogo.

#### 1.4.1.5. CANAIS ELETRÓNICOS

##### Redes de autosserviço

No final de junho existiam 4.562 equipamentos para satisfação, em autosserviço, das necessidades financeiras de clientes. Os caixas automáticos ATS e ATM, e os atualizadores, executaram no período 131,5 milhões de operações e movimentaram 8,5 mil milhões de euros (47,1 milhões/dia), -2% e +2,7% face a igual período de 2014.

A rede privativa Caixautomática, com 2.314 equipamentos, 1.400 ATS e 914 Atualizadores de caderneta, foi responsável por 63,3 milhões de operações e movimentou cerca de 4,5 mil milhões de euros. A rede Multibanco da CGD, com 2.248 ATM, concretizou 68 milhões de operações e movimentou cerca de 4 mil milhões de euros.

Destacar o novo conceito de *Self-Service*, denominado Quiosque Multimédia desenvolvido em exclusivo para a CGD, cujo piloto se iniciou em 2014, com a instalação de Quiosques

na agência da avenida da República e na agência das Amoreiras. Resultado da sua boa aceitação pela rede e pelos clientes, o piloto mantém-se nas agências referidas.

### Caixa e-banking

O canal Caixa *e-banking*, apoio fundamental à gestão corrente dos clientes empresa e institucionais, permite efetuar operações e aceder a informação bancária *online*, via *mobile* em <https://m.caixaebanking.cgd.pt>, e pelo telefone, através do 707 24 24 77 (todos os dias das 8:00 - 22:00). Destaque para o crescimento dos contratos com utilização frequente (3 meses), +7,8%, e operações em valor, +24%, superando os 22 mil milhões de euros (122,5 milhões de euros/dia).

A sua dinâmica assenta na disponibilização de novos serviços financeiros, destacando-se até junho a implementação das funcionalidades “negociação cambial” e “gestão de tesouraria”. A funcionalidade “negociação cambial” disponibiliza uma estrutura de consulta de câmbios e realização de operações cambiais, capaz de dar todo o apoio necessário na estratégia de comércio externo da empresa. A “gestão de tesouraria” permite à empresa consultar o seu contrato de *factoring* e/ou *confirming* e efetuar toda a gestão de recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

### Caixadirecta

O canal caixadirecta disponibiliza aos clientes particulares, o acesso às suas contas via *online*, telefone, *mobile*, sms, e *App* para Windows 8, Android e iOS, em função da sua necessidade e conveniência. No semestre, foram concretizadas no canal 191,8 milhões de operações, +4,6% e movimentados 4,6 mil milhões de euros, +8%, face ao mesmo período de 2014. Registo ainda para o crescimento dos contratos com utilização frequente (3 meses), +7,6%, comparativamente com o período homólogo.

O acesso *online* continua a ser o mais importante, tanto ao nível das operações como em valor. Contudo, a nível transaccional, o acesso via *App* tem tido um crescimento rápido, +62% face ao 1º semestre de 2014. Destacar ainda o dinamismo do acesso via telefone, com crescimentos relevantes em operações (+20%) e valor (+14,6%) no período.

No primeiro semestre obteve relevância o tema da intermediação financeira, com as funcionalidades de consulta de cotações em tempo real que permite acompanhar, a todo o momento, a evolução da cotação dos títulos que compõem o mercado Euronext, a negociação de obrigações e a transferências de títulos.

Destaca-se o lançamento a 25 de março da nova aplicação Caixadirecta para o sistema operativo Windows Phone 8, acessível através de *smartphone*, que possibilita uma navegação agradável e interativa através da visualização gráfica da posição global e dos saldos e movimentos das contas; e que permite o acesso às funcionalidades mais procuradas, de que são exemplo, as transferências, os pagamentos e as consultas. Com esta nova aplicação, a Caixa completa a sua presença nas principais plataformas móveis e complementa a oferta já disponibilizada para Windows.

Os clientes passaram a dispor de um novo meio de interação digital, e alternativo, de comunicação com a Caixa, em *real time* – o *webchat*. Pretende-se aumentar os níveis de relação, proximidade e satisfação do cliente, potenciando oportunidades de venda e diminuindo o abandono durante o processo de compra.

Realce para a implementação das funcionalidades “negociação cambial” e “gestão de tesouraria” no Caixa *e-banking*

Funcionalidades de consulta de cotações em tempo real no Caixadirecta

Lançamento da nova aplicação Caixadirecta para Windows Phone 8, completando a presença da CGD nas principais plataformas móveis

### Caixa plim

O Caixa plim, serviço pioneiro no mercado nacional das aplicações móveis bancárias, disponibilizado nas principais lojas de aplicações (iOS, Android, Windows) continua a crescer e tem atualmente mais de 18 mil *downloads* efetuados.

Este serviço permite efetuar pedidos e transferências imediatas de pequenos montantes, de forma simples, direta e sem custos, apenas com o número de telemóvel do destinatário. É ainda possível personalizar as operações, com fotos, comentários e categorias. Em face da utilização da aplicação, os clientes ganham pontos e ficam habilitados a passatempos mensais, nos quais podem ganhar prémios. Esta solução, para clientes particulares da CGD, requer apenas a associação de uma conta à ordem a um número de telemóvel, agilizando o acerto de pequenas despesas (partilha de táxis, compra de prendas, almoços...).

### CaixaContactCenter

O *Contact Center* é responsável por assegurar a execução de contactos e operações *inbound*, com disponibilidade 24/7, bem como a prestação de serviços e execução de ações de *outbound*, utilizando, para o efeito, vários canais de comunicação relacional/informacional com clientes e não clientes (telefone, mensagem segura, *e-mail* e sms), promovendo a gestão eficiente da manutenção e captação de negócio.

Ao nível da atividade *inbound*, foram recebidas cerca de 690 mil chamadas em linhas informativas e transacionais, tratados 12 mil *e-mails* e 2.600 mensagens seguras. Quanto à atividade de *outbound*, foram estabelecidas cerca de 945 mil chamadas com 155 mil clientes contactados, e foram expedidos 80 mil *e-mails* e 190 mil sms.

### Agências à distância

As agências à distância são uma abordagem inovadora ao nível do modelo de serviço, dedicado 24/7, à gestão e acompanhamento de segmentos considerados estratégicos - universitários, recém-licenciados e residentes no estrangeiro. Servem mais de 120 mil clientes, com um volume de negócio superior a mil milhões de euros.

### Agência Central para o Microcrédito

A Agência Central para o Microcrédito é parte integrante da política de sustentabilidade e responsabilidade social da CGD, contribuindo através da divulgação, apoio e financiamento de projetos de criação e promoção do próprio emprego, destinados a cidadãos em risco de exclusão social e/ou financeira, que estejam de alguma forma impedidos de recorrer ao financiamento pelas vias tradicionais. Esse apoio é efetuado através das linhas de financiamento protocoladas com a Associação Nacional de Direito ao Crédito, a Associação Nacional de Jovens Empresários e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

De acordo com a sua política de sustentabilidade e responsabilidade social, a CGD financiou e divulgou projetos de criação e promoção do próprio emprego

#### 1.4.1.6. RECURSOS

Para potenciar a captação de novos recursos e a retenção dos vencimentos, a CGD lançou diversas soluções de poupança e investimento no 1º semestre de 2015, abrangendo os vários tipos de produtos disponíveis na oferta da CGD. Nomeadamente:

- A nível dos depósitos, a CGD teve em campanha três iniciativas bimestrais de captação de recursos (oferta base e oferta integrada de depósitos e as 10 soluções de poupança automática) com o objetivo de dar continuidade à

A CGD lançou diversas soluções de poupança e investimento, para potenciar a captação de novos recursos e reter os vencimentos

- prioridade estratégica da CGD na retenção e captação de recursos com rentabilidade adequada;
- No 1º semestre de 2015, no âmbito das revisões de *pricing* habituais procedeu-se a ajustamentos na oferta global de depósitos, abrangendo todos os prazos e todas as famílias de depósitos, e à reformulação de algumas características da oferta *standard* de depósitos a prazo e de depósitos de poupança;
- Ao nível dos depósitos indexados foram comercializados 28 depósitos, com capital garantido no vencimento, de curto e médio prazo e com estruturas de remuneração variadas, desde de taxa de juro a indexações a ações, índices de ações, taxas de câmbio e matérias-primas. O lançamento de 4 destes depósitos foram associados à celebração do Dia da Mulher, do Dia da Mãe com oferta de 50 bilhetes para um festival de verão à escolha do cliente, do Dia da Criança e no âmbito da campanha da Páscoa para residentes no estrangeiro;
- No âmbito dos seguros de financeiros foram realizadas duas campanhas de seguros de capitalização de médio/longo prazo, que garantem no final do prazo, o capital e uma remuneração fixa e uma ação de dinamização de planos de poupança reforma - Leve PPR;
- No que toca aos fundos foram realizadas 6 ações de dinamização dos fundos de investimento em oferta permanente e 2 ações de dinamização dos 3 fundos de pensões da oferta permanente da CGD.

Depósitos em Portugal cresceram 2,4% totalizando 57.760 M€

Assistiu-se a uma evolução positiva da captação de recursos na rede comercial doméstica, mais 2.499 milhões de euros comparativamente a junho de 2014, destacando-se os depósitos que cresceram 2,4% totalizando 57.760 milhões de euros.

Captação de recursos na rede doméstica aumentou 7,3% nas empresas e 4,5% nos particulares

No segmento das empresas a captação de recursos cresceu 7,3%, com destaque para o crescimento dos depósitos (+6,6%), dos seguros financeiros (+9,1%) e dos fundos de investimento (+23,1%).

Nos particulares a totalidade dos produtos de captação na rede comercial doméstica cresceu 4,5%, destacando-se o crescimento quer dos fundos (+16,6%), quer dos seguros financeiros (+21,6%).

Os depósitos do setor público administrativo registaram um crescimento homólogo de 19,6 p.p., que corresponde a uma quota de mercado de 35,2% em junho de 2015.

Em termos do universo do Grupo, o saldo dos recursos captados (excluindo o mercado interbancário) totalizou 109 045 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 4,8% face a junho de 2014, para o que contribuiu também a evolução favorável dos recursos fora de balanço, que aumentaram 8,4%.

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO CGD – SALDOS

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06	Variação 2015-06 vs 2014-06		Variação 2015-06 vs 2014-12	
				Abs.	(%)	Abs.	(%)
<b>No balanço</b>	<b>78.021</b>	<b>80.737</b>	<b>80.838</b>	<b>2.817</b>	<b>3,6%</b>	<b>101</b>	<b>0,1%</b>
Retalho	68.792	72.796	71.850	3.058	4,4%	-945	-1,3%
Depósitos de clientes	66.729	70.718	69.818	3.088	4,6%	-900	-1,3%
Outros recursos de clientes	2.063	2.078	2.032	-31	-1,5%	-45	-2,2%
Investidores institucionais	8.328	7.041	8.088	-241	-2,9%	1.047	14,9%
EMTN	2.897	2.282	2.346	-551	-19,0%	64	2,8%
Obrigações hipotecárias	4.558	4.579	5.557	999	21,9%	978	21,3%
Outros	874	180	185	-689	-78,8%	5	2,8%
Estado Português (CoCos)	900	900	900	0	0,0%	0	0,0%
<b>Fora do balanço</b>	<b>26.022</b>	<b>27.291</b>	<b>28.207</b>	<b>2.185</b>	<b>8,4%</b>	<b>917</b>	<b>3,4%</b>
Fundos de Investimento Mobiliários	3.615	3.663	3.936	321	8,9%	273	7,5%
Fundos de Investimento Imobiliários	1.410	1.327	1.292	-118	-8,3%	-35	-2,7%
Fundos Pensões	2.655	3.172	3.343	688	25,9%	172	5,4%
Gestão de Patrimónios	18.342	19.129	19.636	1.293	7,1%	507	2,6%
<b>Total</b>	<b>104.043</b>	<b>108.027</b>	<b>109.045</b>	<b>5.002</b>	<b>4,8%</b>	<b>1.018</b>	<b>0,9%</b>
<b>Total excl. invest. inst. e Estado Português</b>	<b>94.815</b>	<b>100.086</b>	<b>100.058</b>	<b>5.243</b>	<b>5,5%</b>	<b>-29</b>	<b>0,0%</b>

Não considerando os recursos captados junto dos investidores institucionais e os CoCos, a variação homóloga foi de mais 5.243 milhões de euros (+5,5%).

Os depósitos de clientes progrediram 4,6% em termos anuais, totalizando 69.818 milhões de euros.

## RECURSOS DE CLIENTES – SALDOS

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06	Variação 2015-06 vs 2014-06		Variação 2015-06 vs 2014-12	
				Abs.	(%)	Abs.	(%)
Depósitos de clientes	66.729	70.718	69.818	3.088	4,6%	-900	-1,3%
À ordem	19.664	21.348	21.778	2.114	10,7%	430	2,0%
A prazo e poupança	46.767	49.061	47.734	967	2,1%	-1.327	-2,7%
Obrigatórios	298	309	306	8	2,6%	-4	-1,2%
Outros recursos	397	416	424	28	6,9%	8	2,0%
<b>Total</b>	<b>67.126</b>	<b>71.134</b>	<b>70.242</b>	<b>3.116</b>	<b>4,6%</b>	<b>-892</b>	<b>-1,3%</b>

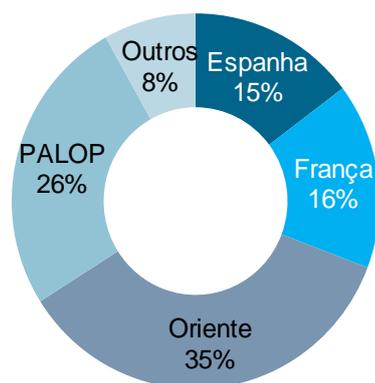
Por modalidades, 47.734 milhões de euros (68,4% do total dos depósitos de clientes) respeitavam a depósitos a prazo e de poupança.

O contributo da área internacional para o total dos depósitos manteve-se muito favorável, atingindo um total de 15.876 milhões de euros (+14,5% do que em junho de 2014), destacando-se as unidades na Ásia, África e França.

Os depósitos da área internacional aumentaram 14,5%, destacando-se as unidades na Ásia, África e França

## DEPÓSITOS DE CLIENTES NA ÁREA INTERNACIONAL

(%)



A CGD mantém a liderança nos depósitos de clientes com 28,3% do mercado

A quota de mercado dos depósitos de clientes continuou a ser dominante em Portugal, 28,3% em junho de 2015, destacando-se a de particulares com 31,6%.

## DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL) POR SEGMENTO DE CLIENTES

(%)

	2014-06	2014-12	2015-06
Empresas	11,3%	13,3%	11,8%
Setor público administrativo	15,7%	37,5%	35,2%
Particulares	32,2%	32,4%	31,6%
<i>Emigrantes</i>	41,1%	40,8%	39,2%
<b>Total</b>	<b>27,5%</b>	<b>29,2%</b>	<b>28,3%</b>

As responsabilidades representadas por títulos totalizaram 8.170 milhões de euros, correspondente a um aumento de 13,9% desde o final de 2014, resultante essencialmente do lançamento no início do ano de uma emissão de obrigações hipotecárias a 7 anos, no montante de 1.000 milhões de euros. O saldo das emissões ao abrigo do programa EMTN registou também um aumento, de 58 milhões de euros (+2,5%) em 2015.

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06	Variação 2015-06 vs 2014-06		Variação 2015-06 vs 2014-12	
				Abs.	(%)	Abs.	(%)
Emissões do programa EMTN <sup>(a)</sup>	2.814	2.300	2.358	-457	-16,2%	58	2,5%
Obrigações hipotecárias	4.558	4.579	5.557	999	21,9%	978	21,3%
Obrigações sobre o setor público	688	0	0	-688	-100,0%	0	-
Outros	309	296	255	-54	-17,5%	-41	-13,7%
<b>Total</b>	<b>8.369</b>	<b>7.174</b>	<b>8.170</b>	<b>-199</b>	<b>-2,4%</b>	<b>995</b>	<b>13,9%</b>

(a) Não inclui emissões classificadas como passivos subordinados.

No âmbito de passivos subordinados, a CGD captou recursos que totalizaram 2.426 milhões de euros, o que representou uma estabilização do saldo face a dezembro de 2014.

## PASSIVOS SUBORDINADOS

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06	Variação 2015-06 vs 2014-06		Variação 2015-06 vs 2014-12	
				Abs.	(%)	Abs.	(%)
Emissões do programa EMTN <sup>(a)</sup>	1.139	1.046	1.047	-92	-8,1%	1	0,1%
Obrigações de conversão contingente (CoCos)	900	900	900	0	0,0%	0	0,0%
Outros	486	481	479	-7	-1,5%	-3	-0,6%
<b>Total</b>	<b>2.525</b>	<b>2.428</b>	<b>2.426</b>	<b>-99</b>	<b>-3,9%</b>	<b>-2</b>	<b>-0,1%</b>

(a) Não inclui emissões classificadas como responsabilidades representadas por títulos.

### 1.4.1.7. CRÉDITO

A conjuntura económica em Portugal e nos seus principais parceiros comerciais da área Euro tem condicionado a procura de crédito por parte das empresas. Nestas circunstâncias, não obstante a estratégia de orientação da CGD para o financiamento das pequenas e médias empresas estar a ser concretizada, como demonstra o crescimento homólogo das novas operações quer da rede de Particulares e Negócios (+17%), quer de Gabinetes (+41%), ainda não é possível repor as amortizações naturais da carteira, verificando-se um decréscimo de 3,3% do respetivo saldo face ao verificado no final de 2014, influenciado pela contração no crédito a Grandes Empresas.

De referir na nova produção de crédito a empresas, os aumentos nas áreas de comércio, turismo e setor primário, merecendo especial destaque o crescimento da nova produção de crédito a PME no primeiro semestre de 2015 (+37,1%) face ao período homólogo de 2014.

No âmbito das Linhas de Crédito PME Investe, dirigidas a PME, foram concedidos cerca de 114,1 milhões de euros de novos créditos no 1º semestre de 2015, totalizando 1.431 milhões de euros em carteira no final de junho de 2015.

Nas Linhas PME Crescimento 2015, a CGD detém uma quota de mercado de 23,7%, tendo mantido a segunda posição de mercado nas Linhas PME Crescimento 2014 com 17,9%. Destaca-se ainda a CGD na Linha Investe QREN com uma quota de 51,5%.

Para o total das Linhas PME Crescimento 2015/2014/Investe QREN, a CGD lidera com uma quota de mercado de 21,8%.

Num contexto de forte agressividade por parte de importantes bancos a operar neste segmento em Portugal, a quota da CGD de crédito a empresas situou-se em 18,1% em junho de 2015 (manteve-se inalterada face a dezembro de 2014).

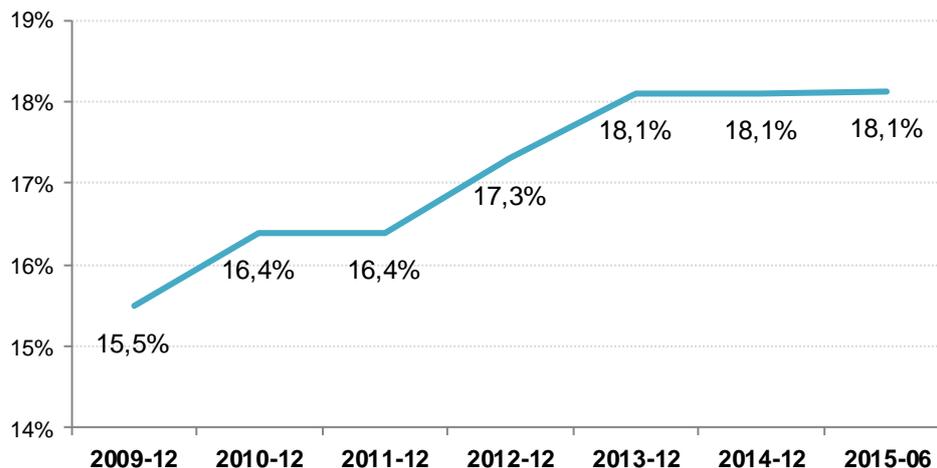
Salienta-se o aumento da quota de mercado do crédito a empresas em prazos até 1 ano, de 17,9% em dezembro de 2014 para 18,5% em junho de 2015, evidenciando desta forma o reforço no apoio à tesouraria do tecido empresarial português. A mesma quota em prazos superiores a 5 anos foi de 21,2% em junho de 2015.

Crescimento da nova produção de crédito a PME no primeiro semestre de 2015 (+37,1%) face ao período homólogo de 2014

Evolução favorável da quota de mercado de crédito a empresas até 1 ano num contexto de forte competitividade

## QUOTA DE MERCADO - CRÉDITO EMPRESAS

(%)



Quota de mercado do crédito a empresas situou-se em 18,1%

Desenvolvimento de iniciativas destinadas ao reforço da competitividade e valorização da sua oferta de crédito a particulares

Já no segmento de clientes particulares, a CGD prosseguiu com o desenvolvimento de iniciativas destinadas ao reforço da competitividade e valorização da sua oferta no âmbito do crédito hipotecário. Destacam-se, neste domínio:

- A revisão do *pricing* do crédito hipotecário, promovida através da atualização dos parâmetros do “Modelo de Pricing Ajustado ao Risco” garantindo a devida adequação quer às condições de mercado quer aos níveis de risco;
- A melhoria da oferta de indexantes de taxa de base fixa, permitindo ao cliente beneficiar de uma maior estabilidade no valor da prestação imunizando-o relativamente ao impacto de uma eventual subida da taxa de base variável.

Relativamente ao crédito pessoal ao consumo, a CGD em fevereiro de 2015 reviu em baixa o *pricing* de crédito pessoal, tendo efetuado algumas alterações no sentido de ajustar-se às atuais condições do mercado, assim como aumentou os descontos por *cross-selling* e por perfil de cliente. Desta forma, manteve-se o compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social, mediante a atribuição de descontos no *spread* para as finalidades de formação, saúde e energias renováveis:

- A CGD financiou cursos superiores, mestrados, doutoramentos e MBA, premiando o mérito académico com descontos no *spread*, através do Crediformação Caixa;
- A CGD manteve em comercialização o crédito pessoal Saúde Emergência, modalidade destinada em exclusivo para clientes de menor rendimento;
- No financiamento automóvel incentivou a compra de automóveis “amigos do ambiente” através da atribuição de reduções de *spread*.

Em termos consolidados, o crédito a clientes (bruto) atingiu 71.855 milhões de euros no final de junho, valor inferior em 1.205 milhões de euros (-1,7%) face a junho de 2014 e em 930 milhões de euros (-1,3%) face ao registado no final de 2014. A CGD Portugal totalizou 54.478 milhões de euros e as restantes unidades do Grupo 17.377 milhões de euros, representando respetivamente 76% e 24% do total do crédito a clientes.

CRÉDITO A CLIENTES - CONSOLIDADO <sup>(a)</sup>

(milhões de euros)

	2014-12	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
Empresas	30.248	29.891	-357	-1,2%
Governo	5.904	5.571	-333	-5,6%
Particulares	36.633	36.393	-240	-0,7%
Habituação	33.908	33.325	-583	-1,7%
Outros Fins	2.725	3.068	342	12,6%
<b>Total</b>	<b>72.785</b>	<b>71.855</b>	<b>-930</b>	<b>-1,3%</b>

(a) Atividade consolidada. Valores antes de imparidade e incluindo ativos com acordo de recompra.

Os bancos localizados em África registaram um crescimento homólogo de 17,4% no crédito a clientes bruto, totalizando 2.929 milhões de euros no final de junho de 2015. Salientam-se o Mercantile e o BCI Moçambique com crescimentos superiores a 25% e na Ásia o BNU Macau com um acréscimo de 1.042 milhões de euros, +59,1% face a junho de 2014. Globalmente, a atividade internacional aumentou o seu crédito a clientes em 9,0%, para 13.911 milhões de euros no final de junho de 2015.

O crédito às empresas registou um decréscimo de 357 milhões de euros (-1,2%) face a dezembro de 2014, destacando-se por setores de atividade as variações ocorridas nas 'outras atividades financeiras (-737 milhões de euros, -13,6%) e na 'construção e atividades imobiliárias (CRE-Construction and Real Estate)' (+409 milhões de euros, +3,6%).

CRÉDITO A EMPRESAS - POR SETOR DE ATIVIDADE <sup>(a)</sup>

(milhões de euros)

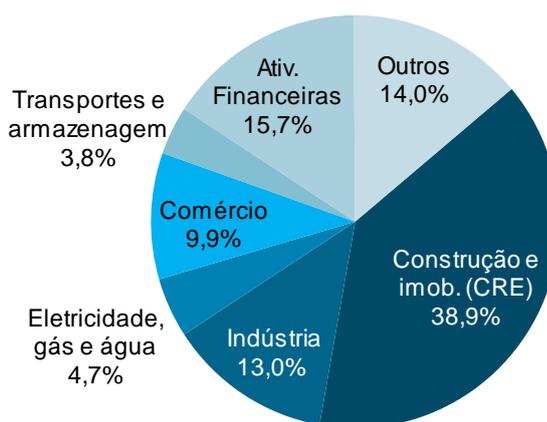
	2014-12	2015-06	Variação		Estrutura	
			Abs.	(%)	2014-12	2015-06
Construção e atividade imobiliária (CRE)	11.206	11.614	409	3,6%	37,0%	38,9%
Indústrias extrat. e transformadoras	3.860	3.874	14	0,4%	12,8%	13,0%
Eletricidade, gás e água	1.546	1.399	-147	-9,5%	5,1%	4,7%
Comércio por grosso e a retalho	2.857	2.950	92	3,2%	9,4%	9,9%
Transportes e armazenagem	1.128	1.151	23	2,0%	3,7%	3,8%
Outras atividades financeiras	5.440	4.703	-737	-13,6%	18,0%	15,7%
Outros	4.210	4.201	-9	-0,2%	13,9%	14,1%
<b>Total</b>	<b>30.248</b>	<b>29.891</b>	<b>-357</b>	<b>-1,2%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(a) Atividade consolidada. Valores antes de imparidade e incluindo ativos com acordo de recompra.

No crédito bruto salientam-se os crescimentos homólogos verificados no BCI e no Mercantile (ambos com aumentos superiores a 25%) e BNU Macau (+59%)

## CRÉDITO A EMPRESAS - JUNHO 2015

(%)



No crédito a particulares, o saldo cifrou-se em 36.393 milhões de euros no final do 1º semestre, com uma diminuição de 240 milhões de euros (-0,7%) face a dezembro de 2014, com origem na Habitação (-583 milhões de euros, -1,7%).

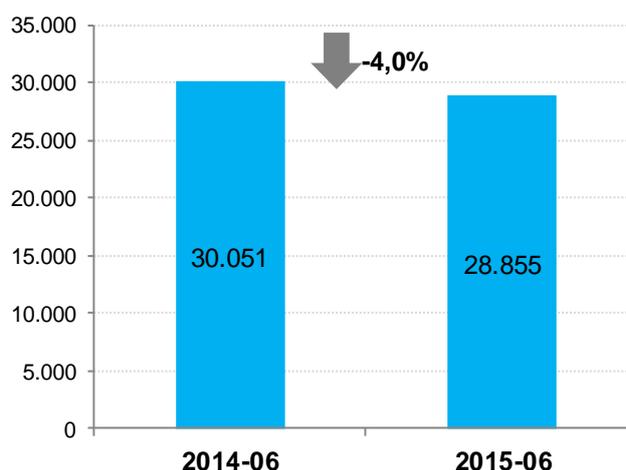
Carteira de crédito à habitação diminuiu 4,0% apesar do crescimento nas novas operações (+58,5%)

A carteira de crédito a habitação da CGD ascendeu a 28.855 milhões de euros no final de junho de 2015, tendo diminuído 4% face a igual data do ano anterior. Desde 2011 que o montante agregado de amortizações e liquidações supera o de novas operações, resultando numa redução gradual no montante de crédito em carteira.

Contudo, as novas operações de crédito à habitação na CGD têm registado uma tendência crescente no decurso do ano de 2015, com uma produção acumulada de 380 milhões de euros no primeiro semestre do ano, o que representa uma variação homóloga de 58,5%

## CARTEIRA DE CRÉDITO HABITAÇÃO - REDE COMERCIAL (PORTUGAL)

(milhões de euros)



Cerca de 23% das novas operações de crédito a habitação destina-se a aquisição de imóveis do Grupo CGD e de Parceiros Caixa, para o que tem contribuído o esforço crescente na divulgação dos imóveis e a disponibilização de condições de financiamento diferenciadas mais favoráveis.

Assim, a comercialização da carteira de imóveis detidos para venda do Grupo CGD tem evoluído favoravelmente, registando uma variação homóloga de +54% no valor das vendas registadas durante o 1º semestre. A rede comercial da CGD tem assumido um peso crescente na comercialização destes imóveis, dada a complementaridade entre o

processo de venda de imóveis e a colocação de novas operações de crédito imobiliário.

A quota de mercado da CGD no crédito a clientes situou-se em 21,9% em junho de 2015, ligeiramente superior à registada um ano antes.

## CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL) POR SEGMENTO DE CLIENTES

	(%)		
	2014-06	2014-12	2015-06
Empresas	18,3%	18,1%	18,1%
Particulares	23,5%	23,5%	23,4%
<i>Habitação</i>	26,5%	26,5%	26,4%
<i>Consumo</i>	6,5%	6,5%	6,4%
Setor público administrativo	29,6%	33,4%	30,8%
<b>Total</b>	<b>21,6%</b>	<b>22,0%</b>	<b>21,9%</b>

### 1.4.2. CRÉDITO ESPECIALIZADO

De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting (ALF), o setor da locação financeira imobiliária diminui face ao período homólogo do ano passado, enquanto o de *leasing* mobiliário, por via do franco crescimento do financiamento automóvel, cresce de forma razoável. O setor do *factoring*, mantém a tendência decrescente.

#### Caixa Leasing e Factoring

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (CLF), representa o Grupo CGD no setor do crédito especializado, desenvolvendo a sua atividade nos setores da locação financeira (*leasing* imobiliário e *leasing* mobiliário), do *factoring* e do crédito ao consumo.

#### CAIXA LEASING E FACTORING - PRODUÇÃO

Produto	(milhões de euros)			
	Produção CLF		Variação	
	2014-06	2015-06	Abs.	(%)
<i>Leasing</i> imobiliário	48	46	-2	-3,6%
<i>Leasing</i> mobiliário	88	132	44	50,4%
<b>Total <i>leasing</i></b>	<b>136</b>	<b>178</b>	<b>42</b>	<b>31,3%</b>
<b><i>Factoring</i></b>	<b>962</b>	<b>1.032</b>	<b>70</b>	<b>7,3%</b>
<b>Crédito ao consumo</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>45,0%</b>
<i>do qual:</i>				
<b>Financiamento automóvel</b>				
<i>Leasing</i> mobiliário	33	55	22	65,1%
Crédito ao consumo	2	3	1	56,5%

No primeiro semestre a concessão de novo crédito especializado cresceu na generalidade dos produtos

No primeiro semestre a concessão de novo crédito cresceu na generalidade dos produtos, mais 50,4% no *leasing* mobiliário, mais 7,3% no *factoring* e mais 45,0% no crédito ao consumo. Apenas o negócio de *leasing* imobiliário apresentou uma variação negativa de 3,6%. É de destacar o crescimento de 64,6% verificado no financiamento de viaturas ligeiras.

O ativo líquido da Caixa Leasing e Factoring cresceu 2,4%, em resultado do crescimento de 1,6% do crédito a clientes e de 19,8% dos ativos não correntes detidos para venda, líquidos de provisões.

## CAIXA LEASING E FACTORING - INDICADORES

(milhões de euros)

	2014-06	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
Ativo líquido	2.217	2.269	53	2,4%
Créditos sobre clientes	2.267	2.298	30	1,3%
Provisões para crédito	-217	-216	1	-
Capitais próprios	62	89	27	43,6%
Resultado líquido	-5	6	11	-
Capital social	10	10	0	0,0%
% do Grupo	51%	51%	0	0,0%
Nº de colaboradores ao serviço	185	188	3	1,6%

A margem financeira e produto bancário cresceram 8,1% e 4,4%, respetivamente.

A evolução favorável do produto bancário e a diminuição de 75,7% verificada nas rubricas de provisões e imparidades traduziram-se na obtenção de um resultado líquido de 5,7 milhões de euros.

### 1.4.3. ATIVIDADE INTERNACIONAL

O desempenho da área internacional do Grupo CGD durante o primeiro semestre foi favorável em termos globais, com os principais indicadores a evoluírem positivamente e a aumentarem o seu peso relativo face aos valores consolidados do Grupo.

Na área de empresas a CGD desenvolveu um conjunto de iniciativas e atividades de integração do negócio internacional, numa ótica de maximização de sinergias para apoio à rede comercial doméstica e internacional.

Estas atividades têm permitido um aprofundamento do conhecimento e partilha de informação que se tem traduzido numa maior dinâmica na articulação e potenciação do negócio internacional, consubstanciando-se num aumento global do número de novos clientes.

Assim, a CGD em articulação com as unidades no exterior (nomeadamente, as localizadas em Espanha, França, Angola, Brasil, Moçambique, África do Sul, China/Macau), continua a desenvolver um forte empenhamento da sua atividade assente na plataforma internacional do Grupo CGD para o desenvolvimento da relação com clientes internacionalizados nesses mercados e, bem assim, para o incremento do negócio de comércio externo, com especial destaque para o realizado intra-Grupo.

Salienta-se ainda a organização, de várias ações de dinamização e capacitação empresarial, tanto em Portugal como em alguns dos mercados prioritários da CGD, destinados à potenciação de oportunidades de negócio entre clientes.

Na Europa, Espanha é a primeira linha de esforço de internacionalização das empresas portuguesas, tendo o Grupo CGD, através do Banco Caixa Geral (BCG), reestruturado a sua presença por forma a melhorar a sua oferta no eixo ibérico tanto ao nível da rede comercial disponível nos dois países como ao nível da oferta de produtos e serviços específicos.

Desempenho favorável da área internacional do Grupo Caixa

Maximização de sinergias para apoio à rede comercial doméstica e internacional

BCG Espanha atingiu todos os objetivos consignados no plano de reestruturação acordado pelo Grupo com a DGCom

Em Angola o Banco Caixa Totta de Angola (BCGTA) mantém como foco estratégico o segmento empresarial, articulando em estreita colaboração com os outros bancos do Grupo o acompanhamento do negócio dos clientes do Grupo, quer em termos do apoio ao investimento em Angola, quer relativamente à dinamização do comércio externo entre Angola e as diversas geografias onde o Grupo está presente.

O BCI é o banco com maior reconhecimento entre os grandes bancos moçambicanos, tanto a nível nacional como internacional por parte de diversas entidades, refletindo a qualidade do trabalho que o BCI tem vindo a desenvolver nos últimos anos:

- PMR Africa: O Melhor Banco para Particulares e o Melhor Banco para Empresas / Diamond Arrow Award, pelo segundo ano consecutivo;
- World Finance: Melhor Banco Comercial em Moçambique pelo quinto ano consecutivo;
- The African Banker: Melhor Banco Comercial na África Austral – 2015;
- Global Banking & Finance Review: O Melhor Banco Comercial em Moçambique – 2015 e O Melhor Banco de Retalho em Moçambique – 2015, pelo terceiro ano consecutivo;
- International Finance Magazine: O Melhor Banco Comercial em Moçambique – 2014 pela primeira vez;
- Superbrand Moçambique 2015: pelo terceiro ano consecutivo e desde a primeira edição.

---

BCI é o Banco com maior reconhecimento nacional e internacional entre os grandes bancos moçambicanos

Estes prémios representam o reconhecimento internacional do desempenho do BCI no mercado moçambicano, onde, nos últimos anos, tem vindo a assumir um papel de grande relevância na prestação de serviços bancários.

O BCI e o BCGTA têm também contribuído para o desenvolvimento social e económico dos países onde estão sediados através do trabalho desenvolvido na sua atividade em prol do desenvolvimento da economia, das empresas e das famílias.

Na Ásia refira-se o papel ativo do BNU no desenvolvimento do negócio cross-border e intra-Grupo, nomeadamente através da dinamização de visitas de delegações de empresas a Macau, fomentando a organização de reuniões com potenciais parceiros locais.

No que concerne ao negócio com clientes particulares residentes no estrangeiro, segmento estratégico para o Banco pelo peso que representa no total de recursos dos clientes particulares e pelo elevado potencial de crescimento dada a atual conjuntura económica, a Caixa manteve o seu foco na dinamização e consolidação de relações através da sua rede comercial e modelos de atenção específicos para este segmento de clientes, designadamente o serviço Caixadirecta Internacional e Caixazul Internacional (para os clientes com maior património).

---

Dinamização do segmento dos residentes no estrangeiro com a melhoria das funcionalidades disponíveis no Caixazul Internacional e no Caixadirecta Internacional

No período em apreço, o negócio dos clientes particulares residentes no estrangeiro na CGD registou um reforço quer na captação de recursos, quer no agregado global de operações ativas, contribuindo assim favoravelmente para os resultados da Caixa.

Das principais atividades desenvolvidas durante este período, será de salientar a dinamização de campanhas temáticas dirigidas a este segmento, aproveitando a vinda de muitos clientes a Portugal, nomeadamente no período de férias da Páscoa.

A área internacional do Grupo CGD contribuiu com um resultado líquido consolidado de 44,7 milhões de euros no 1º semestre de 2015, o que representou um aumento de 39,2 milhões de euros face aos valores apurados no semestre homólogo do ano anterior.

## CONTRIBUTO DA ÁREA INTERNACIONAL PARA O RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

(milhões de euros)

	2014-06	2015-06	Varição
BNU Macau	19,5	28,5	9,0
Sucursal de França	-25,2	18,0	43,2
Banco Caixa Geral Espanha	12,0	15,6	3,6
Banco Caixa Geral Totta Angola	7,4	10,6	3,2
Banco Comercial de Investimento (Moçambique)	6,4	8,6	2,3
Outros	-14,5	-36,6	-22,1
<b>Total internacional</b>	<b>5,5</b>	<b>44,7</b>	<b>39,2</b>

Aumento do contributo da área internacional para o resultado líquido em 39,2 milhões de euros

No conjunto das geografias onde a CGD está presente, o conjunto das sucursais registou um contributo negativo para o resultado líquido consolidado da Caixa de cerca de 17,1 milhões de euros, enquanto as demais entidades geraram um lucro de 61,8 milhões de euros.

O resultado bruto de exploração do conjunto das filiais e sucursais no exterior, em base consolidada, registou um comportamento muito positivo, com um aumento de 45,9 milhões de euros (+29,2%) relativamente ao período homólogo do exercício anterior, atingindo 203,0 milhões de euros no 1º semestre de 2015.

Importa destacar, nomeadamente, os resultados obtidos em algumas das principais presenças internacionais do Grupo CGD, que contribuíram muito positivamente para o resultado consolidado da atividade internacional, como é o caso do BNU Macau, com um resultado líquido de 28,5 milhões de euros, da Sucursal de França com 18 milhões de euros, do BCG em Espanha com 15,6 milhões de euros e também do BCGTA em Angola, com um resultado líquido de 10,6 milhões de euros.

Ainda na área internacional, o crédito a clientes, líquido de imparidades, atingiu 13,9 mil milhões de euros, o que representa um incremento de 9,1% face a junho de 2014. A extensa rede internacional tem contribuído fortemente para o incremento da captação de recursos e uma menor dependência do Grupo do financiamento externo. Assim, a captação de recursos evidenciou um acréscimo significativo, ao registar uma variação positiva de 14,8%, para 16,1 mil milhões de euros. O ativo líquido consolidado da área internacional verificou um incremento homólogo de 10,6%, ascendendo a 22 mil milhões de euros.

### Principais geografias do Grupo CGD

#### Espanha

Em Espanha, o setor financeiro continuou a melhorar os seus indicadores, com a redução do crédito em mora e a contínua redução de custos, por forma a enfrentar o desafio à rentabilidade colocado, entre outros fatores, pela redução das taxas de juro, quer por via da descida continuada da Euribor, quer pelo esmagamento dos *spreads*, prevendo-se que a pressão competitiva conduza a novas fusões e aquisições, com o desaparecimento das poucas entidades independentes de menor dimensão que subsistem.

O Banco Caixa Geral (BCG) atingiu todos os objetivos consignados no plano de reestruturação acordado pelo Grupo CGD com a DGComp, com efetivos limitados a 520 empregados e uma rede de 110 agências, localizadas principalmente em zonas limítrofes de Portugal, Galiza, Estremadura, Andaluzia e Castela e Leão, mas também em Comunidades com importante atividade económica, Madrid, Catalunha, País Basco, Astúrias, Valencia e Aragão.

---

O Banco Caixa Geral (BCG) atingiu todos os objetivos consignados no plano de reestruturação acordado pelo Grupo CGD com a DGComp

Com esta rede o Banco recentrou-se no apoio a empresas – espanholas e portuguesas – que operam no mercado ibérico e nos mercados externos onde o Grupo CGD está presente, o que se traduziu num crescimento no semestre de 30% do crédito concedido a entidades que operam nestes mercados. Fruto deste enfoque o crédito total cresceu este semestre pela primeira vez desde 2010 cerca de 2,5%, comparativamente ao final de 2014, tendo o crescimento em empresas mais do que compensado a redução por amortização da carteira de crédito hipotecário, não obstante o Banco, apesar da sua pequena dimensão, praticar preços alinhados com as médias do setor, cumprindo assim com os objetivos de volume e preço consignados no Plano de Reestruturação.

Os recursos de clientes mantêm-se ao nível previsto, tendo crescido 20 milhões de euros no semestre, também aqui contrariando a tendência de decréscimo verificada em Espanha nos primeiros meses do ano, não obstante a acentuada descida da sua remuneração. Esta é uma área onde o Banco está totalmente alinhado com o setor, tal como, aliás, é necessário para cumprir com os indicadores do Plano de Reestruturação. A resiliência da carteira de depósitos permitiu manter a taxa de transformação nos 120%.

O rácio de eficiência *cost-to-income* melhorou para os 47%, situando-se num nível competitivo relativamente aos restantes bancos que operam em Espanha.

A taxa de mora continua inferior à da média do setor, que em maio se situou nos 11,4%, fixando-se em 3,4%, dos quais somente 0,59% proveniente do crédito concedido após janeiro de 2013. Também neste domínio o Banco se situa melhor do que a média do setor e cumpre os limites estabelecidos no Programa de Reestruturação.

---

A rentabilidade do BCG melhorou, fruto do aumento da margem financeira e da redução dos gastos de exploração

A rentabilidade melhorou, fruto do aumento da margem financeira e da redução dos gastos de exploração relativamente ao mesmo período de 2014, resultados estes que permitem antecipar um ano com volumes de negócio e resultados crescentes, cumprindo o BCG com os objetivos definidos.

## França

O setor bancário francês insere-se num contexto de forte concorrência, devendo, para além do mais, adaptar-se constantemente a novas regulamentações, novos atores e novas tecnologias, nomeadamente ligadas ao desenvolvimento da banca *online*. As mudanças ocorridas na distribuição de produtos bancários aparecem como novos desafios para o setor, assistindo-se a um crescimento exponencial do armazenamento de dados pessoais (*Big Data*) e à respetiva exploração com vista à oferta de produtos adequados e personalizados.

A Sucursal de França prossegue a sua política de desenvolvimento sustentada pelo aumento da captação de poupanças. Durante o primeiro semestre de 2015 a Sucursal continuou a campanha de angariação de clientes jovens (rejuvenescimento da carteira de clientes com menos de 25 anos) e lançou campanhas de captação de depósitos com particular destaque para dinheiro fresco e prazos mais longos.

A sucursal de França prossegue a sua política de desenvolvimento, sustentada pelo aumento da captação de poupanças

A Sucursal participou em eventos que reúnem uma forte adesão da comunidade portuguesa com especial destaque para a presença na 4ª edição do SIPP (*Salon de l'Immobilier et du Tourisme Portugais à Paris*) e também em festas populares organizadas nomeadamente pela Rádio Alfa e da parceria oficial da 40ª edição da festa Franco-Portuguesa de Pontault-Combault.

No primeiro semestre 2015 a atividade de captação de recursos da rede comercial registou um aumento de 2,5% em comparação com dezembro de 2014, enquanto a atividade de crédito registou um aumento de 1,7%, principalmente sustentada pelos financiamentos à atividade imobiliária (habitação, +1,4%, e promoção imobiliária, +9,2%), em linha com a evolução registada no mercado.

Esta evolução, caracterizada por uma captação de recursos dinâmica e uma atividade de concessão de crédito mais conforme com o comportamento do mercado, concorre para o objetivo da Sucursal de redução da sua taxa de transformação.

De salientar que a Sucursal potencia o negócio bilateral através do acompanhamento e da apresentação de clientes da Sucursal às outras entidades do Grupo CGD, tanto em Portugal como nos outros países.

## Angola

O choque externo derivado da queda do preço do petróleo em finais de 2014, continua a condicionar significativamente o desempenho da economia angolana em 2015, sendo que a resposta inicial do Executivo, privilegiou a vertente orçamental, com destaque para cortes muito expressivos na despesa, em especial da despesa de investimento (-53%).

Com a alteração da política orçamental em fevereiro, foram também aprovadas medidas de controlo direto das importações, de natureza administrativa, visando a contingentação das importações de bens de consumo corrente. Por dificuldades de controlo administrativo, estas medidas não estarão ainda em fase de implementação.

O Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA) tem por foco estratégico a banca de empresas em setores chave da economia angolana, nomeadamente petrolífero e diamantífero, bem como no segmento de particulares de gama alta. Neste sentido, de salientar que o BCGTA aderiu ao programa “Angola Invest”, estando em condições de oferecer um produto competitivo e diferenciador de apoio às pequenas e médias empresas angolanas.

No primeiro semestre de 2015, o Banco prosseguiu a sua política de acompanhamento do negócio dos clientes do Grupo CGD, quer em termos de apoio às empresas portuguesas com processos de investimento em Angola, quer no que respeita ao comércio externo entre Portugal e Angola e entre outras geografias onde existem presenças do Grupo, e ainda, na internacionalização de empresas angolanas, para Portugal ou países onde o Grupo CGD está presente.

BCGTA prosseguiu o acompanhamento dos clientes do Grupo CGD, independentemente da sua geografia, promovendo os negócios cross-border

O BCGTA tem vindo a apostar no desenvolvimento de serviços bancários como o *leasing* e os seguros e nos canais eletrónicos e, por outro lado, prossegue a reorganização de algumas áreas chave, para uma maior agilização de processos e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

## Moçambique

O Banco Comercial e de Investimentos (BCI) manteve no primeiro semestre de 2015 o seu esforço contínuo de inovação e adoção de práticas de inclusão social, nomeadamente o contributo para o aumento dos níveis de bancarização da população, através do crescimento da sua rede de agências, o que demonstra a relevância da política de proximidade e de cobertura geográfica nacional para o Banco.

No primeiro semestre de 2015 o BCI aumentou o número de agências procedendo a uma abertura de 3 novos balcões em diversas zonas estratégicas dos centros urbanos e áreas de desenvolvimento:

- Centro integrado de negócios BCI Matola – Hanhane (província de Maputo)
- Centro Exclusivo da Maxixe (província de Inhambane)
- Agência Moamba (província de Maputo)

Com a instalação destas Agências o BCI revela a sua contribuição no processo de bancarização e suporte ao crescimento da economia nacional, permitindo, entres vários benefícios, a redução significativa dos riscos que os comerciantes corriam no processo de transporte de valores da zona rural para a cidade.

Com as novas unidades, a rede de distribuição do BCI passou a ser constituída por um total de 171 agências. Esta estrutura representa 29,6%, do total da rede de sistema bancário em Moçambique em junho de 2015.

Em relação à sua posição no sistema financeiro, o BCI manteve-se no *ranking* como 2º maior banco, liderando a quota de mercado de crédito durante o primeiro semestre, com uma quota de 29,8% e ocupando a 2ª posição ao nível das quotas de mercado de depósitos e ativos totais, com 28,5% e 27,3%, respetivamente, em junho de 2015.

Durante o primeiro semestre de 2015 verificou-se um fortalecimento do balanço do Banco em resultado da incorporação dos resultados do ano passado: o rácio de solvabilidade passou de 8,7% em dezembro de 2014 para 14,1% em junho de 2015, nível bastante superior ao mínimo de 8,0% legalmente estabelecido.

Verificou-se igualmente um crescimento significativo de carteira de depósitos com uma variação de +21,3% e da carteira de crédito com uma variação de +27,1% comparativamente a junho de 2014.

## Cabo Verde

O cenário de conjuntura recessiva refletiu-se na atividade comercial dos bancos do Grupo CGD em Cabo Verde – o Banco Comercial do Atlântico (BCA) e o Banco Interatlântico (BI).

A atividade do Banco Comercial do Atlântico no primeiro semestre do ano continua a desenvolver-se num cenário ainda desfavorável da conjuntura económica, a qual contribuiu para o agravamento da carteira de crédito em incumprimento.

O saldo líquido da carteira de crédito a clientes do BCA permaneceu quase estagnado, com um ligeiro recuo de 0,5% em relação a dezembro de 2014. No entanto, a contratação de novas operações no 1º semestre deste ano aumentou 55%, em linha com o

---

BCI aumentou o número de agências procedendo a uma abertura de 5 novos balcões em centros urbanos e áreas de desenvolvimento

---

O BCI manteve-se no *ranking* como 2º maior banco, liderando a quota de mercado de crédito durante o primeiro semestre

crescimento esperado para 2015.

Os novos créditos concedidos pelo Banco Interatlântico às empresas cresceram 55,1%

A linha de crédito de 1 milhão de contos, lançada em setembro de 2014 para as PME e instituições de microcrédito, na sequência de diretrizes emanadas da política monetária do Banco Central, já começou a ter impacto na carteira de crédito de clientes do Banco. O sucesso da referida linha permitiu que fosse aumentada para dois milhões de contos, com maturidade de 10 anos e a taxas mais vantajosas para os clientes.

A situação económica ainda não permite estancar o aumento dos créditos e juros vencidos, que se agravaram em 11,2% em relação a dezembro de 2014. Contudo, o BCA tem adotado novas estratégias visando a cobrança do crédito mal parado, através de dações em cumprimento, de renegociações sustentáveis e mantendo ainda um acompanhamento permanente dos clientes.

Os recursos de clientes, principal fonte de financiamento do BCA, cresceram 6,6% face a dezembro de 2014, com a evolução positiva dos depósitos à ordem a contribuir para a redução do custo de *funding* e consequente melhoria da margem financeira do Banco.

Os custos de estrutura, em linha com a estratégia de racionalização de custos, mantiveram-se quase constantes, o que conjugado com a aposta no incremento dos resultados do negócio, conduziu a um resultado líquido no 1º semestre superior ao registado no período homólogo.

O rácio de solvabilidade passou de 14,9% em dezembro de 2014 para 15,5% em junho deste ano, ressaltando uma margem de 5,47 p.p. sobre o mínimo de 10% exigido pela entidade supervisora.

O Banco Interatlântico desenvolveu durante este semestre o primeiro relatório de sustentabilidade sendo pioneiro nesta matéria

O Banco Interatlântico desenvolveu durante este semestre o primeiro relatório de sustentabilidade, sendo pioneiro nesta matéria, quer a nível do setor bancário quer a nível de outras empresas nacionais. Com esta iniciativa o Banco pretende reforçar no mercado a marca de empresa socialmente responsável e mostrar a sua atividade nas vertentes económica, ambiental e social.

O Banco registou um ligeiro crescimento de 1,1% na carteira de crédito líquido a clientes e uma melhoria da sua qualidade, com o crédito vencido a reduzir 13,2% face a junho 2014.

Destaca-se ainda o acréscimo no nível da captação dos recursos de clientes na ordem dos 3,7%, em relação a junho de 2014.

Em conjunto, os dois bancos possuem uma rede de 42 agências, estando o Grupo CGD presente em todas as ilhas do arquipélago.

### São Tomé e Príncipe

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), não obstante o difícil contexto, tem-se esforçado para assegurar um crescimento sustentado do seu balanço de forma quantitativa e qualitativa e manter sólida a tendência crescente do seu resultado.

BISTP centrou as suas ações ao nível da área comercial, oferecendo novos produtos aos clientes

Neste primeiro semestre de 2015, o BISTP centrou as suas ações, ao nível da área comercial, na oferta de novos produtos aos clientes e ajustando as suas taxas ativas e passivas, para melhor se adequar à forte concorrência existente no mercado.

O crédito a clientes registou uma queda na ordem de 17,0%, refletindo não só uma redução na procura, por parte dos agentes económicos, do financiamento bancário para consumo e investimento, este último consequência da falta de investimento público, principal motor da dinamização da atividade económica em S. Tomé e Príncipe, mas também uma política mais prudente adotada pelo Banco, no que toca à concessão de

crédito.

A quota de mercado do BISTP nos depósitos de clientes, no mês de maio de 2015 era de 69%, representando um recuo de 2 p.p. face a dezembro de 2014.

O fraco dinamismo da economia e a pequena dimensão do mercado onde atuam 6 bancos tornam as condições de intermediação financeira deveras difíceis, pouco rentável e de risco acrescido, tendo impacto na rentabilidade do Banco.

## África do Sul

O Mercantile Bank, fundado em 1965, opera num nicho de negócio de banca comercial, visando diferenciar-se através de um serviço personalizado e de uma oferta de soluções financeiras à medida das necessidades dos empresários sul-africanos.

Enquanto Banco de nicho, tem uma oferta abrangente de produtos e serviços adaptada às necessidades financeiras quotidianas das empresas. O Banco participa na maioria dos fluxos de pagamento, tal como qualquer outro banco sul-africano, e, em termos de balanço, é maior do que a maioria dos seus pares.

O serviço de Private Bank foi lançado pelo Mercantile em novembro de 2014 com muito sucesso e uma boa cobertura dos meios de comunicação, sendo esta a campanha mais significativa realizada pelo Banco nos últimos anos. O Banco tem também apostado no desenvolvimento dos canais eletrónicos, estando a implementar uma nova plataforma de *internet banking* e a desenvolver o lançamento da plataforma *mobile banking*.

---

Mercantile Bank apostou no desenvolvimento dos canais eletrónicos, com a implementação de uma nova plataforma de *internet banking*

## Macau

Num contexto menos favorável da economia local, o setor bancário continuou a demonstrar estabilidade e robustez financeira e uma adequada rentabilidade. Até ao presente momento, a contração do PIB em Macau tem tido pouco impacto nos bancos locais e o setor bancário continua a apresentar bons níveis de rentabilidade.

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) apresentou, nos primeiros 6 meses de 2015, um bom desempenho ao nível do crescimento do seu volume de negócio, pese embora a intensificação da concorrência no setor bancário, com o consequente impacto nas margens, na captação de depósitos e na concessão de crédito a particulares. Salienta-se também o continuado decréscimo que se tem verificado nos proveitos gerados pelas aplicações interbancárias.

Foram igualmente lançados novos produtos e serviços neste período, destacando-se o lançamento do cartão de crédito – BNU Asia Miles Visa Card - sendo o primeiro e único cartão deste tipo em Macau.

No primeiro semestre de 2015, o volume total de negócio do BNU cresceu cerca de 39,4% face ao período homólogo do ano anterior, com preponderância do crescimento do crédito sobre os recursos de clientes, 59,1% contra 29,6%, respetivamente.

Como consequência de uma melhor gestão da liquidez e o aumento da carteira de crédito, a margem financeira registou um aumento de 57,5% nos primeiros 6 meses de 2015 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Relativamente aos custos, o Banco tem vindo a fazer um esforço no sentido da sua contenção, no entanto, face à necessidade de se manter em linha com a taxa de inflação e ser competitivo em relação ao recrutamento e retenção de recursos humanos, registou-se um aumento devido ao ajustamento dos salários e do número de funcionários.

---

O BNU Macau continua a desenvolver a sua atividade de banca comercial, e, em simultâneo, mantém a responsabilidade de emitir moeda em Macau

Ainda assim a rentabilidade do banco foi superior em 46% ao período homólogo.

## Timor-Leste

Historicamente a Sucursal de Timor tem sido referência como “tesouraria” do Estado, com penetração no segmento “funcionários públicos e pensionistas”.

Considerando as limitações legais existentes quanto ao registo de garantias hipotecárias, a estratégia de concessão de crédito continua a assumir-se de forma bastante conservadora, prudencial e procurando mitigar os riscos através da dispersão da carteira em mais operações com menor valor individual.

A Sucursal reforçou a penetração no segmento de particulares, com especial incidência nos funcionários públicos e pensionistas, dada a possibilidade de obter, para estes, domiciliações irrevogáveis de pagamento de salários e pensões por parte do Estado.

A impossibilidade de registo de quaisquer ónus sobre bens (quer móveis quer imóveis) e a falta de seguros que permitam também de alguma forma “amortecer” o risco, reforça a necessidade de um posicionamento cauteloso para a análise de operações de financiamento de montantes mais elevados.

Não sendo um país com apetência natural para a constituição de poupanças, e atendendo à ainda frágil estrutura de rendimentos da maioria das famílias, regista-se uma reduzida capacidade de captação de recursos.

## Brasil

No Banco Caixa Geral Brasil (BCGB) o ano de 2014 foi marcado por uma reorientação das atividades do Grupo no mercado brasileiro: i) o Banco refocou a sua atividade como um Banco de “*Corporate & Investment Banking*” com maior peso na rentabilidade do negócio; e ii), o Grupo CGD realizou uma reorganização estratégica da sua atividade na área de corretagem, com a fusão da sua atividade de *homebroker* com a Rico (ficando o Grupo CGD com 51% da nova entidade) e encerramento das atividades de corretagem institucional.

Assim, no primeiro semestre de 2015, o Banco começou a colher os frutos desta reorientação estratégica traduzidos no aumento da atividade *cross-border* entre o Brasil e os países onde o Grupo CGD está presente e no aumento dos serviços financeiros aos setores ligados à infraestrutura e no apoio a empresas brasileiras onde a dimensão e as áreas de atuação do BCG-Brasil possam acrescentar valor no desenvolvimento das suas atividades.

Durante o primeiro semestre foram dados passos fundamentais para o desenvolvimento da atividade de clientes particulares do BCG-Brasil. Este projeto tem como objetivo potenciar o posicionamento do BCG-Brasil dentro da comunidade Luso-Brasileira captando sinergias de receitas com o Grupo CGD e melhorando o *funding* e a rentabilidade do Banco.

As receitas do Banco cresceram 32% nos primeiros 6 meses de 2015 quando comparadas com o período homólogo de 2014, enquanto os custos operacionais apresentaram uma queda de 4% (de referir que nos últimos 12 meses a inflação no Brasil foi de cerca de 8%). Assim o Banco apresentou um resultado bruto de exploração de 6,5 milhões de euros (um crescimento de 166% face ao período homólogo de 2014). O rácio *cost-to-income* do BCG-Brasil foi de 51,5% no primeiro semestre de 2015 (76,9% em igual período de 2014).

A Sucursal de Timor reforçou o negócio no segmento de particulares, com especial incidência nos funcionários públicos e pensionistas

Durante o primeiro semestre foram dados passos fundamentais para o desenvolvimento da atividade com clientes particulares do BCG-Brasil

## Outras geografias

Para além destas unidades, a rede internacional do Grupo CGD inclui ainda as Sucursais de Nova Iorque, Ilhas Caimão, Londres, Espanha, Luxemburgo, Zhuhai e Macau, e ainda um conjunto de Escritórios de Representação nos 4 continentes.

### 1.4.4. BANCA DE INVESTIMENTO

A atividade do Caixa Banco de Investimento (CaixaBI) no 1º semestre do ano gerou um produto bancário de 31,2 milhões de euros, sendo de 33,9 milhões de euros se ajustado pelo impacto negativo do registo de abates na carteira de derivados.

O atual enquadramento macroeconómico continuou a penalizar os resultados do Banco, de 0,7 milhões de euros no semestre, afetados pelo reforço de provisões e imparidades, que ascenderam a 16,9 milhões de euros. Um contributo positivo foi dado pelos resultados de ativos financeiros com um montante de 2,7 milhões de euros neste semestre.

O CaixaBI participou em diversos negócios emblemáticos, reforçando a sua posição de liderança na banca de investimento. Apresentam-se de seguida os destaques pelas principais áreas de negócio.

---

CaixaBI com  
produto bancário de  
31,2 M€

#### *Project Finance*

Destacam-se nesta área duas operações: a conclusão do projeto de reequilíbrio económico-financeiro da concessão de serviço público municipal de abastecimento de água ao município de Cascais – Águas de Cascais –, que incluiu um aditamento dos contratos de financiamento; e a conclusão da reestruturação do passivo financeiro da Tratolixo.

#### *Structured Finance*

São de referir a assessoria no âmbito da estruturação e montagem do processo da reorganização do passivo financeiro do Grupo Promor e do Grupo Marques, a assessoria financeira na alienação de créditos detidos pela CGD – Sucursal de Espanha, e a participação enquanto *arranger* no financiamento à aquisição, por parte de diversos investidores luso-brasileiros, de quatro blocos de ações representativas de 30% do capital social e direitos de voto da Brisa – Concessão Rodoviária, SGPS.

#### *Corporate Finance – Assessoria*

Destacam-se as assessorias financeiras à Fidelidade (no processo de avaliação económica e financeira da Via Directa), à Efacec (na alienação de uma participação de 65,4% na Efacec Power Solutions), à Ardian (na aquisição de participações em diversas concessões da Ascendi Group, SGPS, S.A.), e a José de Mello (na alienação de uma participação de 30% na Brisa - Concessão Rodoviária).

Adicionalmente, foram efetuadas avaliações económico-financeiras de diversas participadas da CGD, no âmbito de análises de imparidade a participações financeiras, bem como para a Parcaixa a avaliação económico-financeira das participadas Águas de Portugal e Caixa Leasing e Factoring.

## Mercado de Capitais – Dívida

No mercado primário de obrigações, destacam-se as seguintes operações:

- República de Portugal: *joint lead manager* e *bookrunner* da emissão de OT com vencimento em 2025 (3.500 milhões de euros), novo *benchmark* a 10 anos, e da emissão de OT com vencimento em 2045 (2.000 milhões de euros), emissão com a maturidade mais longa da República. *Co-lead manager* no *tap* de ambas as emissões (2.000 milhões e 500 milhões de euros, respetivamente).
- CGD: *joint lead manager* e *bookrunner* de emissão de obrigações hipotecárias com vencimento em 2022 (1.000 milhões de euros).
- REN: *joint lead manager* e *bookrunner* de emissão de *notes* com vencimento em 2025 (300 milhões de euros).
- NOS: *joint lead manager* e *bookrunner* da emissão de obrigações com vencimento em 2022 (150 milhões de euros).
- EDP: *joint lead manager* e *bookrunner* da emissão de obrigações com vencimento em 2025 (750 milhões de euros).
- Brisa: *joint lead manager* e *bookrunner* da emissão de obrigações com vencimento em 2025 (300 milhões de euros).
- Altri/Celbi: organização e liderança de emissão obrigacionista com vencimento em 2021 (35 milhões de euros).
- Sonae: organização e liderança de emissão obrigacionista com vencimento em 2022 (100 milhões de euros).
- Mota-Engil: coordenação global de emissão obrigacionista com vencimento em 2020 (95 milhões de euros), envolvendo uma Oferta Pública de Subscrição e uma Oferta Pública de Troca.
- Bank of America: *co-lead manager* de emissão de *notes* com vencimento em 2025 (750 milhões de euros).

Adicionalmente, o CaixaBI organizou e liderou doze novos programas de papel comercial, dos quais se destacam as emissões da NOS (100 milhões de euros), da Portucel (100 milhões de euros), da Secil (50 milhões de euros), da Altri/Celbi (25 milhões de euros), da RAR/Colep (23,5 milhões de euros), do Grupo Barraqueiro (20 milhões de euros) e da Iberian Salads (12,5 milhões de euros).

## Mercado de Capitais – Ações

No 1º trimestre de 2015, o Banco foi *joint bookrunner* na alienação de uma participação da José de Mello Energia, S.A. na EDP através de um *accelerated bookbuilding*. A participação alienada consistiu num bloco de 73,2 milhões de ações da EDP, representativas de 2,0% do seu capital social. A oferta atingiu um montante total de aproximadamente 249 milhões de euros e obteve um elevado sucesso, tendo alcançado um nível de procura que excedeu o total de ações existentes para venda.

## Intermediação Financeira

De acordo com os dados publicados pela CMVM relativos a maio de 2015, o CaixaBI/CGD intermediaram um volume de 1.300 milhões de euros no mercado de ações nacional, o que corresponde a uma quota de mercado de 9,1%.

Relativamente a operações de mercado com a participação do CaixaBI, são de destacar:

- José de Mello Energia: *joint bookrunner* no *accelerated bookbuilding* de 2% do capital da EDP.
- Outras operações: ABB de 22,5% da Havas, IPO da Ecolsllops e IPO de ELTE.

CaixaBI presente em diversas operações do Mercado de Capitais

## Área financeira e de Estruturação

O desempenho do CaixaBI enquanto *liquidity provider* manteve-se positivo, continuando o Banco a atuar sobre um conjunto de títulos cotados na Euronext Lisbon, tendo a Euronext atribuído ao CaixaBI o *rating* máximo “A” em todos os títulos e categorias. Também de assinalar a atividade pioneira do Banco no novo segmento criado pela Euronext para fomento de liquidez junto de investidores de retalho, o *Retail Matching Facility*.

Rating máximo “A” como *liquidity provider* em todos os títulos (Euronext)

## Sindicação e Vendas

Nesta área salienta-se a participação do CaixaBI nas emissões atrás referidas (Mercado de Capitais – Dívida) da CGD, REN, NOS, EDP, Brisa, Bank of America e República de Portugal. Nesta última, desempenhou ainda o seu papel de OEVT nos leilões de dívida pública ocorridos no semestre.

Adicionalmente, realizou 91 emissões de Papel Comercial, correspondentes a um volume de 1.075 milhões de euros.

## Capital de Risco

Foram objeto de apreciação 103 projetos, dos quais 26 mereceram aprovação. Os projetos aprovados correspondem a um investimento potencial de aproximadamente 89,1 milhões de euros, dos quais foram concretizados 8,1 milhões de euros.

### 1.4.5. GESTÃO DE ATIVOS

A evolução da atividade de gestão de ativos no Grupo CGD em 2015 insere-se numa tendência global positiva quer ao nível dos montantes geridos quer ao nível das receitas.

No primeiro semestre de 2015, o montante de ativos geridos aumentou 2,8% para 28.938 milhões de euros, em resultado da boa receptividade dos clientes particulares aos fundos mobiliários e de pensões.

No primeiro semestre de 2015, o montante de ativos geridos pela Caixa Gestão de Ativos aumentou 2,8%, para 28.938 M€

### MONTANTES SOB GESTÃO E ACONSELHAMENTO

	(milhões de euros)		
	2014-06	2014-12	2015-06
Fundos mobiliários	3.615	3.663	3.936
Patrim. sob gestão (sem fundos de pensões)	1.410	19.129	1.292
Patrimónios sob aconselhamento	2.655	872	3.343
Fundos imobiliários	18.342	1.327	19.636
Fundos de pensões	670	3.172	731
<b>Total</b>	<b>26.692</b>	<b>28.163</b>	<b>28.938</b>

As comissões recebidas até junho de 2015 ascenderam a 25,9 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 5,6% face ao semestre homólogo de 2014. Por seu lado, as comissões pagas à rede comercial da CGD aumentaram 11,2% para 8,9 milhões de euros.

## COMISSÕES GERADAS

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06
Fundos Mobiliários	9,5	22,5	10,6
Fundos Imobiliários	7,4	14,2	6,4
Fundos de Pensões	2,0	4,8	3,2
Gestão de Patrimónios	5,5	10,1	5,8
<b>Total</b>	<b>24,5</b>	<b>51,6</b>	<b>25,9</b>

Comissões pagas à rede comercial da CGD aumentaram 11,2% para 8,9 M€

### Fundos mobiliários - Caixagest

O montante dos fundos mobiliários registou um crescimento líquido de 273 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano. Para este aumento contribuiu a boa receptividade dos clientes aos fundos de mercado monetário, multi-ativos, ações e alternativos, comercializados em articulação com a rede CGD.

### FUNDOS MOBILIÁRIOS SOB GESTÃO

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06
Fundos de mercado monetário	1.906	1.938	2.125
Fundos de obrigações	384	414	340
Fundos Multi-Ativos	279	268	375
Fundos de ações	265	281	377
Fundos especiais de investimento	503	514	567
Fundos de capital protegido	278	248	152
<b>Total</b>	<b>3.615</b>	<b>3.663</b>	<b>3.936</b>

No final de junho, a Caixagest geria 30 fundos de investimento mobiliário, no valor de 3.936 milhões de euros, aplicados em diversos mercados financeiros internacionais.

As comissões geradas pelos fundos mobiliários nos primeiros seis meses totalizaram 10,6 milhões de euros, valor 10,7% superior ao do período homólogo.

### Fundos imobiliários – Fundger

Os 27 fundos imobiliários geridos pela Fundger totalizavam 1.292 milhões de euros, no final de junho. No primeiro semestre de 2015, o fundo Fundimo continuou a registar um decréscimo no montante gerido, embora menos acentuado que anteriormente. Quanto aos fundos fechados, manteve-se algum abrandamento de atividade, atendendo ao facto de se encontrarem maioritariamente afetos ao desenvolvimento e promoção imobiliária.

### FUNDOS IMOBILIÁRIOS SOB GESTÃO

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06
Fundos abertos (fundo Fundimo)	721	660	628
Fundos fechados	689	667	664
<b>Total</b>	<b>1.410</b>	<b>1.327</b>	<b>1.292</b>

As comissões geradas pelos fundos imobiliários situaram-se em 6,3 milhões de euros, valor 13,8% inferior ao do semestre homólogo de 2014, devido à diminuição de comissões no fundo Fundimo.

### Fundos de pensões - CGD Pensões

Em resultado do elevado número de subscrições nos fundos de pensões abertos e ao aumento das contribuições para os fundos fechados, o valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões no final de junho de 2015, situou-se em 3.343 milhões de euros, mais 5,4% que no início do ano.

#### FUNDOS SOB GESTÃO

	(milhões de euros)		
	2014-06	2014-12	2015-06
Fundos abertos	297	430	537
Fundos fechados	2.358	2.742	2.806
<b>Total</b>	<b>2.655</b>	<b>3.172</b>	<b>3.343</b>

As comissões geradas pelos fundos de pensões até ao final de junho totalizaram 3,2 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de 59,2%, relativamente ao semestre homólogo de 2014.

### Gestão de patrimónios - CaixaGEST

A CaixaGEST continuou a desenvolver o serviço de gestão de patrimónios, numa lógica de proximidade da rede comercial da CGD e dos respetivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço têm vindo a ser ajustadas à nova conjuntura.

Desde o início do ano, o valor das carteiras geridas cresceu 0,3%, situando-se em 22.944 milhões de euros no final de junho.

#### CARTEIRAS SOB GESTÃO

	(milhões de euros)		
	2014-06	2014-12	2015-06
Carteiras de seguros	12.005	12.504	13.047
Institucionais	6.162	6.400	6.332
Fundos de pensões	2.337	2.867	2.577
Particulares e empresas	175	226	257
Aconselhamento	670	872	731
<b>Total</b>	<b>21.349</b>	<b>22.869</b>	<b>22.944</b>

Os proveitos gerados pelo serviço de gestão de carteiras até junho de 2015 ascenderam a 5,8 milhões de euros, o que correspondeu a um aumento de 4,5% face ao semestre homólogo.

## 1.5. Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência<sup>1</sup>

### 1.5.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA

Por forma a garantir a comparabilidade, os valores de resultados líquidos e resultados antes de impostos e de interesses que não controlam referentes ao 1º semestre de 2014 foram ajustados de modo a refletir a apropriação de 15% do resultado da Fidelidade e 20% da Cares e Multicare (percentagens de participação atualmente detidas pelo Grupo CGD) e a exclusão da mais-valia obtida com a venda daquelas seguradoras.

A CGD volta a apresentar lucros no 1º semestre de 2015, tendo o resultado líquido consolidado da CGD atribuível ao acionista no período, atingido 47,1 milhões de euros, uma melhoria de 216,4 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

#### 1.5.1.1. RESULTADOS

Num contexto de descida continuada das taxas de juro e acrescida concorrência, o resultado consolidado da CGD antes de impostos e de interesses minoritários atingiu 213,5 milhões de euros, o que representa, face ao valor do 1º semestre de 2014, um crescimento de 324,2 milhões de euros.

Apesar da trajetória descendente das taxas Euribor, a gestão ativa da margem financeira que incidiu em particular nas operações passivas proporcionou um crescimento homólogo de 57,6 milhões de euros (+12,0%) da margem financeira estrita, a qual beneficiou assim de uma diminuição do custo de *funding* superior à redução sentida nos proveitos de operações ativas. Os rendimentos de instrumentos de capital aumentaram por seu turno 15,2 milhões de euros, conduzindo a um acréscimo de 14,3% na margem financeira alargada.

Os resultados em operações financeiras totalizaram 302,0 milhões de euros no final do 1º semestre, comparativamente a 166,2 milhões em igual período do ano anterior, beneficiando do bom comportamento do mercado de dívida pública num contexto de descida acentuada das taxas de juro, bem como de um adequado timing na gestão da carteira de títulos da CGD.

As comissões líquidas atingiram 247,7 milhões de euros, montante ligeiramente inferior ao observado no semestre homólogo de 2014 (-1,5%). Por áreas de negócio, relevam-se os contributos da atividade internacional (+4,2 milhões de euros, +6,4%) e da gestão de ativos (+2,5 milhões de euros, +18,3%).

Resultado consolidado antes de impostos e de interesses minoritários atinge 213,5 M€, um aumento de 324,2 M€

Gestão ativa da margem financeira propicia crescimento de 14,3%

Bom desempenho das operações financeiras

<sup>1</sup> Os valores relativos a junho de 2014 são reexpressos refletindo a aplicação da International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) 21, que conduziu ao reconhecimento nas contas do 1º semestre de 2014 dos encargos respeitantes ao ano de 2014, na sua totalidade, referentes à Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário e às contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e para o Fundo de Resolução.

## COMISSÕES LÍQUIDAS – CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

	2014-06	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
CGD Portugal	153,5	146,7	-6,8	-4,4%
Atividade internacional	65,2	69,4	4,2	6,4%
Banca de investimento	21,0	18,1	-2,9	-14,0%
Gestão de ativos	13,7	16,2	2,5	18,3%
Outros	-2,0	-2,7	-0,7	-
<b>Total</b>	<b>251,4</b>	<b>247,7</b>	<b>-3,7</b>	<b>-1,5%</b>

O produto bancário alcançou 1.154,2 milhões de euros no período em análise, uma evolução positiva de 25,8% face ao 1º semestre de 2014.

Produto bancário com evolução positiva de 25,8%

Os custos operativos registaram um aumento homólogo de 26,8 milhões de euros (+4,3%), não obstante a política de otimização da eficiência e racionalização operacional prosseguida. Este comportamento traduziu sobretudo o aumento dos custos com pessoal em 24,5 milhões de euros (+6,9%) face ao período homólogo do ano anterior, para o que contribuiu o decréscimo acentuado da taxa de desconto de responsabilidades com pensões e a dinâmica de expansão da atividade internacional do Grupo, com alargamento de rede de agências e reforço dos quadros, sobretudo das filiais BCI Moçambique (abertura de 32 novas agências entre junho de 2014 e junho de 2015) e o Banco Caixa Totta de Angola (mais 6 agências).

Estas últimas duas filiais contribuíram também de forma expressiva para o crescimento de 4,5 milhões de euros (+2,1%) verificado nos fornecimentos e serviços de terceiros.

Custos operativos crescem 4,3% decorrente sobretudo da expansão da atividade internacional

## CUSTOS OPERATIVOS E AMORTIZAÇÕES

(milhões de euros)

	2014-06	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
Custos com pessoal	352,5	377,0	24,5	6,9%
Outros gastos administrativos	219,0	223,5	4,5	2,1%
Depreciações e amortizações	54,1	52,0	-2,1	-3,9%
<b>Total</b>	<b>625,7</b>	<b>652,5</b>	<b>26,8</b>	<b>4,3%</b>

Face à evolução descrita, e beneficiando do crescimento do produto bancário, o indicador de *cost-to-income* situou-se em 54,9%, valor inferior aos 67,4% registados no semestre homólogo de 2014, e significativamente mais favorável do que os 75,5% verificados no final de 2014.

Melhoria do rácio *cost-to-income* para 54,9%, que compara com 67,4% no 1º semestre de 2014

## INDICADORES DE EFICIÊNCIA

(%)

	2014-06	2014-12	2015-06
<i>Cost-to-income</i> (atividade consolidada) <sup>(1)</sup>	67,4%	75,5%	54,9%
Custos com pessoal / Produto de atividade <sup>(1)</sup>	38,0%	41,5%	31,7%
Forn. e serv. de terceiros / Prod. de atividade	23,9%	19,4%	1,9%
Custos operativos / Ativo líquido médio	1,1%	1,3%	1,3%

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal.

Traduzindo a conjugação de todos estes fatores, o resultado bruto de exploração totalizou 501,6 milhões de euros no semestre, superior em 72,1% ao registado no período homólogo do ano anterior. Merece especial relevo o desempenho muito positivo da banca

Contributos relevantes tanto da atividade internacional como doméstica para o resultado bruto de exploração consolidado

comercial doméstica, cujo contributo para o resultado bruto de exploração consolidado atingiu 270,5 milhões de euros, correspondente a um aumento de 176,2 milhões de euros face ao período homólogo de 2014. O contributo da atividade internacional representou 40,5% do total.

### CONTRIBUTO PARA O RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO

(milhões de euros)

	2014-06	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
Banca comercial nacional	94,2	270,5	176,2	187,0%
Atividade internacional	157,1	203,0	45,9	29,2%
Banca de investimento	49,0	28,3	-20,7	-42,3%
Outros	-8,8	-0,2	8,6	-
<b>Resultado bruto de exploração</b>	<b>291,5</b>	<b>501,6</b>	<b>210,1</b>	<b>72,1%</b>

O montante de provisões e imparidades atingiu, no semestre, 321,7 milhões de euros, uma redução de 99,2 milhões de euros (-23,6%) face aos 420,9 milhões de euros do período homólogo de 2014.

### PROVISÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO

(milhões de euros)

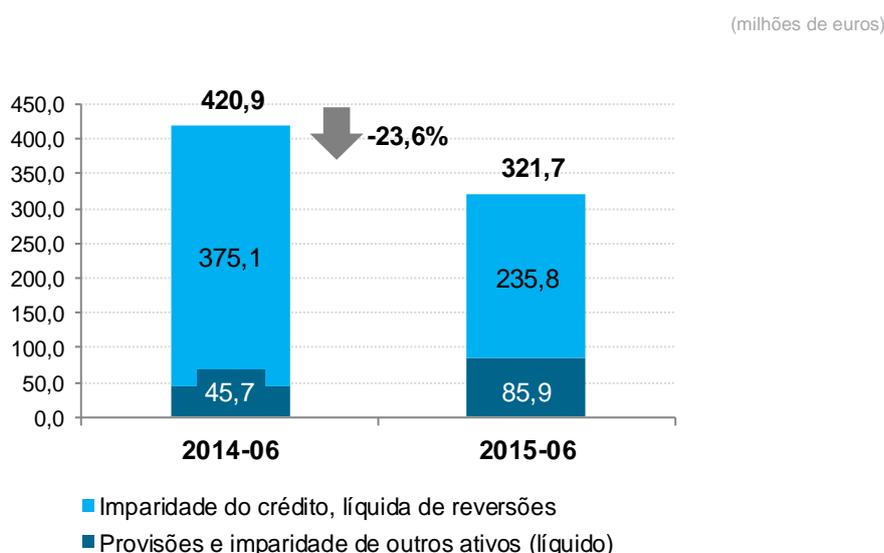
	2014-06	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
Provisões líquidas	24,1	20,4	-3,7	-15,5%
Imparidade de crédito	375,1	235,8	-139,4	-37,2%
Imparidade de outros ativos	21,6	65,6	43,9	203,3%
<b>Provisões e imparidade do exercício</b>	<b>420,9</b>	<b>321,7</b>	<b>-99,2</b>	<b>-23,6%</b>

Manutenção da trajetória descendente dos custos com provisões e imparidades

Redução do custo do risco de crédito para 0,66% (1,02% no 1º semestre de 2014)

A melhoria gradual da envolvente económica e financeira permitiu assim a redução do custo do risco de crédito que se situou em 0,66% no 1º semestre de 2015, comparativamente a 1,02% no semestre homólogo do ano anterior.

### PROVISÕES E IMPARIDADE NO PERÍODO



Os encargos com impostos somaram no 1º semestre 119,6 milhões de euros, para o que contribuiu o impacto do tratamento fiscal das provisões para crédito temporariamente não dedutíveis e a contribuição extraordinária sobre o setor bancário (30,9 milhões de euros), conduzindo a um resultado líquido consolidado de 47,1 milhões de euros, que expressa face ao valor do 1º semestre de 2014 uma melhoria de 216,4 milhões de euros.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

(milhares de euros)

	2014-06	2015-06	Variação	
			Abs.	(%)
Juros e rendimentos similares	1.721.788	1.519.979	-201.808	-11,7%
Juros e encargos similares	1.240.560	981.115	-259.445	-20,9%
Margem financeira	481.227	538.864	57.637	12,0%
Rendimentos de instrumentos de capital	27.987	43.188	15.202	54,3%
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>509.214</b>	<b>582.052</b>	<b>72.838</b>	<b>14,3%</b>
Rendimentos de serviços e comissões	323.410	311.869	-11.541	-3,6%
Encargos com serviços e comissões	72.030	64.165	-7.865	-10,9%
Comissões líquidas	251.380	247.703	-3.677	-1,5%
Resultados em operações financeiras	166.203	301.989	135.786	81,7%
Outros resultados de exploração	-9.555	22.418	31.973	-
<b>Margem complementar</b>	<b>408.029</b>	<b>572.110</b>	<b>164.082</b>	<b>40,2%</b>
<b>Produto da atividade bancária</b>	<b>917.243</b>	<b>1.154.163</b>	<b>236.920</b>	<b>25,8%</b>
Custos com pessoal	352.542	377.023	24.481	6,9%
Outros gastos administrativos	219.036	223.536	4.501	2,1%
Depreciações e amortizações	54.121	51.984	-2.136	-3,9%
Custos operativos e amortizações	625.698	652.543	26.845	4,3%
<b>Resultado bruto de exploração</b>	<b>291.545</b>	<b>501.620</b>	<b>210.075</b>	<b>72,1%</b>
Provisões e imparidade de outros ativos (líq.)	45.719	85.936	40.217	88,0%
Imparidade do crédito, líquida de reversões	375.138	235.762	-139.377	-37,2%
<b>Provisões e imparidades</b>	<b>420.857</b>	<b>321.697</b>	<b>-99.160</b>	<b>-23,6%</b>
<b>Resultados de filiais detidas para venda</b>	<b>287.254</b>	<b>-349</b>	<b>-287.602</b>	<b>-100,1%</b>
<b>Resultados em empresas associadas</b>	<b>10.770</b>	<b>33.909</b>	<b>23.139</b>	<b>214,8%</b>
<b>Res. antes imp. e int. que não controlam</b>	<b>168.711</b>	<b>213.483</b>	<b>44.772</b>	<b>26,5%</b>
<b>Impostos</b>	<b>27.701</b>	<b>119.605</b>	<b>91.905</b>	<b>331,8%</b>
Correntes e diferidos	-871	88.739	89.611	-
Contrib. extraord. sobre o setor bancário	28.572	30.866	2.294	8,0%
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>141.011</b>	<b>93.878</b>	<b>-47.133</b>	<b>-33,4%</b>
do qual:				
Interesses que não controlam	30.955	46.817	15.862	51,2%
<b>Result. líq. atribuível ao acionista da CGD</b>	<b>110.056</b>	<b>47.061</b>	<b>-62.995</b>	<b>-57,2%</b>

Nota: Os valores relativos a junho de 2014 foram reexpressos refletindo a adoção da Interpretação IFRIC 21 do International Financial Reporting Interpretations Committee, que conduziu ao reconhecimento nas contas do primeiro semestre de 2014, pela sua totalidade, dos encargos suportados no exercício com a contribuição extraordinária sobre o setor bancário e com as contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução.

### 1.5.1.2. BALANÇO

No final de junho de 2015, o ativo líquido consolidado do Grupo totalizou 100.238 milhões de euros, valor que traduz uma estabilização face ao final do ano anterior (+86 milhões de euros, +0,1%).

## ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

(milhões de euros)

GRUPO CGD	2014-06		2014-12		2015-06	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos <sup>(1)</sup>	73.081	72,9%	71.574	71,5%	71.284	71,1%
Banco Caixa Geral (Espanha)	4.620	4,6%	4.433	4,4%	4.610	4,6%
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	3.380	3,4%	4.202	4,2%	4.499	4,5%
Caixa Banco de Investimento	1.710	1,7%	1.760	1,8%	1.536	1,5%
Caixa Leasing e Factoring	2.190	2,2%	2.219	2,2%	2.245	2,2%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1.965	2,0%	2.279	2,3%	2.422	2,4%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	641	0,6%	670	0,7%	689	0,7%
Mercantile Lisbon Bank Holding (África do Sul)	559	0,6%	624	0,6%	681	0,7%
BCG Totta Angola	1.422	1,4%	1.824	1,8%	2.022	2,0%
Outras empresas <sup>(2)</sup>	10.639	10,6%	10.568	10,6%	10.251	10,2%
<b>Ativo líquido consolidado</b>	<b>100.205</b>	<b>100,0%</b>	<b>100.152</b>	<b>100,0%</b>	<b>100.238</b>	<b>100,0%</b>

(1) Atividade individual.

(2) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial.

As aplicações em títulos aumentaram 495 M€ (+2,5%) face a junho de 2014

As aplicações em títulos, incluindo os ativos com acordo de recompra e derivados de negociação, totalizaram 19.951 milhões de euros, mostrando um acréscimo de 495 milhões de euros (+2,5%) face a junho de 2014. Comparativamente ao final de 2014 o aumento da carteira foi de 389 milhões de euros (+2,0%).

### APLICAÇÃO EM TÍTULOS (CONSOLIDADO) <sup>(a)</sup>

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06
Ativ. financeiros justo valor atr. de resultados	2.936	3.074	2.847
Ativ. financeiros disponíveis para venda	16.520	16.489	17.104
<b>Total</b>	<b>19.456</b>	<b>19.562</b>	<b>19.951</b>

(a) Após imparidade e incluindo ativos com acordo de recompra e derivados de negociação.

Rátiros de qualidade de crédito penalizados pela redução do saldo da carteira

A carteira de crédito a clientes, incluindo créditos com acordo de recompra, ascendeu a 71.855 milhões em termos brutos e 66.639 milhões em termos líquidos, o que correspondeu, em termos homólogos, a uma redução dos saldos do crédito de 1,7% e de 2,2% respetivamente.

O rácio de crédito vencido com mais de 90 dias atingiu 7,4%, valor superior ao rácio de 7,0% verificado um ano antes, e de 7,1% verificado em dezembro do ano anterior. A respetiva cobertura por imparidade situou-se em 99,1% em junho de 2015.

Os rácios de crédito em risco e de crédito reestruturado, calculados de acordo com os critérios do Banco de Portugal, situaram-se em 12,4% e 10,1%, respetivamente (12,2% e 10,6% no final de 2014). De referir o efeito penalizador nestes indicadores da redução do saldo da carteira.

## QUALIDADE DE CRÉDITO

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06
<b>Crédito total</b>	<b>72.357</b>	<b>72.082</b>	<b>71.421</b>
Crédito sobre clientes (vincendo)	66.824	66.535	65.806
Crédito e juros vencidos	5.534	5.548	5.614
Do qual: vencido há mais de 90 dias	5.065	5.111	5.262
<b>Imparidade do crédito</b>	<b>4.824</b>	<b>5.094</b>	<b>5.216</b>
<b>Crédito líquido de imparidade</b>	<b>67.533</b>	<b>66.988</b>	<b>66.205</b>
<b>Rácios</b>			
Rácio de crédito com incumprimento <sup>(a)</sup>	8,8%	8,9%	9,7%
Rácio créd. incump. líq. / Crédito total líq. <sup>(a)</sup>	2,2%	1,8%	2,6%
Rácio de crédito em risco <sup>(a)</sup>	11,9%	12,2%	12,4%
Rácio crédito em risco líq. / Crédito total líq. <sup>(a)</sup>	5,5%	5,3%	5,5%
Crédito vencido / Crédito total	7,6%	7,7%	7,9%
Crédito vencido > 90 dias / Crédito total	7,0%	7,1%	7,4%
Imparid. acumulada / Créd. incumprimento	75,6%	79,9%	81,8%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	87,2%	91,8%	92,9%
Imparid. acumulada / Crédito vencido > 90 dias	95,2%	99,7%	99,1%
Imparid. crédito (DR) / Crédito total (médio)	1,02%	1,18%	0,66%

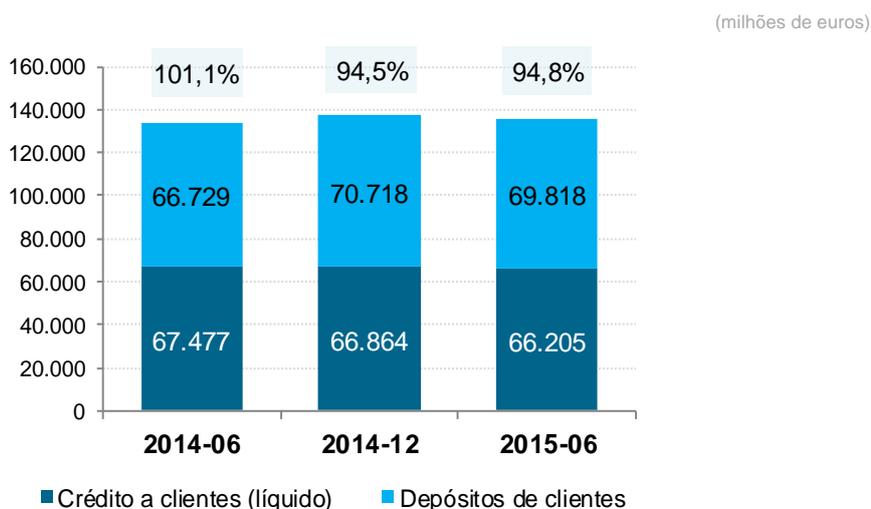
(a) Indicadores calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal.

O total do passivo, no montante de 93.847 milhões de euros, registou um ligeiro acréscimo de 0,9% face a junho de 2014.

Os recursos de clientes aumentaram 3.116 milhões de euros face ao final do 1º semestre de 2014 (+4,6%), atingindo 70.242 milhões de euros.

O rácio de transformação atingiu os 94,8%, refletindo um gap comercial negativo de 3.613 milhões de euros, o que evidencia a robustez da capacidade de captação de recursos de retalho da CGD.

## RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS



Robustez da capacidade de captação de recursos de retalho da CGD

## BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06	Variação		Variação	
				2015-06 vs 2014-06	2015-06 vs 2014-12	Abs.	(%)
<b>Ativo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.166	2.118	1.903	737	63,2%	-215	-10,1%
Aplicações em instituições de crédito	3.750	3.012	4.186	436	11,6%	1.174	39,0%
Crédito a clientes	67.477	66.864	66.205	-1.273	-1,9%	-659	-1,0%
Aplicações em títulos	18.784	18.972	19.073	289	1,5%	101	0,5%
Ativos com acordo de recompra	1.366	1.281	1.312	-54	-3,9%	31	2,4%
Ativos não correntes detidos para venda	741	804	838	97	13,1%	34	4,2%
Investimentos em filiais e associadas	307	319	295	-12	-4,1%	-24	-7,6%
Ativos intangíveis e tangíveis	838	828	818	-20	-2,3%	-10	-1,2%
Ativos por impostos correntes	114	55	51	-63	-55,2%	-4	-7,2%
Ativos por impostos diferidos	1.363	1.425	1.461	98	7,2%	35	2,5%
Outros ativos	4.299	4.474	4.096	-203	-4,7%	-378	-8,4%
<b>Total do ativo</b>	<b>100.205</b>	<b>100.152</b>	<b>100.238</b>	<b>33</b>	<b>0,0%</b>	<b>86</b>	<b>0,1%</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de bancos centrais e instit de crédito	8.435	6.002	6.019	-2.416	-28,6%	17	0,3%
Recursos de clientes	67.126	71.134	70.242	3.116	4,6%	-892	-1,3%
Passivos financeiros	1.779	2.121	1.794	15	0,9%	-327	-15,4%
Responsabilidades representadas por títulos	8.369	7.174	8.170	-199	-2,4%	995	13,9%
Provisões	907	842	859	-48	-5,3%	18	2,1%
Passivos subordinados	2.525	2.428	2.426	-99	-3,9%	-2	-0,1%
Outros passivos	3.874	3.958	4.337	462	11,9%	378	9,6%
<b>Total do passivo</b>	<b>93.016</b>	<b>93.659</b>	<b>93.847</b>	<b>831</b>	<b>0,9%</b>	<b>188</b>	<b>0,2%</b>
<b>Capitais próprios</b>	<b>7.189</b>	<b>6.493</b>	<b>6.391</b>	<b>-798</b>	<b>-11,1%</b>	<b>-102</b>	<b>-1,6%</b>
<b>Total do passivo e capitais próprios</b>	<b>100.205</b>	<b>100.152</b>	<b>100.238</b>	<b>33</b>	<b>0,0%</b>	<b>86</b>	<b>0,1%</b>

Nota: Os valores relativos a junho de 2014 foram reexpressos refletindo a adoção da interpretação IFRIC 21 do International Financial Reporting Interpretations Committee, que conduziu ao reconhecimento nas contas do primeiro semestre de 2014, pela sua totalidade, dos encargos suportados no exercício com a contribuição extraordinária sobre o setor bancário e com as contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução.

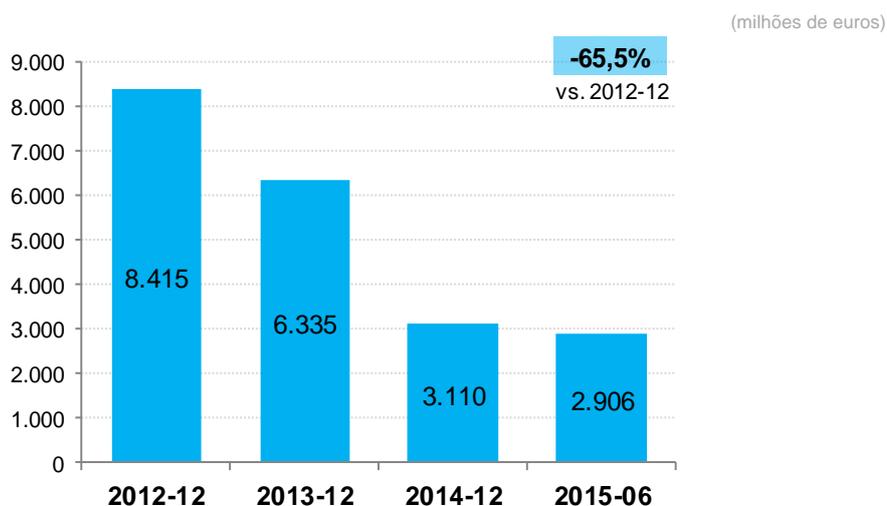
## 1.5.1.3. LIQUIDEZ

No primeiro semestre de 2015 o Conselho do BCE manteve uma política monetária de estímulo ao crescimento, na qual se inclui o programa alargado de compra de ativos – *Quantitative Easing* –, no valor de 60 mil milhões de euros mensais, a ocorrer até final de setembro de 2016 ou até que haja um ajustamento sustentado da trajetória da inflação, consistente com o objetivo de alcançar o limite de 2% no médio prazo. Estas medidas têm permitido a flexibilização das condições de financiamento global e no acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas.

No âmbito desta estratégia do BCE, o Grupo CGD substituiu parte do seu financiamento junto do Eurosistema pelas novas Operações de Prazo Alargado Direcionadas (TLTRO), aproveitando as condições de financiamento mais favoráveis. Para além disso, e face à evolução positiva da liquidez, o Grupo reduziu também o total dos recursos captados no BCE para 2,9 mil milhões de euros no final de junho, contra os 3,1 mil milhões de euros atingidos em dezembro de 2014. Considerando apenas a CGD, o financiamento obtido reduziu-se para 1,25 mil milhões no final de junho (-250 milhões, face a dezembro de

2014) correspondendo integralmente a operações de longo prazo (TLTRO).

## FINANCIAMENTO JUNTO DO BCE



Redução sustentada de financiamento junto do BCE

Pool de ativos disponíveis aumentou para 9.055 M€

Em paralelo, e no mesmo período, o Grupo CGD reduziu também o montante de ativos elegíveis afetos à *pool* do BCE em 1.183 milhões de euros (-9,0%) para 11.962 milhões de euros em junho de 2015. O valor de ativos disponíveis na referida *pool* era pois de 9.055 milhões de euros no final do 1º semestre de 2015, o que compara favoravelmente com os 7.806 milhões de euros disponíveis um ano antes.

Em janeiro 2015 nova emissão de 1.000 M€ de OH a 7 anos com cupão historicamente baixo (1%)

No início do ano, a CGD efetuou uma nova emissão de Obrigações Hipotecárias (OH) no montante de 1.000 milhões de euros com uma maturidade de 7 anos e taxa de cupão de 1%, nível historicamente baixo para emissões de dívida portuguesa nesta maturidade. A procura atraiu investidores com uma expressiva dispersão geográfica, com realce para a participação de investidores alemães (23%), tendo sido colocado um montante superior ao das emissões anteriores (750 milhões de euros em 2013 e em 2014), com uma visível redução do custo de financiamento.

LCR de 135,9% e NSFR de 134,4% atestam situação de liquidez confortável

O indicador *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) atingiu no final de junho 135,9% (99,9% um ano antes), valor significativamente acima do requisito mínimo de 60% exigido a partir de outubro de 2015 e de 100% para 2018.

Confirmando ainda a confortável situação de liquidez do Grupo CGD, o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) atingiu 134,4% no final de junho (124,9% um ano antes).

### 1.5.1.4. SOLVÊNCIA

Os capitais próprios do Grupo totalizaram 6.391 milhões de euros no final de junho de 2015, apresentando um redução de 798 milhões de euros (-11,1%) face ao observado no final de junho de 2014, influenciada sobretudo pela evolução de "Outras reservas e resultados transitados".

## CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhões de euros)

	2014-06	2014-12	2015-06
Capital social	5.900,0	5.900,0	5.900,0
Reservas de justo valor	373,5	411,8	200,9
Outras reservas e resultados transitados	-97,1	-437,9	-756,8
Interesses que não controlam	902,5	966,9	999,9
Resultado de exercício	110,1	-348,0	47,1
<b>Total</b>	<b>7.189,0</b>	<b>6.492,8</b>	<b>6.391,1</b>

Os rácios Common Equity Tier 1 (CET1) *phased-in* e *fully Implemented*, calculados de acordo com as regras da CRD IV / CRR e considerando a aplicação do regime especial dos Ativos por impostos diferidos, alcançaram em 30 de junho de 2015, 11,0% e 9,8%, respetivamente, valores que comparam com 11,7% e 11,0% registados um ano antes.

CET 1 *phased-in* e *fully implemented* de 11,0% e 9,8%, respetivamente

## RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

(milhões de euros)

	Regras CRD IV / CRR - Aplicando regime especial DTA		
	<i>Phased-in</i>		
	2014-06	2014-12	2015-06
<b>Fundos próprios</b>			
<i>Common equity tier I</i> (CET I)	7.225	6.674	6.642
<i>Tier I</i>	7.225	6.674	6.642
<i>Tier II</i>	1.155	1.108	893
Total	8.380	7.782	7.535
<b>Ativos ponderados</b>	<b>61.660</b>	<b>60.173</b>	<b>60.411</b>
<b>Rácios de solvabilidade</b>			
CET I	11,7%	11,1%	11,0%
<i>Tier I</i>	11,7%	11,1%	11,0%
Total	13,6%	12,9%	12,5%
	<i>Fully Implemented</i>		
	2014-06	2014-12	2015-06
<b>Fundos próprios</b>			
<i>Common equity tier I</i> (CET I)	6.778	6.114	5.933
<b>Ativos ponderados</b>	<b>61.698</b>	<b>60.212</b>	<b>60.442</b>
Rácio CET I	11,0%	10,2%	9,8%

Margem financeira alargada atingiu 346 M€ (+6,3% face a junho de 2014)

O rácio de *Leverage fully implemented* atingiu 5,6% no final de junho de 2015, que compara com 6,2% verificados um ano antes.

## 1.5.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL

### 1.5.2.1. RESULTADOS

A atividade individual da CGD registou no primeiro semestre de 2015 um resultado líquido negativo de 47,6 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 418,1 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior (resultado negativo de 465,7 milhões de euros no 1º semestre de 2014).

A margem financeira alargada atingiu 346 milhões de euros, aumentando 6,3% relativamente ao valor verificado no semestre homólogo do ano anterior. A margem de juros aumentou 10,1 milhões de euros (+3,6%) beneficiando de uma redução do custo de *funding* superior à diminuição observada nos proveitos de operações ativas. Também os rendimentos de instrumentos, ao situarem-se em 59,4 milhões de euros, observaram um aumento de 21,5%.

A margem complementar, por seu turno, registou um comportamento muito favorável ficando 327,1 milhões de euros acima do semestre homólogo de 2014, beneficiando sobretudo da evolução dos resultados em operações financeiras.

Após a dedução dos custos operativos e amortizações, no montante de 459,8 milhões de euros (+3,2% face ao 1º semestre de 2014), observou-se uma evolução positiva do resultado bruto de exploração, que aumentou 333,5 milhões de euros, atingindo 489,9 milhões de euros.

O esforço de provisionamento no semestre, embora em trajetória descendente com um montante de provisões e imparidades inferior em 230,0 milhões de euros (-30,3%) ao verificado no período homólogo de 2014, conduziu a um resultado negativo antes de imposto de 38,4 milhões de euros e após impostos de 47,6 milhões de euros, este último correspondente a uma melhoria de 418,1 milhões de euros face ao registado no primeiro semestre de 2014.

### 1.5.2.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

O ativo líquido da atividade individual da CGD alcançou, no final de junho de 2015, 90.388 milhões de euros, valor inferior ao registado em dezembro de 2014 em 470 milhões de euros (-0,5%), destacando-se na sua evolução a redução do crédito a clientes em 1.478 milhões de euros (-2,7%) e o aumento das aplicações em bancos centrais e instituições de crédito em 1.304 milhões de euros (+24,8%).

O total do passivo, no montante de 86.773 milhões de euros, registou um decréscimo no semestre de 307 milhões de euros (-0,4%). Para este comportamento contribuiu a redução dos recursos de clientes em 1.102 milhões de euros (-1,8%), compensada por um acréscimo em 1.012 milhões de euros (+14,2%) nas responsabilidades representadas por títulos, este último decorrente de uma nova emissão de Obrigações Hipotecárias no montante de 1.000 milhões de euros pela CGD no início do ano.

Os capitais próprios totalizaram 3.615 milhões de euros no final de junho de 2015, montante inferior em 164 milhões ao observado em dezembro último (-4,3%), refletindo a variação desfavorável das reservas e dos resultados transitados.

Ativo líquido da atividade individual da CGD alcançou 90,4 mil M€, no final de junho de 2015

## 1.6. Principais riscos e incertezas no 2º semestre de 2015

Apesar do desapontamento na primeira metade do ano com a evolução da atividade económica em algumas das principais economias mundiais, nomeadamente nos EUA, e também em diversos países emergentes, a retoma cíclica atualmente em curso deverá mostrar uma aceleração no segundo semestre, devendo o ritmo permanecer moderado.

A perspetiva de aceleração do crescimento assenta numa conjuntura financeira ainda favorável, alicerçada em taxas de juro historicamente baixas e contínua valorização dos ativos financeiros; em preços energéticos reduzidos; numa estabilização da economia chinesa; na geração de mais emprego, não só nos EUA; e na recuperação do ritmo de concessão de crédito ao setor privado, para o qual o conjunto de medidas anunciadas pelo BCE no primeiro semestre representou um importante fator de suporte no caso da retoma da economia da Área Euro, a qual se perspetiva que continue.

Não obstante a expectativa de melhoria do contexto económico global, é possível identificar um conjunto de riscos e incertezas para o período correspondente ao segundo semestre de 2015.

Em primeiro lugar, poderá assistir-se, no segundo semestre do ano, ao primeiro aumento desde 2006 da taxa diretora por parte da Reserva Federal dos EUA, dado que a taxa de desemprego se encontra próxima dos valores de pleno emprego. Caso se confirme, é incerta a altura e a magnitude do agravamento. O início do processo de retirada dos estímulos monetários, ainda que justificado pelas melhores condições económicas, nomeadamente pela retoma do mercado de trabalho e perspetivas de aceleração do crescimento dos salários, poderá originar períodos de instabilidade, patentes em agravamentos de volatilidade nos mercados financeiros, podendo assistir-se a impactos adversos nos níveis de confiança e de atividade.

Em segundo lugar, um dos principais riscos para a segunda metade do ano prende-se com o comportamento de algumas das principais economias emergentes. Depois de no primeiro semestre, devido a fatores específicos, não só a China mas economias como o Brasil e a Rússia, entre outras, terem desapontado, a ausência de reformas estruturais habilitadas a colmatar alguns dos principais desequilíbrios, elevam a probabilidade da conjuntura permanecer fraca em diversos países em desenvolvimento. Do ponto de vista dos fatores externos, o referido ajuste dos estímulos monetários nos EUA, caso ocorra de forma mais rápida, propicia uma expectativa de apreciação do dólar e de liquidez global mais restritiva, traduzindo-se numa pressão para o redirecionamento de capitais. Em alguns casos, tal poderá obrigar determinados bancos centrais a decretar aumentos das taxas de juro, afetando de forma negativa o crescimento económico.

Saliente-se ainda que, em alguns casos, não só de países emergentes mas também desenvolvidos, o possível enfraquecimento dos preços das matérias-primas torna suscetível um impacto significativo sobre as receitas fiscais e correntes dos países exportadores das mesmas, colocando em causa a sustentabilidade das finanças públicas e o desempenho da economia.

Em terceiro lugar, um risco não menos negligenciável diz respeito aos resultados das negociações entre a Grécia e as instituições no que respeita à obtenção de um acordo que permita desbloquear as verbas necessárias para colmatar as necessidades de financiamento daquele Estado Membro da Área Euro, no âmbito de um 3º programa de assistência financeira. Se por um lado a obtenção célere de um acordo é favorável a um cenário de estabilidade financeira e contribui para mitigar potenciais efeitos de contágio,

tal acordo poderá contribuir para aumentar incertezas de ordem política e económica, relacionadas com os efeitos negativos de curto prazo na atividade.

Em quarto lugar, na Área Euro, apesar do crescimento mais robusto verificado desde o verão do ano passado, subsistem ainda diversos constrangimentos e desafios. Desde logo, relacionados com a necessidade de reforçar o crescimento económico potencial num contexto em que os esforços de consolidação orçamental, embora tenham abrandado, permanecem ainda necessários em diversos países membros. Tal afigura-se crucial para dar resposta ao desemprego que, embora tenha descido ao longo dos últimos meses, permanece elevado.

Em quinto lugar, um fator de risco adicional e transversal às economias desenvolvidas prende-se com a magnitude da reflução que se aguarda. A forte queda das cotações das principais matérias-primas energéticas na segunda metade de 2014 elevou gradualmente os receios de deflação no mundo desenvolvido ainda no início deste ano. A estabilização e ligeira recuperação daquelas cotações contribuiu para reduzir os receios de um cenário de queda sustentada dos preços, bem como para a estabilização das expectativas de inflação.

O recente anúncio de incremento da produção por parte de alguns dos principais países exportadores de petróleo, o acordo quanto à questão nuclear do Irão, que permite ao país voltar a exportar petróleo, e o abrandamento registado em algumas economias emergentes de grande dimensão e muito dependentes da energia, levou a uma nova queda da cotação de petróleo. Na segunda metade de 2015 é possível que se assista a um renovado período de queda das expectativas de inflação e, novamente, incertezas e preocupações, por parte de alguns dos principais bancos centrais no que concerne a um novo aumento do desvio dos níveis de inflação face aos respetivos objetivos. Poderá, assim, permanecer elevada a pressão para o reforço dos estímulos monetários por parte de alguns bancos centrais, entre eles o BCE.

A evolução dos respetivos indicadores ao longo do primeiro semestre de 2015 indica que a implementação do programa de alívio quantitativo por parte do BCE tem vindo a surtir os efeitos desejados no que respeita ao objetivo, entre outros, de melhoria generalizada das condições de financiamento às economias e consequente efeito na evolução do crédito concedido na região que mostrou significativas melhorias, principalmente por via do crédito a particulares, mas também refletindo a ligeira melhoria no crédito a empresas não financeiras.

Perspetiva-se assim, um andamento positivo da oferta de crédito em resposta a uma recuperação na procura de crédito, num contexto de menores taxas de juro, diminuição dos *spreads* praticados, melhoria da capacidade de exposição ao risco por parte dos bancos e redução do incumprimento, com impactos positivos sobre a atividade económica. Apesar disso, a recuperação do crédito na Área Euro mantém-se em parte restringida pelos níveis de desemprego ainda elevados, pelos esforços de consolidação de balanço ainda em curso em diversas instituições, e que em muitos casos tem resultado numa redução do crédito concedido, e níveis elevados de endividamento das empresas e famílias em diversas economias.

Em Portugal, após uma melhoria dos indicadores durante a primeira metade do ano, durante o qual o crescimento permaneceu positivo, antevê-se que a retoma prossiga de forma gradual. À semelhança das economias da periferia europeia, continuou a observar-se uma melhoria das condições de financiamento, a par de uma ligeira diminuição da respetiva restritividade da concessão de crédito, apesar do nível de endividamento dos particulares e das empresas.

## 1.7. Rating do Grupo

No 2º trimestre de 2015, no seguimento de medidas regulatórias e legislativas introduzidas – Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD) e Mecanismo Único de Resolução (SRM) – que reduziram significativamente a probabilidade de suporte governamental aos bancos, as principais agências de *rating* reviram as notações atribuídas aos bancos a nível global.

Redução da probabilidade de suporte governamental aos bancos afeta *ratings*

### RATING DO GRUPO

	CGD			Portugal		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Data	Curto Prazo	Longo Prazo	Data
<b>Standard &amp; Poor's</b>	B	BB-	2015-05	B	BB	2015-03
<b>FitchRatings</b>	B	BB-	2015-05	B	BB+	2015-03
<b>Moody's</b>	N/P	B1	2015-06	N/P	Ba1	2014-07
<b>DBRS</b>	R-2 (mid)	BBB (low)	2015-05	R-2 (mid)	BBB (low)	2015-05

Assim, em 22 de maio, a Fitch Ratings reduziu o *Long-Term Issuer Default Rating* da CGD de 'BB+' para 'BB-', tendo reafirmado o *Viability Rating*, de 'bb-'. Adicionalmente melhorou o *outlook* de 'negativo' para 'estável'.

Por seu turno, em 11 de junho, como resultado da implementação da sua nova metodologia de *rating* de bancos, a Moody's reviu em alta a notação *Standalone Baseline Credit Assessment* (BCA) da CGD de 'caa1' para 'b3'. Simultaneamente, reviu em baixa a notação de longo-prazo para os depósitos e a dívida sénior de 'Ba3' para 'B1', com perspetiva 'estável' e 'negativa', respetivamente. As notações de curto-prazo para os depósitos e a dívida sénior mantiveram-se em 'Not Prime'.

Também a DBRS, tendo em atenção a alteração do suporte sistémico, em 20 de maio colocou sob revisão os *ratings* de um conjunto alargado de bancos europeus, tendo no entanto referido que os *ratings* da CGD não são afetados por esta ação, dado que o *Intrinsic Assessment* (IA) do Banco, de 'BBB (low)', não beneficiar atualmente de *uplift* decorrente do suporte estatal.

Em 28 de maio de 2015, a Standard & Poor's reafirmou os *ratings* de longo e curto prazo da CGD, de 'BB-' e 'B' respetivamente, bem como o seu *Stand-Alone Credit Profile* (SACP), de 'b+'. O *outlook* manteve-se 'estável'.

## 1.8. Sustentabilidade

A CGD continua a manter uma posição de vanguarda, enquanto Banco com um assumido compromisso para com o investimento no futuro do País, em torno de uma visão a longo prazo.

Verificou-se, no decurso do semestre, a revisão da estratégia de sustentabilidade para o triénio 2015-2017, em torno de 10 áreas de atuação que integram a visão de sustentabilidade do Grupo CGD assentes em três temas – negócio responsável, comunidade e ambiente. A gestão do Programa Corporativo de Sustentabilidade e a comunicação e formação são aspetos transversais aos vários temas selecionados.

Visão de Sustentabilidade do Grupo CGD:

- Negócio Responsável
- Comunidade
- Ambiente

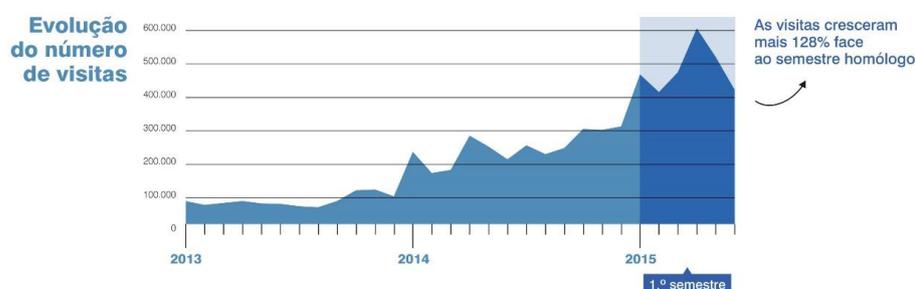


Consciente dos desafios sociais e ambientais emergentes, para além dos objetivos financeiros, a CGD assume uma preocupação estratégica que assegure uma atividade sustentável em linha com a imagem, reputação e contributo social ambicionados.

Saldo Positivo, peça fundamental do Programa de Literacia Financeira da Caixa

O *site* do Saldo Positivo, peça fundamental do Programa de Literacia Financeira da Caixa, registou, entre janeiro e junho de 2015, um crescimento significativo de visitantes (2.782 mil, +128% face ao período homólogo) e de visualizações de páginas (12.742 mil, +107%), tendo sido o melhor semestre de sempre desde o lançamento do portal.

Estes números recorde, sentidos tanto na área de Particulares como na área de Empresas, justificam-se por dois grandes motivos: por um lado, fatores relativos à própria atualidade dado que o início ano marcou a entrada em vigor de novas leis que levaram as famílias e as empresas a procurar esclarecimento sobre estas matérias (ex: reforma do IRS) e, por outro, a valorização dos conteúdos do Saldo Positivo pelo Google dando origem a um número crescente de artigos do Saldo Positivo a aparecerem no topo das pesquisas deste motor de busca. Merece também referência especial a parceria iniciada em maio último entre o Saldo Positivo e a Microsoft para a divulgação de conteúdos do portal de literacia financeira no MSN.



Apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo português

A CGD mantém como estratégia o apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo português. A este nível, refira-se a parceria ativa (patrocínio e investimento da Caixa Capital nos projetos mais promissores) com 2 aceleradores (Act by COTEC, Lisbon Challenge da Beta-i) e a possibilidade de renovação do apoio ao acelerador Building Global Innovators. A estes três aceleradores foram recentemente adicionadas mais duas parcerias: o acelerador da Carnegie Mellon University e o acelerador da Startup Braga.

Entretanto, e ainda no âmbito das incubadoras, foram recentemente inauguradas as novas instalações da Start Up Lisboa (na Rua da Prata 81, em Lisboa) espaço cujo *namings* passa a ser “espaço caixa empreender” e que conta com o apoio da CGD a título de patrocínio.

A CGD é o primeiro banco português com um Sistema de Gestão Ambiental e a Certificação ISO 14001

A CGD mantém ativo o patrocínio ao portal *womenwinwin*, dedicado à disseminação do espírito empreendedor no seio da comunidade feminina, tendo tido lugar na Culturgest vários *workshops* relacionados com este tema.

De referir ainda o conjunto de atividades desenvolvidas pela Caixa Capital ao nível do investimento em diversos projetos com diferentes estágios de desenvolvimento.

A estratégia da CGD para as alterações climáticas foi reconhecida pelas Nações Unidas

A CGD é o primeiro banco português com um Sistema de Gestão Ambiental e a Certificação ISO 14001 e o único banco ibérico a liderar no combate às alterações climáticas, promovendo a Economia Verde e de Baixo Carbono (A+) – Carbon Disclosure Project.

Em junho de 2015 a estratégia da CGD para as alterações climáticas foi reconhecida pelas Nações Unidas. O compromisso assumido pelo Banco na resposta às alterações climáticas foi destacado no portal da Convenção - Quadro das Nações Unidas para o Combate às Alterações Climáticas (UNFCCC).

## 1.9. Declarações do Conselho de Administração

### 1.9.1. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1º semestre de 2015 tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 26 de agosto de 2015

#### O Conselho de Administração

##### Presidente

Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento

##### Vice-Presidente

Dr. José Agostinho Martins de Matos

##### Vogais

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dr.ª Ana Cristina de Sousa Leal

Dr.ª Maria João Borges Carioca Rodrigues

Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

Dr. José Ernst HENZLER Vieira Branco

Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Prof. Doutor Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Prof. Doutor Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

## 1.9.2. DECLARAÇÃO SOBRE A AUDITORIA ÀS CONTAS

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao 1º semestre de 2015 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 26 de agosto de 2015

### O Conselho de Administração

#### **Presidente**

Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento

#### **Vice-Presidente**

Dr. José Agostinho Martins de Matos

#### **Vogais**

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina de Sousa Leal

Dr.<sup>a</sup> Maria João Borges Carioca Rodrigues

Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

Dr. José Ernst Henzler Vieira Branco

Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Prof. Doutor Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Prof. Doutor Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

## 1.10. Posição obrigacionista dos membros do Conselho de Administração

(ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Obrigacionistas Membros do Conselho de Administração:	Título	Nº títulos em 30/06/2015
Dr. João Nuno Palma	Obrig. Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	50
Dr. José Pedro Cabral dos Santos	Obrigações de Caixa Julho 2015	15.000

## 1.11. Indicação sobre acionistas da CGD

(ART.º 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Acionistas	Capital Social em 30/06/2015	% da Participação em 30/06/2015
Estado Português	5 900 000 000 Euros	100%

# 1.12. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

## CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

### BALANÇOS INDIVIDUAIS

(euros)

	30-06-2015		31-12-2014		Notas	30-06-2015	31-12-2014
	Ativo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido			
<b>ATIVO</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	797.085.826	-	797.085.826	1.201.671.351	14	1.338.209.526	1.606.621.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	444.210.316	-	444.210.316	419.994.761	10	1.849.402.337	2.171.879.513
Ativos financeiros de curto prazo para negociação	2.033.289.144	-	2.033.289.144	2.225.763.404	14	4.501.307.000	4.413.264.954
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	593.922.974	-	593.922.974	584.021.929	15	60.659.904.752	61.761.688.823
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.291.436.945	(410.098.013)	17.881.338.932	17.878.654.218	16	8.132.439.301	7.120.411.742
Ativos financeiros com acordo de recompra	1.044.792.601	-	1.044.792.601	1.094.405.815	17	4.464.740.918	4.367.390.845
Aplicações em instituições de crédito	5.343.491.450	(13.619.938)	5.329.871.512	3.645.595.429	10	18.788.423	20.040.095
Crédito a clientes	59.678.049.546	(5.955.732.106)	53.722.317.440	55.200.604.208	18	980.567.991	962.363.275
Devidos de cobertura	45.368.136	-	45.368.136	80.307.888	12	21.126.766	2.378.843
Ativos não correntes de curto prazo para venda	528.487.562	(135.962.176)	392.525.386	377.740.213	12	134.493.698	155.470.227
Propriedades de investimento	2.950.623	-	2.950.623	2.950.623	19	2.600.722.037	2.606.273.352
Outros ativos tangíveis	1.241.631.653	(879.104.345)	362.527.308	378.349.515	20	2.071.775.215	1.692.318.353
Ativos intangíveis	671.389.823	(590.128.911)	81.260.912	85.527.241			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.326.992.269	(690.168.100)	3.646.824.169	3.321.219.760		86.772.877.964	87.080.101.722
Ativos por impostos correntes	24.345.545	-	24.345.545	22.763.497			
Ativos por impostos diferidos	1.698.278.781	-	1.698.278.781	1.603.350.530	21	5.900.000.000	5.900.000.000
Outros ativos	2.457.306.192	(170.551.916)	2.286.754.276	2.734.623.794	22	326.327.250	473.928.811
					22	(2.564.006.868)	(1.457.166.107)
					22	(47.554.465)	(1.139.320.250)
						3.614.765.917	3.777.442.454
<b>Total do ativo</b>	<b>99.223.009.386</b>	<b>(6.835.365.505)</b>	<b>90.387.643.881</b>	<b>90.857.544.176</b>		<b>90.387.643.881</b>	<b>90.857.544.176</b>

#### PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

Recursos de bancos centrais	14	1.338.209.526	1.606.621.700
Passivos financeiros de curto prazo para negociação	10	1.849.402.337	2.171.879.513
Recursos de outras instituições de crédito	14	4.501.307.000	4.413.264.954
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	60.659.904.752	61.761.688.823
Responsabilidades representadas por títulos	16	8.132.439.301	7.120.411.742
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	17	4.464.740.918	4.367.390.845
Devidos de cobertura	10	18.788.423	20.040.095
Provisões	18	980.567.991	962.363.275
Passivos por impostos correntes	12	21.126.766	2.378.843
Passivos por impostos diferidos	12	134.493.698	155.470.227
Outros passivos subordinados	19	2.600.722.037	2.606.273.352
Outros passivos	20	2.071.775.215	1.692.318.353
<b>Total do passivo</b>		<b>86.772.877.964</b>	<b>87.080.101.722</b>
<b>Capital</b>	21	<b>5.900.000.000</b>	<b>5.900.000.000</b>
<b>Reservas de reavaliação</b>	22	<b>326.327.250</b>	<b>473.928.811</b>
<b>Outras reservas e resultados transferidos</b>	22	<b>(2.564.006.868)</b>	<b>(1.457.166.107)</b>
<b>Resultado do período</b>	22	<b>(47.554.465)</b>	<b>(1.139.320.250)</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3.614.765.917</b>	<b>3.777.442.454</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>90.387.643.881</b>	<b>90.857.544.176</b>

#### O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

#### O Conselho de Administração

Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carroca Rodrigues

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Frausto Crespo de Carvalho

José Ernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS**

(euros)

	Notas	Reexpresso	
		30-06-2015	30-06-2014
Juros e rendimentos similares	23	1.137.830.699	1.419.995.327
Juros e encargos similares	23	(851.292.067)	(1.143.525.961)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>286.538.632</b>	<b>276.469.366</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	24	59.429.673	48.928.239
Rendimentos de serviços e comissões	25	213.893.524	224.256.773
Encargos com serviços e comissões	25	(42.835.666)	(47.698.116)
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	131.797.676	(98.992.396)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	27	115.716.116	206.667.863
Resultados de reavaliação cambial	26	1.675.301	(2.996.944)
Resultados de alienação de outros ativos	28	149.094.562	(13.633.068)
Outros resultados de exploração	29	34.426.382	9.070.997
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>949.736.200</b>	<b>602.072.714</b>
Custos com pessoal	30	(260.546.442)	(248.410.734)
Gastos gerais administrativos	31	(165.157.542)	(159.904.186)
Amortizações do exercício		(34.089.124)	(37.322.047)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	(17.414.262)	(5.428.396)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	(466.081.677)	(730.465.468)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(35.083.423)	(13.531.978)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	18	(9.774.435)	(8.942.980)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>(38.410.705)</b>	<b>(601.933.075)</b>
Impostos sobre lucros			
Correntes	12	(71.229.318)	(30.372.128)
Diferidos	12	62.085.558	166.612.069
		(9.143.760)	136.239.941
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(47.554.465)</b>	<b>(465.693.134)</b>
Número médio de ações ordinárias emitidas	21	1.180.000.000	1.180.000.000
Resultado por ação (Euros)		(0,04)	(0,39)

**O Técnico Oficial de Contas**

Andreia Júlia Meneses Alves

**O Conselho de Administração***Presidente:* Álvaro José Barrigas do Nascimento*Vice-Presidente:* José Agostinho Martins de Matos*Vogais:* Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Mária João Borges Carioca Rodrigues

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Ernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO  
INTEGRAL INDIVIDUAIS**

(milhares de euros)

*Reexpresso*

	30-06-2015	30-06-2014
<i>Saldos passíveis de reclassificação para resultados</i>		
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no período	(122.007)	673.263
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no período	35.471	13.671
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(115.716)	(206.668)
Efeito fiscal	54.651	(140.795)
Variações cambiais em Sucursais	(4.326)	(874)
Outros	74	(49)
<i>Sub-total</i>	(151.853)	338.549
<i>Saldos não passíveis de reclassificação para resultados</i>		
Responsabilidades com benefícios pós-emprego		
Variação ocorrida no período	-	(11.246)
Efeito fiscal	36.731	2.859
<i>Sub-total</i>	36.731	(8.387)
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	(115.122)	330.162
Resultado líquido do período	(47.554)	(465.693)
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	(162.677)	(135.531)

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS**

(milhares de euros)

	30-06-2015	30-06-2014
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1.408.260	1.668.138
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(867.798)	(1.050.430)
Recuperação de capital e juros	7.241	9.876
Pagamentos a empregados e fornecedores	(405.609)	(415.578)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(37.206)	(12.275)
Outros resultados	31.651	1.812
	136.538	201.543
<b>(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:</b>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(477.106)	634.193
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	1.009	(85.744)
Outros ativos	286.005	(178.173)
	(190.092)	370.276
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</b>		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(179.411)	(1.755.223)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(930.114)	1.232.567
Outros passivos	373.755	(20.356)
	(735.771)	(543.013)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros</b>	<b>(789.325)</b>	<b>28.806</b>
Impostos sobre lucros	(31.277)	(18.241)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>(820.602)</b>	<b>10.566</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Rendimentos de filiais e associados	42.313	25.603
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	20.845	19.069
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	-	(3.236)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(445.653)	394.791
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(14.054)	(14.514)
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<b>(396.548)</b>	<b>421.712</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros de passivos subordinados	(64.989)	(61.208)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(103.783)	(166.821)
Emissão de passivos subordinados, líquida de recompras e reembolsos	-	-
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de recompras e reembolsos	1.003.471	(445.834)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<b>834.699</b>	<b>(673.863)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(382.452)</b>	<b>(241.585)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.621.666	1.223.465
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	2.082	253
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(382.452)	(241.585)
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1.241.296</b>	<b>982.133</b>

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS**

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados				Resultado do período	Total	
		Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Imobilizado	Total	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.900.000	(49.893)	14.486	110.425	75.018	862.906	230.926	(1.056.101)	37.731	(1.090.515)	4.922.234
Distribuição do resultado do exercício de 2013:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(1.090.515)	(1.090.515)	1.090.515	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	480.267	(140.795)	-	339.472	-	-	-	-	-	339.472
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(8.387)	(8.387)	-	(8.387)
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	(874)	-	(874)	-	(874)
Outros	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)	-	(49)
<b>Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios</b>	-	480.267	(140.795)	-	339.472	-	(923)	(8.387)	(9.310)	-	330.162
Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	28.435	(28.435)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(465.693)	(465.693)
Saldo em 30 de junho de 2014 (reexpresso)	5.900.000	430.374	(126.309)	110.425	414.490	862.906	258.438	(2.183.438)	(1.062.094)	(465.693)	4.786.703
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	500.349	(136.846)	110.425	473.929	862.906	(128.709)	(2.191.364)	(1.457.166)	(1.139.320)	3.777.443
Distribuição do resultado do exercício de 2014:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(1.139.320)	(1.139.320)	1.139.320	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(202.252)	54.651	-	(147.602)	-	-	-	-	-	(147.602)
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	36.731	-	36.731	-	36.731
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	(4.326)	-	(4.326)	-	(4.326)
Outros	-	-	-	-	-	-	74	-	74	-	74
<b>Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios</b>	-	(202.252)	54.651	-	(147.602)	-	32.479	-	32.479	-	(115.122)
Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(5.211)	5.211	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.554)	(47.554)
Saldo em 30 de junho de 2015	5.900.000	298.097	(82.195)	110.425	326.327	862.906	(101.440)	(3.325.473)	(2.564.007)	(47.554)	3.614.766

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****BALANÇOS CONSOLIDADOS**

(euros)

	30-06-2015		31-12-2014		Notas	30-06-2015	31-12-2014
	Ativo bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido			
<b>ATIVO</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.903.431.404	-	1.903.431.404	2.118.027.822	17	6.019.129.869	6.001.686.647
Disponibilidades em outras instituições de crédito	815.300.295	-	815.300.295	878.298.322	18	70.242.369.645	71.134.176.003
Aplicações em instituições de crédito	3.382.425.777	(11.497.191)	3.370.928.586	2.133.664.959	19	8.169.564.282	7.174.477.669
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6.101.157.476	(11.497.191)	6.089.660.285	5.129.991.103		78.411.933.907	78.308.653.672
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.846.895.856	(353.417.948)	2.493.477.908	3.073.575.571			
Ativos financeiros com acordo de recompra	16.579.237.483		16.225.819.535	15.898.392.265	10	1.794.000.505	2.121.126.901
Ativos financeiros com reavaliação positiva	1.312.289.423	-	1.312.289.423	1.281.125.939	10	14.869.079	20.040.095
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	45.368.137	-	45.368.137	78.007.840	12	2.833.975	1.916.688
Crédito a clientes	20.793.790.899	(953.417.948)	20.430.372.951	20.331.101.615	20	573.394.590	572.386.256
Ativos não correntes detidos para venda	71.420.604.683	(5.215.959.573)	66.204.645.110	66.863.571.726	20	285.799.973	269.271.739
Ativos não correntes detidos para venda	1.223.314.706	(385.354.711)	837.959.995	804.440.379	15	45.329.336	38.533.175
Propriedades de investimento	1.198.921.569	-	1.198.921.569	1.185.246.257	15	339.065.330	370.362.213
Outros ativos tangíveis	1.712.725.498	(1.044.155.623)	668.569.875	666.307.144	21	2.425.894.444	2.427.905.103
Ativos intangíveis	833.765.898	(663.967.175)	149.798.723	161.717.282	22	3.934.773.463	3.527.392.288
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	294.731.567	-	294.731.567	318.845.536		93.846.924.471	93.659.274.777
Ativos por impostos correntes	50.969.571	-	50.969.571	54.947.327			
Ativos por impostos diferidos	1.460.605.722	-	1.460.605.722	1.425.191.533	23	5.900.000.000	5.900.000.000
Outros ativos	3.102.921.790	(251.169.767)	2.851.752.023	3.206.684.551	24	200.866.602	411.809.630
					24	(756.772.665)	(437.936.995)
					24	47.061.095	(348.044.044)
					25	999.907.888	966.931.095
						6.391.062.920	6.492.759.676
<b>Total do ativo</b>	<b>108.183.509.379</b>	<b>(7.945.521.988)</b>	<b>100.237.987.391</b>	<b>100.152.034.453</b>		<b>100.237.987.391</b>	<b>100.152.034.453</b>

**PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO**

Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	17	6.019.129.869	6.001.686.647
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	70.242.369.645	71.134.176.003
Responsabilidades representadas por títulos	19	8.169.564.282	7.174.477.669
		78.411.933.907	78.308.653.672
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	1.794.000.505	2.121.126.901
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	10	14.869.079	20.040.095
Passivos não correntes detidos para venda	12	2.833.975	1.916.688
Provisões para benefícios dos empregados	20	573.394.590	572.386.256
Provisões para outros riscos	20	285.799.973	269.271.739
Passivos por impostos correntes	15	45.329.336	38.533.175
Passivos por impostos diferidos	15	339.065.330	370.362.213
Outros passivos subordinados	21	2.425.894.444	2.427.905.103
Outros passivos	22	3.934.773.463	3.527.392.288
<b>Total do passivo</b>		<b>93.846.924.471</b>	<b>93.659.274.777</b>
<b>Capital</b>	23	<b>5.900.000.000</b>	<b>5.900.000.000</b>
Reserva de justo valor	24	200.866.602	411.809.630
Outras reservas e resultados transferidos	24	(756.772.665)	(437.936.995)
Resultado atribuível ao acionista da CGD	24	47.061.095	(348.044.044)
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD		5.391.155.032	5.525.828.591
Interesses que não controlam	25	999.907.888	966.931.095
<b>Total do capital próprio</b>		<b>6.391.062.920</b>	<b>6.492.759.676</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>100.237.987.391</b>	<b>100.152.034.453</b>

**O Técnico Oficial de Contas**

Andreia Júlia Meneses Alves

**O Conselho de Administração***Presidente:* Álvaro José Barrigas do Nascimento*Vice-Presidente:* José Agostinho Martins de Matos*Vogais:* Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Ernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

		(euros)	
		<i>Reexpresso</i>	
	Notas	30-06-2015	30-06-2014
Juros e rendimentos similares	26	1.519.979.367	1.721.787.691
Juros e encargos similares	26	(981.115.362)	(1.240.560.212)
Rendimentos de instrumentos de capital	27	43.188.356	27.986.665
<b>MARGEM FINANCEIRA ALARGADA</b>		<b>582.052.361</b>	<b>509.214.144</b>
Rendimentos de serviços e comissões	28	311.868.555	323.409.984
Encargos com serviços e comissões	28	(64.165.255)	(72.030.132)
Resultados em operações financeiras	29	301.989.104	166.203.270
Outros resultados de exploração	30	22.418.086	(9.554.555)
<b>PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA</b>		<b>1.154.162.851</b>	<b>917.242.711</b>
Custos com pessoal	31	(377.022.656)	(352.541.569)
Outros gastos administrativos	32	(223.536.035)	(219.035.500)
Depreciações e amortizações		(51.984.466)	(54.120.900)
Provisões líquidas de anulações	20	(20.367.842)	(24.098.073)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	33	(235.761.650)	(375.138.428)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	33	(65.567.958)	(21.620.570)
Resultados em filiais detidas para venda	12	(348.696)	287.253.516
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos		33.909.310	10.770.007
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM</b>		<b>213.482.858</b>	<b>168.711.194</b>
Impostos sobre os resultados		-	-
<i>Correntes</i>	15	(106.867.146)	(50.819.170)
<i>Diferidos</i>	15	(12.737.955)	23.118.633
		(119.605.101)	(27.700.537)
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO, do qual:</b>		<b>93.877.757</b>	<b>141.010.657</b>
Interesses que não controlam	25	(46.816.662)	(30.954.692)
<b>RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CAIXA</b>		<b>47.061.095</b>	<b>110.055.965</b>
Número médio de ações ordinárias emitidas	23	1.180.000.000	1.180.000.000
Resultado por ação (Euros)		0,04	0,09

**O Técnico Oficial de Contas**

Andreia Júlia Meneses Alves

**O Conselho de Administração***Presidente:* Álvaro José Barrigas do Nascimento*Vice-Presidente:* José Agostinho Martins de Matos*Vogais:* Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Ana Cristina de Sousa Leal

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

José Ernst Henzler Vieira Branco

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Daniel Abel Monteiro Palhares Traça

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS**

(milhares de euros)

	Reexpresso		
	30-06-2015	30-06-2014	
	Atividade consolidada	Atividades correntes	Atividades não correntes
			Atividade consolidada
<i>Saldos passíveis de reclassificação para resultados</i>			
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			
Variação no período	(191.707)	623.575	130.587
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados			754.163
Reconhecimento de imparidade no período	34.255	5.537	-
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(131.671)	(119.855)	(112.516)
Efeito fiscal	78.884	(153.988)	839
Variações cambiais			(153.148)
Variação no período	(4.853)	14.595	-
Ajustamentos de reclassificação da reserva cambial para resultados			14.595
Reconhecimento de imparidade no período em ativos financeiros disponíveis para venda			
- Unidades de participação em moeda estrangeira	(67)	20	-
Efeito fiscal	(2.498)	(278)	-
Outros	16.976	(17.935)	-
	(200.683)	351.671	18.911
<i>Saldos não passíveis de reclassificação para resultados</i>			
Responsabilidades com benefícios pós-emprego			
Efeito fiscal	36.731	-	-
	36.731	-	-
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	(163.951)	351.671	18.911
			370.582
Resultado líquido do período	93.878	(146.243)	287.254
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO do qual:	(70.073)	205.428	306.164
Interesses que não controlam	(29.586)	(23.354)	-
TOTAL DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO ATRIBUÍVEL A:	(99.659)	182.074	306.164
			488.238

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

(milhares de euros)

	30-06-2015	30-06-2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1.899.255	2.064.438
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(1.026.092)	(1.178.571)
Recuperação de capital e juros	11.919	12.277
Pagamentos a empregados e fornecedores	(585.445)	(601.617)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(39.493)	(12.275)
Outros resultados	71.013	61.522
	331.156	345.773
<b>(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:</b>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(623.420)	357.147
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	44.975	(105.970)
Outros ativos	384.153	3.607
	(194.292)	254.784
<b>Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:</b>		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	28.315	(1.287.737)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(729.241)	(621.014)
Outros passivos	444.754	59.947
	(256.172)	(1.848.804)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros</b>	(119.308)	(1.248.247)
Impostos sobre lucros	(78.333)	(46.106)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	(197.641)	(1.294.353)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Rendimentos de instrumentos de capital	43.188	28.001
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(21.868)	1.035.699
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(807.898)	445.225
Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(62.462)	(29.761)
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	(849.039)	1.479.163
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros de passivos subordinados	(65.163)	(61.748)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(104.922)	(166.399)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e recompras	(2.835)	(452)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e recompras	985.305	(471.978)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	812.385	(700.577)
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	(234.295)	(515.767)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.996.326	2.581.843
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(43.299)	(2.895)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(234.295)	(515.767)
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	2.718.732	2.063.181

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS**

(milhares de euros)

	Outras reservas e resultados transitados					Total	Resultado do período	Subtotal	Interesses que não controlam	Total
	Capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.900.000	63.947	1.495.320	(1.082.079)	413.240	(578.890)	5.798.297	885.367	6.683.664	
Distribuição do resultado do exercício de 2013:										
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	511.625	(1.090.515)	(578.890)	578.890	-	-	-	
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:										
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	309.585	68.875	-	68.875	-	378.460	(4.281)	374.180	
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variações cambiais	-	-	16.859	-	16.859	-	16.859	(2.521)	14.337	
Outros	-	-	(17.137)	-	(17.137)	-	(17.137)	(799)	(17.935)	
<b>Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios</b>	-	309.585	68.597	-	68.597	-	378.182	(7.601)	370.582	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	5.649	5.649	
Registo de opções de venda para aquisição de interesses que não controlam - Partang	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos pagos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	(11.870)	(11.870)	
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	79.920	(79.920)	-	-	-	-	-	
Resultado do período	-	-	-	-	-	110.056	110.056	30.955	141.011	
Saldo em 30 de junho de 2014 (reexpresso)	5.900.000	373.532	2.155.461	(2.252.514)	(97.053)	(348.044)	6.286.535	902.500	7.189.035	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	411.810	1.814.558	(2.252.495)	(437.937)	(348.044)	5.525.829	966.931	6.482.760	
Distribuição do resultado do exercício de 2014:										
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	791.276	(1.139.320)	(348.044)	348.044	-	-	-	
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:										
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(210.943)	3.245	-	3.245	-	(207.698)	(2.542)	(210.240)	
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	36.731	-	36.731	-	36.731	-	36.731	
Variações cambiais	-	-	15.833	-	15.833	-	15.833	(23.251)	(7.419)	
Outros	-	-	8.414	-	8.414	-	8.414	8.562	16.976	
<b>Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios</b>	-	(210.943)	64.223	-	64.223	-	(146.720)	(17.231)	(163.951)	
Registo de opções de venda para aquisição de interesses que não controlam - Partang	-	-	(35.014)	-	(35.014)	-	(35.014)	-	(35.014)	
Investimentos realizados por interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	22.290	22.290	
Dividendos pagos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	(18.899)	(18.899)	
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	(66.342)	66.342	-	-	-	-	-	
Resultado do período	-	-	-	-	-	47.061	47.061	46.817	93.878	
Saldo em 30 de junho de 2015	5.900.000	200.867	2.568.701	(3.325.473)	(756.773)	47.061	5.391.155	999.908	6.391.063	

## 2. ANEXOS

### 2.1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 30 de junho de 2015 a Caixa contava com uma rede nacional de 759 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 13 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai e Macau.

A Comissão Europeia aprovou em julho de 2013 o Plano de Reestruturação da CGD apresentado pelo Estado Português no âmbito do respetivo processo de recapitalização.

A recapitalização surgiu no contexto dos novos requisitos regulatórios impostos pela European Banking Authority (EBA), tendo resultado na necessidade de capital adicional no valor de 1.650 milhões de euros (750 milhões de euros em aumento de capital social e 900 milhões de euros em Instrumentos de Capital Core Tier 1 (nota 19)), que foi subscrito em junho de 2012 pelo acionista Estado e considerado pela Comissão Europeia como Auxílio de Estado.

O Plano de Reestruturação da CGD assegura o enfoque no papel da instituição no apoio às empresas e aos particulares em Portugal e assenta em três vetores principais de atuação que reforçam a estratégia já em execução:

- Desalavancagem do balanço do Grupo CGD, nas quais se incluem as já concretizadas vendas no ramo segurador e de participações não estratégicas, bem como pelo run-down de ativos non-core;
- Melhoria da eficiência operacional, dando continuidade ao esforço de redução dos custos operacionais já verificado, nomeadamente através da otimização do número de agências e de empregados e da renegociação dos serviços contratados;
- Reestruturação da atividade e otimização da dimensão da rede da CGD em Espanha, com o objectivo de assegurar a sua viabilidade de longo prazo e a sua autonomia da CGD em termos de funding, bem como garantir um contributo positivo para os resultados do Grupo. Esta reestruturação contemplou o redimensionamento da rede comercial e a otimização dos serviços e processos, tendo originado uma redução de pessoal, e a

concentração dos ativos non-core da instituição na sucursal da CGD em Espanha, que passou a gerir o respetivo run-off.

Os compromissos comportamentais da CGD, extensíveis ao Grupo, incluem:

- a) Não aquisição de participações sociais ou de conjunto de ativos correspondentes ao exercício de uma atividade, acima de determinados limites. Contudo, este compromisso não se aplica em várias situações, como por exemplo em aquisições no âmbito da atividade corrente da CGD relacionada com a gestão de créditos sobre clientes em dificuldades;
- b) Não implementação de estratégias comerciais agressivas;
- c) Redução da atividade de *proprietary trading* (não relacionada com clientes) a mínimos necessários ao funcionamento da tesouraria;
- d) Não invocar a concessão do Auxílio de Estado ou vantagens daí emergentes para efeitos publicitários;
- e) Não proceder ao pagamento de dividendos, cupões ou juros a titulares de ações preferenciais ou de dívida subordinada, quando esses pagamentos não decorram de obrigação contratual ou legal. Contudo, esses pagamentos serão permitidos no caso de demonstração de que a sua não realização poderá prejudicar o reembolso dos Instrumentos de Capital Core Tier 1 emitidos pela CGD e subscritos pelo Estado em junho de 2012;
- f) Aplicar, no quadro do plano de recapitalização estabelecido com o Estado Português, 30 milhões de euros por ano num fundo que investirá em participações sociais em PMEs e em sociedades com grau de capitalização médio (Mid-Cap) portuguesas. O investimento acima daquele montante fica sujeito a prévia aprovação da Comissão Europeia;
- g) Continuação e expansão da política de monitorização de risco das operações e de políticas comerciais prudentes, sãs e orientadas para a sustentabilidade;
- h) Nomeação de um *Monitoring Trustee*, que passou a acompanhar a implementação e execução das medidas contidas no Plano de Reestruturação;
- i) Não criação de novas unidades de negócio em geografias nas quais o Grupo CGD não se encontrava anteriormente presente;
- j) Cumprimento de todos os regulamentos e requisitos legais relativos à política de remunerações.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua atividade global (ou atividade individual). Todos os saldos e transações entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respetivas demonstrações financeiras.

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii. Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, aditado pelo Aviso nº 7/2008, de 14 de outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, no que respeita a benefícios pós-emprego dos empregados, foi registado pela Caixa em custos diferidos e reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com exceção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar foi alargado para 10 anos, tendo ficado concluído em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras da CGD para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 são apresentadas em conformidade com os exigências definidos pela IAS 34 - "Relato financeiro Intercalar", e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

## 2.2. Alteração de política contabilística – adoção da interpretação IFRIC 21 – Taxas

No exercício de 2015, a CGD adoptou a Interpretação 21 do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) - "Taxas", a qual regula o tratamento contabilístico a aplicar no reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa nas demonstrações financeiras da entidade por quem esta é devida, sempre que estas resultem da imposição de um Governo ou de outros organismos com ele relacionados.

Em resultado da aplicação dos requisitos da IFRIC 21, a Caixa reviu os procedimentos adoptados no registo das suas obrigações no âmbito das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução, assim como da contribuição sobre o sector bancário. Até ao exercício de 2014, os encargos com as referidas taxas e tributo eram reconhecidos de forma linearizada ao longo do exercício em que era devidas, tendo, à luz dos novos preceitos, passado a ser realizadas de forma integral no momento em que a obrigação é gerada, tendo as demonstrações financeiras do período comparativo apresentadas sido reexpressas em conformidade. Os principais impactos nos resultados líquidos da Caixa em 30 de junho de 2014 são seguidamente detalhados:

	30.06.2014
Resultado do período	(445.833)
(antes da alteração de política contabilística)	
. Alteração do reconhecimento das contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução e da Contribuição sobre o Setor Bancário	(19.860)
Resultado do período	(465.693)
(após da alteração de política contabilística)	
Resultado por ação antes da alteração de política contabilística	(0,38)
Resultado por ação após alteração de política contabilística	(0,39)

## 2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Nas contas globais, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do período, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários

registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas globais, os ativos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas” do capital próprio sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalculer e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de filiais ou associadas ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

#### 2.4. Instrumentos financeiros

##### a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

###### *Valorimetria*

Conforme descrito na Nota 2.1., estes ativos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respetivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

###### *Desreconhecimento*

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço (“desreconhecimento”) quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às operações de titularização de créditos efetuadas pela Caixa (Nota 17), os procedimentos adotados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efetuadas antes de 1 de janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados em balanço.
- Relativamente à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2010, a Caixa não procedeu ao seu desreconhecimento, uma vez que não se encontravam reunidos os requisitos que permitiam proceder à sua remoção do balanço. Desta forma os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica “Créditos a clientes”, tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos ativos transferidos (Notas 2.4. c) e 17).

###### *Provisionamento*

O regime de provisionamento destes ativos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003,

de 30 de janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afetos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
    - . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
    - . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

iii. Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os ativos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com exceção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iv. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

*Anulações de capital e juros*

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

De acordo com as políticas em vigor, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

b) Outros ativos financeiros

Os restantes ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“*Fair Value Option*”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
    - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização

subsequente refletidos em resultados do período, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na rubrica de “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do período, sendo registadas em “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

#### Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor de alterações ao texto do IAS 39 em 13 de outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

#### Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”;
  - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os Fundos de Investimento não transacionados em mercados ativos são valorizados com base no último NAV (*Net Asset Value*) disponível.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

#### c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

##### i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

##### ii) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.4. a) e 17).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

##### iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

#### d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

A determinação do justo valor dos derivados incorpora igualmente ajustamentos específicos para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, a Caixa adota metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo.

#### Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, ou outros). No momento da separação, o derivado é reconhecido pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é apurado qualquer resultado no registo inicial da operação.

#### Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Caixa apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação, passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

#### Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos

resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;

- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivativos de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do período, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas do balanço de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

#### e) Imparidade de ativos financeiros

##### Ativos financeiros ao custo amortizado

A CGD efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de insolvência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do período sob a forma de perdas por imparidade, sendo registada na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

## 2.5. Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados em rubricas de "Resultados de alienação de outros ativos" e "Outros resultados de exploração".

## 2.6. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de "Outros resultados de exploração".

## 2.7. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do período, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado determinado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do período.

Anualmente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados na rubrica “Imparidade de outros ativos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia anualmente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

## 2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

### Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

## 2.9. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado na prossecução das atividades da Caixa. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no período em que são incorridas.

## 2.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui participações nas quais a CGD se encontre exposta ou detenha direitos sobre os resultados variáveis gerados no âmbito da atividade que esta desenvolva e simultaneamente, no seu papel de investidor, se encontre capacitada para influenciar o valor desses resultados através do exercício do poder que retém (controlo de facto).

Inclui ainda as participações em que a CGD detenha uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo de facto sobre a sua atividade ("associadas"), assim como sociedades em que o controlo é partilhado de forma equitativa com os restantes investidores ("empreendimentos conjuntos"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa seja superior a 20% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no período em que é decidida a sua distribuição pelas filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

## 2.11. Impostos sobre lucros

### Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeita ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 75% no capital social por um período superior a 1 ano (com um período inicial de referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da Sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo, a título de crédito de imposto por Dupla Tributação Jurídica Internacional, nos termos do artigo 91.º do respetivo Código.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

### Ajustamentos ao resultado contabilístico

#### - Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando

aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto lhe é aplicável no âmbito da sua atividade seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal.

A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela Caixa. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

– Provisões

No apuramento do lucro tributável do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e do exercício de 2014, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições do artigo 28.º- C do Código do IRC, no âmbito dos quais não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais a Caixa detenha uma participação superior a 10%;
- Disposições do nº 2 do artigo 28.º- A do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (Nota 2.4.a) iii.). Adicionalmente, nos termos da mesma legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

– Encargos com pessoal

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilisticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de

60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no artigo nº 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- Resultado da liquidação

O artigo 92.º do Código do IRC estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufrísse de benefícios fiscais, e (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma.

Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e para o exercício 2014, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Não são igualmente registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio, caso em que o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

## 2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

## 2.13. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1.. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

### Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são registados por contrapartida de “Outras Reservas”.

Os custos do período com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, é refletido de forma agregada na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de

suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

#### Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

#### 2.14. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua origem, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

#### 2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

#### 2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

#### 2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa. As estimativas com maior impacto na preparação das demonstrações financeiras individuais incluem as abaixo apresentadas.

#### Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3.).

Periodicamente a Caixa efetua uma comparação entre os montantes de imparidade e de provisões regulamentares apurados na data de referência das demonstrações financeiras e caso se revele necessário são registados valores de imparidade de forma a garantir uma adequada valorização destes saldos de um ponto de vista económico.

Adicionalmente e sempre que considere necessário as provisões regulamentares são complementadas de forma a refletir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

#### Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados por contrapartida de reservas de reavaliação

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da rubrica de "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas por contrapartida da rubrica de "Reservas de reavaliação" devem ser transferidas para custos do período.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.4. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas das reservas de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma significativa degradação do seu rating.

#### Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

#### Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos afetos à cobertura destas responsabilidades e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

#### Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das

suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pela Caixa tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuado caso se conclua estarem reunidas condições para a sua utilização no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Caixa	294.311	339.273
Depósitos à ordem em bancos centrais	502.707	862.371
	797.018	1.201.643
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	68	28
	797.086	1.201.671

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

#### 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Cheques a cobrar		
- No país	60.901	71.238
- No estrangeiro	8.404	8.006
	69.304	79.244
Depósitos à ordem		
- No país	313	613
- No estrangeiro	373.158	336.945
	373.471	337.558
	442.775	416.803
Juros a receber	1.435	3.192
	444.210	419.995

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do período subsequente.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015			31-12-2014		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>						
- De emissores públicos:						
. Obrigações de outros emissores públicos estrangeiros	195.607	-	195.607	265.267	-	265.267
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De não residentes	-	50	50	-	50	50
	195.607	50	195.657	265.267	50	265.317
<b>Instrumentos de capital</b>						
De residentes	347	5	352	133	6	139
De não residentes	35.983	-	35.983	32.959	-	32.959
	36.330	5	36.335	33.092	6	33.098
<b>Outros instrumentos financeiros</b>						
. Unidades de Participação						
De residentes	-	502.010	502.010	-	498.460	498.460
De não residentes	27	91.858	91.886	30	85.505	85.536
	27	593.868	593.896	30	583.966	583.996
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)</b>						
- Swaps	1.537.396	-	1.537.396	1.570.991	-	1.570.991
- Opções de divisas e cotações	52.579	-	52.579	132.682	-	132.682
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	197.449	-	197.449	209.544	-	209.544
- Futuros e outras operações a prazo	13.881	-	13.881	14.157	-	14.157
	1.801.305	-	1.801.305	1.927.374	-	1.927.374
	2.033.269	593.923	2.627.192	2.225.763	584.022	2.809.785

Em 30 de junho de 2015, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 39.111 mEuros e 331.940 mEuros, respetivamente (37.948 mEuros e 330.652 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 a rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 121.954 mEuros (127.537 mEuros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 16).

## 6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros emissores públicos		
Títulos de dívida pública nacional	7.355.183	7.301.594
Outros emissores públicos estrangeiros	293.631	190.059
De outros emissores	8.824.050	9.023.067
	16.472.865	16.514.720
<b>Instrumentos de capital</b>		
Valorizados ao justo valor	52.880	53.669
Valorizados ao custo histórico	20.615	25.670
	73.495	79.339
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação	1.745.077	1.653.768
	18.291.437	18.247.827
<b>Imparidade (Nota 18)</b>		
Instrumentos de capital	(58.736)	(60.581)
Unidades de participação	(351.362)	(308.592)
	(410.098)	(369.173)
	17.881.339	17.878.654

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Instrumentos de dívida - De outros emissores" inclui 4.585.375 mEuros e 4.681.972 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (dos quais 80.176 mEuros referem-se a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respetivo valor nominal. A 30 de junho de 2015, esta rubrica inclui igualmente 8.840 mEuros de obrigações residuais referentes à operação de titularização Nostrum Mortgages nº1 (9.340 mEuros em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores", inclui ainda, 2.775.686 mEuros e 2.748.726 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 8). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2015, as rubricas "Outros instrumentos financeiros - unidades de participação" e "Imparidade - outros instrumentos financeiros" incluem, respetivamente, 733.653 mEuros e 124.844 mEuros (685.198 mEuros e 102.932 mEuros respetivamente, em 31 de dezembro de 2014), relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a

própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêm autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos, equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a exposição mantida pela CGD apresenta o seguinte detalhe:

30-06-2015				
Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.457	(41.924)	138.533	457
Flit-Ptrel SICAV	117.247	(10.536)	106.711	10.691
Discovery Portugal Real Estate Fund	113.208	(23.018)	90.190	23.184
Fundo Imobiliário Aquarius	107.544	(21.703)	85.841	21.111
OXI Capital, SCR	81.305	(3.329)	77.976	5.237
Vallis Construction Sector	73.358	(9.248)	64.110	9.958
Fundo Recuperação Turismo, FCR	54.151	(13.597)	40.555	8.385
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.383	(1.490)	4.893	-
	733.653	(124.844)	608.810	79.023

31-12-2014				
Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.000	(34.380)	145.620	-
Flit-Ptrel SICAV	114.574	(10.536)	104.039	8.502
Discovery Portugal Real Estate Fund	109.428	(23.018)	86.411	20.090
OXI Capital, SCR	81.234	(3.309)	77.925	5.166
Vallis Construction Sector	72.907	(9.248)	63.659	9.751
Fundo Imobiliário Aquarius	66.318	(8.844)	57.473	8.216
Fundo Recuperação Turismo, FCR	54.409	(13.597)	40.812	8.642
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.328	-	6.328	(55)
	685.198	(102.932)	582.266	60.312

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 ascendia a 50.294 mEuros e 49.750 mEuros, respetivamente, integralmente provisionadas.

Em 30 de junho de 2015, o saldo da rubrica "Imparidade - Unidades de Participação" inclui 44.190 mEuros e 71.061 mEuros (44.190 mEuros e 64.160 m Euros, em 31 de dezembro de 2014), relativos a fundos de investimento mobiliário e imobiliário, respetivamente, geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 30 de junho de 2015 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 208.436 mEuros e 198.839 mEuros, respetivamente (206.383 mEuros e 206.119 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os instrumentos de capital classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

TÍTULO	30-06-2015				31-12-2014					
	Porcentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor	Porcentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor
<b>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</b>										
La Seda Barcelona	0,00%	52.878	(52.878)	-	-	14,24%	52.878	(52.878)	-	-
Outros instrumentos com características de capital	-	-	-	-	-	-	5	-	5	3
Outros	-	2	-	2	2	-	786	-	786	113
<b>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</b>										
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	-	-	-	-	-	4,47%	4.359	(1.845)	2.513	-
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	2.170	-	10,00%	2.170	-	2.170	-
Outros	-	14.388	(4.680)	9.707	-	-	15.084	(4.680)	10.404	-
		73.495	(58.736)	14.759	2		79.339	(60.581)	18.758	116

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foi o seguinte:

TÍTULO	31-12-2014				30-06-2015
	Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Valor Balanço (Líquido)
<b>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</b>					
Outros instrumentos com características de capital	5	(2)	-	(3)	-
Outros	786	(673)	-	(111)	2
<b>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</b>					
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	2.880	-	-	-	2.880
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2.513	(4.359)	1.845	-	-
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	2.170	-	-	-	2.170
Outros	10.404	(697)	-	-	9.707
	18.758	(5.731)	1.845	(114)	14.759

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante o período findo em 30 de junho de 2015 e no decorrer do exercício de 2014 foram os seguintes:

#### Finangeste, S.A.

Em junho de 2015, a Caixa alienou 247.375 ações da Finangeste por um montante global de 1.582 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma menos-valia de 931 mEuros (Nota 27).

#### REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Em junho de 2014, no âmbito da 2ª fase de reprivatização da REN, a Caixa alienou a totalidade das ações que detinha desta sociedade por um montante de 15.725 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 6.933 mEuros (Nota 27).

#### Reclassificação de títulos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.4., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente influenciados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente atingidos pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

## Títulos reclassificados no exercício de 2008

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.001.797	n.a
Valor de balanço em 31-12-2008	873.101	n.a
Valor de balanço em 31-12-2009	560.350	n.a
Valor de balanço em 31-12-2010	336.275	n.a
Valor de balanço em 31-12-2011	261.035	n.a
Valor de balanço em 31-12-2012	156.972	n.a
Valor de balanço em 31-12-2013	138.888	n.a
Valor de balanço em 31-12-2014	165.911	n.a
Valor de balanço em 30-06-2015	169.986	n.a
Justo Valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	169.986	n.a
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	34.107	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009</b>		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.315	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(6.673)	n.a
Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60.758)	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010</b>		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57.186	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(52.234)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2.247)	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011</b>		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17.620)	n.a
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012</b>		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	14.112	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.210)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	7.457	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013</b>		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	5.907	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.580)	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(671)	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2013 e 31-12-2014</b>		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	31.767	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	-	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	-	n.a
<b>Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2014 e 30-06-2015</b>		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	11.044	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	-	n.a
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	343	n.a

## Títulos reclassificados no exercício de 2010

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.414.007	503.466
Valor de balanço em 31-12-2010	1.039.972	504.393
Valor de balanço em 31-12-2011	483.799	495.037
Valor de balanço em 31-12-2012	342.668	477.515
Valor de balanço em 31-12-2013	170.473	444.652
Valor de balanço em 31-12-2014	2.993	374.652
Valor de balanço em 30-06-2015	155	-
Justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	155	-
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	(102)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36.589)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47.894)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1.234)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	70.581	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	604	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	7.898	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	2.564	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2013 e 31-12-2014		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.270	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	20.310	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2014 e 30-06-2015		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(368)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	268	n.a

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial, e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

## 7. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

A 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2015			31-12-2014		
	Ao justo valor através de reservas	Ao custo amortizado	Total	Ao justo valor através de reservas	Ao custo amortizado	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	256.912	-	256.912	44.980	-	44.980
- De organismos financeiros internacionais	199.264	-	199.264	198.697	-	198.697
- De outros emissores						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	123.755	-	123.755	128.342	-	128.342
De não residentes	30.891	-	30.891	31.644	-	31.644
	610.822	-	610.822	403.663	-	403.663
<b>Créditos e valores titulados</b>						
De residentes						
Outros créditos e valores a receber	-	430.500	430.500	-	685.500	685.500
Juros de ativos com acordo de recompra	-	3.471	3.471	-	5.243	5.243
	-	433.971	433.971	-	690.743	690.743
	610.822	433.971	1.044.793	403.663	690.743	1.094.406

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e no exercício de 2014, a Caixa celebrou junto de instituições de crédito operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 14).

## 8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Mercado Monetário Interbancário	100.000	150.000
Depósitos a prazo		
- No país	215.671	58.108
- No estrangeiro	1.684.279	299.196
Empréstimos		
- No país	1.816.979	1.852.610
- No estrangeiro	297.831	283.004
Outras aplicações		
- No país	144.991	167.654
- No estrangeiro	968.320	687.128
Operações de compra com acordo de revenda	103.107	140.883
Crédito e juros vencidos	7.158	7.163
	5.338.337	3.645.746
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos		
Juros a receber	9.072	11.522
Proveitos diferidos	-	(1)
Correção de valor de ativos objeto de operações de cobertura	(3.917)	2.302
	5.343.491	3.659.569
Provisões para risco país (Nota 18)	(2.125)	(2.158)
Imparidade (Nota 18)	(11.495)	(11.815)
	(13.620)	(13.973)
	5.329.872	3.645.595

Em resultado do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do ex-Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), atualmente designado Banco BIC Português, S.A. (BIC), realizada no âmbito da reprivatização desta instituição financeira (concluída no decurso do primeiro trimestre de 2012), a Caixa contratou junto desta entidade um programa de papel comercial com um limite de 400.000 mEuros.

O referido programa, não utilizado em dezembro de 2014, beneficiou de garantia do Estado Português até à sua data de vencimento em março de 2015. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do ex-BPN.

No decurso do processo de alienação do Banco, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (detentores de um conjunto de ativos transferidos do BPN em resultado do processo de reestruturação implementado após a sua privatização), e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas,

foram transferidos para a esfera do Estado Português. O valor nominal do crédito não titulado ascendia em 31 de dezembro de 2014 a 38.305 mEuros, encontrando-se já integralmente liquidado (Nota 9). O valor nominal das emissões obrigacionistas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 ascendia a 2.537.203 mEuros (Nota 6).

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 9). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a referida sociedade.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo acumulado de imparidade para aplicações em instituições de crédito inclui 11.495 mEuros e 11.815 mEuros, respetivamente, relativos a exposições sobre bancos com sede na República da Islândia.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" refere-se a contratos de aquisição de instrumentos financeiros com acordo de revenda numa data futura por um preço previamente fixado. Os instrumentos financeiros adquiridos nestas operações não são reconhecidos em balanço, permanecendo o valor da compra registado como um empréstimo a instituições de crédito, o qual é valorizado pelo respetivo custo amortizado. As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, é apresentado na Nota 18.

## 9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Crédito interno</b>		
Empréstimos	25.228.988	25.517.190
Créditos em conta corrente	2.483.181	2.434.138
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	463.116	442.201
Descobertos em depósitos à ordem	324.454	273.559
Créditos tomados - factoring	42.783	97.824
Outros créditos	1.085.908	1.224.199
<b>Crédito ao exterior</b>		
Outros créditos	3.233.015	3.263.936
Empréstimos	1.880.807	1.901.419
Descobertos em depósitos à ordem	55.502	54.100
Créditos em conta corrente	5.974	6.853
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	5.509	6.607
<b>Outros créditos e valores a receber - titulados</b>		
Papel comercial	2.646.441	2.828.402
Outros	1.596.297	1.580.899
	39.051.978	39.631.326
Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 16)	11.009.169	11.527.625
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 17)	4.386.393	4.494.931
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	169.291	213.824
Crédito e juros vencidos	5.061.220	5.053.277
	20.626.072	21.289.657
	59.678.050	60.920.983
Provisões para crédito a clientes (Nota 18)		
Crédito e juros vencidos	(4.439.599)	(4.282.092)
Créditos de cobrança duvidosa	(1.513.114)	(1.432.155)
Risco-país	(3.019)	(6.132)
	(5.955.732)	(5.720.378)
	53.722.317	55.200.604

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 69.877 mEuros e 73.082 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Empréstimos” inclui 38.305 mEuros, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A (Notas 6 e 8). Estes créditos encontram-se colateralizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de

reprivatização do então denominado BPN, concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial”.

O movimento nas provisões, durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, é apresentado na Nota 18.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem ainda provisões genéricas para riscos gerais de crédito refletidas no passivo (Nota 18).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a antiguidade do “Crédito e juros vencidos” apresentava a seguinte estrutura:

	30-06-2015	31-12-2014
Até três meses	221.432	302.136
De três a seis meses	108.762	92.587
De seis meses a um ano	224.655	413.654
De um a três anos	1.517.715	1.651.121
Mais de três anos	2.988.655	2.593.779
	5.061.220	5.053.277

## 10. DERIVADOS

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Nestas datas, o seu montante notional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2015							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>								
<b>Forwards Cambiais</b>				2.377	(10.137)	-	-	(7.760)
Compras	1.198.534	-	1.198.534					
Vendas	1.206.584	-	1.206.584					
<b>NDF's (Non Deliverable Forwards)</b>				9	(31)	-	-	(22)
Compras	3.823	-	3.823					
Vendas	3.802	-	3.802					
<b>FRA (forward rate agreements)</b>	25.000	-	25.000	113	-	-	-	113
<b>Swaps</b>								
<b>Swaps Cambiais</b>				1.897	(2.323)	-	-	(426)
Compras	811.043	-	811.043					
Vendas	811.471	-	811.471					
<b>Interest rate swaps e cross currency</b>								
<b>Interest rate swaps</b>				1.535.303	(1.504.001)	45.368	(18.788)	57.882
Compras	50.717.191	282.057	50.999.248					
Vendas	50.675.651	291.176	50.966.827					
<b>Swaps de Eventos de Crédito</b>				196	(542)	-	-	(346)
Compras	71.499	-	71.499					
Vendas	69.687	-	69.687					
<b>Futuros</b>								
<b>Futuros de Taxa de Juro</b>				-	-	-	-	-
Posições longas	199.935	-	199.935					
Posições curtas	1.159.138	-	1.159.138					
<b>Futuros de Cotações</b>				1.573	-	-	-	1.573
Posições longas	29.654	-	29.654					
<b>Outros Futuros</b>				9.809	-	-	-	9.809
Posições longas	293.306	-	293.306					
Posições curtas	450.022	-	450.022					
<b>Opções</b>								
<b>Divisas</b>				7.071	(6.755)	-	-	316
Compras	414.098	-	414.098					
Vendas	425.515	-	425.515					
<b>Cotações</b>				45.508	(113.296)	-	-	(67.788)
Compras	412.524	-	412.524					
Vendas	326.996	-	326.996					
<b>Taxa de Juro (Caps &amp; Floors)</b>				197.449	(206.042)	-	-	(8.593)
Compras	2.565.720	-	2.565.720					
Vendas	3.136.093	-	3.136.093					
<b>Outros</b>	-	-	-	-	(6.275)	-	-	(6.275)
	115.007.286	573.233	115.580.519	1.801.305	(1.849.402)	45.368	(18.788)	(21.517)

	31-12-2014							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>								
<b>Forwards Cambiais</b>				3.179	(6.869)	-	-	(3.690)
Compras	898.405	-	898.405					
Vendas	903.545	-	903.545					
<b>FRA (forward rate agreements)</b>	10.000	-	10.000	99	-	-	-	99
<b>Swaps</b>								
<b>Swaps Cambiais</b>				13.834	(1.608)	-	-	12.226
Compras	1.544.253	-	1.544.253					
Vendas	1.531.653	-	1.531.653					
<b>Interest rate swaps e cross currency</b>								
<b>Interest rate swaps</b>				1.557.000	(1.742.917)	80.308	(20.040)	(125.649)
Compras	46.211.059	306.028	46.517.087					
Vendas	46.190.944	318.150	46.509.094					
<b>Swaps de Eventos de Crédito</b>				157	(677)	-	-	(520)
Compras	105.892	-	105.892					
Vendas	66.183	-	66.183					
<b>Futuros</b>								
<b>Futuros de Taxa de Juro</b>				-	-	-	-	-
Posições longas	(373.655)	-	(373.655)					
Posições curtas	1.925.045	-	1.925.045					
<b>Futuros de Cotações</b>				18	-	-	-	18
Posições longas	12.036	-	12.036					
Posições curtas	(1.941)	-	(1.941)					
<b>Outros Futuros</b>				10.014	-	-	-	10.014
Posições longas	386.153	-	386.153					
Posições curtas	(221.100)	-	(221.100)					
<b>Opções</b>								
<b>Divisas</b>				2.595	(2.671)	-	-	(76)
Compras	175.591	-	175.591					
Vendas	179.988	-	179.988					
<b>Cotações</b>				130.087	(192.758)	-	-	(62.671)
Compras	627.475	-	627.475					
Vendas	514.582	-	514.582					
<b>Taxa de Juro (Caps &amp; Floors)</b>				209.544	(219.266)	-	-	(9.722)
Compras	4.245.607	-	4.245.607					
Vendas	1.605.070	-	1.605.070					
<b>Outros</b>	-	-	-	847	(5.114)	-	-	(4.267)
	106.536.785	624.178	107.160.963	1.927.374	(2.171.880)	80.308	(20.040)	(184.238)

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os instrumentos derivados reconhecidos em rubricas de "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a Caixa e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da Caixa e pela Caixa junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 20) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 13), respetivamente.

## 11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2015				31-12-2014			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 18)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 18)	Valor de balanço
<b>Filiais</b>								
<b>Em instituições de crédito no país</b>								
Caixa - Banco de Investimento, SA	94,01%	318.941	-	318.941	-	-	-	-
<b>Em instituições de crédito no estrangeiro</b>								
Banco Caixa Geral, S.A.	99,79%	597.134	(248.753)	348.381	99,79%	597.134	(248.753)	348.381
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	99,43%	213.558	-	213.558	99,43%	213.558	-	213.558
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91,60%	128.606	(19.146)	109.460	91,60%	128.606	(19.146)	109.460
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	99,91%	150.839	(76.009)	74.830	99,91%	150.839	(76.009)	74.830
Banco Comercial do Atlântico, S.A	54,41%	24.615	(1.710)	22.905	54,41%	24.615	(1.710)	22.905
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	6.352	-	6.352	70,00%	6.352	-	6.352
<b>Em outras empresas no País</b>								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	100,00%	1.240.761	-	1.240.761	100,00%	1.240.761	-	1.240.761
Parcaixa, SGPS, S.A.	51,00%	510.000	-	510.000	51,00%	510.000	-	510.000
Partang, SGPS, S.A.	51,00%	53.248	-	53.248	51,00%	53.248	-	53.248
Wolfpart, SGPS, S.A.	100,00%	237.926	(197.923)	40.003	100,00%	1.300	(1.300)	-
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.683	-	27.683	100,00%	27.683	-	27.683
Caixa - Gestão de Activos, S.A.	100,00%	10.350	-	10.350	100,00%	10.350	-	10.350
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	90,00%	47.275	(39.360)	7.915	90,00%	47.275	(39.360)	7.915
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	80,00%	400	-	400	80,00%	400	-	400
Caixatec - Tecnologias de Comunicação, S.A.	100,00%	8	-	8	100,00%	8	-	8
Parbanca, SGPS, S.A.	10,00%	5	-	5	10,00%	5	-	5
Gerbanca, SGPS, S.A.	-	-	-	-	91,95%	63.340	-	63.340
Outras	-	19	(19)	-	-	19	(19)	-
<b>Em outras empresas no Estrangeiro</b>								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9.583	(5.497)	4.086	100,00%	9.583	(5.497)	4.086
Imobiliária Caixa Geral, S.A.U.	100,00%	60	(60)	-	100,00%	60	(60)	-
<b>Associadas e empreendimentos conjuntos</b>								
<b>Em outras empresas no País</b>								
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	21,60%	12.969	-	12.969
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	50,00%	12.952	-	12.952	50,00%	12.952	-	12.952
Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	37,40%	6.178	-	6.178	37,40%	6.178	-	6.178
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	50,00%	4.467	-	4.467	50,00%	4.467	-	4.467
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	2.533	(1.278)	1.255	37,40%	2.533	(1.278)	1.255
SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	10,00%	1.250	-	1.250	10,00%	1.250	-	1.250
Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	33,47%	125	-	125	33,47%	125	-	125
Bem Comum - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	32,00%	80	-	80	32,00%	80	-	80
Floresta Atlântica SGFII, S.A.	11,89%	51	-	51	11,89%	51	-	51
Gestinsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A.	21,06%	12	(5)	7	21,06%	12	(5)	7
YUNIT Serviços, S.A.	33,33%	3	-	3	33,33%	3	-	3
<b>Em outras empresas no estrangeiro</b>								
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	(212)	1.114	36,21%	1.326	(212)	1.114
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.	27,00%	624	-	624	27,00%	624	-	624
IMOBCI	40,00%	144	(62)	83	40,00%	144	(62)	83
GCI - Capital de Risco	30,00%	66	(66)	-	30,00%	66	(66)	-
<b>Outros</b>								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital	85,63%	318.606	(77.261)	241.344	85,63%	318.606	(77.261)	241.345
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	100,00%	200.000	(6.320)	193.680	100,00%	200.000	(6.320)	193.680
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	87,86%	101.243	-	101.243	87,86%	101.243	-	101.243
Caixa Crescimento FCR	100,00%	62.000	(21)	61.979	100,00%	32.000	(21)	31.979
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100,00%	25.000	(6.465)	18.535	100,00%	25.000	(6.465)	18.535
CGD Finance Limited	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
CGD - North America Finance	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
		4.326.992	(680.168)	3.646.824		3.804.765	(483.545)	3.321.220

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em “Outros ativos” (Nota 13).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e no exercício de 2014, foram os seguintes:

Gerbanca, SGPS, S.A.

Dando provimento à deliberação dos seus acionistas, Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Participações, SGPS, S.A., em Assembleia Geral realizada em 31 de dezembro de 2014, foi concluído no decorrer do primeiro semestre de 2015 o processo de dissolução e liquidação da Gerbanca, SGPS, S.A..

O património líquido desta sociedade, apurado no decurso do processo de encerramento da sua atividade, foi distribuído aos detentores do seu capital social na proporção do investimento realizado (90% e 10%, respetivamente).

Em resultado desta operação, a Caixa Geral de Depósitos reconheceu mais-valias de 169.271 mEuros decorrentes da incorporação nos seus ativos de uma participação de 94,01% no capital social do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Nota 28).

Wolfpart, SGPS, S.A.

No decorrer do mês de março de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas a conversão de 236.626 mEuros de créditos concedidos sob a forma de suprimentos em prestações suplementares, para reforço dos capitais próprios desta sociedade (Nota 13). Como consequência desta operação, o valor acumulado das imparidades constituídas para cobertura de perdas esperadas nesses ativos em resultado da exposição apresentada pela Wolfpart ao setor imobiliário, de forma direta e indireta (através das suas participadas Caixa Imobiliário, S.A. e Vale do Lobo, S.A.), no montante de 196.623 mEuros, foram transferidas para os reconvertidos instrumentos de capital.

Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

O Fundo Caixa Crescimento, FCR, constituído em 28 de junho de 2013, destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

No decorrer do primeiro semestre 2015 foi aprovado um aumento de capital do Fundo, conforme proposta da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. através da emissão de 30.000 unidades de participação, com um valor nominal de 1.000 Euros, cada, subscrito na sua integralidade pela Caixa. Este aumento de capital ocorre após o realizado no exercício de 2014, no valor de 2.000 mEuros, também subscrito pela CGD.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados (integralmente em numerário) 23.700 mEuros (Nota 20).

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (participação no Banco Comercial do Atlântico, S.A.)

No decorrer do primeiro semestre de 2014 na sequência do processo de alienação das atividades seguradoras do Grupo, a CGD, o Banco Interatlântico, S.A. e o Banco Comercial do Atlântico, S.A. alienaram à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. 111.789 ações representativas de 55,90% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Garantia) pelo montante de 6.175 CVE por ação. Ainda nesse período, a CGD reforçou a sua posição no Banco Comercial do Atlântico, S.A. adquirindo à Garantia 89.504 ações representativas de 6,76% do respetivo capital social pelo montante de 3.504 CVE por ação. Em consequência desta reestruturação, a CGD passou a deter, de forma direta, 54,41% do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e 70% do Banco Interatlântico, S.A. e de forma indireta, 25% da Garantia – Companhia de

Seguros, S.A. através do Banco Comercial do Atlântico, S.A. Como resultado da operação a Caixa reverteu a imparidade constituída para a participação na Garantia no valor de 293 mEuros.

Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A.

No decorrer do exercício de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas a conversão de créditos concedidos sob a forma de suprimentos em prestações suplementares, no montante de 45.000 mEuros, para reforço dos capitais próprios desta sociedade. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, em consequência dos impactos reconhecidos pela Imocaixa no seu balanço decorrentes da desvalorização dos investimentos imobiliários que mantém sob gestão, a Caixa reconheceu perdas de imparidades afetas a esta participação no valor de 39.359 mEuros (Nota 13).

**Eventos subsequentes**

Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.

Em 8 de julho de 2015, o Banco Santander Totta, S.A. e a Santotta - Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. exerceram a opção de venda da sua participação de 49% no capital social da sociedade Partang, SGPS, S.A., nos termos de um acordo celebrado entre as três entidades em Julho de 2009. Na sequência do exercício desta opção, a CGD passou a deter 100% do capital social da Partang, SGPS, S.A., a qual por sua vez, detém uma participação de 51% do capital social no Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

.

## 12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	18.464	20.866
Outros	5.881	1.898
	24.346	22.763
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	6.350	2.379
Outros	14.777	-
	21.127	2.379
	3.219	20.385
<b>Ativos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	1.284.120	1.299.678
Por prejuízos fiscais reportáveis	414.159	303.673
	1.698.279	1.603.351
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	134.494	155.470
	1.563.785	1.447.880

O imposto sobre o rendimento a recuperar inclui o valor a receber pela CGD no âmbito do Regime Especial de Tributação de Sociedades (RETGS).

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 30-06-2015
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	38.615	-	(5.947)	-	32.668
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	1.208.750	-	(42.428)	-	1.166.323
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 22)	(136.845)	54.651	-	-	(82.194)
Prejuízos fiscais reportáveis	303.673	-	110.486	-	414.159
Benefícios dos trabalhadores	38.011	-	-	(832)	37.179
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(3.834)	-	(60)	-	(3.895)
Outros	(489)	-	35	-	(454)
	1.447.880	54.651	62.086	(832)	1.563.785

	Saldo em 31-12-2013	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 30-06-2014
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	26.789	-	2.541	-	29.330
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	1.123.263	-	80.714	2.859	1.206.836
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 22)	14.486	(140.795)	-	-	(126.309)
Prejuízos fiscais reportáveis	143.324	-	83.232	-	226.556
Benefícios dos trabalhadores	34.074	-	-	(893)	33.181
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.351)	-	122	-	(4.229)
Outros	(522)	-	4	-	(518)
	1.337.063	(140.795)	166.612	1.966	1.364.845

Os impostos sobre lucros registados diretamente por contrapartida de capital próprio nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 apresentam a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Impostos diferidos</b>		
Valorização de ativos financeiros por contrapartida de reservas de reavaliação	54.651	(140.795)
Amortização do impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego (exercício de 2011)	(832)	(893)
	53.819	(141.688)
<b>Impostos correntes</b>		
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
- Plano médico e outros benefícios pós-emprego	-	2.859
	-	2.859
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego	(36.731)	-
	(36.731)	2.859

No decorrer do exercício de 2011 a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Impostos correntes</b>		
Do período, do qual		
Atividade individual da Caixa	7.961	11.285
Perímetro RETGS	(3.091)	(1.191)
	4.869	10.094
Contribuição sobre o sector bancário	29.554	27.355
Correções a exercícios anteriores	36.806	(7.077)
	71.229	30.372
<b>Impostos diferidos</b>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	48.400	(83.381)
Prejuízos fiscais reportáveis		
Atividade individual da Caixa	(111.364)	(81.885)
Perímetro RETGS	878	(1.346)
	(110.486)	(83.232)
	(62.086)	(166.612)
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>9.144</b>	<b>(136.240)</b>
Resultado antes de impostos	(38.411)	(601.933)
<b>Carga fiscal</b>	<b>(23,81%)</b>	<b>22,63%</b>

Nos semestres findo em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica "Impostos correntes - Imposto sobre o resultado" inclui correções de exercícios anteriores com a seguintes composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2014 e 2013)	36.911	(4.722)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	-	(2.285)
Outros	(104)	(71)
	36.806	(7.077)

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos/ (proveitos) com impostos sobre lucros em 30 de junho de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

	2015-06-30		30-06-2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(38.411)		(601.933)
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,35%	(10.505)	29,35%	(176.667)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de participadas	9,21%	(3.539)	0,57%	(3.437)
Mais valias isentas de tributação	118,58%	(45.547)	0,11%	(650)
Outras	0,91%	(348)	0,07%	(419)
Diferenças definitivas a acrescentar:	0,00%		0,00%	
Provisões e outras imparidades não aceites	(23,84%)	9.158	(0,01%)	58
Outras	(13,34%)	5.123	(0,24%)	1.424
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	(17,80%)	6.836	(1,65%)	9.935
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras	(1,48%)	569	(0,24%)	1.442
Benefícios fiscais	0,00%		0,00%	
Benefícios fiscais - criação líquida de postos de trabalho	2,03%	(781)	0,17%	(1.046)
Tributação autónoma	(3,16%)	1.212	(0,17%)	1.040
Contribuição sobre o sector bancário	(76,94%)	29.554	(4,54%)	27.355
Encargos / (rendimentos) resultantes da aplicação do REGTS, imputáveis à sociedade dominante	2,35%	(903)	1,35%	(8.126)
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(66,07%)	25.380	(3,61%)	21.759
Outros	(0,09%)	36	0,00%	14
	(42,29%)	16.244	21,16%	(127.319)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	18,21%	(6.996)	1,47%	(8.851)
Outras	0,27%	(104)	0,01%	(71)
	18,48%	(7.100)	1,48%	(8.921)
	<b>(23,81%)</b>	<b>9.144</b>	<b>22,63%</b>	<b>(136.240)</b>

(\*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 21% (23% no exercício de 2014), não incluindo Derrama Estadual e Municipal

Nos semestre findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade foi de 27,35% e 29,35% respetivamente.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável. Relativamente à derrama estadual será de referir a alteração da redação do artigo 87º- A do CIRC, introduzida pela Lei nº2 /2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC), a qual no seu número 1 prevê (para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014) a aplicação das seguintes taxas sobre a parte do lucro tributável a enquadrar nos seguintes intervalos:

- na parte que exceda 1.500 mEuros e até 7.500 mEuros, a taxa a aplicar será de 3%;
- na parte que exceda 7.500 mEuros e até 35.000 mEuros, a taxa a aplicar será de 5%;
- na parte que exceda 35.000 mEuros a taxa a aplicar será de 7%;

Adicionalmente, as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2015, vieram igualmente atualizar a taxa nominal de IRC aplicável ao rendimento tributável (com as exceções previstas na legislação em vigor), a qual decresceu de 23% para 21%.

Em 30 de junho de 2015 o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendia a

414.159 mEuros, dos quais 83.122 mEuros relativos ao exercício em curso, 199.426 mEuros ao exercício de 2014 e o remanescente ao exercício de 2013.

De acordo com as alterações introduzidas pela Lei da Reforma do IRC, o prazo de reporte de prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação iniciados após 1 de janeiro de 2014 foi elevado para 12 anos. Relativamente ao saldo reportável de prejuízos fiscais originados em 2013, o período de recuperação máximo é de cinco anos. Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Decorrente das disposições regimentadas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, a Caixa reconheceu nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 um custo de 29.554 mEuros e 27.355 mEuros, respetivamente, relativo à totalidades dos encargos a suportar com este tributo nos períodos de tributação que lhe são imputáveis. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

De referir que até ao exercício de 2014, os encargos com a taxa aplicável ao setor bancário eram reconhecidos de forma linearizada ao longo do exercício em que era devida esta contribuição. A partir do exercício de 2015, em resultado da adoção da Interpretação 21 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC 21 - Taxas), a contabilização desta taxa passou a ser realizada de forma integral no momento em que a obrigação é gerada, tendo as demonstrações financeiras do período comparativo apresentadas sido reexpressas em conformidade.

Em 30 de junho de 2015, a reconciliação entre o imposto corrente do período e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2015
Imposto corrente do período	4.869
Pagamentos por conta	(197)
Retenções na fonte	(5.685)
Pagamentos Especial por conta	(175)
Transferência de imposto corrente para reservas	(639)
IRC a recuperar (perímetro RETGS)	(18.464)
Outros	17.072
Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar)	(3.219)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2011 e 2012 já foram objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios de 2013 e 2014. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No

entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

### 13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Outros ativos</b>		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.107	3.153
Outros	5.261	5.260
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Suprimentos	359.992	661.780
Empréstimos subordinados	262.913	254.524
Valores a receber pela venda da EDP	481.456	481.456
Devedores diversos	995.220	1.429.459
Bonificações a receber:		
- Do Estado	22.235	22.117
- De outras entidades	12.487	13.723
Valores a receber pela venda de bens arrematados	24.936	11.463
Devedores por operações sobre futuros	19.770	25.730
Sector público administrativo	855	1.822
Outros devedores vencidos	60.528	58.891
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Rendas	4.180	4.253
Outros	25.827	7.524
<b>Rendimentos a receber</b>	12.652	24.986
<b>Operações ativas a regularizar</b>	165.887	93.109
	2.457.306	3.099.251
<b>Imparidade e provisões (Nota 18)</b>	(170.552)	(364.627)
	2.286.754	2.734.624

O movimento na imparidade e provisões para outros ativos durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 18.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parública de uma participação detida nesta entidade.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 706.870 mEuros e 1.148.158 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colateralizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”) com essas entidades.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 50.282 mEuros, relativos a depósitos caução constituídos pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 32.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica de “Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 88.714 mEuros e 78.629 mEuros, respetivamente, relativos a empréstimos concedidos à Imobiliária Caixa Geral, S.L., pela Sucursal da CGD em Espanha. De forma a reflectir perdas potenciais na realização destes créditos resultantes da pronunciada deterioração observada nos imóveis geridos por esta sociedade, encontram-se reconhecidas nas referidas datas imparidades acumuladas de 56.438 mEuros e 51.965 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Outros devedores vencidos", refere-se a saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes e outras despesas diretamente associadas a estas operações, para as quais foi constituída imparidade de igual montante.

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, apresentam a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Suprimentos</b>		
Wolfpart, SGPS, S.A.	152.500	389.126
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Parbanca, SGPS, S.A.	38.458	15.869
Moretextile, SGPS, S.A.	35.660	35.191
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	25.977	25.977
Gerbanca, SGPS, S.A.	-	87.732
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	-	573
Outros	21.397	21.313
	359.992	661.780
<b>Empréstimos subordinados</b>		
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	125.500	125.500
BNU Macau, S.A.	100.736	92.788
Banco Caixa Geral, S.A.	31.050	31.050
BCI Moçambique, S.A.R.L.	5.627	5.186
	262.913	254.524

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimentos no montante 65.826 mEuros, concedidos a esta entidade entre 2006 e 2011, com o objetivo de financiar investimentos realizados pelas participadas Vale do Lobo, S.A. e Caixa Imobiliário, S.A. Estes suprimentos não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.
- Suprimentos no montante de 323.300 mEuros, concedidos a esta entidade entre 2012 e 2014, destinando-se 10.000 mEuros à realização do aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Beirafundo e o remanescente ao apoio ao desenvolvimento da atividade da participada Caixa Imobiliário, S.A..

Estes suprimentos são remunerados à taxa Euribor a 12 meses, ocorrendo o seu pagamento conjuntamente com o reembolso do capital, previsto para 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, os suprimentos concedidos a esta sociedade apresentavam imparidades acumuladas no valor de 196.623 mEuros, as quais refletiam as perdas que se estimava vir a incorrer nestes ativos em face das exposições sobre o setor imobiliário detidas diretamente pela Wolfpart no seu balanço, quer através das suas participadas Caixa Imobiliário, S.A. e Vale do Lobo, S.A.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral de acionistas a realização de prestações suplementares no montante de 236.626 mEuros por conversão de suprimentos, com o objetivo de reforço dos capitais próprios desta sociedade. Em resultado desta operação a Caixa reverteu a totalidade da imparidade afeta a suprimentos, tendo reforçado por igual montante o valor das imparidades afetas aos novos instrumentos de capital (Notas 11 e 18). Do montante dos créditos convertidos, 65.826 mEuros respeitam à parcela não remunerada e sem prazo de reembolso definido.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros remunerado a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. No decorrer do primeiro semestre de 2014 foi celebrado um aditamento do contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento até 30 de junho de 2018;
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 3%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2014 as partes celebraram novo aditamento ao contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento, previsto para 30 de setembro desse exercício, por mais um ano sem alteração das restantes condições em vigor.

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, S.A. têm como objetivo o financiamento desta sociedade no reforço do investimentos realizado junto da sua participada Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. (BCI), dos quais 22.589 mEuros aplicados na realização de um aumento de capital do banco no decorrer do primeiro semestre de 2015.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A., suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. A Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 35.660 mEuros, dos quais 469 mEuros, no decorrer do primeiro semestre de 2015.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. não são remunerados e destinaram-se essencialmente ao financiamento da aquisição de ações

da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, S.A. destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, S.A., não prevendo qualquer remuneração. No decorrer do primeiro semestre de 2015, estes suprimentos foram extintos no seguimento do processo de liquidação desta sociedade (Nota 11).

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. no valor de 29.538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5.513 mEuros. Ainda no exercício de 2008 foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21.000 mEuros, dos quais apenas 12.772 mEuros foram efetivamente utilizados. No decorrer dos exercícios de 2012 e 2014 a CGD realizou prestações suplementares por conversão destes créditos nos montantes de 2.250 mEuros e 45.000 mEuros, respetivamente, permitindo assim o reforço dos capitais próprios desta sociedade. No decorrer do primeiro semestre de 2015, a Imocaixa amortizou 573 mEuros que restavam dos seus contratos de suprimentos originais.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no valor de 50.000 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2008 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses;
- Empréstimo subordinado no montante de 35.500 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2011 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%;
- Empréstimo subordinado no montante de 40.000 mEuros concedido em junho de 2013 com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor 3 meses adicionada de um *spread* de 0.30%;

No decorrer de 2012 foi concedido um empréstimo subordinado ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. no montante de 900.000.000 de Patacas (100.736 mEuros ao câmbio de 30 de junho de 2015), o qual é remunerado a uma taxa de juro variável Hibor a 6 meses para dólares de Hong Kong acrescida de 2,75%. Este empréstimo tem um prazo de vencimento de 10 anos, encontrando-se previsto nos termos do contrato, a realização de amortizações parciais de 20% ao ano nos últimos 5 anos de vida útil da operação.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral, S.A. têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6.296.296 USD (5.627 mEuros ao câmbio de 30 de junho de 2015) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efetuado trimestral e postecipadamente, em 30 de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

## 14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Recursos de bancos centrais</b>		
Depósitos e outros recursos		
No país	192	467
No estrangeiro	86.843	101.786
Empréstimos		
No estrangeiro	1.250.000	1.500.000
Juros a pagar	1.175	4.369
	1.338.210	1.606.622
<b>Recursos de outras instituições de crédito</b>		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	773.210	754.527
De instituições de crédito no estrangeiro	2.706.139	2.490.752
Operações de venda com acordo de recompra	696.413	594.115
Recursos do mercado monetário interbancário	19.855	174.247
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	235.410	264.805
De instituições de crédito no estrangeiro	29.789	90.344
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	23.211	23.211
Despesas com encargos diferidos	(1.718)	(2.323)
Juros a pagar	22.914	21.284
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	(3.917)	2.302
	4.501.307	4.413.265

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Empréstimos no estrangeiro” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 32).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 7). A diferença entre o

valor de venda e o valor de recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) ou acordos bilaterais de cedência de liquidez, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

## 15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Depósitos de poupança	1.874.894	1.694.180
Outros débitos		
À vista	19.087.600	18.256.315
A prazo		
Depósitos	38.891.387	40.859.228
Depósitos obrigatórios	294.174	297.753
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	86.181	57.048
Empréstimos	170.000	170.000
Outros	534	361
	60.404.769	61.334.884
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	30.976	50.830
Juros a pagar	242.594	396.483
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(19.034)	(20.508)
	60.659.305	61.761.689

## 16. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	74.402	74.402
- Remuneração indexada a ações / índices	15.000	36.000
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	276.125	298.673
- Taxa de juro fixa	1.951.902	1.940.570
	2.317.429	2.349.645
Obrigações hipotecárias	5.485.100	4.485.100
Emissões no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
- Papel Comercial	141.075	100.738
	7.943.604	6.935.483
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	38.723	51.206
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(19.181)	(13.242)
Juros a pagar	169.293	146.965
	8.132.439	7.120.412

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
EMTN	15.388	15.388
Obrigações hipotecárias	2.400.000	2.400.000
	2.415.388	2.415.388

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros (1ª Emissão) - obrigações remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros (2ª Emissão) - obrigações remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões foram realizadas em consonância com as disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro.

As emissões, integralmente recompradas pela Caixa, encontravam-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

No exercício de 2014, a CGD procedeu à amortização integral destes empréstimos.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre ainda aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits”, a CGD (diretamente ou através da Sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão, de forma direta, de Obrigações Hipotecárias até ao montante atual máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.901.450 mEuros e 6.901.450 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 30-06-2015	Taxa em 31-12-2014
	30-06-2015	31-12-2014						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1ª tranche	1.256.450	1.256.450	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900.000	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,04%	0,129%	0,223%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,05%	0,035%	0,129%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,012%	0,000%	0,070%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Série 9 15/09/2016	175.000	175.000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,575%	0,673%	0,763%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1.000.000	1.000.000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	31-07-2012	31-07-2022	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,75%	0,745%	0,838%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	750.000	750.000	18-01-2013	18-01-2018	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	3,750%
Hipotecárias Série 16 2014/2019	750.000	750.000	15-01-2014	15-01-2019	Anualmente no dia 15 de janeiro	Taxa Fixa	3,000%	3,000%
Hipotecárias Série 17 2015/2022	1.000.000	-	27-01-2015	27-01-2022	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	1,000%	-
	7.901.450	6.901.450						

(\*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a 11.009.169 mEuros e 11.527.625 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 121.954 mEuros e 127.537 mEuros, respetivamente (Nota 5).

Em 30 de junho de 2015, as notações de rating atribuídas às emissões de obrigações Hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch são A3 e BBB-, respetivamente.

(iv) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir eram garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que teria de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal do mesmo ano.

As emissões podiam ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração podia ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou com rendimento dependente da evolução de um indexante.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do Programa, deveriam assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades, e ativos de substituição, afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deveriam representar no mínimo 100% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não podia ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos ativos elegíveis afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não devia exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos ativos elegíveis afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não podia ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podiam ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, depósitos à ordem ou a prazo constituídos junto de instituições de crédito com notação de risco igual ou superior a "A-" ou equivalente e outros ativos definidos por Aviso do Banco de Portugal.

Ao abrigo deste Programa, a Caixa apenas realizou uma emissão pública colocada no mercado institucional, em Julho de 2009, no montante de 1.000 mEuros e com uma

maturidade de cinco anos, tendo decidido proceder à desmobilização do Programa no final do exercício de 2014.

Nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

30-06-2015						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total		
Até 1 ano	15.000	75.595	1.569.547	1.660.142	150.000	1.810.142
De 1 a 5 anos	-	119.149	292.160	411.309	4.065.100	4.476.409
De 5 a 10 anos	-	11.109	154.597	165.706	1.250.000	1.415.706
Mais de 10 anos	-	70.272	10.000	80.272	20.000	100.272
	15.000	276.125	2.026.304	2.317.429	5.485.100	7.802.529

31-12-2014						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total		
Até 1 ano	36.000	35.595	1.305.597	1.377.192	-	1.377.192
De 1 a 5 anos	-	155.943	543.493	699.436	3.220.650	3.920.086
De 5 a 10 anos	-	24.148	155.882	180.030	1.244.450	1.424.480
Mais de 10 anos	-	82.987	10.000	92.987	20.000	112.987
	36.000	298.673	2.014.972	2.349.645	4.485.100	6.834.745

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2014	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2015
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	2.349.645	-	(146.165)	4.649	109.300	2.317.429
Obrigações hipotecárias	4.485.100	1.000.000	-	-	-	5.485.100
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	100.738	98.375	(58.038)	-	-	141.075
	6.935.483	1.098.375	(204.203)	4.649	109.300	7.943.604

	Saldo em 31-12-2013	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2014
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	4.056.516	40.000	(1.297.124)	5.688	2.194	2.807.274
Obrigações hipotecárias	3.736.100	750.000	-	-	(1.000)	4.485.100
Obrigações sobre o setor público	622.700	-	-	-	41.850	664.550
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	20.976	39.222	(20.976)	-	-	39.222
	8.436.292	829.222	(1.318.100)	5.688	43.044	7.996.146

## 17. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em novembro de 2003 e novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de créditos hipotecários no montante de 1.000.000 e 5.345.504 mEuros, respetivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

### **Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº1**

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC (“Nostrum Mortgages FTC” ou “Fundo”). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação direta ou indireta. A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Divida emitida	Montante	Rating (**)			Data de reembolso	Data do reembolso antecipado (*)	Remuneração	
		Moody's	Fitch	S&P			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	980.000	Ba1	A	BB	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	5.000	B2	A	B	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	15.000	B3	BB+	B-	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	1.000.000							
Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046	4.000	na	na	na			Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.004.000							

(\*) Opção não exercida

(\*\*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou um swap de taxa de juro, nos termos do qual o veículo entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

Adicionalmente, a Caixa tem a opção de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizada e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

### **Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº2**

Em 5 de novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5.349.775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) S.A., que por sua vez é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, não detendo a CGD qualquer participação direta ou indireta nesta entidade.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5.429.950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de rating e, conseqüentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (*)		Maturidade	Remuneração
		Moody's	Fitch		
Class A Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	4.008.800	A1	A	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,20%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	1.336.250	na	na	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,30%
	5.345.050				
Class C Securitization Notes due 2065	84.900	na	na	20 de maio de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	5.429.950				

(\*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das obrigações.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um swap de taxa de juro, nos termos do qual o veículo entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizada no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,6%.

### **Movimento nos créditos**

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos no semestre findo em 30 de junho de 2015 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Mortgages nº2	Total
Saldos em 31-12-2014 (Notas 9 e 32)	315.647	4.494.931	4.810.577
Vendas de novos créditos	387	-	387
Reembolsos	(17.594)	(90.485)	(108.078)
Recompras	(387)	(4.069)	(4.455)
Outros	-	(13.985)	(13.985)
Saldos em 30-06-2015 (Notas 9 e 32)	298.053	4.386.393	4.684.445

### **Registo contabilístico**

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages nº2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

## 18. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 30-06-2015
Provisões para riscos gerais de crédito	369.682	(12.591)	-	728	-	-	357.818
Provisões para risco país de passivos contingentes	649	200	-	9	-	-	857
Provisões para encargos com benefícios de empregados	516.727	-	(11.843)	-	-	11.843	516.727
Provisões para contingências judiciais	8.477	-	-	-	-	-	8.477
Provisões para outros riscos e encargos	66.829	29.806	-	54	-	-	96.689
	962.363	17.414	(11.843)	790	-	11.843	980.568
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8)	2.158	(34)	-	-	-	-	2.125
Provisões para crédito a clientes (Nota 9)	5.720.378	466.115	(234.916)	4.289	(134)	-	5.955.732
	5.722.537	466.082	(234.916)	4.289	(134)	-	5.957.857
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)							
Instrumentos de capital	60.581	-	(1.845)	-	-	-	58.736
Unidades de participação	308.592	35.404	-	7.232	134	-	351.362
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8)	11.815	(320)	-	-	-	-	11.495
	380.987	35.083	(1.845)	7.232	134	-	421.592
Imparidade de outros ativos tangíveis	9.383	-	-	-	-	-	9.383
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 11)	483.545	196.623	-	-	-	-	680.168
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda							
Imóveis	132.150	3.769	-	-	-	43	136.962
Equipamento	33	11	-	-	-	(43)	-
Imparidade e provisões de outros ativos (Nota 13)	364.627	(190.628)	(3.450)	3	-	-	170.552
	989.738	9.774	(3.450)	3	-	-	996.065
	8.055.625	528.354	(252.054)	12.315	-	11.843	8.356.082

	Saldo em 31-12-2013	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldo em 30-06-2014
Provisões para riscos gerais de crédito	407.717	(22.510)	-	82	-	385.289
Provisões para risco país de passivos contingentes	443	(33)	-	3	-	413
Provisões para encargos com benefícios de empregados	480.840	-	(12.275)	-	12.275	480.840
Provisões para contingências judiciais	7.977	-	-	-	-	7.977
Provisões para outros riscos e encargos	88.823	27.971	-	7	-	116.801
	985.800	5.428	(12.275)	92	12.275	991.320
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito	1.735	1.843	-	(33)	-	3.546
Provisões para crédito a clientes	4.423.726	728.622	(66.947)	450	110.635	5.196.487
	4.425.462	730.465	(66.947)	418	110.635	5.200.033
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de capital	60.384	-	(35)	-	-	60.349
Unidades de participação	244.532	13.651	-	3.432	-	261.614
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito	11.994	(119)	-	-	-	11.875
	316.910	13.532	(35)	3.432	-	333.838
Imparidade de outros ativos tangíveis	5.914	(184)	-	-	-	5.730
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	409.588	(293)	(2.193)	-	-	407.102
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	101.543	6.683	-	-	-	108.226
Imparidade de outros ativos	309.224	2.737	(281)	-	-	311.681
	826.269	8.943	(2.473)	-	-	832.739
	6.554.441	758.369	(81.730)	3.942	122.910	7.357.931

No decorrer do primeiro semestre de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral de acionistas da participada Wolfpart a realização de prestações suplementares por conversão de suprimentos no montante de 236.626 mEuros. Em resultado desta operação a imparidade acumulada afeta aos referidos créditos, no valor de 196.623 mEuros, foi revertida e posteriormente reimputada, por igual montante, aos novos instrumentos de capital assim constituídos (Notas 11 e 13).

No decorrer do primeiro semestre de 2014, a Sucursal da CGD em Espanha adquiriu ao Banco Caixa Geral, S.A. e ao Caixa - Banco de Investimento, S.A., créditos concedidos a clientes pelo seu valor esperado de recuperação determinado à data da transação. O

diferencial apurado entre o valor nominal dos créditos e o valor liquidado na operação encontra-se refletido na coluna "Outros" do mapa de movimento das provisões para crédito a clientes.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

Provisão para assistência médica pós-emprego	500.622
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4.599
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	356
Responsabilidades da Sucursal de França	11.150
	516.727

Nos semestres findos em 2015 e 2014, os montantes apresentados na coluna "Outros" no mapa de movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica (Nota 30)	11.843	12.275
	11.843	12.275

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da Caixa.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa da Caixa de eventuais montantes a despender na sua resolução com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

## 19. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Obrigações	2.473.049	2.473.049
Empréstimos	110.728	110.728
	2.583.777	2.583.777
Juros a pagar	39.591	48.520
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(22.646)	(26.024)
	2.600.722	2.606.273

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;
- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de ações preferenciais efetuadas por esta entidade.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Clausula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	900.000	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.830	536.830	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	369.045	369.045	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	104.720	104.720	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	209	209	18-12-2002	Perpetuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.
CGD (Sucursal de França)	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.585	81.245	81.245	12-11-2007	13-11-2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10%, respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	28-12-2007	28-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Notes	EUR	21.000	21.000	21.000	14-07-2005	28-06-2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Eutbor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixaigest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Eutbor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixaigest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Eutbor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Eutbor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Eutbor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Clausula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo CaixaGest Açores Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo CaixaGest Açores Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	350.000	44.885	44.885	30-09-2005	Perpetuo	Euribor 3 meses + 0,77%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,77%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 30 de setembro de 2015.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	250.000	65.843	65.843	28-06-2004	Perpetuo	Euribor 3 meses + 0,80%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 28 de junho de 2014.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,05%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,56%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

## 20. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Credores</b>		
Recursos consignados	919.196	638.901
Credores por subscrições não realizadas		
FCR Caixa Fundos	155.000	155.000
FCR Caixa Crescimento (Nota 11)	38.300	8.300
FCR Fundo de Recuperação	24.252	30.958
OXI Capital, SCR	18.980	19.353
FCR Aquarius	11.946	15.192
FCR Empreender Mais - Caixa Capital	5.000	5.000
Outros	20.136	21.280
Recursos - conta caução	186.700	160.644
Fornecedores de bens de locação financeira	2.986	4.290
Credores por venda de bens arrematados	22.195	13.128
Caixa Geral de Aposentações	11.153	5.554
Fundo de pensões CGD	77.958	67.531
Outros fornecedores	21.684	43.814
Outros	74.076	88.590
<b>Outras exigibilidades</b>		
Retenção de impostos na fonte	47.669	38.759
Outros impostos a pagar	2.861	1.235
Cobranças por conta de terceiros	545	250
Outras	4.525	3.681
<b>Encargos a pagar</b>	132.192	132.962
<b>Receitas com rendimento diferido</b>	46.842	45.688
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações passivas a regularizar	203.719	159.239
Outras operações cambiais a liquidar	43.859	32.968
	2.071.775	1.692.318

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 184.655 mEuros e 158.853 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

## 21. CAPITAL

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	30-06-2015	31-12-2014
Número de ações	1.180.000.000	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5.900.000.000	5.900.000.000

## 22. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110.425	110.425
Reserva de justo valor		
Instrumentos de dívida	97.997	359.587
Instrumentos de capital (Nota 6)	2	116
Outros instrumentos	200.098	140.646
Reserva por impostos diferidos (Nota 12)	(82.195)	(136.846)
	326.327	473.929
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva legal	862.906	862.906
Outras reservas	(101.440)	(128.709)
Resultados transitados	(3.325.473)	(2.191.364)
	(2.564.007)	(1.457.166)
<b>Resultado líquido</b>	(47.554)	(1.139.320)
	(2.285.234)	(2.122.558)

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída em “Outras reservas”.

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	30-06-2015	30-06-2014
Actividade em Portugal	(11.149)	(430.161)
Sucursal de Espanha	(56.723)	(15.066)
Sucursal de França	21.198	(27.380)
Sucursal de Cayman	(6.600)	(515)
Sucursal de Londres	3.361	4.823
Sucursal de Nova Iorque	1.799	1.054
Sucursal de Timor	1.218	1.362
Sucursal do Luxemburgo	(806)	(1.019)
Sucursal de Macau	240	1.213
Sucursal do Zhuhai	(91)	(3)
	(47.554)	(465.693)

### **Distribuição do resultado do exercício**

#### **Exercício de 2014**

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2015, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2014, no montante de 1.139.320 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

#### **Exercício de 2013**

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2014, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2013, no montante de 1.090.515 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

## 23. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	13.210	22.658
No estrangeiro	10.550	10.644
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	448.634	564.375
Crédito ao exterior	85.871	93.291
Crédito vencido	13.032	17.687
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	30.696	45.587
. Outros	36.868	35.869
Juros de ativos securitizados não desreconhecidos	23.243	29.029
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos	2.683	5.423
Swaps	269.744	313.933
Contratos de garantia de taxa de juro	3.134	17.442
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	30	7
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	128.141	181.824
Juros de derivados de cobertura	7.217	11.680
Juros de devedores e outras aplicações	5.537	8.283
Juros de disponibilidades	2.156	2.790
Outros juros e rendimentos similares	142	3.585
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	56.943	55.889
	1.137.831	1.419.995

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de depósitos		
Do setor público administrativo	1.476	3.857
De outros residentes	275.330	422.684
De emigrantes	16.772	26.870
De outros não residentes	27.906	35.833
	321.483	489.244
Juros de recursos de instituições de crédito		
No país	4.094	7.115
No estrangeiro	33.192	40.594
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	273.692	316.572
Outros	3.106	13.695
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	182.009	233.685
Juros de derivados de cobertura	1.302	2.291
Juros de credores e outros recursos	4.424	5.617
Juros de recursos consignados	1.997	2.777
Juros de passivos por ativos não desreconhecidos	23.243	29.029
Outros juros e encargos similares	2.749	2.907
	851.292	1.143.526

Em 30 de junho de 2015 e 2014 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados", inclui 40.059 mEuros e 39.938 mEuros, respetivamente, relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 19).

## 24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	25.647	18.164
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	8.452	7.622
Mercantile Bank Holdings Ltd.	1.938	1.930
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.565	1.565
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	505	1.004
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2	5.202
Portucel S.A.	1	1.040
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	17.203	10.296
Outros	4.118	2.107
	59.430	48.928

## 25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por garantias prestadas	21.742	24.471
Por compromissos assumidos perante terceiros	9.770	11.919
Por operações sobre instrumentos financeiros	183	160
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	10.792	10.975
Cobrança de valores	2.204	2.618
Administração de valores	383	417
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	10.355	9.232
Transferência de valores	7.858	10.462
Gestão de cartões	465	514
Anuidades	22.247	19.808
Operações de crédito	16.571	16.874
Outros serviços prestados	57.405	65.073
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.263	1.751
Outras comissões recebidas	52.657	49.983
	213.894	224.257
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por garantias recebidas	1.696	2.054
Por operações sobre instrumentos financeiros	126	186
Por serviços bancários prestados por terceiros	36.673	40.086
Por operações realizadas por terceiros	1.486	3.575
Outras comissões pagas	2.854	1.799
	42.836	47.698

## 26. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	(2.992)	8.312
Instrumentos de capital	1.151	(3.523)
Instrumentos derivados		
. Taxa de juro	115.508	(113.025)
. Cotações	(4.387)	(4.106)
. Outros	2.501	(226)
	113.621	(117.357)
Outros	(6)	909
	111.774	(111.659)
Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	(5)	(27)
Instrumentos de capital	(1)	2
Outros títulos	15.376	12.386
	15.370	12.362
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
Derivados de cobertura	(20.187)	61.005
Correções de valor de instrumentos financeiros objeto de operações de cobertura	21.614	(61.346)
	1.428	(341)
Outros	3.226	646
	131.798	(98.992)

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Reavaliação da posição cambial	(12.081)	(35.137)
Resultados em derivados cambiais	13.756	32.141
	1.675	(2.997)

## 27. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Instrumentos de dívida	114.937	197.721
Instrumentos de capital		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Nota 6)	-	6.933
Outros	4	40
Outros títulos	1.783	3.159
	116.724	207.853
<b>Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Instrumentos de dívida	(70)	(1.109)
Instrumentos de capital		
Finangeste, S.A. (Nota 6)	(931)	-
Outros títulos	(6)	(76)
	(1.008)	(1.185)
	115.716	206.668

## 28. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	169.271	-
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	(8.720)	(2.338)
Ganhos e perdas na alienação de ativos tangíveis	17	(1.458)
Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	(11.473)	(9.837)
	149.095	(13.633)

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a CGD alienou créditos a clientes da carteira de "Corporates" num valor global de aproximadamente 64.479 mEuros e 81.267 mEuros, respetivamente, excluindo operações de cedência de ativos. Em resultado destas transações, foram registadas perdas no valor de 8.720 mEuros e 2.338 mEuros, nos referidos períodos.

Em 30 de junho de 2015, a rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em filiais", respeita integralmente aos resultados apurados em consequência do processo de dissolução e liquidação da Gerbanca, SGPS, S.A., concluído no decorrer do primeiro semestre do exercício. Decorrente desta operação, a Caixa Geral de Depósitos incorporou no seu património uma participação de 94,01% no capital social do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Nota 11).

## 29. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	20.196	19.973
Recuperação de créditos incobráveis		
Crédito concedido	6.524	8.872
Juros e despesas	717	1.003
Venda de cheques	5.430	6.239
Prestação de serviços diversos	4.800	4.799
Mais valias obtidas na alienação de bens arrematados	2.862	1.235
Reembolso de despesas	933	921
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	1.630	758
Outros	12.313	10.704
	55.406	54.503
<b>Outros custos de exploração</b>		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(2.671)	(13.781)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(5.342)	(5.857)
Outros impostos	(5.561)	(4.776)
Donativos e quotizações	(3.283)	(3.199)
Outros	(4.122)	(17.819)
	(20.979)	(45.432)
	34.426	9.071

O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

Em 30 de junho de 2015, a Caixa registou a contribuição periódica para o Fundo de Resolução no montante de 5.342 mEuros.

O valor das contribuições periódicas relativas a 2015 e 2014, ascenderam a 5.342 mEuros e 5.857 mEuros, respetivamente.

### 30. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	655	723
Remuneração dos empregados	181.761	179.937
Prémio de antiguidade	1.877	1.661
Assistência Médica - CGD		
Custo Normal (Nota 18)	11.843	12.275
Contribuições relativas a pessoal no ativo	9.689	12.117
Outros encargos relativos a remunerações	9.291	9.095
Fundo de Pensões - CGD		
Custo Normal	37.348	23.653
Outros	401	395
Outros encargos sociais obrigatórios	5.391	5.592
Outros custos com o pessoal	2.290	2.962
	260.546	248.411

O número médio de empregados durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, por tipo de funções, foi o seguinte:

	30-06-2015	30-06-2014
Direção	213	215
Chefias	1.702	1.736
Técnicos	3.161	3.114
Administrativos	4.440	4.609
Auxiliares	116	118
	9.632	9.792

Em 30 de junho de 2015 e 2014, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (247 e 246 respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (63 e 66, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (91 e 94, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

### 31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Serviços especializados		
Serviços de informática	35.252	34.952
Serviços prestados por agrupamentos complementares de empresas	16.431	16.470
Serviços de consultoria	3.615	4.382
Serviços de limpeza	2.560	2.676
Serviços de informação	3.453	2.808
Segurança e vigilância	1.550	1.461
Outros	24.416	23.657
Publicidade e edição de publicações	7.875	7.772
Rendas e alugueres	27.481	27.141
Comunicações e despesas de expedição	11.183	8.145
Conservação e reparação	10.222	8.841
Transporte de valores e outros	4.727	4.051
Água, energia e combustíveis	8.078	8.181
Deslocações, estadas e outras despesas de representação	2.921	2.528
Impressos e material de consumo corrente	1.808	1.766
Outros	3.587	5.075
	165.158	159.904

## 32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Passivos eventuais</b>		
Ativos dados em garantia	12.676.951	12.785.165
Garantias e avales	3.400.768	3.458.017
Créditos documentários abertos	284.480	360.349
Cartas de crédito stand-by	63.893	60.148
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	379.619	377.878
	16.805.711	17.041.557
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	8.237.374	8.338.954
Outros compromissos irrevogáveis	1.487.474	1.660.025
Contratos a prazo de depósitos:		
- A constituir	312.839	181
- A receber	392.085	485.870
Subscrição de títulos	1.593.502	1.979.800
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais		
para o Fundo de Garantia de Depósitos	155.391	155.391
Sistema de indemnização aos investidores	32.117	32.340
	12.210.782	12.652.560
<b>Depósito e guarda de valores</b>	36.637.958	33.996.599
<b>Valores administrados pela instituição</b>		
Ativos cedidos em operações de titularização (Nota 17)	298.053	315.647
Outros valores	82.269	69.496
	380.322	385.143

Em 30 de junho de 2015, a rubrica “Garantias e avales” inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e ações preferenciais nos montantes de 82.072 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente (80.452 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	978.500	803.000
Council of Europe Development Bank	34.000	-
Banco de Portugal (*)	11.470.951	11.776.665
Fundo de Garantia de Depósitos	157.000	167.000
Royal Bank of Scotland	15.000	15.000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	15.000	17.000
Euronext	6.500	6.500
	12.676.951	12.785.165

(\*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os ativos dados em garantia referem-se a instrumentos de dívida, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados no balanço da Caixa como ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, crédito a clientes e responsabilidades representadas por títulos.

Em 30 de junho de 2015 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 13.171.640 mEuros (13.158.749 mEuros em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD, apresentam um valor de mercado de 198.135 mEuros e 215.199 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.391 mEuros. Em 30 de junho de 2015, a Caixa reconheceu encargos com a contribuição anual para o FGD no montante de 2.671 mEuros.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determinou correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontrava de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Ainda no decorrer do exercício de 2014, o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu sentença determinando a anulação, entre outras, das correções

realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira no referido exercício à componente afeta aos ganhos da liquidação da Caixa Brasil, suportando a decisão da CGD de não constituir qualquer provisão para esta situação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Em Abril de 2015, foi a Caixa notificada do teor do Acórdão do Tribunal Central Administrativo de Lisboa, que em segunda instância, decidiu revogar a sentença decretada em primeira instância pelo Tribunal Tributário de Lisboa. Não obstante a convicção do Conselho de Administração da Caixa da conformidade dos procedimentos adaptados, e tendo já intentando as diligências que a latitude da Lei lhe permite para contestar esta decisão, face aos desenvolvimentos entretanto ocorridos decidiu-se como adequado proceder ao reconhecimento, em 30 de junho de 2015, de uma provisão no montante de aproximadamente 26 milhões de euros, para cobertura das contingências inerentes a este processo.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 13).

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A., uma nova instituição bancária de transição criada para o efeito, e cuja totalidade do capital social é detido pelo Fundo de Resolução.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900.000 mEuros a realizar pelo único acionista nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução não detinha nessa data os recursos próprios necessários à operação, a subscrição de capital foi efetuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900.000 mEuros do Estado Português; e
- 700.000 mEuros de oito instituições participantes no Fundo (dos quais 174.000.mEuros assegurados pela CGD).

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efetuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

Encontra-se atualmente em curso o processo com vista à alienação do Novo Banco, S.A.. A informação disponível nesta data não permite, ainda, avaliar o eventual impacto desta situação nas demonstrações financeiras da CGD, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco, S.A. e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

### 33. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento das exigências do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos no semestre findo em 30 de junho de 2015 e no decorrer do exercício de 2014 é a seguinte:

#### Linhas de negócio

	30-06-2015					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	9.345	347.691	(80.234)	-	9.736	286.539
Rendimentos de instrumentos de capital	3.585	-	55.845	-	-	59.430
Rendimentos de serviços e comissões	4.373	78.385	33.809	224	97.102	213.894
Encargos com serviços e comissões	(3.293)	(454)	(103)	-	(38.985)	(42.836)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	406.525	478	(8.720)	-	-	398.284
Outros resultados de exploração	800	(1.530)	399	-	34.758	34.426
Produto bancário	421.337	424.570	995	224	102.611	949.736
Outros custos e proveitos						(997.291)
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>(47.554)</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	6.267.080	296.696	-	-	7.391	6.571.168
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.597.592	-	1.100	-	-	21.598.692
Crédito sobre clientes (líquido)	-	29.208.463	24.513.854	-	-	53.722.317
<b>Ativo líquido total</b>	<b>27.864.672</b>	<b>29.505.160</b>	<b>24.514.954</b>	<b>-</b>	<b>8.502.858</b>	<b>90.387.644</b>
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	5.831.342	3.565	-	-	4.610	5.839.517
Recursos de clientes e outros empréstimos	42.061	51.227.041	9.386.686	-	3.518	60.659.305
Responsabilidades representadas por títulos	8.132.439	-	-	-	-	8.132.439

	31-12-2014					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	(114.678)	778.025	(132.303)	-	27.452	558.496
Rendimentos de instrumentos de capital	7.716	-	109.075	-	-	116.791
Rendimentos de serviços e comissões	8.598	156.360	60.118	467	226.160	451.703
Encargos com serviços e comissões	(14.552)	(448)	(46)	-	(82.629)	(97.675)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	47.297	655	(2.412)	4	-	45.545
Outros resultados de exploração	(103)	(3.035)	1.694	176	47.440	46.171
Produto bancário	(65.721)	931.556	36.127	647	218.422	1.121.031
Outros custos e proveitos						(2.260.351)
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>(1.139.320)</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	4.962.955	298.670	-	-	5.637	5.267.262
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.862.053	-	1.100	-	-	21.863.153
Crédito sobre clientes (líquido)	1.357	29.778.960	25.420.287	-	-	55.200.604
<b>Ativo líquido total</b>	<b>26.826.366</b>	<b>30.077.630</b>	<b>25.421.387</b>	<b>-</b>	<b>8.532.162</b>	<b>90.857.544</b>
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	6.003.260	14.660	-	-	1.967	6.019.887
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.410	51.872.344	9.844.170	-	4.765	61.761.689
Responsabilidades representadas por títulos	7.120.412	-	-	-	-	7.120.412

## Mercados Geográficos

	30-06-2015					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	226.982	54.599	3.198	4.310	(2.552)	286.539
Rendimentos de instrumentos de capital	55.845	3.585	-	-	-	59.430
Rendimentos de serviços e comissões	196.463	16.663	276	605	(112)	213.894
Encargos com serviços e comissões	(39.291)	(3.513)	(25)	(145)	139	(42.836)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	399.051	3.461	(8.656)	455	3.973	398.284
Resultados de exploração	36.122	(2.197)	13	86	402	34.426
Produto bancário	875.171	72.598	(5.194)	5.311	1.850	949.736
Outros custos e proveitos						(997.291)
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>(47.554)</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	10.327.713	2.833.712	2.136.804	1.023.069	(9.750.130)	6.571.168
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.321.319	505.190	98.483	-	(326.301)	21.598.692
Crédito sobre clientes (líquido)	48.577.449	4.476.958	639.319	28.613	(22)	53.722.317
<b>Ativo líquido total</b>	<b>88.659.087</b>	<b>7.946.265</b>	<b>2.875.035</b>	<b>1.056.881</b>	<b>(10.149.625)</b>	<b>90.387.644</b>
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	8.359.420	4.832.549	2.332.808	63.059	(9.748.320)	5.839.517
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.406.434	2.662.116	617.534	973.221	-	60.659.305
Responsabilidades representadas por títulos	7.889.863	405.149	-	-	(162.573)	8.132.439

	31-12-2014					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	455.762	107.804	9.997	7.943	(23.010)	558.496
Rendimentos de instrumentos de capital	109.075	7.716	-	-	-	116.791
Rendimentos de serviços e comissões	417.009	32.972	641	1.332	(250)	451.703
Encargos com serviços e comissões	(89.450)	(8.169)	(49)	(316)	309	(97.675)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	19.571	5.395	(2.468)	673	22.374	45.545
Resultados de exploração	52.527	(5.585)	(113)	77	(736)	46.171
Produto bancário	964.495	140.133	8.008	9.709	(1.314)	1.121.031
Outros custos e proveitos						(2.260.351)
<b>Resultado Líquido do Período</b>						<b>(1.139.320)</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	9.170.723	2.848.256	1.951.179	967.122	(9.670.020)	5.267.262
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.514.317	709.206	62.035	-	(422.404)	21.863.153
Crédito sobre clientes (líquido)	49.808.319	4.725.150	640.588	26.548	-	55.200.604
<b>Ativo líquido total</b>	<b>88.952.036</b>	<b>8.403.380</b>	<b>2.655.774</b>	<b>998.282</b>	<b>(10.151.928)</b>	<b>90.857.544</b>
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	8.384.877	5.182.804	2.067.894	57.349	(9.673.038)	6.019.887
Recursos de clientes e outros empréstimos	57.592.230	2.598.693	649.734	921.032	-	61.761.689
Responsabilidades representadas por títulos	6.978.004	409.963	-	-	(267.555)	7.120.412

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

## 34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Risco de Crédito

#### Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados</b>		
Divida pública	195.607	265.267
Divida privada	50	50
	195.657	265.317
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda *</b>		
Divida pública	7.648.814	7.491.653
Divida privada	8.824.050	9.023.067
	16.472.865	16.514.720
<b>Ativos com acordo de recompra</b>		
Divida pública	256.912	44.980
Divida privada	353.910	358.683
Crédito e valores titulados	433.971	690.743
	1.044.793	1.094.406
	17.713.314	17.874.442
Instrumentos financeiros derivados	1.846.673	2.007.682
Disponibilidades em instituições de crédito *	444.210	419.995
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito *	5.329.872	3.645.597
Crédito a clientes *	53.381.473	54.826.290
Outros devedores *	2.082.511	2.621.342
Outras operações a regularizar	165.887	93.109
	63.250.626	63.614.015
<b>Outros compromissos</b>		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avales **	3.347.204	3.410.878
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	63.893	60.148
Créditos documentários abertos	284.480	360.349
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	379.619	377.878
Contratos de depósitos a prazo a constituir	312.839	181
Linhas de crédito irrevogáveis	814.319	996.184
Subscrição de títulos	1.593.502	1.979.800
Outros compromissos irrevogáveis	673.155	663.841
Credit Default Swaps	71.499	105.892
	7.540.510	7.955.151
<b>Exposição máxima</b>	<b>88.504.451</b>	<b>89.443.608</b>

[\*] Saldos líquidos de imparidade e provisões para riscos gerais de crédito

[\*\*] Saldos líquidos de provisões

### Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

As principais características de emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro nas carteiras da Caixa e suas sucursais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2015				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2015	Após 2015	sem maturidade	Total				
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de resultados</b>								
Portugal	-	-	-	-	-	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	248	-	248	248	-	-	
Itália	-	259	-	259	259	-	-	
	-	507	-	507	507	-	-	
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação</b>								
Portugal	1.711.230	5.900.199	667	7.612.095	7.612.095	-	(80.858)	
Grécia	-	2.491	-	2.491	2.491	-	(3.853)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	130.431	-	130.431	130.431	-	(5.348)	
Itália	-	62.226	-	62.226	62.226	-	(1.075)	
	1.711.230	6.095.347	667	7.807.243	7.807.243	-	(91.134)	
<b>Total</b>								
Portugal	1.711.230	5.900.199	667	7.612.095	7.612.095	-	(80.858)	BB
Grécia	-	2.491	-	2.491	2.491	-	(3.853)	CCC-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	130.679	-	130.679	130.679	-	(5.348)	BBB
Itália	-	62.485	-	62.485	62.485	-	(1.075)	BBB
	1.711.230	6.095.854	667	7.807.750	7.807.750	-	(91.134)	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2014				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2015	Após 2015	sem maturidade	Total				
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de resultados</b>								
Portugal	-	-	-	-	-	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	260	-	260	260	-	-	
Itália	-	271	-	271	271	-	-	
	-	531	-	531	531	-	-	
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação</b>								
Portugal	5.433.689	1.909.230	3.655	7.346.574	7.346.574	-	122.204	
Grécia	-	3.497	-	3.497	3.497	-	(2.911)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	35.980	-	35.980	35.980	-	864	
Itália	-	88.548	-	88.548	88.548	-	2.197	
	5.433.689	2.037.254	3.655	7.474.598	7.474.598	-	122.355	
<b>Total</b>								
Portugal	5.433.689	1.909.230	3.655	7.346.574	7.346.574	-	122.204	BB
Grécia	-	3.497	-	3.497	3.497	-	(2.911)	B
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	36.240	-	36.240	36.240	-	864	BBB
Itália	-	88.819	-	88.819	88.819	-	2.197	BBB
	5.433.689	2.037.786	3.655	7.475.129	7.475.129	-	122.355	

A evolução destes mercados reflete as consequências da grave crise de liquidez e, em geral, do elevado grau de insegurança que tem vindo a delimitar a percepção do risco associada a emissões de dívida soberana neste espaço económico, com especial incidência nos países intervencionados pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e União Europeia em 2010 (Grécia e Irlanda) e 2011 (Portugal).

O segundo trimestre de 2015 ficou ainda assinalado pelo agravar da crise na Grécia e em especial no seu sistema financeiro, com as necessárias consequências no incremento dos níveis de volatilidade e incerteza no decorrer deste período, parcialmente mitigados pela formalização do novo acordo de resgate entretanto alcançado com os seus credores internacionais.

### Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor,

sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto “Justo valor”.

### Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

TIPO	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	30-06-2015		31-12-2014	
				Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Reserva de Justo valor
<b>Residential mortgage-backed securities</b>							
	A- até A+	Senior	União Europeia	1.683	(363)	4.146	22
	Menor que A-	Senior	União Europeia	31.976	(574)	33.098	(685)
		Mezzanine	União Europeia	5.001	(1.456)	5.436	(1.011)
	CCC	Mezzanine	União Europeia	968	(1.390)	688	(1.664)
				<b>39.627</b>	<b>(3.784)</b>	<b>43.369</b>	<b>(3.337)</b>

(a) Apresentação dos títulos efetuada considerando informação sobre notações de rating em 30-06-2015, com exceção das espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2014.

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2014	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do período	Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2015
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados		
<b>Residential mortgage-backed securities</b>								
	A- até A+	Senior	União Europeia	4.146	(2.487)	409	(385)	1.683
	Menor que A-	Senior	União Europeia	33.098	(1.278)	45	111	31.976
		Mezzanine	União Europeia	5.436	-	10	(445)	5.001
	CCC	Mezzanine	União Europeia	688	-	6	274	968
				<b>43.369</b>	<b>(3.765)</b>	<b>470</b>	<b>(446)</b>	<b>39.627</b>

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2015, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2014.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2013	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do período	Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2014
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados		
<b>Residential mortgage-backed securities</b>								
	A- até A+	Senior	União Europeia	2.580	(743)	(141)	195	1.891
	Menor que A-	Senior	União Europeia	33.038	(1.602)	16	5.491	36.943
		Mezzanine	União Europeia	3.462	-	11	570	4.043
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2.542	-	3	795	3.340
<b>Collateralized Loan obligations</b>								
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	7.229	(8.731)	(187)	1.689	-
				<b>48.851</b>	<b>(11.077)</b>	<b>(298)</b>	<b>8.741</b>	<b>46.217</b>

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2014, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2013.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

### Crédito concedido a clientes

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o crédito concedido a clientes, incluindo saldos de ativos associados a operações de venda com acordo de recompra, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade (Notas 7 e 9):

Setor de atividade	30-06-2015			31-12-2014		
	Governo (b)	Particulares e empresas	Total	Governo (b)	Particulares e empresas	Total
Construção e atividades imobiliárias (a)	1.260	9.523.126	9.524.385	-	9.799.723	9.799.723
Agricultura, silvicultura e pesca	10	369.508	369.518	-	326.762	326.762
Indústrias extrativas	-	83.343	83.343	-	86.411	86.411
Indústrias transformadoras	250	2.832.021	2.832.271	285	2.778.611	2.778.896
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	674.992	674.992	2.259	779.802	782.061
Abastecimento de água	645	413.590	414.235	1.294	410.082	411.375
Comércio por grosso e a retalho	949	2.006.198	2.007.147	937	2.000.678	2.001.616
Transportes e armazenagem	1.316	677.770	679.086	50.209	685.427	735.636
Atividades de alojamento e restauração	-	219.163	219.163	-	200.228	200.228
Informação e comunicação	75	195.234	195.309	-	194.403	194.403
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.041.342	605.936	1.647.278	1.001.669	639.419	1.641.088
Atividades administrativas e de serviços de apoio	14.633	242.599	257.232	17.603	261.697	279.300
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	2.709.689	1.283	2.710.972	2.696.276	4.786	2.701.061
Educação	4.849	104.343	109.192	5.338	117.086	122.423
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	108.244	169.726	277.970	1.999	293.162	295.161
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	1.056	172.004	173.060	543	161.256	161.799
Outros serviços	10.077	165.050	175.127	9.883	234.610	244.493
Outras atividades financeiras	1.304.308	4.773.967	6.078.275	1.352.418	5.095.144	6.447.562
Particulares - Habitação	-	29.646.145	29.646.145	-	30.204.000	30.204.000
Particulares - Outros fins	-	2.037.322	2.037.322	-	2.197.726	2.197.726
	5.198.703	54.913.317	60.112.020	5.140.712	56.471.014	61.611.725

(a) Conforme códigos da classificação portuguesa das atividades económicas (CAE) identificados no âmbito do anexo VI da Carta Circular 2/2014 do Banco de Portugal.

(b) Inclui entidades do setor empresarial do Estado.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades (i) na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição ao seu crescimento, e (ii) na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Ativo	30-06-2015									
	Prazos residuais de maturidade contratual									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	797.018	-	-	-	-	-	-	-	-	797.018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	442.776	-	-	-	-	-	-	-	(1)	442.775
Aplicações em instituições de crédito	2.908.919	132.880	137.958	454.907	1.369.923	362.384	29.099	34.187	(463)	5.429.793
Carteira de títulos										
Negociação	-	-	19.178	-	10.915	150.320	17.174	-	1.863.870	2.061.457
Outros (saldos brutos) [*]	210.154	821.174	1.414.772	2.625.630	2.462.742	2.569.597	4.525.289	4.459.919	2.718.322	21.807.597
Ativos com acordo de recompra	2.186	53	32.250	83.258	495.008	124.190	322.380	128.592	27.824	1.215.742
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	45.368	45.368
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.020.447	2.423.960	3.984.855	3.041.996	8.297.912	8.488.037	13.838.201	26.936.986	(152.131)	69.880.261
	7.381.500	3.378.067	5.589.011	6.205.791	12.636.500	11.694.528	18.732.143	31.559.683	4.502.789	101.680.011
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.249.977)	(1.086.547)	(519.989)	(1.064.436)	(178.208)	(1.382.040)	(535.162)	-	(27.617)	(6.043.975)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.849.402)	(1.849.402)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22.743.407)	(6.228.825)	(8.150.437)	(6.751.003)	(13.051.249)	(4.062.386)	(380.874)	(166.169)	(61.704)	(61.596.054)
Responsabilidades representadas por títulos	(525.152)	(466.217)	(601.531)	(612.404)	(2.946.289)	(2.021.971)	(1.446.657)	(83.103)	3.189	(8.700.136)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(11.360)	(22.615)	(33.829)	(68.323)	(284.256)	(317.396)	(925.125)	(5.193.704)	(77.070)	(6.933.676)
Outros passivos subordinados	(161)	(1.599)	(51.472)	(81.110)	(1.704.891)	(936.204)	(30.332)	(118.206)	6.072	(2.917.902)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.788)	(18.788)
Recursos consignados	-	(38.802)	(14.177)	(21.075)	(149.489)	(151.710)	(545.574)	(45.814)	(130)	(966.772)
	(24.530.057)	(7.844.604)	(9.371.435)	(8.598.351)	(18.314.382)	(8.871.707)	(3.863.725)	(5.606.995)	(2.025.450)	(89.026.706)
Derivados	5.807	19.148	7.882	(4.501)	20.270	56.195	180.025	270.529	-	555.356
Diferencial	(17.142.750)	(4.447.390)	(3.774.542)	(2.397.061)	(5.657.612)	2.879.017	15.048.442	26.223.217	2.477.339	13.208.661

[\*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

	31-12-2014									
	Prazos residuais de maturidade contratual									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.201.643	-	-	-	-	-	-	-	-	1.201.643
Disponibilidades em outras instituições de crédito	416.803	-	-	-	-	-	-	-	-	416.803
Aplicações em instituições de crédito	1.127.902	200.919	477.656	90.866	1.313.573	494.673	24.164	32.623	(965)	3.761.411
Carteira de títulos										
Negociação	43.450	-	1.500	14.290	12.540	151.945	43.799	-	1.993.865	2.261.388
Outros (saldo bruto) [*]	358.114	1.344.383	1.379.094	3.371.688	2.290.064	2.603.846	3.665.339	3.518.536	2.585.911	21.116.975
Ativos com acordo de recompra	2.286	167.653	177.828	33.095	470.118	187.473	179.310	7.311	6.830	1.231.905
Devedores de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	80.308	80.308
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.538.054	2.490.590	4.273.153	2.892.183	9.139.222	8.266.803	13.541.776	27.024.080	90.044	70.255.896
	5.688.252	4.203.536	6.309.231	6.402.123	13.225.518	11.704.740	17.454.388	30.582.550	4.755.993	100.326.330
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.698.207)	(524.051)	(613.044)	(919.372)	(515.847)	(1.354.382)	(570.496)	-	(37.929)	(6.233.329)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.171.880)	(2.171.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23.227.534)	(6.043.327)	(7.977.042)	(6.577.817)	(14.130.450)	(4.300.321)	(386.329)	(167.612)	(76.327)	(62.886.758)
Responsabilidades representadas por títulos	(112.555)	(57.811)	(129.967)	(1.429.469)	(2.643.622)	(1.789.197)	(1.477.838)	(93.758)	4.189	(7.730.027)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(11.824)	(23.424)	(35.357)	(70.547)	(287.154)	(302.299)	(857.694)	(5.239.559)	(70.928)	(6.898.787)
Outros passivos subordinados	(186)	(7.611)	(52.082)	(53.457)	(1.772.252)	(943.454)	(30.349)	(124.269)	6.072	(2.977.587)
Devedores de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.040)	(20.040)
Recursos consignados	-	(369)	(485)	(3.074)	(9.268)	(12.443)	(521.416)	(169.458)	(130)	(716.643)
	(25.050.307)	(6.656.593)	(8.807.977)	(9.053.735)	(19.358.593)	(8.702.096)	(3.844.121)	(5.794.656)	(2.366.973)	(89.635.051)
Devedores	(1.900)	(3.819)	5.424	22.492	30.487	27.306	71.664	217.121	-	368.775
Diferencial	(19.363.955)	(2.456.876)	(2.493.322)	(2.629.121)	(6.102.588)	3.029.950	13.681.931	25.005.015	2.389.020	11.060.053

[\*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Os juros projetados para as operações a taxa variável, incorporam as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros tem em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como em função do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais estruturais da CGD (por oposição aos prazos contratuais), e diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital: reafetação do montante com adequada liquidez para o *bucket* "Até 1 mês", com exceção dos títulos de dívida onerados que são alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estão a colateralizar;
- Depósitos à ordem de clientes: reafetação do saldo de *core deposits* (depósitos que constituem uma fonte de financiamento estável da atividade creditícia) do *bucket* "Até 1 mês" para *buckets* superiores a 4 anos, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente;
- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede): estimação de prazos esperados de permanência (que diferem dos prazos contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por *bucket*.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

30-06-2015										
Prazos residuais de maturidade estrutural										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	797.018	-	-	-	-	-	-	-	-	797.018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	442.776	-	-	-	-	-	-	-	(1)	442.775
Aplicações em instituições de crédito	2.905.211	123.875	131.103	437.731	1.330.773	351.285	22.322	29.342	(463)	5.331.178
Carteira de títulos										
Negociação	114.851	149	2.055	-	-	34.220	2.430	33.977	1.845.586	2.033.269
Outros (líquido de imparidade)	10.683.117	137.048	193.564	382.103	299.063	1.557.223	575.350	3.630.227	1.017.565	18.475.261
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	235.000	-	-	290.490	488.008	-	-	-	-	1.041.322
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.924.803	2.253.444	3.718.041	2.603.139	6.641.328	6.848.051	9.954.790	19.656.074	(152.131)	54.447.539
	18.102.776	2.514.516	4.044.763	3.713.464	8.759.172	8.790.779	10.554.892	23.349.620	2.738.380	82.568.362
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.247.849)	(1.058.886)	(508.570)	(1.039.360)	(133.151)	(1.326.674)	(478.955)	-	(27.617)	(5.821.062)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.849.402)	(1.849.402)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.915.649)	(5.049.113)	(3.296.271)	(8.399.131)	(17.357.425)	(6.733.662)	(2.978.351)	(14.613.464)	(61.704)	(60.404.769)
Responsabilidades representadas por títulos	(510.220)	(431.873)	(511.737)	(494.149)	(2.639.200)	(1.868.599)	(1.405.707)	(80.271)	(1.847)	(7.943.604)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.724)	(15.247)	(23.057)	(45.793)	(180.051)	(169.765)	(412.715)	(3.531.825)	(77.070)	(4.463.246)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(21.209)	(1.562.043)	(906.597)	-	(100.000)	6.072	(2.583.777)
Recursos consignados	-	(36.433)	(13.218)	(19.705)	(139.334)	(140.199)	(527.910)	(42.268)	(130)	(919.196)
	(3.681.441)	(6.591.552)	(4.352.853)	(10.019.347)	(22.011.204)	(11.145.496)	(5.803.637)	(18.367.829)	(2.011.697)	(83.985.057)
Diferencial	14.421.335	4.077.036	(308.090)	(6.305.884)	(13.252.033)	(2.354.717)	4.751.256	4.981.791	726.683	(1.416.694)

31-12-2014										
Prazos residuais de maturidade estrutural										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.201.643	-	-	-	-	-	-	-	-	1.201.643
Disponibilidades em outras instituições de crédito	417.680	-	-	-	-	-	-	-	(877)	416.803
Aplicações em instituições de crédito	1.122.742	192.567	465.260	73.393	1.262.119	477.796	18.287	27.385	(965)	3.638.582
Carteira de títulos										
Negociação	160.619	59	274	1.463	-	43.508	7.535	41.849	1.970.457	2.225.763
Outros (líquido de imparidade)	10.996.620	204.306	205.658	496.336	293.867	1.577.922	484.773	3.219.889	983.304	18.462.675
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	45.000	412.500	130.000	-	494.833	-	-	-	6.830	1.089.163
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.408.562	2.291.257	3.958.758	2.413.739	7.451.634	6.743.913	10.148.228	20.147.746	90.044	55.653.881
	16.352.866	3.100.688	4.759.951	2.984.930	9.502.452	8.843.138	10.658.823	23.436.869	3.048.793	82.688.512
<b>Passivos</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.697.118)	(510.591)	(597.572)	(880.988)	(464.268)	(1.300.000)	(505.789)	-	(37.929)	(5.994.255)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.171.880)	(2.171.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.361.174)	(4.951.620)	(3.781.707)	(7.876.669)	(18.567.951)	(6.967.905)	(2.730.584)	(14.020.945)	(76.327)	(61.334.884)
Responsabilidades representadas por títulos	(8.401)	(50.637)	(119.000)	(1.302.691)	(2.342.443)	(1.607.643)	(1.415.870)	(92.988)	4.189	(6.935.483)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.579)	(15.481)	(22.861)	(45.981)	(182.758)	(178.423)	(433.648)	(3.607.847)	(70.926)	(4.565.506)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(1.583.252)	(906.597)	-	(100.000)	6.072	(2.583.777)
Recursos consignados	-	-	-	-	-	-	(484.751)	(154.020)	(130)	(638.901)
	(4.074.272)	(5.528.328)	(4.521.141)	(10.106.329)	(23.140.671)	(10.960.569)	(5.570.642)	(17.975.800)	(2.346.933)	(84.224.685)
Diferencial	12.278.594	(2.427.640)	238.810	(7.121.398)	(13.638.219)	(2.117.431)	5.088.182	5.461.069	701.860	(1.536.174)

### Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

30-06-2015					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	797.086	797.086	-	-	797.086
Disponibilidades em outras instituições de crédito	444.210	444.210	-	-	444.210
Aplicações em instituições de crédito	5.324.323	5.336.655	12.332	5.549	5.329.872
Ativos com acordo de recompra	433.971	460.773	26.803	-	433.971
Crédito a clientes	54.731.645	52.206.390	(2.525.255)	(1.009.327)	53.722.317
	61.731.234	59.245.114	(2.486.120)	(1.003.778)	60.727.456
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5.756.330	5.824.388	68.057	83.186	5.839.517
Recursos de clientes e outros empréstimos	60.509.387	60.996.075	486.688	149.918	60.659.305
Responsabilidades representadas por títulos	8.094.486	8.383.480	288.994	37.953	8.132.439
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.387.663	4.009.637	(378.026)	77.078	4.464.741
Outros passivos subordinados	2.606.794	2.699.078	92.284	(6.072)	2.600.722
Recursos consignados	919.066	912.352	(6.714)	130	919.196
	82.273.726	82.825.010	551.284	342.193	82.615.920

	31-12-2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença		
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.201.671	1.201.671	-	-	1.201.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	419.995	419.995	-	-	419.995
Aplicações em instituições de crédito	3.637.567	3.653.481	15.914	8.029	3.645.595
Ativos com acordo de recompra	690.743	717.170	26.427	-	690.743
Crédito a clientes	55.712.083	50.039.558	(5.672.525)	(511.478)	55.200.604
	61.662.058	56.031.874	(5.630.184)	(503.450)	61.158.608
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5.925.802	6.010.959	85.157	94.085	6.019.887
Recursos de clientes e outros empréstimos	61.622.452	62.228.911	606.459	139.237	61.761.689
Responsabilidades representadas por títulos	7.073.395	7.291.731	218.337	47.017	7.120.412
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.496.567	3.830.351	(666.216)	70.824	4.567.391
Outros passivos subordinados	2.612.345	2.699.319	86.974	(6.072)	2.606.273
Recursos consignados	638.901	661.384	22.483	-	638.901
	82.369.462	82.722.655	353.193	345.091	82.714.553

No apuramento do justo valor são utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços são considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito são tidas em consideração as condições contratuais das operações, e adicionalmente para os instrumentos de taxa variável estimados os *cash flows* futuros incorporando as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência, e utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito;
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes, para tipos de crédito e de depósitos comparáveis;
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
  - O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
  - Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo centralizado efetuado pela Caixa.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	30-06-2015			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	231.584	267	113	231.964
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	322.069	50	271.804	593.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.050.774	3.274.081	6.541.727	17.866.582
Ativos financeiros com acordo de recompra	287.803	199.264	123.755	610.822
Derivados de negociação	2.858	(548.744)	497.789	(48.097)
Derivados de cobertura	-	26.580	-	26.580
	8.895.089	2.951.498	7.435.187	19.281.774

	31-12-2014			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	297.578	530	280	298.389
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	320.758	-	263.264	584.022
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.012.875	3.492.667	6.355.145	17.860.687
Ativos financeiros com acordo de recompra	71.658	203.663	128.342	403.663
Derivados de negociação	1.001	(819.758)	574.251	(244.506)
Derivados de cobertura	-	69.608	(9.340)	60.268
	8.703.870	2.946.711	7.311.943	18.962.524

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 - Técnicas de valorização** – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, cotações fornecidas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis ou NAV (*Net Asset Value*) fornecido por sociedades gestoras de fundos de reestruturação ou fundos fechados.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda				Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida		Subtotal		
			Asset-backed securities	Outras Obrigações			
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2014	263.545	1.278.722	5.076.422	128.343	6.483.487	564.911	7.311.943
Aquisições	-	33.387	-	-	33.387	320	33.707
Alienações	(5.120)	(9.083)	-	-	(9.083)	-	(14.203)
Amortizações	-	-	(137.261)	(5.822)	(143.083)	12.987	(130.096)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	294	353	-	-	353	-	647
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	13.198	959	22.461	1.477	24.898	(73.345)	(35.250)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	49.817	7.983	(242)	57.558	-	57.558
Imparidade reconhecida no período	-	(35.538)	-	-	(35.538)	-	(35.538)
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	244.291	-	244.291	(7.084)	237.207
Diferenças cambiais	-	9.212	-	-	9.212	-	9.212
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2015	271.916	1.327.830	5.213.897	123.756	6.665.482	497.789	7.435.187

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – “Asset backed securities”- incluem 4.585.375 mEuros e 4.681.972 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2, os quais nestas datas se encontram valorizados pelo respetivo valor nominal (Notas 6 e 17).

Em 30 de junho de 2015, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação, de aproximadamente 20.369 mEuros (6.749 mEuros em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net asset value*) disponibilizadas pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	30-06-2015			
	Títulos ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1
Instrumentos de dívida	50	248	11.424	4.975
	50	248	11.424	4.975

As transferências observadas entre níveis de classificação na hierarquia de determinação do justo valor ocorridas no semestre findo em junho de 2015 decorrem essencialmente da reavaliação das fontes disponíveis para valorização destes activos (mercado ou contrapartes externas).

#### Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados OTC.

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comumente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos *cash-flows* futuros através da curva de taxa de juro adequada;
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos, aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização também depende das características das operações, mas genericamente incluem curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são construídas com taxas de depósitos e cotações de swaps extraídas da Reuters/Bloomberg, havendo moedas, as de maior exposição, para as quais é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRAs. Dependendo do prazo do indexante da operação, estão disponíveis curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da Reuters/Bloomberg.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, a Caixa incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (add-ons) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, a Caixa adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. O justo valor assim obtido é assim composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

Em 30 de junho de 2015, o valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", e DVA (*debit value adjustments*) registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", ascendiam a 61.936 mEuros e 4.698 mEuros, respetivamente (66.377 mEuros e 3.288 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014).

#### Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à

cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/*rating* da emissão, de modo a considerar o risco que lhe está inerente. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de inputs para valorização. De modo geral, as valorizações cedidas por estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas) são alocadas ao nível 3. As securitizações com reduzida liquidez são igualmente alocadas ao nível 3.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2015			31-12-2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,1600	0,2200	0,4150	-0,1700	0,1800	0,4500
1 mês	-0,1100	0,3600	0,6000	0,0100	0,3000	0,5700
2 meses	-0,0850	0,4100	0,6600	0,0349	0,3300	0,6000
3 meses	-0,0596	0,4301	0,6768	0,0599	0,3380	0,6110
6 meses	0,0202	0,4069	0,6546	0,1239	0,3209	0,6149
9 meses	0,0363	0,4603	0,6847	0,1250	0,3715	0,6350
1 ano	0,0587	0,5341	0,7338	0,1385	0,4537	0,6658
2 anos	0,1240	0,9021	1,0008	0,1769	0,9043	0,8670
3 anos	0,2130	1,2105	1,3545	0,2223	1,2750	1,1536
5 anos	0,4833	1,7325	1,6962	0,3554	1,7580	1,4710
7 anos	0,7755	2,0810	1,9206	0,5272	2,0295	1,6725
10 anos	1,1290	2,4040	2,1289	0,8129	2,2660	1,8737
15 anos	1,4760	2,6700	2,3040	1,1459	2,4920	2,1026
20 anos	1,6180	2,7880	2,3499	1,3199	2,6010	2,2200
25 anos	1,6520	2,8430	2,3453	1,4100	2,6500	2,2565
30 anos	1,6690	2,8770	2,3294	1,4649	2,6740	2,2713

Os valores das curvas de crédito são obtidos nos sistemas Bloomberg/Thomson Reuters Eikon, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/*rating*.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2015		31-12-2014	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	0,0766	-0,2620	0,1370	-0,2880
6 meses	0,0797	-0,2860	0,2211	-0,1295
9 meses	0,0991	-0,2915	0,1875	-0,1260
1 ano	0,1153	-0,2530	0,3075	-0,1265
2 anos	0,5306	-0,2335	0,5062	-0,1075
3 anos	1,0109	-0,1775	1,0137	-0,0960
5 anos	1,7121	0,0590	1,5997	0,0090
7 anos	2,3737	0,3550	2,1690	0,1835
10 anos	2,9557	0,7315	2,8665	0,5385
15 anos	3,4261	1,1065	3,4403	0,8875
20 anos	3,6651	1,3490	3,6264	1,1440
25 anos	3,8035	1,4265	3,7159	1,2475
30 anos	3,8815	1,5040	3,7396	1,3510

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30-06-2015	31-12-2014
EUR/USD	1,1189	1,2141
EUR/GBP	0,7114	0,7789
EUR/CHF	1,0413	1,2024
EUR/AUD	1,455	1,4829
EUR/JPY	137,01	145,23
EUR/BRL	3,4699	3,2207

### Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro, preço e de volatilidade.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- . “Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - . Carteira de Negociação – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados transaccionados com o objectivo de detetar oportunidades de negócio para horizontes temporais de curto prazo;
  - . Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - . Carteira de investimento – com o propósito de constituir uma reserva de valor e de liquidez, inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, e coberturas associadas, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;

- . Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado;
- . Sucursais – CGD Londres, CGD New York e CGD Cayman.
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa;
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;
- . Testes de esforço (*Stress Tests*).

#### Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são implícitas.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma:

#### **Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	1.304	1.544	1.086	1.473
Cambial	97	838	20	144
Preço	200	299	-	-
Volatilidade	-	8	-	-
Efeito diversificação	(308)			(128)
	1.293	1.873	1.110	1.489

**Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	1.592	3.327	1.592	2.459
Cambial	1.246	2.637	1.041	1.864
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(870)			(1.611)
	1.968	3.636	1.962	2.712

**Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	51	60	36	47
Cambial	210	211	-	26
Preço	1.869	1.874	1.463	1.453
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(127)			(67)
	2.003	2.005	1.469	1.458

**Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	131.994	193.816	89.952	91.475
Cambial	17	33	14	33
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(11)			2
	131.999	193.831	89.978	91.511

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

## 2.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

Para a realização das suas operações, em 30 de junho de 2015 a Caixa contava com uma rede nacional de 759 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 13 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai e Macau.

A Caixa participa ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam, banca, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de setores não financeiros da economia Portuguesa.

A Comissão Europeia aprovou em julho de 2013 o Plano de Reestruturação da CGD apresentado pelo Estado Português no âmbito do respetivo processo de recapitalização.

A recapitalização surgiu no contexto dos novos requisitos regulatórios impostos pela European Banking Authority (EBA), tendo resultado na necessidade de capital adicional no valor de 1.650 milhões de euros (750 milhões de euros em aumento de capital social e 900 milhões de euros em Instrumentos de Capital Core Tier 1 (nota 21)), que foi subscrito em junho de 2012 pelo acionista Estado e considerado pela Comissão Europeia como Auxílio de Estado.

O Plano de Reestruturação da CGD aprovado assegura o enfoque no papel da instituição no apoio às empresas e aos particulares em Portugal e assenta em três vetores principais de atuação que reforçam a estratégia já em execução:

- Desalavancagem do balanço do Grupo CGD, nas quais se incluem as já concretizadas vendas no ramo segurador e de participações não estratégicas, bem como pelo run-down de ativos non-core.
- Melhoria da eficiência operacional, dando continuidade ao esforço de redução dos custos operacionais já verificado, nomeadamente através da otimização do número de agências e de empregados e da renegociação dos serviços contratados;
- Reestruturação da atividade e otimização da dimensão da rede da CGD em Espanha, com o objectivo de assegurar a sua viabilidade de longo prazo e a sua autonomia da CGD em termos de funding, bem como garantir um contributo positivo para os resultados do Grupo. Esta reestruturação contemplou o redimensionamento da rede comercial e a otimização dos serviços e processos, tendo originado uma redução de pessoal, e a

concentração dos ativos non-core da instituição na sucursal da CGD em Espanha, que passou a gerir o respetivo run-off.

Os compromissos comportamentais da CGD, extensíveis ao Grupo, incluem:

- a) Não aquisição de participações sociais ou de conjunto de ativos correspondentes ao exercício de uma atividade, acima de determinados limites. Contudo, este compromisso não se aplica em várias situações, como por exemplo em aquisições no âmbito da atividade corrente da CGD relacionada com a gestão de créditos sobre clientes em dificuldades;
- b) Não implementação de estratégias comerciais agressivas;
- c) Redução da atividade de *proprietary trading* (não relacionada com clientes) a mínimos necessários ao funcionamento da tesouraria;
- d) Não invocar a concessão do Auxílio de Estado ou vantagens daí emergentes para efeitos publicitários;
- e) Não proceder ao pagamento de dividendos, cupões ou juros a titulares de ações preferenciais ou de dívida subordinada, quando esses pagamentos não decorram de obrigação contratual ou legal. Contudo, esses pagamentos serão permitidos no caso de demonstração de que a sua não realização poderá prejudicar o reembolso dos Instrumentos de Capital Core Tier 1 emitidos pela CGD e subscritos pelo Estado em junho de 2012;
- f) Aplicar, no quadro do plano de recapitalização estabelecido com o Estado Português, 30 milhões de euros por ano num fundo que investirá em participações sociais em PME e em sociedades com grau de capitalização médio (Mid-Cap) portuguesas. O investimento acima daquele montante fica sujeito a prévia aprovação da Comissão Europeia;
- g) Continuação e expansão da política de monitorização de risco das operações e de políticas comerciais prudentes, sãs e orientadas para a sustentabilidade;
- h) Nomeação de um *Monitoring Trustee*, que passou a acompanhar a implementação e execução das medidas contidas no Plano de Reestruturação;
- i) Não criação de novas unidades de negócio em geografias nas quais o Grupo CGD não se encontrava anteriormente presente;
- j) Cumprimento de todos os regulamentos e requisitos legais relativos à política de remunerações.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e das disposições do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de fevereiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar” e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com exceção dos aspetos decorrentes da adoção da IFRIC 21, obrigatória no espaço Europeu para exercícios económicos iniciados em ou após 17 de junho de 2014, conforme descrito em maior detalhe na Nota 2.2..

### 2.2. Alteração de política contabilística - adoção da interpretação IFRIC 21 - Taxas

No exercício de 2015, a CGD adoptou a Interpretação 21 do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) - "Taxas", a qual regula o tratamento contabilístico a aplicar no reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa nas demonstrações financeiras da entidade por quem esta é devida, sempre que estas resultem da imposição de um Governo ou de outros organismos com ele relacionados.

Em resultado da aplicação dos requisitos da IFRIC 21, a Caixa reviu os procedimentos adoptados no registo das suas obrigações no âmbito das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução, assim como da contribuição sobre o sector bancário. Até ao exercício de 2014, os encargos com as referidas taxas e tributo eram reconhecidos de forma linearizada ao longo do exercício em que era devidas, tendo, à luz dos novos preceitos, passado a ser realizadas de forma integral no momento em que a obrigação é gerada, tendo as demonstrações financeiras do período comparativo apresentadas sido reexpressas em conformidade. Os principais impactos nos resultados líquidos do Grupo em 30 de junho de 2014 são seguidamente detalhados:

	30.06.2014
Resultado consolidado do período, atribuível ao acionista da CGD (antes da alteração de política contabilística)	129.916
. Alteração do reconhecimento das contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Resolução e da Contribuição sobre o Setor Bancário	(19.860)
Resultado consolidado do período, atribuível ao acionista da CGD (após da alteração de política contabilística)	110.056
Resultado por ação antes da alteração de política contabilística	0,11
Resultado por ação após alteração de política contabilística	0,09

### 2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

De acordo com os requisitos da IFRS 10, o Grupo considera que exerce controlo quando se encontra exposto ou detenha direitos sobre os retornos variáveis gerados por uma determinada entidade (designada como "filial") e possa, através da aplicação do poder que retém e da capacidade de orientar as suas atividades relevante, apoderar-se dos mesmos (poder de facto).

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", do capital próprio. No caso específico de fundos de investimento incluídos no perímetro de consolidação sempre que os detentores dos interesses que não controlam tenham opções de resgate do investimento pelo valor patrimonial, este é registado na rubrica "Outros passivos" (Nota 22), sendo as correspondentes variações reconhecidas na rubrica respectiva de resultados.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

### 2.4. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O *goodwill* é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses que não controlam ocorridas após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer *goodwill* adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses que não controlam na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecido diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses que não controlam que não impliquem a perda de controlo sobre a filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses que não controlam que determinem alterações no controlo sobre

a filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme proporcionado pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

Contabilização de opções atribuídas a interesses que não controlam ( “written put options”)

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses que não controlam (“written put options”), são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de “Outras reservas”. As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de “Outras reservas”, com exceção dos custos de financiamento inerentes ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de “juros e encargos similares”.

## 2.5. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades associadas aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo seja superior, direta ou indiretamente, a 20% do capital ou dos direitos de voto, a não ser que possa ser claramente demonstrado que tal não é o caso. Paralelamente, assume-se a não existência de influência significativa sempre que a referida participação seja inferior a 20%, a não ser que também neste caso o contrário possa ser claramente evidenciado.

De acordo com os requisitos da IAS 28, a observância de influência significativa pelo Grupo pode ser usualmente evidenciada por uma das seguintes formas:

- . Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão equivalente;
- . Participação no processo de definição de políticas, incluindo decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- . Ocorrência de transações materiais entre a associada e o Grupo;
- . Existência de intercâmbio de elementos de gestão;
- . Fornecimento de informação técnica de caráter essencial.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), usualmente estruturados mediante partilha de direitos de voto e direitos de decisão equiparáveis.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são

inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subseqüentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada ou empreendimento conjunto e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das sociedades utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill* correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do respetivo valor de balanço objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

#### 2.6. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do período, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas”, do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalculer e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de filiais ou associadas ocorridas

posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

## 2.7. Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

#### i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“*Fair Value Option*”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
    - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros ativos”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade. Neste sentido, inclui também instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do período, sendo registadas nas rubricas de “Resultados em operações financeiras” ou “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares”, da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

#### Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao texto do IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como “Ativos financeiros detidos para negociação” ou “Ativos financeiros disponíveis para venda” para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados”. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 8.

#### Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “market-makers”;
  - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os Fundos de Investimento não transacionados em mercados ativos são valorizados com base no último NAV (*Net Asset Value*) disponível.

- Os instrumentos de capital não cotados afetos à atividade de capital de risco são valorizados com base em:
  - Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
  - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;
  - Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos ativos detidos.

As valorizações incorporam fatores de desconto para refletir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado ativo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor atual do preço para alienação do ativo, ajustado quando aplicável de modo a refletir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

#### i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados a descoberto (short selling). Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções;

A determinação do justo valor dos derivados incorpora igualmente ajustamentos específicos para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, o Grupo adota metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, ou outros). No momento da separação, o derivado é reconhecido pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é apurado qualquer resultado no registo inicial da operação.

### Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do período. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do período a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação, passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

### Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registrados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registrados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do período, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registradas nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respetivamente.

#### d) Imparidade de ativos financeiros

##### Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registrados ao custo amortizado, nomeadamente, “Aplicações em instituições de crédito”, “Crédito a clientes” e valores a receber registrados em “Outros ativos”.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de insolvência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito), determinada mediante a identificação dos indícios de imparidade acima referenciados. Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações" e "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor dos ativos a que respeitam.

#### *Anulações de capital e juros*

Periodicamente, o Grupo abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do órgão de administração das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade refletidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no período em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do período sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do período.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do período. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

## 2.8. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos os quais são registados pelo valor de arrematação.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

#### 2.9. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

#### 2.10. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição, reavaliados ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do período, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado determinado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme seguidamente descrito:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do período.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados, na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia anualmente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

#### 2.11. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

##### Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

##### Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

#### 2.12. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado na prossecução das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações

informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período compreendido entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no período em que são incorridas.

## 2.13. Impostos sobre lucros

### Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69.º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeita ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 75% no capital social por um período superior a 1 ano (com um período inicial de referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da Sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4.º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo, a título de crédito de imposto por Dupla Tributação Jurídica Internacional, nos termos do artigo 91.º do respetivo Código.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

### Ajustamentos ao resultado contabilístico

#### - Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou

análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto lhe é aplicável no âmbito da sua atividade seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal.

A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela Caixa. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa.

– Provisões

No apuramento do lucro tributável do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e do exercício de 2014, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições dos artigos 28.º- C do Código do IRC, no âmbito dos quais não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais a Caixa detenha uma participação superior a 10%;
- Disposições dos artigos 28.º- A ambos do Código do IRC, no âmbito dos quais a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal. Adicionalmente, nos termos da mesma legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no período da respetiva constituição.

– Encargos com pessoal

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilisticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilisticamente aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei

nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

– Resultado da liquidação

O artigo 92.º do Código do IRC estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufrísse de benefícios fiscais, e (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma.

Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e no exercício de 2014, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

#### 2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

#### 2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

##### Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de “Outras Reservas”.

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do período com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, é refletido de forma agregada na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

#### Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### 2.16. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de atos únicos.

### 2.17. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica de “Interesses que não controlam”.

## 2.18. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais preferencialmente ao justo valor ou ao valor nominal.

## 2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

## 2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

### Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

### Determinação de perdas por imparidade em ativos valorizados por contrapartida de reservas de justo valor

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do período.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.7. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da "Reserva de justo valor" para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma significativa degradação do seu rating.

### Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.7.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

### Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos afetos à cobertura destas responsabilidades e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

### Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

### Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pelo Grupo tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuado caso se conclua estarem reunidas condições para a sua reversão no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

### 3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2015			31-12-2014	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
<b>Gestão de Participações Sociais</b>						
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	25.168	7.464	26.156	8.452
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	143.936	27.808	100.172	26.793
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,72%	414	(23)	465	(29)
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	1.596.921	42.444	1.570.703	531.087
Gerbanca, SGPS, S.A.	Lisboa	--	-	-	79.206	(61)
Parbanca, SGPS, S.A.	Madeira	100,00%	106.459	8.432	80.297	19.048
Parcaixa SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%	961.393	6.734	959.878	16.260
Partang, SGPS, S.A.	Lisboa	51,00%	190.535	21.043	161.418	35.936
<b>Bancário</b>						
Banco Caixa Geral, S.A.	Vigo	99,79%	440.421	15.643	434.894	20.410
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	Praia	57,91%	45.243	1.832	43.195	2.565
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	51,26%	233.271	21.207	186.146	40.242
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	São Paulo	100,00%	102.625	791	109.973	(13.128)
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00%	16.105	401	15.615	43
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00%	673.298	26.738	618.461	41.763
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,72%	314.838	696	339.247	4.049
CGD - North America Finance	Delaware	100,00%	1	-	1	-
CGD Investimentos CVC, S.A.	São Paulo	99,86%	1.698	(2.561)	4.460	(7.790)
Mercantile Bank Holdings, Ltd. (b)	Joanesburgo	100,00%	146.644	4.839	135.367	8.908
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	Luanda	26,01%	294.659	41.260	314.313	70.303
<b>Crédito Especializado</b>						
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	51,00%	88.885	5.748	83.137	16.429
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Praia	51,27%	297	3	294	10
<b>Gestão de Ativos</b>						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00%	27.495	1.286	29.359	3.131
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%	5.398	765	5.132	1.347
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	3.564	1.364	6.094	3.894
<b>Capital de Risco</b>						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	45,30%	3.324	83	3.159	(53)
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,72%	51.850	2.506	49.344	3.503
<b>Imobiliário</b>						
Imobci, Lda.	Maputo	45,13%	682	21	696	467
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	6.934	(1.862)	8.796	(2.966)
Caixa Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	30.708	(11.982)	(115.510)	(42.767)
Imobiliária Caixa Geral S.A.U.	Madrid	100,00%	(56.457)	(4.493)	(51.965)	(7.768)
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	(50.638)	(173)	(50.466)	(5.263)
<b>Outras Entidades Financeiras</b>						
CGD Finance	Cayman	100,00%	2.568	-	2.568	(24)
Caixa Geral Finance (c)	Cayman	0,00%	111.219	-	111.219	-

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) O capital social está representado por 1.000 ações ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 110.128 ações preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada (110.128 ações preferenciais em 31-12-2014).

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2015			31-12-2014	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
<b>Outros setores</b>						
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80,00%	1.835	30	1.805	3
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100,00%	(1.271)	(153)	(1.119)	(473)
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00%	77	(349)	448	(1.372)
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	--	-	-	30.860	(15)
HPP International - Luxembourg, S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00%	(33.692)	(8)	(33.684)	(12)
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	27.152	(13.607)	(195.866)	(49.105)
<b>Agrupamentos Complementares de Empresas</b>						
Groupment d'Interet Economique	Paris	100,00%	-	-	-	-
Sogruppo - Compras e Serviços Partilhados, ACE	Lisboa	90,00%	-	-	-	-
Sogruppo - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa	80,00%	-	-	-	-
Sogruppo IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa	33,30%	-	-	-	-
<b>Entidades de propósito especial e Fundos de investimento</b>						
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	100,00%	300.257	160	317.716	594
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	100,00%	15.705	(485)	16.190	(765)
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	99,98%	300.708	5.063	295.645	(8.058)
Fundo de Capital de Risco Entrepreneur Mais	Lisboa	100,00%	14.559	1.552	13.007	(528)
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	Lisboa	100,00%	39.856	716	39.140	(1.190)
Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento	Lisboa	100,00%	23.400	(139)	23.539	(140)
Fundo de Capital de Risco Caixa Tech Transfer Accelerator Ventures	Lisboa	100,00%	1.995	(5)	-	-
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	Lisboa	87,86%	116.313	(200)	116.513	1.485
Fundo Especial de Investimento Aberto Estratégias Alternativas	Lisboa	76,90%	16.638	262	16.576	(422)
Caixa Imobiliário - Fundo de Investimento Fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	43.530	(422)	43.952	(1.648)
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	45,43%	129.423	12.086	123.389	12.721
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	45,20%	268.303	13.527	255.796	13.186
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	26,80%	97.494	7.924	91.314	8.699
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	95,88%	3.420	(2.447)	5.867	(4.995)
Cidades de Portugal - Fundo de Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	30.880	(257)	31.137	936
Caixa Reabilita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário	Lisboa	100,00%	10.176	(104)	10.279	227
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	100,00%	58.992	(327)	59.319	(3.820)
Fundimo - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Lisboa	53,27%	628.044	7.825	659.609	(13.150)
Fundo especial de investimento - Obrigações Rendimento Nacional	Lisboa	23,11%	97.297	1.795	95.924	9.039
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	77,92%	146.333	1.155	145.177	3.488
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Iberia	Lisboa	100,00%	25.027	214	24.813	(3.348)

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e no exercício de 2014 foram os seguintes:

#### Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

O Fundo Caixa Crescimento, FCR, constituído em 28 de junho de 2013, destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

No decorrer do primeiro semestre 2015 foi aprovado um aumento de capital do Fundo, conforme proposta da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. através da emissão de 30.000 unidades de participação, com um valor nominal de 1.000 Euros, cada, subscrito na sua integralidade pela Caixa. Este aumento de capital ocorre após o realizado no exercício de 2014, no valor de 2.000 mEuros, também subscrito pela CGD.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados (integralmente em numerário) 23.700 mEuros.

*Fundo de Capital de Risco Caixa Tech Transfer Accelerator Ventures*

O Fundo Caixa Tech Transfer Accelerator Ventures, FCR foi constituído em 16 de março de 2015, com um capital inicial de 6.000 mEuros, representado por 6.000 Unidade de Participação com um valor nominal de 1.000 Euros, cada, integralmente subscrito pelo Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em sociedades de base tecnológica com médio e elevado potencial de crescimento, com projetos de domínio científico oriundos do sistema científico-tecnológico nacional e internacional.

Em 30 de junho de 2015, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados (integralmente em numerário) 2.000 mEuros.

*Banco Comercial e de Investimentos, S.A.*

No decorrer do primeiro semestre de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., o aumento de capital social desta entidade, do qual 3.081.274.880 MZN a realizar por incorporação de reservas e 1.789.709.460 MZN através da emissão de 72.752.418 novas ações. A participação do Grupo nesta operação foi concretizada através da Parbanca, SGPS, S.A., a qual detém uma participação de 51% no capital do BCI, mediante a subscrição de novas ações no valor de 912.751.820 MZN ao preço unitário de 24,60 MZN (incluindo um prémio de emissão de 14,60 MZN).

*Gerbanca, SGPS, S.A.*

Dando provimento à deliberação dos seus acionistas, Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Participações, SGPS, S.A., em Assembleia Geral realizada em 31 de dezembro de 2014, foi concluído no decorrer do primeiro semestre de 2015 o processo de dissolução e liquidação da Gerbanca, SGPS, S.A..

O património líquido desta sociedade, essencialmente constituído pela participação detida no Caixa - Banco de Investimento, S.A, foi distribuído aos detentores do seu capital social na proporção do respetivo investimento (90% e 10%, respetivamente).

*Wolfpart, SGPS, S.A.*

No decorrer do mês de março de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas desta sociedade a conversão de 236.626 mEuros de créditos concedidos sob a forma de suprimentos em prestações suplementares, para reforço dos seus capitais próprios.

*Caixa Imobiliário, S.A.*

Em fevereiro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral de acionistas desta sociedade a conversão de 158.200 mEuros de créditos concedidos sob a forma de suprimentos em prestações suplementares, para reforço dos seus capitais próprios.

*Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)*

Conforme explicado em maior detalhe na Nota 12, no quadro do processo de privatização da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de fevereiro de 2014, os contratos pendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited processo este ultimado em maio de 2014.

De acordo com o previsto no contrato de compra e venda da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., a participação da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., teria um máximo

de 15% com a venda de 5% do capital aos trabalhadores. A oferta pública de venda ocorreu em 15 de outubro tendo sido vendidas 16.860 ações aos trabalhadores. As restantes, para completar os 5% do capital da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., foram adquiridas pelo Grupo Fosun no dia 8 de janeiro de 2015.

Em consequência destas operações, as participações retidas pelo Grupo na Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram classificadas como investimentos em associadas (Nota 14).

A alienação destes investimentos conduziu à redução da percentagem detida pelo Grupo em algumas das suas Filiais, nomeadamente as que eram detidas pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

Paralelamente, já no decorrer do primeiro semestre de 2015, e dando continuidade ao processo de reorganização das suas participações, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. concluiu os procedimentos de liquidação da HPP International (Ireland).

#### Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (participação no Banco Comercial do Atlântico, S.A.)

No decorrer do primeiro semestre de 2014 na sequência do processo de alienação das atividades seguradoras do Grupo, a CGD, o Banco Interatlântico, S.A. e o Banco Comercial do Atlântico, S.A. alienaram à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. 111.789 ações representativas de 55,90% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Garantia) pelo montante de 6.175 CVE por ação. Ainda nesse período, a CGD reforçou a sua posição no Banco Comercial do Atlântico, S.A. adquirindo à Garantia 89.504 ações representativas de 6,76% do respetivo capital social pelo montante de 3.504 CVE por ação. Em consequência desta reestruturação, o Grupo Caixa passou a deter uma participação efetiva de 57,91% no Banco Comercial do Atlântico, S.A., 70% no Banco Interatlântico, S.A. e uma participação indireta de 25% na Garantia – Companhia de Seguros, S.A. através do Banco Comercial do Atlântico, S.A.

#### Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A.

No decorrer do exercício de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas desta sociedade a conversão de créditos concedidos sob a forma de suprimentos em prestações suplementares, no montante de 45.000 mEuros, para reforço dos seus capitais próprios.

#### CGD Investimentos CVC, S.A.

Em 2014, foi decidido proceder à reestruturação do negócio de corretagem desenvolvida no Brasil através da CGD Investimentos CVC. Nesse sentido, em julho de 2014, foi anunciada a fusão da atividade de HomeBroker da CGD Investimentos CVC com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo. Adicionalmente, no final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos CVC anunciou a intenção de proceder ao encerramento da sua atividade de institucionais.

#### Eventos subsequentes

##### Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.

Em 8 de julho de 2015, o Banco Santander Totta, S.A. e a Santotta - Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. exerceram a opção de venda da sua participação de 49% no capital social da sociedade Partang, SGPS, S.A., nos termos de um acordo celebrado entre as três entidades em julho de 2009. Na sequência do exercício desta opção, a CGD passou a deter 100% do capital social da Partang, SGPS, S.A., a qual por

sua vez, detém uma participação de 51% do capital social no Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.

Em 27 de setembro de 2013 foi celebrado entre a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. a Optimus - Comunicações, S.A. (Nos Comunicações, S.A.) e Teleperformance Portugal, S.A. um contrato promessa compra e venda da totalidade das ações representativas de 100% do capital social da sociedade LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.. Após obtenção das autorizações regulamentares necessárias, a operação concretizou-se no decorrer do mês de julho de 2015, pelo montante de 5 mEuros, tendo o Grupo registado uma menos-valia nessa data de 1.610 mEuros.

#### 4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Caixa	684.224	692.902
Depósitos à ordem em bancos centrais	1.219.139	1.425.098
	1.903.363	2.118.000
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	68	28
	1.903.431	2.118.028

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

## 5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Cheques a cobrar		
- No país	61.826	73.701
- No estrangeiro	24.179	34.776
	86.005	108.477
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
- No país	171.833	180.291
- No estrangeiro	556.003	586.338
	727.837	766.629
Juros a receber	1.459	3.193
	815.300	878.298

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do período subsequente.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Depósitos a prazo		
- No país	262.169	113.054
- No estrangeiro	1.562.112	202.978
Empréstimos		
- No país	313	60.288
- No estrangeiro	192.452	254.652
Outras aplicações		
- No país	66.803	5.164
- No estrangeiro	1.056.534	1.310.719
Operações de compra com acordo de revenda	238.871	190.187
Crédito e juros vencidos	7.158	7.163
	3.386.413	2.144.206
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	(3.917)	2.302
Juros a receber	1.686	2.379
Proveitos diferidos	(1.756)	(3.404)
	3.382.426	2.145.482
Imparidade (Nota 33)	(11.497)	(11.817)
	3.370.929	2.133.665

Em resultado do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do ex-Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), atualmente designado Banco BIC Português, S.A. (BIC), realizada no âmbito da reprivatização desta instituição financeira (concluída no decurso do primeiro trimestre de 2012), a Caixa contratou junto desta entidade um programa de papel comercial com um limite de 400.000 mEuros.

O referido programa, não utilizado em 31 de dezembro de 2014, beneficiou de garantia do Estado Português até à sua data de vencimento em março de 2015. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do ex-BPN.

No decurso do processo de alienação do Banco, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (detentores de um conjunto de ativos transferidos do BPN em resultado do processo de reestruturação implementado após a sua privatização), e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, foram transferidos para a esfera do Estado Português. O valor nominal do crédito não titulado ascendia em 31 de dezembro de 2014 a 38.305 mEuros, encontrando-se já integralmente liquidado (Nota 11). O valor nominal das emissões obrigacionistas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 ascendia a 2.537.203 mEuros (Nota 8).

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 11). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a referida sociedade.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo acumulado de imparidade para aplicações em instituições de crédito inclui 11.495 mEuros e 11.815 mEuros, respetivamente, relativos a exposições sobre bancos com sede na República da Islândia.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" refere-se a contratos de aquisição de instrumentos financeiros com acordo de revenda numa data futura por um preço previamente fixado. Os instrumentos financeiros adquiridos nestas operações não são reconhecidos em balanço, permanecendo o valor da compra registado como um empréstimo a instituições de crédito, o qual é valorizado pelo respetivo custo amortizado. As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, é apresentado na Nota 33.

## 7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	30-06-2015			31-12-2014		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	6.670	-	6.670	1.106	-	1.106
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Estrangeiros	209.636	-	209.636	302.528	-	302.528
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	1.453	4.999	6.452	439	4.961	5.400
De não residentes	11.913	1.855	13.769	13.093	1.999	15.092
	229.672	6.855	236.527	317.166	6.960	324.126
<b>Instrumentos de capital</b>						
De residentes	444	73.834	74.278	589	120.570	121.159
De não residentes	38.458	68.235	106.693	36.064	50.877	86.941
	38.903	142.069	180.971	36.652	171.447	208.100
<b>Outros instrumentos financeiros</b>						
- Unidades de participação						
De residentes	-	174.454	174.454	-	164.971	164.971
De não residentes	-	492.059	492.059	-	479.280	479.280
- Outros						
De não residentes	27	-	27	30	-	30
	27	666.513	666.540	30	644.251	644.281
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)</b>						
- Swaps	1.497.352	-	1.497.352	1.542.176	-	1.542.176
- Futuros e outras operações a prazo	19.388	-	19.388	14.423	-	14.423
- Opções de divisas e cotações	52.579	-	52.579	132.682	-	132.682
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	193.538	-	193.538	206.942	-	206.942
- Outros	-	-	-	847	-	847
	1.762.857	-	1.762.857	1.897.069	-	1.897.069
	2.031.459	815.436	2.846.896	2.250.918	822.658	3.073.576

Em 30 de junho de 2015, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo nos montantes de 84.677 mEuros e 27.792 mEuros, respetivamente (80.730 mEuros e 27.621 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 121.954 mEuros e 127.537 mEuros, respetivamente (Nota 19).

## 8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Instrumentos de dívida</b>		
- De dívida pública	8.739.223	8.768.970
- De outros emissores públicos	1.752.079	1.431.875
- De outros emissores	4.362.285	4.360.643
	14.853.587	14.561.488
<b>Instrumentos de capital</b>		
- Valorizados ao justo valor	235.839	303.532
- Valorizados ao custo histórico	180.061	185.767
	415.900	489.299
<b>Outros instrumentos</b>	1.309.751	1.161.228
	16.579.237	16.212.015
<b>Imparidade (Nota 33)</b>		
- Instrumentos de capital	(111.390)	(108.408)
- Instrumentos de dívida	(653)	(668)
- Outros instrumentos	(241.375)	(204.547)
	(353.418)	(313.623)
	16.225.820	15.898.392

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores” inclui 2.775.686 mEuros e 2.748.726 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 6). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2015 as rubricas "Outros instrumentos" e "Imparidade - outros instrumentos" incluem, respetivamente, 733.653 mEuros e 124.844 mEuros (685.198 mEuros e 102.932 mEuros respetivamente, em 31 de dezembro de 2014), relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual o Grupo detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais o Grupo detém uma participação minoritária, retêm autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de

desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a exposição mantida pelo Grupo apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.457	(41.924)	138.533	457
Flit-Ptrel SICAV	117.247	(10.536)	106.711	10.691
Discovery Portugal Real Estate Fund	113.208	(23.018)	90.190	23.184
Fundo Imobiliário Aquarius	107.544	(21.703)	85.841	21.111
OXI Capital, SCR	81.305	(3.329)	77.976	5.237
Vallis Construction Sector	73.358	(9.248)	64.110	9.958
Fundo Recuperação Turismo, FCR	54.151	(13.597)	40.555	8.385
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.383	(1.490)	4.893	-
	733.653	(124.844)	608.810	79.023

	2014-12-31			
	Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos			
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Recuperação, FCR	180.000	(34.380)	145.620	-
Flit-Ptrel SICAV	114.574	(10.536)	104.039	8.502
Discovery Portugal Real Estate Fund	109.428	(23.018)	86.411	20.090
OXI Capital, SCR	81.234	(3.309)	77.925	5.166
Vallis Construction Sector	72.907	(9.248)	63.659	9.751
Fundo Imobiliário Aquarius	66.318	(8.844)	57.473	8.216
Fundo Recuperação Turismo, FCR	54.409	(13.597)	40.812	8.642
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.328	-	6.328	(55)
	685.198	(102.932)	582.266	60.312

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 ascendia a 50.294 mEuros e 49.750 mEuros, respetivamente, integralmente provisionadas.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o valor da Imparidade de "Outros instrumentos" inclui 4.603 mEuros e 4.094 mEuros, respetivamente, relativo a fundos de investimento imobiliários geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 30 de junho de 2015 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 10.592 mEuros e 25.609 mEuros, respetivamente (16.255 mEuros e 26.013 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	2015-06-30						
	Atividade bancária	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
<b>Valorizados ao justo valor</b>							
SICAR NovEnergia II	-	63.039	63.039	-	63.039	20.616	15,49
Galp Energia, SGPS, S.A.	11.210	-	11.210	-	11.210	(1.366)	0,07
Finpro, SGPS, S.A.	-	23.818	23.818	(23.818)	-	-	17,17
La Seda Barcelona, S.A.	52.878	-	52.878	(52.878)	-	-	14,24
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
INAPA	25.311	-	25.311	-	25.311	(1.489)	16,84
Ações de entidades estrangeiras	5.486	21.073	26.558	(2.237)	24.321	7.110	
Outros	2	11.724	11.726	(4.302)	7.424	1.619	
	94.886	140.953	235.839	(104.534)	131.305	26.491	
<b>Valorizados ao custo histórico</b>							
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	800	4.858	(1.178)	3.680	-	4,48
Outros	22.154	46	22.200	(5.678)	16.522	-	-
	179.215	845	180.061	(6.856)	173.204	-	-
	274.101	141.799	415.900	(111.390)	304.509	26.491	

	31-12-2014						
	Atividade bancária	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
<b>Valorizados ao justo valor</b>							
SICAR NovEnergia II	-	61.952	61.952	-	61.952	19.529	15,49
Galp Energia, SGPS, S.A.	8.984	-	8.984	-	8.984	(3.592)	0,07
Finpro, SGPS, S.A.	-	23.818	23.818	(19.183)	4.635	-	17,17
La Seda Barcelona, S.A.	52.878	-	52.878	(52.878)	-	-	14,24
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
Ações de entidades estrangeiras	6.254	18.830	25.084	(2.062)	23.022	7.154	
Outros instrumentos com características de capital	5	-	5	-	5	3	
Outros	98.779	10.733	109.512	(4.284)	105.228	10.879	
	166.899	136.633	303.532	(99.707)	203.825	33.974	
<b>Valorizados ao custo histórico</b>							
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	800	4.858	(1.178)	3.680	-	4,48
Outros	27.860	46	27.906	(7.524)	20.382	-	-
	184.921	845	185.767	(8.702)	177.065	-	-
	351.820	137.478	489.299	(108.408)	380.890	33.974	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” compreende os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Atividade bancária”.

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados no semestre findo em 30 de junho de 2015 apresenta a seguinte composição (Nota 33):

	30-06-2015
Finpro, SGPS, SA	4.635
Outros	18
	4.652

O Grupo não reconheceu perdas de imparidade para instrumentos de capital no decorrer do primeiro semestre de 2014.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
Reserva de justo valor (Nota 24)		
(valores brutos, antes de interesses que não controlam)		
<b>Instrumentos de dívida</b>	82.849	409.476
<b>Instrumentos de capital</b>		
- Justo valor positivo	29.346	37.566
- Justo valor negativo		
. Menos valia inferior a 20% do custo de aquisição	(2.855)	-
. Menos valia entre 20% e 30% do custo de aquisição	-	(3.592)
	26.491	33.974
<b>Outros instrumentos</b>	157.593	110.096
	266.933	553.545
Reserva por impostos diferidos	(74.910)	(152.214)
	192.023	401.331
Saldo atribuível aos interesses que não controlam	48	(2.495)
	192.071	398.836

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante o período findo em 30 de junho de 2015 e no decorrer do exercício de 2014 foram os seguintes:

#### Finangeste, S.A.

Em junho de 2015, a Caixa alienou 247.375 ações da Finangeste por um montante global de 1.582 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma menos-valia de 931 mEuros (Nota 29).

#### REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Em junho de 2014, no âmbito da 2ª fase de reprivatização da REN, a Caixa alienou a totalidade das ações que detinha desta sociedade por um montante de 15.725 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 6.933 mEuros (Nota 29).

#### Galp Energia, SGPS, S.A.

No decorrer do primeiro semestre de 2014, o Grupo alienou 1.339.125 ações da Galp Energia por um montante global de 17.712 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 1.903 mEuros (Nota 29).

#### Reclassificação de títulos

##### Caixa Geral de Depósitos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.7., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente influenciados pela

desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente atingidos pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

## Títulos reclassificados no exercício de 2008

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.001.797	n.a
Valor de balanço em 31-12-2008	873.101	n.a
Valor de balanço em 31-12-2009	560.350	n.a
Valor de balanço em 31-12-2010	336.275	n.a
Valor de balanço em 31-12-2011	261.035	n.a
Valor de balanço em 31-12-2012	156.972	n.a
Valor de balanço em 31-12-2013	138.888	n.a
Valor de balanço em 31-12-2014	165.911	n.a
Valor de balanço em 30-06-2015	169.986	n.a
Justo Valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	169.986	n.a
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	34.107	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.315	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(6.673)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60.758)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57.186	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(52.234)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2.247)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17.620)	n.a
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	14.112	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.210)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	7.457	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	5.907	n.a
Imparidade reconhecida no exercício	(3.580)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(671)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2013 e 31-12-2014		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	31.767	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2014 e 30-06-2015		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	11.044	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	343	n.a

## Títulos reclassificados no exercício de 2010

	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1.414.007	503.466
Valor de balanço em 31-12-2010	1.039.972	504.393
Valor de balanço em 31-12-2011	483.799	495.037
Valor de balanço em 31-12-2012	342.668	477.515
Valor de balanço em 31-12-2013	170.473	444.652
Valor de balanço em 31-12-2014	2.993	374.652
Valor de balanço em 30-06-2015	155	-
Justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	155	-
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 30-06-2015	(102)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010		
Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36.589)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47.894)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1.234)	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	70.581	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	604	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2012 e 31-12-2013		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	7.898	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	2.564	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2013 e 31-12-2014		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6.270	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	20.310	n.a
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2014 e 30-06-2015		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(368)	n.a
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	268	n.a

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

Os montantes relativos aos títulos reclassificados em 2008 em ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas incluem unidades de participação de fundos que foram posteriormente integrados no perímetro de consolidação. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 este ativo apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação		
Valor de balanço	50.034	48.314
Justo Valor dos títulos reclassificados	50.034	48.314
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados	6.781	5.046
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	1.735	1.736

## 9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Ao justo valor através de reservas de reavaliação</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
- De emissores públicos:		
. Títulos da dívida pública portuguesa	504.851	226.877
. Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	4.842	4.823
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De residentes	123.755	128.342
De não residentes	244.871	230.341
	878.319	590.383
<b>Ao custo amortizado</b>		
<b>Crédito a clientes</b>		
De residentes	433.971	690.743
	433.971	690.743
	1.312.289	1.281.126

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e no exercício de 2014 o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 17) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações com acordo de recompra” (Nota 18).

## 10. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2015							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>								
<b>Forwards Cambiais</b>				1.782	(10.493)	-	-	(8.711)
Compras	688.352	-	688.352					
Vendas	703.884	-	703.884					
<b>NDF's (Non Deliverable Forwards)</b>				6.112	(2.655)	-	-	3.457
Compras	525.402	-	525.402					
Vendas	517.243	-	517.243					
<b>FRA (forward rate agreements)</b>	25.000	-	25.000	113	-	-	-	113
<b>Swaps</b>								
<b>Swaps Cambiais</b>				1.916	(2.342)	-	-	(426)
Compras	1.011.440	-	1.011.440					
Vendas	1.012.101	-	1.012.101					
<b>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</b>				1.495.240	(1.510.259)	45.368	(14.869)	15.480
Compras	56.166.145	265.255	56.431.400					
Vendas	56.079.152	270.513	56.349.665					
<b>Swaps de Eventos de Crédito</b>				196	(542)	-	-	(346)
Compras	71.499	-	71.499					
Vendas	69.687	-	69.687					
<b>Futuros</b>								
<b>Futuros sobre Divisas</b>				-	-	-	-	-
Posições Longas	153.137	-	153.137					
Posições Curtas	188.835	-	188.835					
<b>Futuros de Taxa de Juro</b>				-	-	-	-	-
Posições Longas	197.624	-	197.624					
Posições Curtas	1.171.809	-	1.171.809					
<b>Futuros de Cotações</b>				1.573	-	-	-	1.573
Posições Longas	29.654	-	29.654					
Posições Curtas	11.740	-	11.740					
<b>Outros Futuros</b>				9.808	-	-	-	9.808
- Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	293.305	-	293.305					
Posições Curtas	1.065.378	-	1.065.378					
<b>Opcões</b>								
<b>Divisas</b>				7.071	(6.755)	-	-	316
Compras	414.098	-	414.098					
Vendas	425.515	-	425.515					
<b>Cotações</b>				45.508	(54.635)	-	-	(9.127)
Compras	412.524	-	412.524					
Vendas	326.996	-	326.996					
<b>Taxa de Juro (Caps &amp; Floors)</b>				193.538	(200.600)	-	-	(7.062)
Compras	2.556.337	-	2.556.337					
Vendas	3.063.252	-	3.063.252					
<b>Outros</b>	-	-	-	-	(5.720)	-	-	(5.720)
	127.180.109	535.768	127.715.877	1.762.857	(1.794.001)	45.368	(14.869)	(645)

	31-12-2014							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
<b>Operações Cambiais a Prazo</b>								
<b>Forwards Cambiais</b>				2.046	(7.413)	-	-	(5.367)
Compras	526.820	-	526.820					
Vendas	538.187	-	538.187					
<b>NDF's (Non Deliverable Forwards)</b>				2.245	(315)	-	-	1.930
Compras	151.398	-	151.398					
Vendas	150.110	-	150.110					
<b>FRA (forward rate agreements)</b>	10.000	-	10.000	99	-	-	-	99
<b>Swaps</b>								
<b>Swaps Cambiais</b>				13.837	(1.939)	-	-	11.898
Compras	1.807.353	-	1.807.353					
Vendas	1.794.982	-	1.794.982					
<b>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</b>				1.528.182	(1.752.638)	78.008	(20.040)	(166.488)
Compras	51.918.105	289.226	52.207.331					
Vendas	51.858.878	299.107	52.157.985					
<b>Swaps de Eventos de Crédito</b>				157	(677)	-	-	(520)
Compras	105.892	-	105.892					
Vendas	66.183	-	66.183					
<b>Futuros</b>								
<b>Futuros sobre Divisas</b>				-	-	-	-	-
Posições Longas	143.018	-	143.018					
Posições Curtas	176.234	-	176.234					
<b>Futuros de Taxa de Juro</b>				-	-	-	-	-
Posições Longas	(374.808)	-	(374.808)					
Posições Curtas	1.947.253	-	1.947.253					
<b>Futuros de Cotações</b>				18	-	-	-	18
Posições Longas	12.036	-	12.036					
Posições Curtas	9.706	-	9.706					
<b>Outros Futuros</b>				10.014	-	-	-	10.014
- Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	386.153	-	386.153					
Posições Curtas	198.780	-	198.780					
<b>Opções</b>								
<b>Divisas</b>				2.595	(2.671)	-	-	(76)
Compras	175.586	-	175.586					
Vendas	179.952	-	179.952					
<b>Cotações</b>				130.087	(137.012)			(6.925)
Compras	627.476	-	627.476					
Vendas	514.581	-	514.581					
<b>Taxa de Juro (Caps &amp; Floors)</b>				206.942	(212.852)	-	-	(5.910)
Compras	4.202.675	-	4.202.675					
Vendas	1.557.346	-	1.557.346					
<b>Outros</b>	-	-	-	847	(5.114)	-	-	(4.267)
	118.683.896	588.333	119.272.229	1.897.069	(2.120.631)	78.008	(20.040)	(165.594)

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Passivos detidos para negociação" inclui ainda 496 mEuros relativos a responsabilidades decorrentes de operações de empréstimos de instrumentos de capital da carteira do Grupo, as quais foram liquidadas no decorrer dos primeiros dias de 2015.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os instrumentos derivados reconhecidos em rubricas de "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e "Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a Caixa e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da Caixa e pela Caixa junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos -

Recursos - conta caução" (Nota 22) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 16), respetivamente.

## 11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	48.610.020	49.732.256
Créditos em conta corrente	3.078.768	3.181.401
Outros créditos	5.538.458	5.678.572
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	2.650.541	2.831.052
Outros	1.721.684	1.701.777
Operações de locação financeira imobiliária	1.245.045	1.278.364
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.305.382	512.270
Operações de compra com acordo de revenda	-	1.246
Operações de locação financeira mobiliária	724.994	703.759
Créditos tomados – factoring	376.346	382.033
Descobertos em depósitos à ordem	416.101	355.126
	65.667.339	66.357.856
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	275	459
Juros a receber	214.570	245.896
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(75.911)	(58.236)
	65.806.273	66.545.975
Crédito e juros vencidos	5.614.332	5.547.888
	71.420.605	72.093.864
Imparidade (Nota 33)	(5.215.960)	(5.230.292)
	66.204.645	66.863.572

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 69.877 mEuros e 73.082 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Empréstimos” incluía 38.305 mEuros, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (Notas 6 e 8), os quais foram integralmente liquidados no primeiro semestre de 2015. Estes créditos encontravam-se colateralizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do então denominado BPN concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da

posição contratual entre o Banco e a Parvalorem (Nota 6). Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial”.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi o seguinte:

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Mortgages nº2	Total
Saldos em 31-12-2014	315.647	4.494.931	4.810.577
Vendas de novos créditos	387	-	387
Reembolsos	(17.594)	(90.485)	(108.078)
Recompras	(387)	(4.069)	(4.455)
Outros	-	(13.985)	(13.985)
Saldos em 30-06-2015	298.053	4.386.393	4.684.445

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no que se refere à operação Nostrum Mortgages nº1, ascendiam a 43.734 mEuros e 79.074 mEuros, respetivamente (Nota 19). Estes saldos não incluem os passivos associados à operação Nostrum Mortgages nº 2, os quais são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 11.009.169 mEuros e 11.527.625 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o património autónomo que colateriza as referidas emissões inclui igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 121.954 mEuros e 127.537 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a antiguidade do “Crédito e juros vencidos” apresentava a seguinte estrutura:

	30-06-2015	31-12-2014
Até três meses	352.770	437.235
De três a seis meses	257.008	173.879
De seis meses a um ano	283.784	471.895
De um a três anos	1.607.392	1.753.992
Mais de três anos	3.113.378	2.710.887
	5.614.332	5.547.888

## 12. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos de ativos e passivos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>ATIVOS</b>		
Imóveis e equipamento	1.220.604	1.178.173
Filiais		
LCS - Linha de Cuidados de Saúde	2.711	2.365
	1.223.315	1.180.538
Imparidade de imóveis e equipamento (Nota 33)	(385.355)	(376.098)
	837.960	804.440
<b>PASSIVOS</b>		
Filiais		
LCS - Linha de Cuidados de Saúde	2.634	1.917
	2.634	1.917

No quadro do processo de privatização das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited. Esta operação estava dependente da obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal, o qual deliberou não se opor em 17 de abril de 2014. No âmbito do acordo alcançado, ultimado no decorrer do mês de maio de 2014, foram transferidas ações representativas do capital social e direitos de voto de 80% da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A, 80% da Cares – Companhia de Seguros, S.A. e 80% da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., pelo valor global de aproximadamente 1.038.000 mEuros.

Em consequência desta operação, o Grupo registou uma mais-valia de 234.931 mEuros, a qual inclui 73.034 mEuros relativos à reclassificação para resultados do período de reservas de justo valor positivas (líquidas de impostos diferidos), associadas às carteiras de títulos das empresas de seguros classificadas nas classes de "Ativos financeiros disponíveis para venda" e "Investimentos a deter até à maturidade", conforme requisitos da IFRS 10 no tratamento destas naturezas de outros rendimentos integrais na alienações de participações em que se verifique perda de controlo.

Ainda nos termos das condições estabelecidas para esta transação o valor da participação a alienar à Fosun International Limited no capital da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. poderia ainda aumentar até um máximo de 85%, considerando os resultados da oferta pública de venda de 5% do capital social e direitos de voto desta sociedade a realizar junto dos trabalhadores das empresas seguradoras.

No âmbito da referida OPV, realizada em Outubro de 2014, foram alienadas aos trabalhadores da Fidelidade 16.860 ações, tendo as restantes sido adquiridas pelo Grupo Fosun no dia 8 de janeiro de 2015.

Os resultados gerados pelas unidades de negócio classificadas como detidas para venda no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014 encontram-se evidenciados de forma individualizada na demonstração de resultados consolidada sob

a designação "Resultados em filiais detidas para venda", com o detalhe reproduzido abaixo:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Resultados de filiais detidas para venda</b>		
Empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde [*]	-	287.559
LCS - Linha de Cuidado de Saúde	(349)	(1.624)
	(349)	285.935

[*] do qual:		
resultado apropriado até ao momento da perda de controlo	-	52.628
valia realizada na venda	-	234.931
	-	287.559

Os principais dados financeiros das empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde em 30 de abril de 2014 são seguidamente apresentados.

Empresas seguradoras detidas pela Caixa Seguros e Saúde

Em 30 de abril de 2014, as principais categorias que contribuem para a determinação dos resultados das empresas de seguros detidas pela Caixa Seguros e Saúde em processo de privatização apresentavam a seguinte composição:

	30-04-2014
<b>Resultados técnicos da atividade de seguros</b>	
Prémios, líquidos de resseguro	386.981
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	48.248
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(296.034)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	(51.238)
	87.957
<b>Outros proveitos e custos</b>	
Juros e rendimentos similares	132.395
Juros e encargos similares	(112.287)
Custos com pessoal	(49.151)
Outros gastos administrativos	(49.058)
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(4.312)
Provisões líquidas de anulações	8.638
Imparidade líquida de reversões e recuperações	(8.003)
Outros	70.939
	(10.839)
Impostos sobre os resultados	(23.967)
<b>RESULTADO ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM</b>	<b>53.150</b>
Interesses que não controlam	(522)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>52.628</b>

## Resultados técnicos da atividade de seguros

Prémios, líquidos de resseguro

Em 30 de abril de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-04-2014		
	Prémios brutos	PPNA	Prémios líquidos
<b>Seguro direto</b>			
. Ramo vida			
. De contratos de seguro	66.242	(4.113)	62.129
. De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	19.829	3	19.832
. Ramos não vida			
. Automóvel	130.435	(2.003)	128.432
. Acidentes de trabalho	51.658	(7.388)	44.270
. Outros ramos	225.267	(42.383)	182.884
<b>Resseguro cedido</b>			
. Prémios brutos emitidos			
. Ramo vida			
. De contratos de seguro	(3.611)	-	(3.611)
. Ramos não vida			
. Automóvel	(4.070)	692	(3.378)
. Acidentes de trabalho	(266)	4	(262)
. Outros ramos	(58.724)	17.039	(41.686)
<b>Prémios de Resseguro aceite e retrocessão</b>	729	(2.358)	(1.629)
	427.489	(40.507)	386.981

Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros

Em 30 de abril de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-04-2014		
	Ramo Vida	Ramos não vida	Total
Juros	17.158	12.870	30.028
Dividendos	5.426	2.951	8.377
Ganhos e perdas realizados, líquidos			-
Ganhos e perdas não realizados, líquidos	1.442	2.444	3.886
Ganhos e perdas, líquidos	1.442	2.444	3.886
Outros	-	5.957	5.957
	24.026	24.222	48.248

Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Em 30 de abril de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-04-2014							Total
	Ramo Vida			Ramos não Vida			Subtotal	
	Contratos de seguro	Investimento com participação nos resultados	Subtotal	Automóvel	Acidentes de trabalho	Outros ramos		
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>								
Sinistros pagos	30.495	65.072	95.567	92.484	40.202	103.943	236.629	332.196
Varição da provisão para sinistros	2.619	(1.701)	918	(11.581)	3.464	8.841	724	1.642
	33.114	63.371	96.485	80.903	43.666	112.784	237.353	333.838
Provisão para participação nos resultados	(650)	(12.553)	(13.203)	-	-	-	-	(13.203)
Varição das outras provisões técnicas	9.036	(22.160)	(13.124)	(105)	5.473	(4.918)	450	(12.674)
	41.500	28.658	70.158	80.798	49.139	107.866	237.803	307.961
Saldo de resseguro cedido	(1.736)	-	(1.736)	(834)	(242)	(9.115)	(10.191)	(11.927)
	39.764	28.658	68.422	79.964	48.897	98.751	227.612	296.034

Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros

Em 30 de abril de 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-04-2014		
	Ramo Vida	Ramos não vida	Total
<b>Proveitos técnicos:</b>			
Comissões:			
De operações de resseguro cedido	(2.456)	6.023	3.567
Comissões de gestão de Co-Seguro	7	225	232
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	121	-	121
Outros proveitos técnicos			
Outros Proveitos Técnicos	1	61	62
	(2.327)	6.309	3.982
<b>Custos técnicos:</b>			
Comissões:			
De operações de seguro direto:			
- Comissões de mediação e corretagem	(16.605)	(29.301)	(45.906)
- Comissões de cobrança	(42)	(3.081)	(3.123)
- Outras	-	(4.015)	(4.015)
De operações de resseguro aceite	-	1.976	1.976
Comissões de gestão de Co-Seguro	(1)	(56)	(57)
Outros custos técnicos			
Provisão para recibos por cobrar	(714)	(993)	(1.707)
Impostos da atividade	(439)	(1.903)	(2.342)
Outros	-	(46)	(46)
	(17.801)	(37.419)	(55.220)
	(20.128)	(31.110)	(51.238)

### 13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as propriedades de investimento detidas pelo Grupo encontram-se registadas pelo seu justo valor. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis são reconhecidos em resultados por contrapartida de “Outros resultados de exploração” (Nota 2.9.).

#### Metodologias de valorização e determinação do justo valor

A determinação do justo valor das propriedades de investimento tem em consideração, entre outros fatores de relevância para esta avaliação, a natureza, características e localização geográfica dos imóveis, com o objetivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. O apuramento do justo valor é realizada por peritos avaliadores, os quais devem utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos:

- Método comparativo de mercado: Estima o valor de transação de um determinado bem utilizando preços e outras informações relevantes geradas a partir de transações de mercado que envolvam bens idênticos ou comparáveis (semelhantes). Geralmente recorre a métodos estatísticos, após homogeneização dos diversos dados obtidos do mercado. Este é o principal método utilizado sempre que exista um número significativo de transações conhecidas;
- Método do rendimento: Estima o valor de um bem pela técnica da capitalização dos valores anuais das rendas ou do rendimento operacional anual gerado pela atividade instalada no imóvel. Quando se perspectivam, ao longo do tempo, alterações de rendimento mais significativas do que é geralmente expectável no mercado, utiliza-se a técnica da análise dos fluxos de caixa descontados (DCF). O método do rendimento aplica-se quando existe um arrendamento efetivo do imóvel, quando o imóvel se destina a arrendamento, quando o mercado de arrendamento está ativo para o tipo de bem em avaliação ou quando o imóvel se destina a exploração económica;
- Método do custo: Estima o valor do bem com base na quantia que seria atualmente necessária para obter um bem alternativo, réplica do original ou que proporcione utilidade equivalente, ajustado pela obsolescência. Obtém-se pela soma do valor de aquisição do terreno com os custos de construção incluindo encargos, depreciado em função das condições físicas, funcionais, ambientais e económicas atuais do imóvel, acrescido dos custos de comercialização e margem/risco do promotor. Este método é utilizado como principal abordagem quando não são conhecidas transações no mercado de bens semelhantes e não são identificáveis potenciais rendimentos associados ao imóvel.

A disponibilidade de dados relevantes e a sua subjetividade relativa podem afetar a escolha dos métodos/técnicas de avaliação. Nessa escolha devem prevalecer, em cada caso, aqueles que maximizam a utilização de variáveis relevantes observáveis.

As variáveis mais relevantes consideradas em cada um dos métodos de avaliação identificados acima, são as seguintes:

#### (i) Método comparativo de mercado

- valor presumível de venda por m<sup>2</sup> ou valor presumível de venda por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, ex: parqueamentos). Em mercados com liquidez, são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado de transação, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.

## (ii) Método do rendimento

### *Técnica da capitalização*

- valor de renda mensal por m<sup>2</sup> ou valor de renda mensal por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, ex: parqueamentos). – Quando está ativo o mercado de arrendamento, são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis nesse mercado, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.

- variáveis que contribuem para o apuramento do rendimento operacional gerado pelo imóvel – Estas variáveis podem ser diversas em função do tipo de imóvel, e são geralmente aferidas pelos rendimentos que o bem tem potencialidade para gerar, tendo em conta as informações disponíveis sobre os pressupostos dos participantes no mercado. Poderão ser utilizados os dados da própria entidade que explora o imóvel, caso não exista informação razoavelmente disponível que indique que os participantes no mercado utilizariam pressupostos.

- taxa de capitalização – Associada ao risco do capital investido, rendimento, liquidez, carga fiscal, taxa de juro sem risco, expectativas de evolução do mercado. Em mercados ativos estabelece a relação linear existente, em determinado momento temporal, entre o mercado de arrendamento e o mercado de compra e venda, para uma determinada zona geográfica e para um determinado segmento de produto imobiliário, com idêntico risco e com idêntica evolução das rendas.

### *Técnica do fluxo de caixa descontado:*

As variáveis que contribuem para a estimativa dos fluxos de caixa podem ser diversas em função do tipo de imóvel. Esta técnica está dependente das atuais expectativas para as variações de valores e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa no futuro, sendo normalmente necessário incluir um ajustamento para o risco face à incerteza deste tipo de mensuração.

- taxa de atualização – Considerada como valor temporal do dinheiro, associada a uma taxa de juro sem risco e preço a suportar pela incerteza inerente aos fluxos de caixa (prémio de risco).

## (iii) Método do custo

- custo de construção por m<sup>2</sup> – Variável essencialmente dependente das características construtivas do bem, mas para o qual também contribui o local da construção. Resulta de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado da construção.

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13, apresentamos de seguida as propriedades de investimento na carteira do Grupo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, classificadas em função da sua tipologia, estado de desenvolvimento na sua preparação para exploração e ocupação atual, considerando as metodologias de valorização utilizadas no apuramento do seu justo valor:

			2015-06-30						
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes			
Centro comercial	Em construção	Devoluto	62.463	Método do rendimento	Valor de renda por m2	14,5			
					Taxa de ocupação média (ano de cruzeiro)	97%			
					Taxa de atualização	[8,0%]			
	Concluído	Arrendado	18.501	Método do rendimento	Valor de renda por m2 (área inferior 250 m2)	5			
					Valor de renda por m2 (restantes áreas)	7,5			
					Taxa de desconto	[8,0%]			
			80.964						
Escritórios	Concluído	Arrendado	129	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	1,00-3,74			
					Valor de venda por m2	570-646			
			161.934	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	1373-2063			
					Valor de renda por m2	6,5-15,4			
					Taxa de capitalização	[7,0%-8,25%]			
			300.681	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	606-3200			
					Valor de renda por m2	4,90-21,81			
					Taxa de capitalização	[6,0%-9,0%]			
			30.897	Método de rendimento / Método comparativo de mercado / DCF	Valor de venda por m2	500-2450			
					Valor de renda por m2	3,53-18,27			
					Taxa de capitalização	[7%-9,5%]			
			34.491	Método de rendimento / Método comparativo de mercado / DCF	Valor de venda por m2	2011-3669			
					Valor de renda por m2	14-28			
					Taxa de capitalização	[7%-8,5%]			
			29.178	Método de rendimento / Método comparativo de mercado / Método do custo	Valor de venda por m2	984-1875			
		Taxa de capitalização	[6%-8,5%]						
	Capitalização / venda		2.675	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2 / valor de renda por m2	790-1820 / 3,2-10,3			
			6.919	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	1840-2220			
	Em construção	Capitalização / venda	11.759	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	1840-2220			
			578.663						
Habitação	Concluído	Arrendado	144	Método do rendimento	Valor de renda por m2	4			
					150	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,6-0,8	
							Valor de venda por m2	760-780	
					152	Método de rendimento e mercado / Método do custo	Valor de renda por m2	2-12	
							Valor de venda por m2	210-2220	
	Em construção	Devoluto		71.211	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,3-3,7		
								Valor de venda por m2	4,0-13,4
						57.038	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	370-2070
								Valor de venda por m2	[500-850]
						26.860	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	[1370-1820]
			155.555						

2015-06-30									
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes			
Lojas	Concluído	Arrendado	788	Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	487-2400			
			481	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	2,29-10			
			78.749	DCF / Método comparativo de mercado / Método do rendimento	Valor de venda por m2	[433-12366]			
					Taxa de capitalização	[6,4%-11,05%]			
					Valor de venda por m2	350-4040			
		Devoluto		6.555	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,4-32,5		
					Valor de venda por m2		700-2150		
		Em construção	Capitalização / venda	3.455	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2			
				90.028					
	Parqueamento	Concluído	Arrendado	36.450	Método comparativo de mercado / Método do rendimento	Valor de renda mensal	31,2-148		
					Valor de venda por estacionamento	7497-22500			
					Taxa de capitalização	[4,0%-11,2%]			
					Valor de renda mensal	115-244			
					Valor de venda por estacionamento	20000-56105			
					Taxa de capitalização	[5,0%-12,5%]			
					Método do custo / DCF / Método comparativo de mercado / Método do rendimento	6.341	Valor da unidade	7111-49421	
					Taxa de capitalização	[7,0%-8,5%]			
		Devoluto		1.253	Método de rendimento e mercado	Valor de renda mensal	10-160		
					Valor de venda por estacionamento	1750-17000			
		Em construção	Capitalização / venda	767	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	500-750		
				451	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	6000-6500		
				67.611					
Terrenos	n.a.	Capitalização / venda	55.185	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	900-2000			
					Valor de venda lote infraestruturado	265			
					Taxa de atualização	[8,5%-10%]			
					Método comparativo de mercado / Código de expropriações	220	Valor de venda por m2 de terreno	5	
					Método do valor residual / Método comparativo de mercado	342	Valor do terreno por m2 de construção	90-140	
					Método de rendimento e mercado	2.242	Valor de renda por m2	2,7-3,7	
							Valor por m2	500-800	
				Arrendado		13	Método comparativo de mercado	Valor de renda mensal por m2	7-8
						58.003			
			Armazéns	Concluído	Arrendado	93.986	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	2,3-8,22
		Valor por m2				309-1128			
		Método do custo / Método comparativo de mercado				22.908	Valor de venda por m2	390-720	
		Valor de renda por m2					2,44-4,30		
		Método do custo / DCF / Método comparativo de mercado / Método do rendimento				9.473	Valor de renda por m2	2,3-12,14	
					Taxa de capitalização	[3,17%-9,25%]			
	Devoluto			671	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	1,1-3		
				127.037		Valor de venda por m2	220-350		
Outros			41.061						
			1.198.922						

			31-12-2014				
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes	
Centro comercial	Em construção	Devoluto	65.750	Método do rendimento	Valor de renda por m2	14,5	
					Taxa de ocupação média (ano de cruzeiro)	97%	
					Taxa de atualização	[8,0%]	
	Concluído	Arrendado	18.501	Método do rendimento	Valor de renda por m2 (área inferior 250 m2)	5	
					Valor de renda por m2 (restantes áreas)	7,5	
					Taxa de desconto	[8,0%]	
			84.251				
Escritórios	Concluído	Arrendado	90	Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	572	
			1.730	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	1,00-10,3	
					Valor de venda por m2	570-1820	
			6.348	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	606-974	
					Valor de renda por m2	4,5-10,7	
					Taxa de capitalização	[6,0%-9,0%]	
			162.501	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	1041-2671	
					Valor de renda por m2	6,5-17,2	
					Taxa de capitalização	[6,0%-9,0%]	
			122.165	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	2001-2900	
					Valor de renda por m2	9,05-21,81%	
					Taxa de capitalização	[4,1%-10,3%]	
			32.299	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	3104-3478	
					Valor de renda por m2	15,17-25,40%	
					Taxa de capitalização	[6,25%-7,5%]	
			132.329	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	6-14	
					Taxa de desconto	[7%-8,7%]	
			35.543	Método de rendimento / Método comparativo de mercado / DCF	Valor de venda por m2	500-2275	
					Valor de renda por m2	3,53-18,27	
					Taxa de capitalização	[7%-9,5%]	
34.491	Método de rendimento / Método comparativo de mercado / DCF	Valor de venda por m2	2011-3669				
		Valor de renda por m2	14-28				
		Taxa de capitalização	[7%-8,5%]				
29.178	Método de rendimento / Método comparativo de mercado / Método do custo	Valor de venda por m2	984-1875				
		Taxa de capitalização	[6%-8,5%]				
	Capitalização / venda	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2 / valor de renda por m2	860-880 / 1,3-1,5			
		Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	1840-2220			
	Devoluto	6.424	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	4,1-6,8 / 12,5		
				Valor de venda por m2	910-1480		
				Taxa de desconto	8,00%		
	Em construção	Capitalização / venda	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	1840-2220		
			582.076				
Habitação	Concluído	Arrendado	385	Método do rendimento	Valor de renda por m2	4	
			44.220	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,6-5,1	
					Valor de venda por m2	370-2520	
			9.013	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	5,0-13,3	
					Valor de venda por m2	600-2520	
	Devoluto	36.670	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,9-6,1		
				Valor de venda por m2	210-1180		
				30.429	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	5,0-10,8
					Valor de venda por m2	770-2080	
					Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	[500-625] [1370-1620]
	Em construção	Capitalização / venda	27.456				
			148.175				

31-12-2014						
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes
Lojas	Concluído	Arendado	1,045	Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	615-2414
			4,678	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,4-32,5
			17,040	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	410-4040
			31,103	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	433-1090
			30,605	DCF / Método comparativo de mercado / Método do rendimento	Valor de venda por m2	1176-16739
			2,130	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[6,4%-9,75%]
			3,604	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	[5,60%-11,05%]
			90,206	Método de rendimento e mercado	Valor de venda concluído por m2	[716-3247]
			2,130	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[7%-9%]
			3,604	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	610-2910
Parqueamento	Concluído	Arendado	566	Método de rendimento e mercado	Valor de renda mensal	18-170
			56,087	Método comparativo de mercado / Método do rendimento	Valor de venda por estacionamento	2300-17500
			7,007	Método do custo / DCF / Método comparativo de mercado / Método do rendimento	Valor de renda mensal	35-244
			251	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por estacionamento	8700-56105
			844	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Taxa de capitalização	[4,0%-12,5%]
			496	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor da unidade	6872-49421
			65,251	Método de rendimento e mercado	Taxa de capitalização	[7,0%-8,5%]
			55,185	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de renda mensal	10-80
			220	Método comparativo de mercado / Código de expropriações	Valor de venda por estacionamento	1750-17500
			2,615	Método do valor residual / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	500-750
Terrenos	n.a.	Capitalização / venda	55,185	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	6000-6500
			13	Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	900-2000
			58,033	Método comparativo de mercado	Valor venda lote infraestruturado por m2	265
			1,456	Método comparativo de mercado	Taxa de atualização	[8,5%-10%]
			11	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2 de terreno	5
			22,908	Método do custo / Método comparativo de mercado	Valor do terreno por m2 de construção	90-120 / 500-800
			103,538	Método do custo / DCF / Método comparativo de mercado / Método do rendimento	Valor de renda mensal por m2	7-8
			660	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	1,1-1,6
			128,573	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	220-260
			1,156,565	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	
Outros			32,681			
			1,189,246			

Conforme anteriormente referido, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, estes encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

## 14. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2015		31-12-2014	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Locarent, S.A.	50,00	7.096	50,00	8.898
Esegur, S.A.	50,00	10.097	50,00	6.910
		17.193		15.808
<b>Empresas associadas</b>				
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A	15,00	221.964	19,99	252.752
Cares - Companhia de Seguros, S. A.	20,00	5.704	20,00	5.024
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00	11.535	20,00	10.506
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60	19.776	21,60	19.866
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	3.449	27,00	3.259
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	25,00	6.883	25,00	4.577
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	38,15	3.711	38,15	3.613
Outras		4.516		3.440
		277.539		303.038
		294.732		318.846

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras não auditadas) das principais empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2015				
		Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
<b>Bancário</b>						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	95.649	82.868	12.781	563	4.425
<b>Imobiliário</b>						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	75.298	47.764	27.534	9.262	11.808
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	350.170	480.174	(130.004)	(9.249)	7.026
<b>Seguros</b>						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A (b)	Lisboa	15.074.724	13.575.026	1.443.126	201.895	956.608
Cares - Companhia de Seguros, S. A.	Lisboa	69.456	41.337	26.457	3.697	28.781
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	153.595	98.746	54.849	4.721	109.018
<b>Outros setores</b>						
Esegur, S.A.	Lisboa	37.737	23.546	14.191	585	24.718
Locarent, S.A.	Lisboa	226.431	206.237	20.194	2.299	35.824
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.430	1.053	3.377	(6)	-
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	14.422	4.511	9.911	916	11.398
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	148.025	56.467	91.558	10.170	79.164

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do período e exclui interesses minoritários.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

Setor de atividade/Entidade	Sede	31-12-2014				
		Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
<b>Bancário</b>						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	93.836	81.761	12.075	1.238	8.323
<b>Imobiliário</b>						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	64.039	45.730	18.309	5.585	9.421
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	360.015	480.328	(120.313)	(18.969)	28.510
<b>Seguros</b>						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A (b)	Lisboa	14.100.835	12.762.915	1.337.920	178.232	1.512.767
Cares - Companhia de Seguros, S. A.	Lisboa	56.099	36.901	19.199	6.003	44.469
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	127.431	77.130	50.301	4.797	199.002
<b>Outros setores</b>						
Esegur, S.A.	Lisboa	37.366	23.546	13.820	1.530	51.134
Locarent, S.A.	Lisboa	239.293	221.500	17.792	4.148	78.032
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.441	1.057	3.384	(11)	-
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	15.092	5.622	9.470	1.841	19.930
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	155.007	63.028	91.979	19.137	149.702

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do período e exclui interesses minoritários.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

## 15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	32.572	40.468
Outros	18.398	14.479
	50.970	54.947
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	9.638	8.960
Outros	35.692	29.573
	45.329	38.533
	5.640	16.414
<b>Ativos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	1.011.316	1.087.235
Por prejuízos fiscais reportáveis	449.290	337.947
	1.460.606	1.425.182
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	339.065	370.362
	1.121.540	1.054.819

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2015
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	32.254	336	(6.382)	(7)	26.201
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	825.653	-	(108.545)	(1.193)	715.914
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(11.389)	-	(1.076)	(16)	(12.481)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(152.383)	76.358	-	295	(75.730)
Valorização de outros títulos	(4.747)	-	(366)	(3.479)	(8.593)
Prejuízos fiscais reportáveis	337.947	-	111.343	-	449.290
Benefícios dos trabalhadores	157.674	(832)	(2)	109	156.949
Comissões	15.717	-	(1.052)	(3)	14.663
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(3.988)	-	(57)	-	(4.045)
Outros	(141.919)	-	(6.600)	7.892	(140.627)
	1.054.819	75.862	(12.738)	3.598	1.121.540

	Saldo em 31-12-2013	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2014
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	20.486	(26)	2.900	267	23.626
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	880.521	-	(29.948)	3.575	854.148
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(13.207)	-	1.043	(61)	(12.224)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	9.354	(153.604)	-	(1.536)	(145.786)
Valorização de outros títulos	11.036	-	(21.231)	(101)	(10.297)
Prejuízos fiscais reportáveis	179.941	-	83.232	378	263.551
Benefícios dos trabalhadores	154.708	(893)	(1)	(1.242)	152.572
Comissões	18.110	-	(305)	(1)	17.803
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(4.522)	-	117	-	(4.404)
Outros	(61.754)	-	(12.688)	9.806	(64.636)
	1.194.674	(154.523)	23.119	11.085	1.074.353

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do período antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Impostos correntes</b>		
Do período	79.169	26.264
Contribuição sobre o setor bancário	30.866	28.572
Correções a exercícios anteriores (líquido)	(3.167)	(4.017)
	106.867	50.819
<b>Impostos diferidos</b>	12.738	(23.119)
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>119.605</b>	<b>27.701</b>
Lucro consolidado antes de impostos e interesses que não controlam	213.483	168.711
<b>Carga fiscal</b>	<b>56,03%</b>	<b>16,42%</b>

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica “Correções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2014 e 2013)	(3.063)	(1.661)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	-	(2.285)
Outros	(104)	(71)
	(3.167)	(4.017)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2015		30-06-2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		213.483		168.711
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,35%	58.388	29,35%	49.517
Sociedades registadas pelo método da equivalência patrimonial e filiais reclassificadas para classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda	(4,30%)	(9.179)	(51,85%)	(87.470)
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	(2,28%)	(4.860)	2,15%	3.629
Diferenças definitivas a deduzir:				
Mais valias isentas de tributação	0,00%	-	(0,43%)	(723)
Outras	(0,16%)	(348)	(0,51%)	(865)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões e outras imparidades não aceites	3,67%	7.844	0,03%	51
Outras	2,41%	5.150	0,90%	1.516
Registo de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de utilizações	0,24%	515	0,00%	-
Anulação de prejuízos fiscais não recuperáveis, líquido de reversões	1,96%	4.178	1,64%	2.771
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis (*)	11,89%	25.380	13,24%	22.336
Tributação autónoma	0,66%	1.418	0,87%	1.473
Contribuição sobre o sector bancário	14,46%	30.866	16,94%	28.572
Outros	1,34%	2.854	9,40%	15.860
	57,24%	122.205	21,73%	36.666
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	(1,17%)	(2.496)	(5,27%)	(8.894)
Outras	(0,05%)	(104)	(0,04%)	(71)
	(1,22%)	(2.600)	(5,31%)	(8.965)
	56,03%	119.605	16,42%	27.701

(\*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 21% (23% no exercício de 2014), não incluindo Derrama Estadual e Municipal

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade, ascende a 27,35% (29,35% em 30 de junho de 2014).

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável. Relativamente à derrama estadual será de referir a alteração da redação do artigo 87º-A do CIRC, introduzida pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC), a

qual no seu número 1 prevê (para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014) a aplicação das seguintes taxas sobre a parte do lucro tributável a enquadrar nos seguintes intervalos:

- na parte que exceda 1.500 mEuros e até 7.500 mEuros, a taxa a aplicar será de 3%;
- na parte que exceda 7.500 mEuros e até 35.000 mEuros, a taxa a aplicar será de 5%;
- na parte que exceda 35.000 mEuros a taxa a aplicar será de 7%.

Adicionalmente, as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2015, vieram igualmente atualizar a taxa nominal de IRC aplicável ao rendimento tributável (com as exceções previstas na legislação em vigor), a qual decresceu de 23% para 21%.

Em 30 de junho de 2015 o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendia a 414.159 mEuros, dos quais 83.122 mEuros relativos ao exercício em curso, 199.426 mEuros ao exercício de 2014 e o remanescente ao exercício de 2013.

De acordo com as alterações introduzidas pela Lei da Reforma do IRC, o prazo de reporte de prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação iniciados após 1 de janeiro de 2014 foi elevado para 12 anos. Relativamente ao saldo reportável de prejuízos fiscais originados em 2013, o período de recuperação é de cinco anos. Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Decorrente das disposições regimentadas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, o Grupo reconheceu nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 um custo de 30.866 mEuros e 28.572 mEuros, respetivamente, relativo à totalidades dos encargos a suportar com este tributo nos períodos de tributação que lhe são imputáveis. A base de incidência da nova contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre o valor dos passivos das instituições de crédito com sede no território português, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

De referir que até ao exercício de 2014, os encargos com a taxa aplicável ao setor bancário eram reconhecidos de forma linearizada ao longo do exercício em que era devida esta contribuição. A partir do exercício de 2015, em resultado da adoção pelo Grupo da Interpretação 21 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC 21 - Taxas), a contabilização desta taxa passou a ser realizada de forma integral no momento em que a obrigação é gerada, tendo as demonstrações financeiras do período comparativo apresentadas sido reexpressas em conformidade.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2011 a 2014, no caso da maioria das

entidades com sede em Portugal, sendo que no caso da Caixa Geral de Depósitos, os exercícios de 2011 e 2012 foram já objeto de inspeção). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

## 16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Outros ativos		
Certificados de dívida do Território de Macau	727.704	630.413
Outros	10.103	9.724
Devedores e outras aplicações		
Setor Público Administrativo	7.618	7.489
Suprimentos	214.869	210.378
Devedores por operações sobre futuros	41.884	42.513
Valores a receber pela venda da EDP	481.456	481.456
Devedores diversos	1.181.310	1.571.417
Bonificações a receber		
Do Estado	22.235	22.117
De outras entidades	12.525	13.811
Valor a receber pela venda de bens arrematados	25.282	11.749
Outros	70.972	229.963
Rendimentos a receber	27.214	47.526
Despesas com encargo diferido		
Rendas	6.116	5.569
Outras	54.097	25.779
Receitas com rendimento diferido	(5.598)	(5.999)
Outras operações ativas por regularizar	222.842	129.107
Operações de Bolsa	2.292	9.131
	3.102.922	3.442.141
Imparidade (Nota 33)	(251.170)	(235.456)
	2.851.752	3.206.685

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 33.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 706.870 mEuros e 1.148.158 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colateralizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de “Swaps de taxa juro” (“IRS”) com essas entidades.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 50.282 mEuros, relativos a depósito caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 20.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 22). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 727.704 mEuros e 630.413 mEuros, respetivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Moretextile, SGPS, S.A.	35.660	35.191
A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, S.A.	28.977	28.977
Sagesecur - Estudo, Desenvolvimento e Participações em Projetos, S.A.	12.863	13.643
PP3E - Projetos e Participações em Empreendimentos de Energia Elétrica, S.A.	10.200	10.200
Outros	41.169	36.367
	214.869	210.378

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros remunerado a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. No decorrer do primeiro semestre de 2014 foi celebrado um aditamento do contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento até 30 de junho de 2018;
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 3%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2014 as partes celebraram novo aditamento ao contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento, previsto para 30 de setembro desse exercício, por mais um ano, sem alteração das restantes condições em vigor.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A., suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional

de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. A Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 35.660 mEuros, dos quais 469 mEuros, no decorrer do primeiro semestre de 2015.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do capital social desta entidade no momento da sua constituição.

## 17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Recursos de bancos centrais</b>		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	1.250.000	1.500.000
Outras entidades do Grupo	1.655.880	1.610.330
Recursos - de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	192	467
De Instituições de crédito no estrangeiro	86.843	101.384
Operações de venda com acordo de recompra	-	17.305
Outros recursos	1.999	1.701
Juros a pagar	1.356	12.399
	2.996.270	3.243.587
<b>Recursos de outras instituições de crédito</b>		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	677.073	684.256
De instituições de crédito no estrangeiro	772.146	838.449
Recursos do mercado monetário interbancário	15.900	170.000
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	418.886	287.747
De instituições de crédito no estrangeiro	53.492	38.150
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	23.068	27.562
Recursos de organismos financeiros internacionais	261.461	57.353
Operações de venda com acordo de recompra	796.413	644.115
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	(3.917)	2.302
Juros a pagar	10.055	10.488
Despesas com encargo diferido	(1.718)	(2.323)
	3.022.860	2.758.100
	6.019.130	6.001.687

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Recursos de bancos centrais - Recursos – Banco Central Europeu” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por instrumentos de dívida e

outros créditos da carteira do Grupo. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 20).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 9). A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) ou acordos bilaterais de cedência de liquidez, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

## 18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Depósitos de poupança	1.883.799	1.702.130
Outros débitos		
À vista	21.770.724	21.339.112
A prazo		
Depósitos	44.404.472	45.961.403
Depósitos obrigatórios	295.455	299.100
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	102.639	70.184
Empréstimos	175.219	198.932
Operações com acordo de recompra	116.084	99.227
Outros	1.174.464	982.008
	46.268.332	47.610.855
	68.039.056	68.949.966
Juros a pagar	307.573	452.029
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(14.285)	(11.955)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(4.749)	(8.825)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	30.976	50.830
	319.514	482.080
	70.242.370	71.134.176

## 19. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Obrigações em circulação</b>		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	74.402	74.402
- Taxa de juro fixa	1.905.129	1.842.181
- Remuneração indexada a ações / índices	15.000	36.000
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	276.125	298.674
	2.270.656	2.251.257
<b>Obrigações hipotecárias</b>	5.484.874	4.484.986
<b>Obrigações de caixa</b>		
- Remuneração indexada a taxas de juro	56.069	60.247
	56.069	60.247
	7.811.599	6.796.490
<b>Outros</b>		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit		
- Papel Comercial	111.075	100.738
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização		
- Crédito à habitação (Nota 11)	43.734	79.074
- Outras emissões colateralizadas	14.808	14.392
	169.617	194.204
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	38.724	51.206
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(19.110)	(13.183)
Juros a pagar	168.734	145.761
	8.169.564	7.174.478

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados de dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
EMTN	15.388	15.388
Obrigações hipotecárias	2.400.000	2.400.000
	2.415.388	2.415.388

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

- Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros (1ª Emissão) - obrigações remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e vencimento em 19 de julho de 2014;
- Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros (2ª Emissão) - obrigações remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões foram realizadas em consonância com as disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro.

As emissões, integralmente recompradas pela Caixa, encontravam-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

No exercício de 2014, a CGD procedeu à amortização integral destes empréstimos.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit” a CGD (diretamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir “Notes” até um montante global de 2.000.000.000 de Dólares Norte Americanos. As “Notes” têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250.000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iv) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão, de forma direta, de Obrigações Hipotecárias até ao montante atual máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de

empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.901.450 mEuros e 6.901.450 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 30-06-2015	Taxa em 31-12-2014
	30-06-2015	31-12-2014						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1ª tranche	1.256.450	1.256.450	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900.000	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,04%	0,129%	0,223%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,05%	0,035%	0,129%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3 meses - 0,012%	0,000%	0,070%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Série 9 15/09/2016	175.000	175.000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,575%	0,673%	0,763%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1.000.000	1.000.000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	31-07-2012	31-07-2022	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,75%	0,745%	0,838%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	750.000	750.000	18-01-2013	18-01-2018	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	3,750%
Hipotecárias Série 16 2014/2019	750.000	750.000	15-01-2014	15-01-2019	Anualmente no dia 15 de janeiro	Taxa Fixa	3,000%	3,000%
Hipotecárias Série 17 2015/2022	1.000.000		27-01-2015	27-01-2022	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	1,000%	-
	7.901.450	6.901.450						

(\*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a 11.009.169 mEuros e 11.527.625 mEuros, respetivamente (Nota 11).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 121.954 mEuros e 127.537 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 30 de junho de 2015, as notações de rating atribuídas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de A3 e BBB-, respetivamente.

#### (v) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir eram garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que teria de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal do mesmo ano.

As emissões podiam ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração podia ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou com rendimento dependente da evolução de um indexante.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos

Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do Programa, deveriam assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades, e ativos de substituição, afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deveriam representar no mínimo 100% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não podia ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos ativos elegíveis afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não devia exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos ativos elegíveis afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não podia ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podiam ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, depósitos à ordem ou a prazo constituídos junto de instituições de crédito com notação de risco igual ou superior a "A-" ou equivalente e outros ativos definidos por Aviso do Banco de Portugal.

Ao abrigo deste Programa, a Caixa apenas realizou uma emissão pública colocada no mercado institucional, em Julho de 2009, no montante de 1.000 mEuros e com uma maturidade de cinco anos, tendo decidido proceder à desmobilização do Programa no final do exercício de 2014.

Nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	30-06-2015						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	15.000	75.595	1.552.774	1.643.369	150.000	-	1.793.369
Entre 1 e 5 anos	-	119.149	262.160	381.309	4.064.991	56.069	4.502.369
Entre 5 e 10 anos	-	11.109	154.597	165.706	1.249.883	-	1.415.589
Mais de 10 anos	-	70.272	10.000	80.272	20.000	-	100.272
	15.000	276.125	1.979.531	2.270.656	5.484.874	56.069	7.811.599

	31-12-2014						
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações				Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total			
Até 1 ano	36.000	35.595	1.237.209	1.308.804	-	-	1.308.804
Entre 1 e 5 anos	-	155.943	513.493	669.436	3.220.596	60.247	3.950.279
Entre 5 e 10 anos	-	24.148	155.881	180.029	1.244.390	-	1.424.419
Mais de 10 anos	-	82.988	10.000	92.988	20.000	-	112.988
	36.000	298.674	1.916.583	2.251.257	4.484.986	60.247	6.796.490

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2014	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2015
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	2.251.257	-	(122.165)	4.649	136.915	2.270.656
Obrigações hipotecárias	4.484.986	1.000.000	-	-	(112)	5.484.874
Outras obrigações de caixa	60.247	-	(11.535)	7.357	-	56.069
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	100.738	68.375	(58.038)	-	-	111.075
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização	93.466	-	(35.340)	416	-	58.542
	6.990.694	1.068.375	(227.078)	12.422	136.803	7.981.216

	Saldo em 31-12-2013	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2014
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	3.940.428	-	(1.211.974)	5.688	(4.256)	2.729.886
Obrigações hipotecárias	3.736.100	750.000	-	-	(1.550)	4.484.550
Obrigações sobre o setor público	622.700	-	-	-	41.850	664.550
Outras obrigações de caixa	62.442	-	-	(661)	-	61.781
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	20.976	39.222	(20.976)	-	-	39.222
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização	223.118	12.448	(76.559)	-	-	159.008
	8.605.764	801.670	(1.309.509)	5.027	36.044	8.138.997

## 20. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

### Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2015
Provisões para encargos com benefícios de empregados	572.386	1.981	(12.888)	(455)	12.370	573.395
Provisões para contingências judiciais	15.928	(93)	(5)	(444)	430	15.815
Provisões para garantias e compromissos assumidos	150.300	3.629	-	96	942	154.966
Provisões para outros riscos e encargos	103.044	14.851	(2.896)	(165)	184	115.019
	269.272	18.387	(2.901)	(514)	1.556	285.800
	841.658	20.368	(15.789)	(969)	13.926	859.195

	Saldo em 31-12-2013	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2014
Provisões para encargos com benefícios de empregados	539.438	(5.504)	(13.143)	(76)	13.347	534.062
Provisões para contingências judiciais	15.083	(1.092)	-	479	298	14.768
Provisões para garantias e compromissos assumidos	207.763	25.272	-	6	(321)	232.720
Provisões para outros riscos e encargos	118.961	5.422	(3.093)	(14)	4.437	125.713
	341.807	29.602	(3.093)	471	4.414	373.201
	881.245	24.098	(16.236)	395	17.761	907.263

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade do Grupo.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a depender na sua resolução, com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

### Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Passivos eventuais</b>		
Ativos dados em garantia	14.981.643	14.912.605
Garantias e avales	3.987.263	4.066.099
Créditos documentários abertos	547.115	670.168
Cartas de crédito "stand by"	57.040	53.400
Outros passivos eventuais	-	377.878
	19.573.061	20.080.151
<b>Compromissos</b>		
Compromissos revogáveis	9.168.647	8.289.653
Subscrição de títulos	1.638.932	2.019.997
Linhas de crédito irrevogáveis	1.164.630	1.474.941
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.553	155.553
Operações a prazo	168.407	155.936
Sistema de indemnização aos investidores	35.716	35.911
Outros compromissos irrevogáveis	8.616	-
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	70.000	128.571
A constituir	302.433	-
Outros	136.975	121.253
	12.849.908	12.381.814
<b>Depósito e guarda de valores</b>	41.099.448	38.613.510

Os ativos dados em garantia apresentam a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	978.500	803.000
Council of Europe Development Bank	34.000	-
Banco de Portugal (*)	13.770.148	13.898.131
Fundo de Garantia de Depósitos	157.440	167.440
Royal Bank of Scotland	15.000	15.000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	19.430	21.430
Euronext	6.500	6.500
<b>Outros ativos</b>		
Outros	626	1.104
	14.981.643	14.912.605

(\*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os ativos dados em garantia respeitam a instrumentos de dívida classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, crédito a clientes e responsabilidades representadas por títulos (Nota 19). Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, ascendia a 15.313.981 mEuros e 15.085.127 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 203.733 mEuros e 220.975 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.553 mEuros. Em 30 de junho de 2015, o Grupo reconheceu encargos com a contribuição anual para o FGD no montante de 4.945 mEuros.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determinou correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontrava de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos

que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Ainda no decorrer do exercício de 2014, o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu sentença determinando a anulação, entre outras, das correções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira no referido exercício à componente afeta aos ganhos da liquidação da Caixa Brasil, suportando a decisão da CGD de não constituir qualquer provisão para esta situação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Em Abril de 2015, foi a Caixa notificada do teor do Acórdão do Tribunal Central Administrativo de Lisboa, que em segunda instância, decidiu revogar a sentença decretada em primeira instância pelo Tribunal Tributário de Lisboa. Não obstante a convicção do Conselho de Administração da Caixa da conformidade dos procedimentos adotados, e tendo já intentando as diligências que a latitude da Lei lhe permite para contestar esta decisão, face aos desenvolvimentos entretanto ocorridos decidiu-se como adequado proceder ao reconhecimento, em 30 de junho de 2015, de uma provisão no montante de aproximadamente 26 milhões de euros, para cobertura das contingências inerentes a este processo.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 16).

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A., uma nova instituição bancária de transição criada para o efeito, e cuja totalidade do capital social é detido pelo Fundo de Resolução.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900.000 mEuros a realizar pelo único acionista nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução não detinha nessa data os recursos próprios necessários à operação, a subscrição de capital foi efetuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900.000 mEuros do Estado Português; e
- 700.000 mEuros de oito instituições participantes no Fundo (dos quais 174.000 mEuros assegurados pela CGD).

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efetuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

Encontra-se atualmente em curso o processo com vista à alienação do Novo Banco, S.A.. A informação disponível nesta data não permite, ainda, avaliar o eventual impacto desta situação nas demonstrações financeiras da CGD, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco, S.A. e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

## 21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Obrigações	2.386.686	2.388.244
Empréstimos	21.209	21.209
	2.407.895	2.409.453
Juros a pagar	40.182	49.007
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(22.139)	(26.012)
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	56	(4.543)
	2.425.994	2.427.905

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;
- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	900.000	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.750	536.748	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	368.525	368.530	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral, nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	104.720	104.720	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	209	209	18-12-2002	Perpetuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.245	81.245	81.245	12-11-2007	13-11-2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	28-12-2007	28-12-2017	Euribor 3 meses + 1,05%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Notes	EUR	21.000	21.000	21.000	14-07-2005	28-06-2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N/A.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	-	-	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	-	-	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emittente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	-	-	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	-	-	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caxagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	-	-	30-07-2007	31-07-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caxagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emittente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo CaixaGest Açores Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo CaixaGest Açores Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	765	765	18-12-2002	Perpetual	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Notes due 2016	USD	265.000	20.063	18.490	06-12-2006	20-12-2016	Libor 3 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Libor 3 meses + 0,75%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 20 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2015	Valor de balanço 31-12-2014	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Banco Comercial e de Investimentos	Obrigações Subordinadas do BCI 2008-2018	MZN	216.000	4.717	4.944	16-10-2008	16-10-2018	1º cupão 15,25%. Cupões seguintes indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias; acrescida de 1%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 16 de janeiro, abril, julho e outubro.	O Emitente poderá efetuar o reembolso antecipado, total ou parcial, ao par, por redução ao valor nominal, na data de vencimento do 2º período de contagem de juros e, posteriormente, em cada data de pagamento de juros.
Banco Comercial do Atlântico	Obrigações BCA Crescente 2017	CVE	500.000	2.243	2.691	17-12-2010	17-12-2017	1º e 2º ano 5,75%, 3º e 4º ano 5,85%, 5º e 6º ano 6% e 7º ano 6,25%. Pagamento de juros semestral, nos dias 17 de junho e dezembro.	O Emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida <i>outstanding</i> a partir do 5º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes.
Banco Interatlântico	Obrigações BI 2014	CVE	500.000	4.254	4.210	08-07-2008	08-07-2018	Euribor 6 meses + 0,9% até ao 2º cupão, 6,0% até julho de 2013. A partir dessa data, taxa da última emissão de OT's a 5 anos + 0,5%. Pagamento de juros semestral, no dia 8 de janeiro e julho.	O emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida <i>outstanding</i> ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado IFC	USD	8.500	-	2.824	20-03-2009	15-06-2015	Libor 3 meses + 3,00% + 0,5%, caso se verifiquem condições contratuais. Pagamento de juros trimestral, nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro.	O Mutuário (BCI) poderá pagar antecipadamente o empréstimo, no todo ou em parte, em qualquer data de pagamento de juros no dia 15 de dezembro de 2009 ou após essa data, mediante notificação com uma antecedência mínima de 30 dias à IFC.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado BPI	USD	3.704	3.404	3.077	30-07-2008	30-07-2018	Libor 3 meses + 3,00%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de janeiro, abril, julho e outubro.	A antecipação do reembolso do capital, total ou parcial, só poderá ocorrer por iniciativa do BCI e mediante a prévia autorização do Banco de Moçambique.

## 22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Credores		
Recursos consignados	919.196	638.901
Fornecedores de bens de locação financeira	12.963	13.124
Outros fornecedores	36.826	54.892
Recursos - conta caução	199.760	173.520
Recursos - conta subscrição	64.881	70.395
Recursos - conta cativa	12.361	1.988
Credores diversos:		
Credores por cedência de factoring	34.213	43.012
Caixa Geral de Aposentações	11.153	5.554
Fundo de Pensões CGD	10.427	67.531
Credores por operações sobre futuros	17.372	26.161
Credores por operações sobre valores mobiliários	121	114
Outros	1.111.392	1.076.363
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 16)	716.248	646.506
Retenção de impostos na fonte	57.542	50.360
Contribuições para a Segurança Social	15.115	16.261
Outros impostos a pagar	7.018	9.164
Cobranças por conta de terceiros	579	281
Outros	33.164	29.012
Encargos a pagar	220.337	237.651
Receitas com rendimento diferido	63.357	60.738
Operações passivas a regularizar	390.750	305.860
Operações de Bolsa	-	2
	3.934.773	3.527.392

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Recursos - conta caução", inclui 184.655 mEuros e 158.853 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações "Swap de taxa de juro" (IRS).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica "Credores diversos - Outros" inclui 657.301 mEuros e 671.535 mEuros, respetivamente, relativo a passivos financeiros com minoritários de Fundos de Investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo CGD.

### 23. CAPITAL

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	30-06-2015	31-12-2014
Número de ações	1.180.000.000	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5.900.000.000	5.900.000.000

## 24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	192.071	398.836
Ativos com acordo de recompra	8.796	12.974
	200.867	411.810
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal - CGD	862.906	862.906
- Outras reservas	1.766.925	951.652
- Resultados transitados	(3.386.604)	(2.252.495)
	(756.773)	(437.937)
Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa	47.061	(348.044)
	(508.845)	(374.171)

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais da CGD, no montante de 862.906 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110.425 mEuros e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída em “Outras reservas”.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Caixa Geral de Depósitos, S.A.</b>		
Caixa Geral de Depósitos	(66.710)	(211.445)
Sucursal de Espanha	(29.927)	(13.980)
Sucursal de França	17.988	(25.183)
Sucursal de Cayman	(11.185)	(10.566)
Sucursal de Londres	3.361	4.823
Sucursal de Nova Iorque	2.156	980
Sucursal de Timor	1.218	1.362
Sucursal de Luxemburgo	(806)	(1.019)
Sucursal de Macau	236	1.225
Sucursal do Zhuhai	(91)	(3)
	(83.763)	(253.807)

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Contribuição para o resultado das filiais:</b>		
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a)	27.748	283.319
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	28.453	19.456
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	17.273	3.242
Banco Caixa Geral, S.A.	15.611	11.987
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	11.273	1.976
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	10.637	7.414
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	8.642	6.378
Caixa Imobiliário, S.A.	(7.793)	(8.947)
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	(5.173)	(8.145)
Fundimo - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	5.128	2.998
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	4.840	3.946
Inmobiliaria Caixa Geral, S.A.U.	(4.493)	(713)
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	4.317	874
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(4.021)	(996)
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)	3.082	32.922
Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.931	(2.458)
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD - Caixa Capital	2.888	2.898
CGD Investimentos CVC, S.A.	(2.558)	(2.589)
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	2.539	3.191
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	(1.862)	(19)
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	1.570	1.919
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	1.364	2.549
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	1.286	953
CGD Pensões, S.A.	1.153	594
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	1.009	245
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	707	973
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(236)	(217)
Ibéria - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	186	(2.384)
Caixa Imobiliário - Fundo Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	(307)	(159)
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	580	475
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	520	(691)
Nostrum Mortgages (Fundo e Plc)	(307)	(259)
Wolfpart, SGPS, S.A.	(20)	(23)
Outras	(1.460)	(768)
	125.508	359.942
<b>Contribuição para o resultado das empresas associadas e empreendimentos conjuntos:</b>		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	683	2.229
Locarent, S.A.	1.149	837
Torre Ocidente, Imobiliária S.A.	2.315	(99)
Fundo Turismo	294	349
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	292	365
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	280	60
Outras	301	180
	5.315	3.921
<b>Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD</b>	<b>47.061</b>	<b>110.056</b>

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

**Distribuição do resultado do exercício****Exercício de 2014**

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2015, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2014, no montante de 1.139.320 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

**Exercício de 2013**

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2014, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2013, no montante de 1.090.515 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

## 25. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	30-06-2015	31-12-2014
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	498.096	493.642
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	143.641	153.362
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	112.627	85.017
Caixa Geral Finance	96.249	96.249
Partang, SGPS, S.A.	82.363	78.595
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	32.310	32.055
Caixa Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional	14.125	14.150
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	12.035	11.187
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	4.638	4.465
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	1.599	1.518
Banco Caixa Geral, S.A.	993	1.014
Outras	1.232	(4.323)
	999.908	966.931

(a) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Diretores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 28 de junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 30 de setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

No decurso da sua atividade, o Grupo procedeu à recompra de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance, cujo valor acumulado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 ascende a 505.166 mEuros.

A parcela do lucro consolidado atribuível a interesses que não controlam nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015	30-06-2014
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	30.438	21.249
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	9.175	6.065
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	7.011	2.758
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	734	860
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	255	544
Outras	(795)	(521)
	46.817	30.955

(a) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

## 26. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Juros e rendimentos similares:</b>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	1.829	6.488
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	16.903	11.119
Juros de crédito interno	504.263	628.376
Juros de crédito ao exterior	311.440	268.176
Juros de crédito vencido	14.818	19.172
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
- Derivados	315.433	370.447
- Títulos	8.378	11.147
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	411	886
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	191.018	226.258
Juros de derivados de cobertura	7.157	11.689
Juros de devedores e outras aplicações	3.979	7.134
Juros de disponibilidades	2.863	5.675
Juros de outros créditos e outros valores a receber	71.895	84.815
Outros juros e rendimentos similares	2.075	3.601
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	67.518	66.804
	1.519.979	1.721.788
<b>Juros e encargos similares:</b>		
Juros de depósitos		
- Do setor público administrativo	1.494	3.857
- De outros residentes	274.747	418.473
- De emigrantes	17.560	27.586
- De outros não residentes	145.442	132.228
- Outros	250	301
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	15.656	21.028
Juros de recursos de instituições de crédito no país	7.032	14.684
Juros de swaps	317.535	354.868
Juros de outros passivos de negociação	3.097	14.285
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	127.734	174.921
Juros de derivados de cobertura	1.196	2.217
Juros de passivos subordinados	56.338	61.822
Outros juros e encargos similares	9.786	10.784
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	3.248	3.507
	981.115	1.240.560

Em 30 de junho de 2015 e 2014 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de passivos subordinados", inclui 40.059 mEuros e 39.938 mEuros, respetivamente, relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 21).

## 27. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
ADP - Águas de Portugal, S.A.	4.558	5.985
Sumol + Compal, S.A,	2.005	-
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	505	1.004
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2	5.202
Portucel, S.A.	1	1.040
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	30.198	11.322
Outros	5.920	3.434
	43.188	27.987

## 28. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por garantias prestadas	31.373	33.425
Por compromissos assumidos perante terceiros	10.512	11.900
Por operações sobre instrumentos financeiros	420	432
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	9.327	11.161
Cobrança de valores	3.403	3.573
Administração de valores	8.115	6.759
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	13.353	11.763
Transferência de valores	10.629	12.636
Gestão de cartões	8.607	7.175
Anuidades	26.360	22.081
Montagem de operações	7.847	16.093
Operações de crédito	23.005	18.661
Outros serviços prestados	89.028	97.751
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.755	5.202
Outras comissões recebidas	67.135	64.799
	311.869	323.410
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por garantias recebidas	2.083	2.228
Por compromissos assumidos por terceiros	203	8
Por operações sobre instrumentos financeiros	149	193
Por serviços bancários prestados por terceiros	55.795	60.060
Por operações realizadas por terceiros	2.659	5.224
Outras comissões pagas	3.276	4.317
	64.165	72.030

## 29. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Resultados cambiais:</b>		
Reavaliação da posição cambial	27.863	6.386
Resultados em derivados cambiais	4.781	22.789
	32.644	29.175
<b>Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:</b>		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	(2.434)	7.975
Instrumentos de capital	1.502	(2.870)
Outros instrumentos	(6)	909
	(938)	6.014
Em derivados:		
Taxa de juro	101.611	(119.974)
Cotações	(2.172)	(3.923)
Eventos de crédito	297	643
Outros	25.240	9.225
	124.975	(114.029)
	124.037	(108.014)

(cont)	30-06-2015	30-06-2014
<b>Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:</b>		
Instrumentos de dívida	35	487
Instrumentos de capital	4.062	2.439
Outros títulos	28.099	20.327
Créditos e outros valores a receber	239	(79)
	32.436	23.174
<b>Resultados na alienação de crédito a clientes</b>	(46)	(896)
<b>Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:</b>		
Instrumentos de dívida	130.780	220.449
Instrumentos de capital		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Nota 8)	-	6.933
Galp Energia, SGPS, S.A. (Nota 8)	-	1.903
Finangeste, S.A. (Nota 8)	(931)	-
Outros	(33)	49
	(964)	8.885
	129.816	229.334
Outros títulos	1.856	3.037
	131.671	232.371
<b>Resultados em operações de cobertura:</b>		
Derivados de cobertura	(20.149)	60.912
Correções de valor em ativos e passivos cobertos	21.431	(61.433)
	1.282	(522)
<b>Outros</b>	(20.035)	(9.085)
	301.989	166.203

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica "Outros" inclui 23.463 mEuros e 13.090 mEuros, respetivamente, relativo a resultados com minoritários de Fundos de Investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo CGD.

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, o Grupo alienou créditos a clientes da carteira de "Corporates" num valor global de aproximadamente 64.479 mEuros e 11.022 mEuros, excluindo operações de cedência de ativos. Em resultado destas transações, foram registadas perdas de 46 mEuros (896 mEuros em 30 de junho de 2014).

### 30. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
<b>Outros rendimentos de exploração</b>		
Prestação de serviços diversos	20.458	16.304
Reembolso de despesas	3.982	2.653
Rendas de locação operacional	27.776	30.943
Ganhos em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	12.167	7.867
- Outros ativos tangíveis	178	4.258
- Propriedades de investimento	3.600	10.604
- Outros	196	216
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	1.630	758
Venda de cheques	5.747	6.640
Outros	27.024	31.947
	102.758	112.190
<b>Outros encargos de exploração:</b>		
Donativos e quotizações	3.972	3.745
Perdas em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	20.874	19.306
- Outros ativos tangíveis	16	1.524
- Propriedades de investimento	13.322	36.681
- Outros	68	39
Outros impostos	15.082	11.398
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	4.945	16.464
Contribuições para o Fundo de Resolução	5.581	6.126
Despesas administrativas do Conselho Único de Resolução	103	-
Multas e penalidades	291	443
Outros	16.087	26.018
	80.340	121.745
	22.418	(9.555)

O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo registou a contribuição periódica para o Fundo de Resolução no montante de 5.581 mEuros.

### 31. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	7.670	6.167
Remuneração dos empregados	273.824	260.603
	281.494	266.770
Outros encargos relativos a remunerações	20.424	20.875
Assistência médica - CGD		
- Custo normal	11.843	12.275
- Contribuições relativas a pessoal no ativo	9.689	12.117
Responsabilidades com pensões - CGD		
- Custo normal	37.348	23.653
Outros encargos com pensões		
Outros	1.434	1.974
Outros encargos sociais obrigatórios	6.823	6.667
	87.562	77.562
Outros custos com pessoal	7.967	8.209
	377.023	352.542

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, por tipo de funções, foi o seguinte:

	2015-06-30	2014-06-30
Direção	559	526
Chefias	2.859	2.803
Técnicos	5.238	5.112
Administrativos	6.826	6.947
Auxiliares	326	351
	15.808	15.739
<b>Número de efetivos no final do período</b>	<b>16.135</b>	<b>15.862</b>

Em 30 de junho de 2015 e 2014, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (247 e 246, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (63 e 66, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (91 e 94, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

## 32. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	41.493	40.595
- Serviços de segurança e vigilância	6.596	5.339
- Serviços de Informações	3.957	3.247
- Serviços de limpeza	3.895	3.840
- Avenças e honorários	2.549	3.126
- Serviços de estudos e consultas	1.716	2.458
- Outros	39.725	43.264
Rendas e alugueres	36.517	38.122
Comunicações e despesas de expedição	19.531	15.951
Conservação e reparação	17.634	15.192
Publicidade e edição de publicações	12.451	11.557
Água, energia e combustíveis	11.543	11.463
Transporte de valores e outros	6.337	5.555
Deslocações, estadas e representação	5.846	5.076
Impressos e material de consumo corrente	4.432	4.189
Outros	9.314	10.061
	223.536	219.036

### 33. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os semestres findos em 30 e junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2015	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	5.230.292	247.681	(267.949)	6.508	(572)	5.215.960	(11.919)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	11.817	(321)	-	-	-	11.497	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)							
Instrumentos de capital	108.408	4.652	(1.845)	175	-	111.390	
Instrumentos de dívida	668	7	(22)	-	-	653	
Outros instrumentos	204.547	29.596	-	7.232	-	241.375	
Imparidade de outros ativos tangíveis	11.502	186	-	-	(186)	11.502	
Imparidade de ativos intangíveis	20.401	-	-	-	238	20.639	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)							
Imóveis	373.411	12.070	(1.666)	(9)	(147)	383.659	
Equipamento	2.687	(33)	(915)	-	(43)	1.696	
Imparidade de outros ativos (Nota 16)	235.456	19.411	(3.582)	(216)	102	251.170	
	968.896	65.568	(8.030)	7.182	(36)	1.033.580	-
	6.199.188	313.249	(275.979)	13.690	(608)	6.249.539	(11.919)

	Saldo em 31-12-2013	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2014	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes	4.512.411	387.415	(90.322)	494	78.964	4.888.962	(12.277)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito	11.996	1.512	-	(33)	2	13.477	
Imparidade de ativos disponíveis para venda							
Instrumentos de capital	89.973	-	(35)	18	348	90.304	
Instrumentos de dívida	835	6	-	-	-	840	
Outros instrumentos	153.081	5.531	-	3.432	7.801	169.845	
Imparidade de outros ativos tangíveis	6.818	(184)	-	-	-	6.635	
Imparidade de ativos intangíveis	239	-	-	-	-	239	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda							
Imóveis e equipamento	334.555	15.465	(7.252)	7	(26)	342.750	
Imparidade de outros ativos	235.257	(710)	(5.438)	(114)	(18.897)	210.098	
	832.754	21.621	(12.725)	3.310	(10.772)	834.188	-
	5.345.165	409.036	(103.047)	3.804	68.192	5.723.150	(12.277)

### 34. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento das exigências do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos em 30 de junho de 2015 e no exercício de 2014 apresenta a seguinte composição:

### Linhas de negócio

	30-06-2015						Total
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Outros	
Margem financeira	53 244	341 592	126 198	744	16 503	583	538.864
Rendimentos de instrumentos de capital	9 190	1	10 851	19 600	202	3 345	43.188
Rendimentos de serviços e comissões	12 051	86 573	57 673	18 038	23 481	114 052	311.869
Encargos com serviços e comissões	( 5 863)	( 2 002)	( 1 659)	( 3 889)	( 49)	( 50 703)	(64.165)
Resultados em operações financeiras	267 610	654	30 214	25 414	( 23 529)	1 626	301.989
Outros resultados de exploração	( 1 353)	( 3 619)	( 2 464)	19 987	1 810	8 057	22.418
Produto da Atividade Bancária	334.879	423.199	220.813	79.895	18.417	76.960	1.154.163
Outros custos e proveitos							(1 107 102)
<b>Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD</b>							<b>47.061</b>
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	5 575 527	445 164	27 480	8 898	6 971	25 621	6.089.660
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18 901 524	149 071	409 474	594 037	127 670	248 598	20.430.373
Crédito a clientes (líquido)	1 555 321	34 473 130	29 690 690	165 195	291 798	28 512	66.204.645
Ativo líquido total	26 179 620	34 636 039	31 703 361	1 991 602	477 662	5 249 704	100.237.987
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5 276 238	133 428	400 423	85 991	101 597	21 453	6.019.130
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 360 220	51 561 460	16 988 130	137 552	162 517	32 491	70.242.370
Responsabilidades representadas por títulos	8 075 975	44 331	49 258	-	-	-	8.169.564

	31-12-2014						Total
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Outros	
Margem financeira	( 56 200)	784 810	171 707	4 520	82 580	1 318	988.735
Rendimentos de instrumentos de capital	14 741	2	8 320	24 628	335	1 528	49.554
Rendimentos de serviços e comissões	40 399	184 649	100 297	34 621	51 214	247 876	659.055
Encargos com serviços e comissões	( 14 203)	( 6 331)	( 8 708)	( 6 601)	( 297)	( 107 898)	(144.039)
Resultados em operações financeiras	134 443	( 221)	37 479	24 090	8 695	( 2 829)	201.657
Outros resultados de exploração	( 9 230)	( 4 659)	( 4 992)	14 861	429	( 12 954)	(16.545)
Produto da Atividade Bancária	109.949	958.250	304.103	96.119	142.956	127.042	1.738.417
Outros custos e proveitos							(2 086 461)
<b>Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD</b>							<b>(348.044)</b>
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	4 611 137	463 421	32 450	7 135	-	15 848	5.129.991
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18 962 358	116 201	408 899	643 738	( 5 956)	205 862	20.331.102
Crédito a clientes (líquido)	1 417 230	35 141 387	30 027 774	174 400	92 725	10 056	66.863.572
Ativo líquido total	25 067 683	35 043 208	32 277 075	2 037 908	138 386	5 587 773	100.152.034
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5 284 867	230 835	392 420	85 376	-	8 189	6.001.687
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 260 602	52 743 726	16 939 596	147 223	-	43 029	71.134.176
Responsabilidades representadas por títulos	7 043 396	79 102	51 979	-	-	-	7.174.478

### Mercados Geográficos

	30-06-2015							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	
Margem financeira	262.063	100.292	3.198	18.034	42.185	115.112	(2.020)	538.864
Rendimentos de instrumentos de capital	97.765	3.599	-	-	36	21.007	(79.218)	43.188
Rendimentos de serviços e comissões	238.148	23.198	276	3.306	19.465	46.574	(19.097)	311.869
Encargos com serviços e comissões	(63.504)	(5.188)	(25)	(530)	(8.525)	(9.077)	22.684	(64.165)
Resultados em operações financeiras	257.156	12.892	18	(6.610)	6.184	51.658	(19.308)	301.989
Outros resultados de exploração	254.780	(1.494)	13	97	829	4.998	(236.804)	22.418
Produto da Atividade Bancária	1.046.406	133.298	3.481	14.296	60.173	230.272	(333.763)	1.154.163
Outros custos e proveitos								(1.107.102)
<b>Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD</b>								<b>47.061</b>
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	12.758.206	3.495.791	2.136.804	148.061	3.492.418	1.389.272	(17.330.892)	6.089.660
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	23.830.213	1.935.616	98.483	164.143	118.440	1.399.138	(7.115.661)	20.430.373
Crédito a clientes (líquido)	50.948.003	11.675.489	603.984	225.497	2.835.608	2.929.402	(3.013.337)	66.204.645
Ativo líquido total	100.649.467	17.472.775	2.839.699	584.624	7.213.141	6.317.036	(34.838.755)	100.237.987
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	10.909.007	6.789.795	2.332.808	222.864	326.744	294.516	(14.856.603)	6.019.130
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.827.177	5.199.910	617.534	197.861	5.596.978	4.609.994	(2.807.085)	70.242.370
Responsabilidades representadas por títulos	9.191.543	4.877.381	-	-	-	70.883	(5.970.243)	8.169.564

	31-12-2014							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	
Margem financeira	530.395	197.207	9.997	25.946	62.979	189.144	(26.934)	988.735
Rendimentos de instrumentos de capital	161.191	7.729	-	-	109	16.215	(135.690)	49.554
Rendimentos de serviços e comissões	510.357	46.533	641	16.942	35.754	94.910	(46.080)	659.055
Encargos com serviços e comissões	(139.542)	(12.602)	(49)	(4.325)	(16.509)	(18.912)	47.900	(144.039)
Resultados em operações financeiras	56.365	18.175	(57)	(2.706)	7.006	91.325	31.549	201.657
Outros resultados de exploração	76.129	(10.547)	(113)	(2.808)	5.767	5.469	(90.443)	(16.545)
Produto da Atividade Bancária	1.194.894	246.496	10.419	33.048	95.106	378.150	(219.697)	1.738.417
Outros custos e proveitos								(2.086.461)
<b>Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD</b>								<b>(348.044)</b>
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11.522.500	3.513.460	1.951.179	70.897	3.567.960	1.356.902	(16.852.907)	5.129.991
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	24.250.993	2.009.272	62.035	186.786	83.975	1.168.154	(7.430.114)	20.331.102
Crédito a clientes (líquido)	52.178.219	11.989.965	612.719	222.395	2.277.653	2.924.054	(3.341.434)	66.863.572
Ativo líquido total	101.347.118	17.893.197	2.627.905	531.924	6.604.753	5.960.024	(34.812.886)	100.152.034
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	10.899.739	6.991.300	2.067.894	137.533	212.139	139.253	(14.446.171)	6.001.687
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.084.728	5.106.098	649.734	210.355	5.221.368	4.477.330	(2.615.438)	71.134.176
Responsabilidades representadas por títulos	8.297.564	5.035.501	-	-	-	74.646	(6.233.233)	7.174.478

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	1.138.514	525.383	89.167	-	(233.085)	1.519.979
Juros e encargos similares	(911.457)	(247.099)	(74.939)	-	252.381	(981.115)
Rendimentos de instrumentos de capital	10.664	4.838	3.345	-	24.341	43.188
<b>Margem Financeira Alargada</b>	<b>237.722</b>	<b>283.121</b>	<b>17.573</b>	<b>-</b>	<b>43.637</b>	<b>582.052</b>
Rendimentos de serviços e comissões	196.463	92.817	23.178	-	(590)	311.869
Encargos com serviços e comissões	(39.829)	(22.807)	(3.505)	-	1.975	(64.165)
Resultados em operações financeiras	229.927	66.347	2.347	-	3.368	301.989
Outros Resultados de exploração	17.503	3.435	941	12	526	22.418
<b>Margem Complementar</b>	<b>404.064</b>	<b>139.793</b>	<b>22.962</b>	<b>12</b>	<b>5.279</b>	<b>572.111</b>
<b>PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA</b>	<b>641.786</b>	<b>422.914</b>	<b>40.534</b>	<b>12</b>	<b>48.916</b>	<b>1.154.163</b>
Outros custos e proveitos	(708.496)	(378.216)	(33.210)	27.736	(14.916)	(1.107.102)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD</b>	<b>(66.710)</b>	<b>44.698</b>	<b>7.325</b>	<b>27.748</b>	<b>34.001</b>	<b>47.061</b>

	30-06-2014					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	1.465.532	460.279	107.820	-	(311.843)	1.721.788
Juros e encargos similares	(1.234.490)	(231.371)	(92.600)	-	317.901	(1.240.560)
Rendimentos de instrumentos de capital	3.855	7.453	992	-	15.687	27.987
<b>Margem Financeira Alargada</b>	<b>234.897</b>	<b>236.361</b>	<b>16.212</b>	<b>-</b>	<b>21.744</b>	<b>509.214</b>
Rendimentos de serviços e comissões	206.648	90.298	29.015	-	(2.551)	323.410
Encargos com serviços e comissões	(45.190)	(24.290)	(4.416)	(3)	1.868	(72.030)
Resultados em operações financeiras	74.239	49.777	20.459	(468)	22.195	166.203
Outros Resultados de exploração	(9.298)	1.816	459	35	(2.566)	(9.555)
<b>Margem Complementar</b>	<b>226.400</b>	<b>117.601</b>	<b>45.517</b>	<b>(435)</b>	<b>18.946</b>	<b>408.029</b>
<b>PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA</b>	<b>461.297</b>	<b>353.962</b>	<b>61.729</b>	<b>(435)</b>	<b>40.690</b>	<b>917.243</b>
Outros custos e proveitos	(672.742)	(348.449)	(27.135)	283.755	(42.616)	(807.187)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD</b>	<b>(211.445)</b>	<b>5.513</b>	<b>34.595</b>	<b>283.319</b>	<b>(1.926)</b>	<b>110.056</b>

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação. Adicionalmente, no que respeita aos segmentos de negócio, serão de destacar os efeitos decorrentes da atividade desenvolvida pelo Grupo, no setor imobiliário.

## 35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Risco de Crédito

#### Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2015	31-12-2014
<b>Títulos de negociação</b>		
Divida pública	216.306	303.634
Divida privada	13.366	13.532
	229.672	317.166
<b>Outros ativos financeiros ao justo valor em contrapartida de resultados</b>		
Divida privada	6.855	6.960
	6.855	6.960
<b>Ativos disponíveis para venda</b>		
Divida pública	10.491.302	10.200.845
Divida privada	4.361.632	4.359.975
	14.852.935	14.560.821
<b>Ativos com acordo de recompra</b>		
Divida pública	509.693	231.700
Divida privada	368.626	358.683
Créditos e valores titulados	433.971	690.743
	1.312.289	1.281.126
	16.401.751	16.166.072
Instrumentos financeiros derivados	1.808.225	1.975.077
Disponibilidades em instituições de crédito	815.300	878.298
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	3.372.684	2.137.069
Crédito a clientes	66.291.341	66.933.228
Outros devedores	2.564.182	3.042.495
Outras operações a regularizar	222.842	129.107
	75.074.575	75.095.274
<b>Outros compromissos</b>		
Garantias pessoais/institucionais prestadas:		
Garantias e avales	3.832.297	3.915.799
Cartas de crédito stand-by	57.040	53.400
Créditos documentários abertos	547.115	670.168
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	377.878
Contratos de depósitos a prazo a constituir	302.433	-
Linhas de crédito irrevogáveis	1.164.630	1.474.941
Subscrição de títulos	1.638.932	2.019.997
Outros compromissos irrevogáveis	8.616	-
Credit default swaps	71.499	105.892
	7.622.561	8.618.075
<b>Exposição máxima</b>	<b>99.098.887</b>	<b>99.879.422</b>

### Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

As principais características destas emissões no âmbito do Grupo Caixa em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2015				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2015	Após 2015	Sem maturidade	Total				
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de resultados</b>								
Portugal	-	6.670	-	6.670	6.670	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	248	-	248	248	-	-	
Itália	-	259	-	259	259	-	-	
	-	7.178	-	7.178	7.178	-	-	
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação</b>								
Portugal	2.253.409	6.989.999	667	9.244.074	9.244.074	-	(62.565)	
Grécia	-	2.491	-	2.491	2.491	-	(3.853)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	192.903	-	192.903	192.903	-	(3.177)	
Itália	-	87.183	-	87.183	87.183	-	(1.057)	
	2.253.409	7.272.575	667	9.526.650	9.526.650	-	(70.653)	
<b>Total</b>								
Portugal	2.253.409	6.996.670	667	9.250.745	9.250.745	-	(62.565)	BB
Grécia	-	2.491	-	2.491	2.491	-	(3.853)	CCC-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	193.151	-	193.151	193.151	-	(3.177)	BBB
Itália	-	87.442	-	87.442	87.442	-	(1.057)	BBB
	2.253.409	7.279.753	667	9.533.828	9.533.828	-	(70.653)	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2014				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2015	Após 2015	Sem maturidade	Total				
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de resultados</b>								
Portugal	26	1.080	-	1.106	1.106	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	260	-	260	260	-	-	
Itália	-	271	-	271	271	-	-	
	26	1.611	-	1.637	1.637	-	-	
<b>Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação</b>								
Portugal	6.275.115	2.717.077	3.655	8.995.847	8.995.847	-	206.767	
Grécia	-	3.497	-	3.497	3.497	-	(2.911)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	93.510	-	93.510	93.510	-	3.809	
Itália	49.958	88.548	-	138.505	138.505	-	2.242	
	6.325.072	2.902.632	3.655	9.231.359	9.231.359	-	209.907	
<b>Total</b>								
Portugal	6.275.141	2.718.157	3.655	8.996.953	8.996.953	-	206.767	BB
Grécia	-	3.497	-	3.497	3.497	-	(2.911)	B
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	93.770	-	93.770	93.770	-	3.809	BBB
Itália	49.958	88.819	-	138.777	138.777	-	2.242	BBB
	6.325.098	2.904.243	3.655	9.232.996	9.232.996	-	209.907	

A evolução destes mercados reflete as consequências da grave crise de liquidez e, em geral, do elevado grau de insegurança que tem vindo a delimitar a percepção do risco associada a emissões de dívida soberana neste espaço económico, com especial incidência nos países intervencionados pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e União Europeia em 2010 (Grécia e Irlanda) e 2011 (Portugal).

O segundo trimestre de 2015 ficou ainda assinalado pelo agravar da crise na Grécia e em especial no seu sistema financeiro, com as necessárias consequências no incremento dos níveis de volatilidade e incerteza no decorrer deste período, parcialmente mitigados pela formalização do novo acordo de resgate entretanto alcançado com os seus credores internacionais.

#### Crítérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto “Justo valor”.

### Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda do Grupo incluem títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

TIPO	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	30-06-2015		31-12-2014	
				Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Reserva de Justo valor
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>							
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	1.683	(363)	4.146	22
	Menor que A-	Senior	União Europeia	31.976	(574)	33.098	(685)
		Mezzanine	União Europeia	5.001	(1.456)	5.436	(1.011)
	CCC	Mezzanine	União Europeia	968	(1.390)	688	(1.664)
				<b>39.627</b>	<b>(3.784)</b>	<b>43.369</b>	<b>(3.337)</b>

(a) A apresentação dos títulos é efetuada considerando informação disponível sobre notações de rating em 30-06-2015, com exceção de espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2014.

O movimento ocorrido nestes títulos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido) em 31-12-2014	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do período	Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (líquido) em 30-06-2015
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados		
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>								
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	4.146	(2.487)	409	(385)	1.683
	Menor que A-	Senior	União Europeia	33.098	(1.278)	45	111	31.976
		Mezzanine	União Europeia	5.436	-	10	(445)	5.001
	CCC	Mezzanine	União Europeia	688	-	6	274	968
				<b>43.369</b>	<b>(3.765)</b>	<b>470</b>	<b>(446)</b>	<b>39.627</b>

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2015, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2014.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2013	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do período	Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2014
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados		
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>								
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	2.580	(743)	(141)	195	1.891
	Menor que A-	Senior	União Europeia	33.038	(1.602)	16	5.491	36.943
		Mezzanine	União Europeia	3.462	-	11	570	4.043
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2.542	-	3	795	3.340
Collateralized Loan obligations	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	7.229	(8.731)	(187)	1.689	-
				<b>48.851</b>	<b>(11.077)</b>	<b>(298)</b>	<b>8.741</b>	<b>46.217</b>

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2014, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2013.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

### Qualidade de crédito concedido a clientes

As divulgações requeridas no âmbito da Carta Circular 2/2014 do Banco de Portugal sobre qualidade dos ativos e gestão de risco de crédito são seguidamente apresentadas.

#### De caráter qualitativo

#### 1. Política de Gestão de Risco de Crédito

##### 1.1 Gestão de risco de crédito

Em resposta aos diversos requisitos legais e regulamentares, e tendo como objetivo a utilização das melhores práticas na gestão do risco de crédito, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem implementado um processo de gestão do risco de crédito que abrange as diferentes fases do ciclo de financiamento:

### 1.1.1 Concessão de crédito

A forma como a atividade de concessão é realizada pretende dar cumprimento à estratégia e política de gestão do risco de crédito definida pelos órgãos competentes na CGD.

No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas de avaliação do risco (modelos de *scoring* e *rating*), por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objetivos a observar na concessão de crédito, assim como por uma delegação de competências de acordo com as notações de risco atribuídas aos clientes.

No segmento de empresas a apreciação do risco de crédito, além do suporte dos modelos de *rating* interno, pode ainda ser sujeita a análise individual por uma equipa de analistas nas situações definidas em normativo interno.

### 1.1.2 Acompanhamento da carteira de crédito

O acompanhamento da carteira de crédito permite a identificação de potenciais situações de incumprimento.

Constitui um instrumento para: (i) apoiar a identificação oportuna da ocorrência de factos que indiciem a degradação da capacidade de cumprimento dos clientes; e (ii) definir correspondentes linhas de atuação.

### 1.1.3 Recuperação de crédito

Logo que verificada qualquer situação de atraso, são desenvolvidas as diligências que se mostrem adequadas à recuperação do crédito vencido e à obtenção de condições que permitam a regularização da situação, cumprindo o disposto pelo Decreto-Lei nº 227/2012 – PARI e PERSI no que respeita ao crédito a particulares.

## 1.2 Gestão do Risco de Concentração

A gestão do risco de concentração de crédito do grupo CGD é assegurada pela Direção de Gestão de Risco (DGR) que procede à identificação, medição e controlo de exposições significativas.

A decisão quanto à contratação de operações que impliquem exposições materialmente relevantes (definida em normativo interno) obriga a parecer da DGR. Para este limite concorre necessariamente a exposição total do Grupo CGD ao cliente e/ ou grupo de clientes relevantes.

## 2. Política de Write-Off de créditos (abate ao ativo)

A decisão de se proceder ao abate ao ativo é tomada superiormente quando se apura um remanescente não cobrado, após todas as diligências judiciais junto de todos os envolvidos num contrato de crédito.

## 3. Política de reversão de imparidade

A quantificação das perdas por imparidade é condicionada à identificação de eventos que indiciem uma degradação da qualidade creditícia da contraparte com impacto nos *cash flows* futuros do crédito.

Nas situações em que ocorram melhorias significativas na capacidade creditícia dos devedores e/ ou um reforço adequado das garantias reais, a perda anteriormente reconhecida reduz-se até ao nível da nova perda calculada, existindo assim uma reversão de imparidade direta.

Nas situações em que se vendem os créditos por uma quantia superior à exposição líquida de imparidade, também se regista uma reversão na imparidade.

#### 4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Entende-se por reestruturação de crédito qualquer alteração às condições em vigor das operações de crédito de clientes em dificuldades financeiras, de que resulte uma modificação dos direitos ou deveres das partes.

As áreas especializadas de acompanhamento e recuperação procuram, para cada situação específica, aplicar as soluções que melhor defendam os interesses do Grupo CGD nos termos de decisão delegada e dos limites definidos em normativo interno.

As soluções de recuperação são aplicadas tendo sempre presente a realidade do cliente e o melhor interesse do cliente e da CGD.

A generalidade destes créditos está sujeita a um tratamento específico para efeitos de cálculo de imparidade, durante todo o período de vigilância definido na referida Instrução.

#### 5. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

##### *Bens Imóveis*

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis no Grupo CGD são:

- i. Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efetuada para efeitos da contratação de todas as novas operações de crédito imobiliário, tendo como objetivo determinar o presumível valor de transação em mercado livre. A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória, quando disponibilizadas. Complementarmente, as avaliações são realizadas por observação direta no local.
- ii. Revisão da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: as operações de crédito imobiliário que são objeto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações, estando este procedimento igualmente instituído para as operações que se encontrem em estado de incumprimento, decorrente de pedido das áreas de recuperação de crédito.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imóveis:

- iii. A área de avaliações da CGD inclui no seu quadro de pessoal engenheiros e arquitetos com experiência significativa na área das avaliações, tendo os responsáveis de visto técnico formação complementar em cursos de avaliação de imóveis, certificados pela CMVM.
- iv. São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações da CGD, uma rede de peritos avaliadores, composta por aproximadamente 100 avaliadores externos, tanto empresas como individuais, os quais se encontram distribuídos pelo País, em função da área onde exercem a sua atividade profissional, existindo vários para cada concelho, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação.
- v. Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações da CGD digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel. Existe um técnico interno responsável pelo visto técnico, por tipo de avaliação e concelho onde se localiza o imóvel.

- vi. Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidos os concelhos prioritários de atuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de um portal de gestão imobiliária da CGD. O avaliador regista no portal a data de visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel.

#### *Outros Colaterais*

Para além dos bens imóveis são elegíveis para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade do crédito os seguintes colaterais:

- Penhores de Depósitos a Prazo – avaliação pelo valor do penhor constituído;
- Penhores de Obrigações Emitidas pela CGD – avaliação pelo valor nominal das obrigações;
- Penhores de Ações Cotadas – avaliação pelo valor de mercado na data de referência do cálculo.

#### 6. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

O Modelo de Imparidade do Crédito utilizado na CGD abrange o crédito concedido a empresas e particulares, incluindo garantias bancárias prestadas e linhas de crédito irrevogáveis.

No cálculo de imparidade do crédito são utilizados os seguintes conceitos:

- i) Imparidade Individual que se suporta numa avaliação efetuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma Ficha de Imparidade e do mapa de desconto dos *cash flows* futuros estimados, à taxa original do contrato;
- ii) Imparidade Coletiva ou paramétrica que é determinada de forma automática pelo Modelo de Imparidade do Crédito. O cálculo paramétrico é realizado por uma desagregação da carteira em subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares.

#### 7. Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como as carteiras são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

O Modelo de Imparidade do Crédito determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos subsegmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e no comportamento atual e passado da operação.

Para efeitos desta segmentação também são considerados a finalidade do crédito, a tipologia dos colaterais, o sector de atividade económica.

#### 8. Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

##### *Créditos em Cumprimento*

- Não regista indícios de perda no momento da análise.

*Créditos em Cumprimento com Indícios de Imparidade* – registam, pelo menos, um dos seguintes indícios de perda:

- Crédito Vencido na CGD com atrasos inferiores a 90 dias;
- Indicadores do Banco de Portugal (Crédito vencido há mais de 30 dias em OIC, Inibição de uso de cheques, Efeitos protestados/incobrados);
- Cheques Devolvidos na CGD;

- Avaliação Individual realizada pelos gestores de clientes – só para crédito a não particulares;
- Carências Intercalares;
- Pedidos de Insolvência ou PER;
- Contaminação de créditos, mediante a identificação de indícios de perda noutras operações do mesmo cliente.

#### *Créditos Reestruturados por dificuldades financeiras do cliente*

- Aos créditos identificados como Reestruturados por Dificuldades Financeiras, conforme descrito no ponto 4., são aplicadas as Probabilidades de *Default* mais gravosas do respetivo segmento.

#### *Créditos em Incumprimento – são considerados os seguintes eventos de perda:*

- Incumprimento contratual perante o Grupo CGD, do qual se destaca o crédito vencido há mais de 90 dias;
- Existência de dotação de imparidade resultante de uma análise individual sobre os clientes com exposições individualmente significativas;
- Insolvência Declarada;
- Operações em contencioso com a CGD;
- Contaminação de créditos, apenas no crédito a não particulares, mediante a identificação de eventos de perda noutras operações do mesmo cliente;
- Operações Reestruturadas por dificuldades financeiras do cliente que registem atrasos superiores a 30 dias ou com perdas de valor significativas (este critério apenas foi considerado para efeitos de reporte).

#### 9. Indicação dos limiares definidos para análise individual

No Grupo CGD os limites definidos para a avaliação individual de imparidade, definidos em normativo interno, têm em linha de conta as especificidades das diversas carteiras de crédito.

#### 10. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

Os clientes que entram em situação de incumprimento são, por norma interna, afetos às áreas especializadas de acompanhamento e recuperação de crédito, podendo essa decisão de afetação ser tomada pelo Conselho Delegado de Acompanhamento de Crédito (CDAC).

Em função da análise efetuada aplica-se a solução de recuperação considerada mais adequada aos interesses do cliente e da CGD.

#### 11. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos *cash flows* futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente

##### Avaliação Individual

A determinação dos *cash flows* futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos *cash flows* futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e descontados à taxa de juro efetiva original do contrato.

Nas situações em que os clientes registem indícios de perda, procede-se a uma avaliação para determinar se os *cash flows* esperados são inferiores aos *cash flows* contratuais. Nestas situações, efetua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

### Imparidade Coletiva

A determinação do *cash flow* no Modelo de Imparidade Coletiva suporta-se no *cash flow* contratual e nos fatores de risco aplicáveis à operação.

Os *cash flows* futuros esperados são posteriormente atualizados à taxa de juro original da operação, para determinação do respetivo valor atual.

## 12. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

Para o crédito sem indícios de imparidade observáveis, o IAS 39 prevê a constituição de provisões para perdas designadas por IBNR.

Em face desta definição, o cálculo de imparidade depende da definição de um período de emergência, que corresponde ao período de tempo que medeia entre a ocorrência e a observação do evento de perda, o qual pode ser decomposto num período de surgimento da informação e num momento posterior de captura de indícios.

Na CGD a utilização do período de emergência suporta-se na utilização de diversos indícios de imparidade (*early warnings*) que pretendem capturar o mais cedo possível potenciais degradações da qualidade creditícia dos clientes que sejam passíveis de originar perdas.

### De caráter quantitativo

Os quadros seguintes apresentam elementos relativos à carteira de crédito a clientes e imóveis recebidos em dação ou execução, tendo por referência os conteúdos aplicáveis à atividade do Grupo:

#### *a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento*

Segmento	Exposição em 30-06-2015					Imparidade em 30-06-2015			
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total
		Do qual curado	Do qual reestruturado		Do qual reestruturado				
Governo	5.475.319	48.000	351.734	95.239	38.223	5.570.557	939	2.812	3.750
Corporate	14.310.148	292.160	1.002.489	2.412.672	1.123.202	16.722.821	276.870	1.369.384	1.646.255
Construção e CRE	7.709.657	766.220	826.692	3.904.803	2.025.232	11.614.460	272.793	1.880.008	2.152.801
Particulares - Habitação	31.141.440	1.164.738	686.683	2.183.529	468.366	33.324.970	135.228	654.524	789.753
Particulares - Consumo e Outros	2.391.777	44.161	68.082	675.992	424.491	3.067.770	55.256	355.055	410.311
Outros	1.173.689	72.457	170.040	380.310	24.775	1.553.999	84.214	128.876	213.090
	62.202.030	2.387.737	3.105.720	9.652.546	4.104.288	71.854.575	825.300	4.390.659	5.215.960

Segmento	Exposição em 31-12-2014					Imparidade em 31-12-2014			
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total
		Do qual curado	Do qual reestruturado		Do qual reestruturado				
Governo	5.781.249	2.504	420.779	122.768	65.288	5.904.017	1.432	3.638	5.069
Corporate	14.675.519	314.120	1.074.071	2.621.371	1.078.691	17.296.890	306.087	1.504.988	1.811.075
Construção e CRE	7.251.544	510.841	868.676	3.954.225	2.189.243	11.205.769	265.133	1.793.149	2.058.282
Particulares - Habitação	31.612.086	1.049.486	712.394	2.295.426	526.146	33.907.512	138.202	644.129	782.331
Particulares - Consumo e Outros	2.028.653	33.943	86.652	696.618	460.022	2.725.271	47.163	374.269	421.432
Outros	1.489.860	38.586	161.500	255.287	11.135	1.745.146	52.017	100.085	152.102
	62.838.911	1.949.481	3.324.072	9.945.695	4.330.525	72.784.606	810.034	4.420.257	5.230.292

Segmento	Exposição em 30-06-2015						Exposição total	Imparidade em 30-06-2015				Imparidade total
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
	Dó qual, dias de atraso < 30		Sub-total	Dias de atraso		Sub-total		Dias de atraso		Dias de atraso		
	Sem indícios	Com indícios		<=90 (*)	>90 (*)			<30	entre 30 - 90	<=90 (*)	>90 (*)	
Governo	4.459.587	1.015.726	5.475.319	30.171	65.068	95.239	5.570.557	528	411	11	2.801	3.750
Corporate	13.626.795	644.211	14.310.148	577.930	1.834.742	2.412.672	16.722.821	248.928	27.942	326.743	1.042.641	1.646.255
Construção e CRE	6.848.383	852.963	7.709.657	792.465	3.112.338	3.904.803	11.614.460	255.168	17.625	350.907	1.529.102	2.152.801
Particulares - Habitação	29.416.091	1.464.345	31.141.440	137.389	2.046.140	2.183.529	33.324.970	111.919	23.309	10.232	644.292	789.753
Particulares - Consumo e Outros	2.268.115	112.544	2.391.777	377.360	298.632	675.992	3.067.770	45.405	9.851	173.887	181.168	410.311
Outros	1.161.933	10.796	1.173.689	74.496	305.814	380.310	1.553.999	84.111	103	52.884	75.992	213.090
	57.780.904	4.100.584	62.202.030	1.989.811	7.662.735	9.652.546	71.854.575	746.058	79.242	914.664	3.475.995	5.215.960

(\*) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existem evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em incumprimento, designadamente a falência, liquidação do devedor ou dotação de imparidade individual, entre outros.

Segmento	Exposição em 31-12-2014						Exposição total	Imparidade em 31-12-2014				Imparidade total
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
	Dó qual, dias de atraso < 30		Sub-total	Dias de atraso		Sub-total		Dias de atraso		Dias de atraso		
	Sem indícios	Com indícios		<=90 (*)	>90 (*)			<30	entre 30 - 90	<=90 (*)	>90 (*)	
Governo	4.743.074	1.038.171	5.781.249	53.323	69.446	122.768	5.904.017	732	700	-	3.638	5.069
Corporate	14.052.206	589.892	14.675.519	652.748	1.968.623	2.621.371	17.296.890	271.324	34.763	358.809	1.146.179	1.811.075
Construção e CRE	6.587.781	650.863	7.251.544	888.875	3.065.350	3.954.225	11.205.769	250.629	14.504	307.590	1.485.559	2.058.282
Particulares - Habitação	29.798.411	1.539.051	31.612.086	270.495	2.024.931	2.295.426	33.907.512	112.591	25.612	15.069	629.061	782.331
Particulares - Consumo e Outros	1.878.342	118.695	2.028.653	361.558	335.060	696.618	2.725.271	41.369	5.794	169.600	204.669	421.432
Outros	1.332.559	55.997	1.489.860	8.370	246.917	255.287	1.745.146	48.165	3.853	4.301	95.784	152.102
	58.392.373	3.992.669	62.838.911	2.235.368	7.710.327	9.945.695	72.784.606	724.809	85.225	855.369	3.564.889	5.230.292

(\*) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existem evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em incumprimento, designadamente a falência, liquidação do devedor ou dotação de imparidade individual, entre outros.

## b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total								
	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída						
2004 e anteriores	1.703	746.946	173	11.887	817.093	132.729	3.409	821.843	239.099	363.617	10.107.539	332.285	59.742	117.940	29.977	41	195.699	50.984	440.399	12.807.061	785.248
2005	254	98.808	1.442	1.381	157.999	16.804	667	201.011	44.327	50.417	2.735.954	76.388	44.558	100.533	13.685	16	35.139	112	97.293	3.327.443	152.798
2006	195	100.394	486	3.690	373.269	50.401	1.309	718.226	211.950	47.325	2.957.820	79.000	133.857	181.341	20.388	28	50.271	4.213	186.394	4.381.321	366.419
2007	161	229.424	4	5.926	647.689	183.298	2.374	1.059.101	365.711	56.705	3.537.327	112.052	49.824	181.716	42.706	82	328.278	49.460	115.082	5.983.525	743.232
2008	153	317.484	5	5.973	1.594.333	155.901	2.299	1.480.529	282.772	48.377	3.097.327	75.841	53.020	142.200	33.011	85	30.687	1.884	109.907	6.652.560	549.413
2009	140	361.826	21	6.708	750.674	118.883	2.260	1.337.455	143.278	43.472	3.214.059	44.801	70.703	176.347	29.340	77	35.071	7.403	123.556	5.875.432	342.727
2010	151	458.423	85	9.031	1.212.596	358.719	2.693	757.529	120.696	34.560	2.897.281	32.927	86.307	245.062	26.678	101	37.247	25.760	132.633	5.609.027	564.844
2011	121	258.587	418	8.614	1.253.722	125.239	2.262	690.888	91.586	17.718	1.457.424	11.919	74.111	275.225	16.412	105	44.807	10.846	102.951	3.980.652	256.420
2012	126	304.066	130	9.463	1.408.166	140.877	2.132	798.218	141.133	8.945	757.591	7.016	72.000	574.095	154.097	125	144.307	7.677	92.811	3.957.243	458.931
2013	172	260.514	15	13.208	1.884.591	124.955	2.762	1.104.405	210.105	9.722	856.165	4.840	91.274	295.449	14.555	112	99.284	15.293	117.280	4.495.407	389.893
2014	244	1.285.162	97	22.262	2.728.094	135.262	4.547	1.602.301	230.002	11.781	1.140.971	5.300	201.649	500.082	18.085	150	437.349	22.943	240.633	7.713.959	412.587
2015	132	1.148.425	22	28.368	3.904.616	94.186	7.379	1.052.954	82.142	8.803	573.501	7.294	44.848	256.891	12.417	207	134.558	16.515	90.337	7.070.944	212.577
	3.952	5.970.957	3.790	127.119	16.722.821	1.646.255	34.143	11.614.460	2.152.801	701.422	33.324.970	789.753	981.893	3.067.770	410.311	1.131	1.953.999	213.090	1.849.278	71.854.575	5.215.960

## c) Detalhe do valor da exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor (Código de atividades económicas) e geografia

Avaliação	30-06-2015													
	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	84.672	2.688	3.220.537	1.037.738	4.370.908	1.720.851	113.107	2.376	428.048	189.161	647.656	200.067	8.864.928	3.152.882
Coletiva	5.485.885	1.062	13.502.284	608.516	7.243.552	431.950	33.211.862	787.377	2.639.722	221.149	906.343	13.023	62.989.648	2.063.078
	5.570.557	3.750	16.722.821	1.646.255	11.614.460	2.152.801	33.324.970	789.753	3.067.770	410.311	1.553.999	213.090	71.854.575	5.215.960

Avaliação	31-12-2014													
	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	76.416	3.519	4.701.153	1.294.820	5.522.858	1.619.113	13.676	1.943	525.712	216.995	566.256	139.402	11.406.071	3.275.793
Coletiva	5.827.602	1.550	12.595.738	516.255	5.682.911	439.168	33.893.836	780.389	2.199.559	204.436	1.178.890	12.700	61.378.535	1.954.498
	5.904.017	5.069	17.296.890	1.811.075	11.205.769	2.058.282	33.907.512	782.331	2.725.271	421.432	1.745.146	152.102	72.784.606	5.230.292

Setor de atividade	30-06-2015											
	Governo				Particulares e empresas				Total			
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Construção e atividades imobiliárias (CRE)	444	-	8.509	60	4.370.908	1.720.851	7.243.552	431.950	4.371.352	1.720.851	7.252.061	432.010
Agricultura, silvicultura e pesca	-	-	47	0	98.637	29.308	371.656	13.182	98.637	29.308	371.704	13.182
Indústrias extrativas	-	-	-	-	7.612	1.810	106.884	5.487	7.612	1.810	106.884	5.487
Indústrias transformadoras	-	-	1.795	8	1.003.618	449.054	2.756.076	140.590	1.003.618	449.054	2.757.871	140.598
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	48.978	-	152.299	2.522	792.426	8.599	152.299	2.522	792.426	8.599
Abastecimento de água	-	-	645	2	55.234	17.489	398.780	6.678	55.234	17.489	399.425	6.680
Comércio por grosso e a retalho	-	-	949	16	457.580	147.025	2.492.134	209.961	457.580	147.025	2.493.083	209.977
Transportes e armazenagem	952	5	18.505	352	402.205	88.507	748.458	23.121	403.158	88.512	766.963	23.473
Atividades de alojamento e restauração	-	-	-	-	116.271	18.338	697.077	23.898	116.271	18.338	697.077	23.898
Informação e comunicação	-	-	75	1	94.794	12.130	224.800	12.603	94.794	12.130	224.875	12.605
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7.665	683	1.033.677	105	86.771	18.024	667.565	37.162	94.436	18.706	1.701.242	37.266
Atividades administrativas e de serviços de apoio	-	-	15.446	108	79.261	20.169	277.247	15.904	79.261	20.169	292.662	16.012
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	35.278	-	2.837.348	102	149	52	15.656	113	35.427	52	2.853.005	215
Educação	-	-	10.990	17	18.944	1.899	121.428	5.945	18.944	1.899	132.419	5.962
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	-	-	108.363	137	59.056	4.826	278.448	8.883	59.056	4.826	286.811	9.019
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	-	-	1.056	11	65.020	6.353	164.101	6.949	65.020	6.353	165.157	6.959
Outros serviços	40.333	2.000	95.193	144	238.868	29.083	525.091	31.486	279.201	31.083	620.284	31.630
Outras atividades financeiras	-	-	1.304.308	-	931.873	391.216	3.770.799	70.980	931.873	391.216	5.075.107	70.980
Particulares - Habitação	-	-	-	-	113.107	2.376	33.211.862	787.377	113.107	2.376	33.211.862	787.377
Particulares - Outros	-	-	-	-	428.048	189.161	2.639.722	221.149	428.048	189.161	2.639.722	221.149
	84.672	2.688	5.485.885	1.062	8.780.256	3.150.194	57.503.762	2.062.016	8.864.928	3.152.882	62.989.648	2.063.078

Setor de atividade	31-12-2014											
	Governo				Particulares e empresas				Total			
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Construção e atividades imobiliárias (CRE)	-	-	-	-	5.522.858	1.619.113	5.682.911	439.168	5.522.858	1.619.113	5.682.911	439.168
Agricultura, silvicultura e pesca	-	-	-	-	87.325	27.490	317.584	11.578	87.325	27.490	317.584	11.578
Indústrias extrativas	-	-	-	-	18.951	2.863	180.552	9.872	18.951	2.863	180.552	9.872
Indústrias transformadoras	-	-	1.242	36	1.152.886	441.349	2.507.922	122.160	1.152.886	441.349	2.509.164	122.196
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	2.259	1	96.393	3.048	964.086	7.598	96.393	3.048	966.345	7.598
Abastecimento de água	-	-	1.294	4	52.460	17.491	433.107	6.074	52.460	17.491	434.401	6.078
Comércio por grosso e a retalho	-	-	937	6	481.730	209.771	2.375.757	180.632	481.730	209.771	2.376.694	180.638
Transportes e armazenagem	1.031	-	72.476	611	373.619	75.934	754.522	20.266	374.650	75.934	826.998	20.876
Atividades de alojamento e restauração	-	-	-	-	75.696	15.890	383.877	24.251	75.696	15.890	383.877	24.251
Informação e comunicação	-	-	-	-	75.932	12.584	239.493	11.206	75.932	12.584	239.493	11.206
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	-	1.001.675	50	362.349	132.718	478.728	19.843	362.349	132.718	1.480.402	19.893
Atividades administrativas e de serviços de apoio	15.530	1.444	2.903	17	84.162	21.892	306.103	14.862	99.692	23.336	308.006	14.879
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	22.282	-	3.305.058	799	191	85	32.587	49	22.473	85	3.337.645	848
Educação	-	-	5.338	16	14.931	774	153.002	7.171	14.931	774	158.339	7.187
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	86	-	1.999	1	184.224	10.054	294.326	11.288	184.310	10.054	296.325	11.289
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	543	109	-	-	45.200	7.165	195.082	5.612	45.743	7.274	195.082	5.612
Outros serviços	36.944	1.966	80.005	10	236.774	41.113	642.494	35.827	273.718	43.080	722.499	35.837
Outras atividades financeiras	-	-	1.352.418	-	1.924.586	414.002	3.515.405	40.667	1.924.586	414.002	4.867.823	40.667
Particulares - Habitação	-	-	-	-	13.676	1.943	33.893.836	780.389	13.676	1.943	33.893.836	780.389
Particulares - Outros	-	-	-	-	525.712	216.995	2.199.559	204.436	525.712	216.995	2.199.559	204.436
	76.416	3.519	5.827.602	1.550	11.329.656	3.272.274	55.550.933	1.952.948	11.406.071	3.275.793	61.378.535	1.954.498

Avaliação	30-06-2015													
	Portugal		Espanha		França		África		Ásia		Resto do mundo		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	6.631.273	2.616.934	1.060.391	420.613	106.788	39.104	515.845	35.208	1.353	451	549.278	40.573	8.864.928	3.152.882
Coletiva	50.487.626	1.769.509	3.259.502	76.815	3.399.323	70.668	2.499.585	63.434	2.907.303	73.305	436.309	9.345	62.989.648	2.063.078
	57.118.898	4.386.443	4.319.893	497.428	3.506.111	109.772	3.015.429	98.642	2.908.656	73.756	985.588	49.918	71.854.575	5.215.960

Avaliação	31-12-2014													
	Portugal		Espanha		França		África		Ásia		Resto do mundo		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	9.295.418	2.588.417	1.190.755	475.874	227.911	149.107	199.155	36.132	-	-	492.832	26.263	11.406.071	3.275.793
Coletiva	49.216.411	1.667.862	3.219.833	76.683	3.499.184	67.222	2.608.597	64.657	2.342.734	65.786	491.776	12.288	61.378.535	1.954.498
	58.511.829	4.256.279	4.410.588	552.557	3.727.095	216.329	2.807.752	100.789	2.342.734	65.786	984.608	38.551	72.784.606	5.230.292

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	30-06-2015											
	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Extensão de prazo	6.065	685.974	6.072	74.278	3.240	760.807	286.824	35.892	9.305	1.446.781	292.896	110.169
Período de carência	3.073	330.744	30.912	18.294	1.362	136.169	17.467	18.100	4.435	466.913	48.379	36.394
Alteração da taxa de juro	2.466	844.614	4.385	26.515	1.630	1.800.638	771.351	29.049	4.096	2.645.252	775.736	55.564
Outras	10.987	1.244.388	121.853	47.931	7.249	1.406.674	436.541	112.926	18.236	2.651.063	558.393	160.857
	22.591	3.105.720	163.222	167.017	13.481	4.104.288	1.512.183	195.967	36.072	7.210.008	1.675.405	362.984

	31-12-2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
<b>Medida</b>									
Extensão de prazo	7.261	900.725	78.758	4.163	954.963	302.969	11.424	1.855.688	381.728
Período de carência	3.814	355.901	13.294	1.946	204.893	29.401	5.760	560.794	42.694
Alteração da taxa de juro	1.692	705.956	35.943	1.350	1.539.665	587.853	3.042	2.245.620	623.796
Outras	11.881	1.361.490	63.572	8.110	1.631.005	547.620	19.991	2.992.495	611.192
	24.648	3.324.072	191.567	15.569	4.330.525	1.467.843	40.217	7.654.597	1.659.410

e) *Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado*

<b>Carteira de crédito reestruturado em 31-12-2014</b>	7.654.597
Créditos reestruturados no período	410.773
Juros corridos da carteira reestruturada	56.369
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(130.409)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(780.015)
Outros	(1.307)
<b>Carteira de crédito reestruturado em 30-06-2015</b>	7.210.008

f) *Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos corporate, construção e "Commercial Real Estate" (CRE) e habitação*

	30-06-2015											
	Corporate				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<b>Justo valor</b>												
<0.5 M€	9.052	1.123.173	14.246	780.559	3.979	605.753	3.200	275.322	523.616	84.683.701	5.825	480.841
>= 0.5 M€ e < 1 M€	961	546.121	484	292.075	662	382.766	246	175.993	2.854	1.980.867	20	21.454
>= 1 M€ e < 5 M€	922	1.458.851	254	757.145	1.126	1.896.917	340	1.010.637	382	599.057	6	14.935
>= 5 M€ e < 10 M€	122	552.598	34	282.941	197	1.000.658	62	366.072	36	517.556	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	28	241.341	14	230.967	82	873.759	24	410.854	24	625.430	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	10	157.014	19	786.580	62	1.156.434	14	401.498	9	451.274	-	-
>= 50 M€	4	447.319	6	432.755	27	2.829.326	13	905.194	3	623	-	-
	11.099	4.526.417	15.058	3.563.023	6.135	8.745.612	3.900	3.545.570	526.924	88.858.508	5.851	517.230

	31-12-2014											
	Corporate				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<b>Justo valor</b>												
<0.5 M€	7.941	1.204.070	13.666	570.585	2.892	509.074	3.257	221.413	525.339	60.430.374	1.346	118.945
>= 0.5 M€ e < 1 M€	1.059	534.804	510	232.547	612	337.062	263	159.067	2.863	1.536.257	22	15.939
>= 1 M€ e < 5 M€	985	1.409.685	248	515.659	1.088	1.797.641	340	647.677	372	424.355	6	8.075
>= 5 M€ e < 10 M€	135	615.916	35	226.206	197	964.641	64	345.114	36	261.074	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	36	296.927	18	181.155	83	897.686	24	291.046	27	371.029	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	11	172.755	22	660.730	70	1.145.767	15	362.256	9	214.832	-	-
>= 50 M€	3	173.174	7	602.354	28	1.436.164	13	905.194	5	1.718	-	-
	10.170	4.407.332	14.506	2.989.237	4.970	7.088.036	3.976	2.931.767	528.651	63.239.639	1.374	142.959

## g) Rácio LTV dos segmentos corporate, construção e CRE e habitação

Segmento / Rácio	30-06-2015			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
<b>Corporate</b>				
Sem colateral associado		11.322.060	1.290.752	1.092.088
< 60%	4.235	686.065	74.509	21.442
>= 60% e < 80%	2.067	423.388	49.099	21.726
>= 80% e < 100%	1.799	431.762	104.108	52.521
>= 100%	2.848	1.446.873	894.203	458.478
	10.949	14.310.148	2.412.672	1.646.255
<b>Construção e CRE</b>				
Sem colateral associado		4.892.102	1.607.484	1.163.329
< 60%	2.333	451.335	176.738	51.016
>= 60% e < 80%	1.001	405.010	341.310	144.029
>= 80% e < 100%	1.157	830.248	474.145	163.280
>= 100%	2.214	1.130.961	1.305.126	631.147
	6.705	7.709.657	3.904.803	2.152.801
<b>Habitação</b>				
Sem colateral associado		766.082	202.395	170.987
< 60%	389.011	12.532.380	359.654	60.470
>= 60% e < 80%	151.253	10.330.220	419.066	89.125
>= 80% e < 100%	87.311	6.543.561	567.235	171.512
>= 100%	20.361	969.197	635.180	297.659
	647.936	31.141.440	2.183.529	789.753
<b>Particulares - Consumo e Outros</b>				
Sem colateral associado		1.891.312	550.981	354.895
< 60%	3.034	147.903	6.622	3.101
>= 60% e < 80%	714	110.107	15.108	6.124
>= 80% e < 100%	713	105.422	18.163	7.137
>= 100%	773	137.034	85.117	39.053
	5.234	2.391.777	675.992	410.311
<b>Outros</b>				
Sem colateral associado		982.582	173.857	138.283
< 60%	145	41.634	103.937	5.750
>= 60% e < 80%	53	62.966	51	2.106
>= 80% e < 100%	46	78.650	7.570	9.167
>= 100%	56	7.857	94.896	57.784
	300	1.173.689	380.310	213.090
	671.124	56.726.711	9.557.307	5.212.209

Segmento / Rácio	31-12-2014			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
<b>Corporate</b>				
Sem colateral associado		11.485.880	1.482.270	1.242.970
< 60%	3.602	420.192	86.856	27.078
>= 60% e < 80%	1.869	332.372	51.641	25.413
>= 80% e < 100%	1.618	450.474	113.591	54.416
>= 100%	5.863	1.986.601	887.013	461.198
	12.952	14.675.519	2.621.371	1.811.075
<b>Construção e CRE</b>				
Sem colateral associado		4.791.620	1.539.163	1.071.255
< 60%	2.576	400.382	203.804	72.622
>= 60% e < 80%	957	366.836	380.347	163.096
>= 80% e < 100%	1.201	738.766	517.376	178.939
>= 100%	3.470	953.941	1.313.535	572.370
	8.204	7.251.544	3.954.225	2.058.282
<b>Habitação</b>				
Sem colateral associado		716.067	180.311	129.634
< 60%	389.177	12.440.848	401.889	85.769
>= 60% e < 80%	156.081	10.495.504	449.748	107.801
>= 80% e < 100%	93.428	6.960.157	627.182	177.280
>= 100%	22.113	999.510	636.296	281.847
	660.799	31.612.086	2.295.426	782.331
	681.955	53.539.150	8.871.022	4.651.688

h) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e antiguidade

Ativo	30-06-2015		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>			
Urbano	717	174.635	106.842
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>			
Comerciais	120	43.271	28.690
Habitação	597	90.585	61.285
Outros	67	7.421	5.607
<b>Edifícios construídos</b>			
Comerciais	1551	400.009	299.485
Habitação	4.365	415.329	283.387
Outros	1.008	13.974	9.353
<b>Outros</b>	150	45.960	38.596
	8.575	1.191.183	833.246

Tempo decorrido desde a dação / execução	30-06-2015				
	< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
<b>Terreno</b>					
Urbano	25.921	34.992	15.182	30.747	106.842
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>					
Comerciais	1.774	24.981	801	1.134	28.690
Habitação	12.482	28.785	10.768	9.250	61.285
Outros	5.261	25	277	44	5.607
<b>Edifícios construídos</b>					
Comerciais	64.974	125.297	83.410	25.803	299.485
Habitação	68.726	153.099	33.528	28.034	283.387
Outros	1.528	5.239	1.416	1.170	9.353
<b>Outros</b>	27.808	5.512	2.899	2.377	38.596
	208.473	377.930	148.282	98.561	833.246

Ativo	31-12-2014		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>			
Urbano	559	157.729	89.578
Rural	1	12	6
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>			
Comerciais	115	42.016	27.341
Habitação	564	97.018	64.951
Outros	46	127	67
<b>Edifícios construídos</b>			
Comerciais	1.617	407.226	294.111
Habitação	4.406	441.978	283.871
Outros	994	44.935	39.984
<b>Outros</b>	17	31	165
	8.319	1.191.072	800.075

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2014				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2.5 anos	>= 2.5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
<b>Terreno</b>					
Urbano	14.361	32.338	15.617	27.263	89.578
Rural	-	-	-	6	6
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>					
Comerciais	3.754	21.646	561	1.381	27.341
Habitação	14.455	30.369	13.370	6.758	64.951
Outros	4	7	9	48	67
<b>Edifícios construídos</b>					
Comerciais	96.327	146.409	30.941	20.433	294.111
Habitação	98.405	124.398	35.868	25.201	283.871
Outros	27.566	8.468	1.243	2.707	39.984
<b>Outros</b>	-	150	-	16	165
	254.872	363.783	97.608	83.812	800.075

### Notas explicativas respeitantes ao preenchimento das divulgações quantitativas:

#### . Definições Comuns

**Segmentação** – os segmentos utilizados suportam-se nas definições das *Estatísticas Monetárias e Financeiras* do Banco de Portugal:

- i. “Governo” – setor de *Administrações Públicas*, que engloba unidades institucionais cuja principal atividade consiste na produção de bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual ou coletivo e/ou na redistribuição do rendimento e da riqueza nacional;
- ii. “Corporate” – setor de *Sociedades não financeiras*, representada por unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica cuja atividade principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros;
- iii. “Construção CRE” – *Sociedades não financeiras* (“Corporate”) com atividade económica relacionada com os setores de “Construção” ou “Atividades Imobiliárias”, de acordo com a respetiva CAE Rev.3;

Setor de *Famílias* - inclui os indivíduos ou grupos de indivíduos, na qualidade de consumidores, de produtores de bens e serviços para utilização final própria ou de produtores de bens e serviços financeiros ou não financeiros, desde que as atividades não sejam imputadas a quase-sociedades.

Incluem-se ainda os Empresários em nome individual que integram as empresas individuais e as sociedades de pessoas sem personalidade jurídica que são produtores mercantis.

- iv. “Particulares – Habitação” – setor de Famílias, cuja finalidade do crédito diz respeito a crédito à habitação;
- v. “Particulares – Consumo e Outros” – setor de Famílias, cuja finalidade do crédito não é crédito à habitação (sendo, tipicamente, crédito ao consumo);
- vi. “Outros” – *Outras Empresas Financeiras* (setor de *Instituições Financeiras*, que engloba unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica que são produtores mercantis e cuja atividade principal consiste em produzir serviços financeiros, exceto intermediação financeira) e outras instituições ou indivíduos.

Crédito em Cumprimento/Incumprimento segue os critérios de incumprimento definidos no ponto 8. IV. da informação qualitativa.

Crédito Reestruturado segue os critérios definidos no ponto 4. da informação qualitativa.

Análise Individual e Análise Coletiva - distinção entre créditos com imparidade individual e coletiva constituída de acordo com o Modelo de Imparidade.

- Quadro a)

Crédito Curado diz respeito a crédito em cumprimento que, segundo o Modelo de Imparidade de Crédito, tenha registado *default* anteriormente.

Nota: nos casos de créditos *curado* que tenha sido *reestruturado*, prevalece a classificação como Crédito Reestruturado.

Crédito em Cumprimento com Indícios segue os critérios definidos no ponto 8. II. da informação qualitativa.

Crédito em Incumprimento com atraso inferior a 90 dias diz respeito aos restantes eventos de perda definidos no ponto 8. IV. da informação qualitativa.

- Quadro b)

Ano de Produção diz respeito à data de contratação das operações em carteira em junho de 2015.

- Quadro c)

Setores de Atividade dizem respeito aos Códigos de Atividade Económica (CAEs) Rev.3 dos clientes dos segmentos “Corporate” e “Governo”.

- i. Clientes do segmento de “Outras Instituições Financeiras” foram incluídos no setor de atividade Outras Atividades Financeiras.
- ii. Clientes classificados como “Particulares – Habitação” e “Particulares – Outros” foram alocados

Em cada geografia reporta-se o crédito em carteira nas Entidades que tenham atividade nessa região/geografia.

- Quadro d)

Nas medidas de reestruturação assumiu-se o primeiro evento a nível de alterações contratuais após a marcação como reestruturado por dificuldades financeiras. A medida de reestruturação “Outros” engloba os seguintes eventos:

- a. Capitalização de juros;
- b. Refinanciamentos;
- c. Moratórias de pagamentos/vencimento;
- d. Diferimentos de capital;
- e. Outras marcações automáticas ou manuais não sistematizadas;

- Quadro f)

Colaterais Reais considerados no Modelo de Imparidade:

- Imóveis dizem respeito a garantias hipotecárias relativas a bens imóveis;
- Outros colaterais reais englobam garantias hipotecárias sobre bens materiais/ móveis e colaterais financeiros como depósitos, obrigações, ações, outros;

Como justo valor dos colaterais entende-se o valor de avaliação nos colaterais hipotecários e o valor de mercado para os colaterais financeiros. Nos casos em que a mesma garantia/colateral cobre mais do que uma operação de crédito, o justo valor é devidamente ponderado pelas operações com base no valor do crédito.

- Quadro g)

Por LTV entende-se o rácio entre o valor em dívida do crédito e o justo valor dos colaterais detidos.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades (i) na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição ao seu crescimento, e (ii) na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30-06-2015									
	Prazos residuais de maturidade contratual									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.903.363	-	-	-	-	-	-	-	-	1.903.363
Disponibilidades em outras instituições de crédito	813.842	-	-	-	-	-	-	-	-	813.842
Aplicações em instituições de crédito	2.883.049	254.908	129.148	26.859	9.122	3.100	9.683	34.367	44.992	3.395.229
Carteira de títulos										
Negociação	15.898	17.880	20.732	615	22.201	155.428	35.335	7.032	1.791.340	2.066.462
Outros	257.613	1.138.794	2.115.052	2.681.184	2.929.375	2.249.987	3.660.874	1.451.322	2.655.437	19.139.636
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.903.695	2.848.284	4.404.375	3.667.171	10.276.216	10.232.628	16.100.088	30.531.500	233.435	82.197.391
Ativos com acordo de recompra	2.420	53	40.641	84.628	677.907	136.301	401.442	128.592	56.068	1.528.052
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	45.368	45.368
	9.779.881	4.259.919	6.709.948	6.460.457	13.914.821	12.777.445	20.207.422	32.152.813	4.826.639	111.089.344
<b>Passivos</b>										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.636.021)	(385.617)	(476.630)	(441.647)	(252.021)	(2.397.878)	(538.312)	(0)	(69.791)	(6.197.917)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(27.717.980)	(7.659.570)	(9.253.015)	(7.957.857)	(13.505.814)	(4.426.547)	(387.831)	(185.110)	(57.576)	(71.151.301)
Responsabilidades representadas por títulos	(519.083)	(467.675)	(596.718)	(605.239)	(2.941.625)	(2.059.416)	(1.465.847)	(96.081)	3.879	(8.747.805)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(2.402)	(4.366)	(530)	(1.165)	(4.405)	(1.329)	(6.234)	-	(1.773.569)	(1.794.001)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.869)	(14.869)
Outros passivos subordinados	(4.717)	(5.066)	(51.351)	(81.304)	(1.520.058)	(935.567)	(30.332)	(118.206)	6.054	(2.740.547)
Recursos consignados	-	(38.802)	(14.177)	(21.075)	(149.489)	(151.710)	(545.574)	(45.814)	(130)	(966.772)
	(29.880.202)	(8.561.097)	(10.392.421)	(9.108.287)	(18.373.412)	(9.972.448)	(2.974.130)	(445.211)	(1.906.003)	(91.613.212)
<b>Instrumentos Financeiros Derivados</b>	5.255	13.799	6.003	(3.597)	19.355	47.934	162.782	350.377	-	601.907
<b>Diferencial</b>	(20.095.066)	(4.287.379)	(3.676.471)	(2.651.427)	(4.439.237)	2.852.931	17.396.073	32.057.978	2.920.637	20.078.039

	31-12-2014									
	Prazos residuais de maturidade contratual									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.118.280	-	-	-	-	-	-	-	-	2.118.280
Disponibilidades em outras instituições de crédito	875.106	-	-	-	-	-	-	-	-	875.106
Aplicações em instituições de crédito	1.514.803	224.741	135.266	182.973	8.165	2.821	4.425	32.788	46.269	2.152.250
Carteira de títulos										
Negociação	62.245	4.825	17.288	16.768	30.968	159.460	60.836	18	1.937.085	2.289.493
Outros	432.972	1.751.355	1.532.900	4.140.528	2.792.913	2.278.920	2.561.576	314.576	2.305.373	18.111.113
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.340.043	2.940.101	4.776.407	3.568.660	11.005.923	9.525.917	15.820.092	31.256.708	58.464	82.292.316
Ativos com acordo de recompra	2.286	167.653	178.101	33.095	470.118	187.473	179.310	7.311	193.550	1.418.897
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	78.008	78.008
	8.345.734	5.088.676	6.639.961	7.942.022	14.308.088	12.154.591	18.626.239	31.611.402	4.618.749	109.335.462
<b>Passivos</b>										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.018.030)	(1.169.294)	(204.733)	(220.250)	(456.690)	(1.456.545)	(569.586)	-	(79.824)	(6.174.952)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(28.428.836)	(7.216.442)	(8.610.234)	(8.221.123)	(14.482.522)	(4.644.233)	(395.059)	(172.738)	(68.584)	(72.239.771)
Responsabilidades representadas por títulos	(112.448)	(81.177)	(105.219)	(1.336.102)	(2.667.517)	(1.802.155)	(1.494.290)	(169.032)	(43.654)	(7.811.594)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.118)	(482)	(1.647)	(2.300)	(1.901)	(1.000)	(7.567)	-	(2.105.111)	(2.121.127)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.040)	(20.040)
Outros passivos subordinados	(8.021)	(10.487)	(52.283)	(53.483)	(1.585.459)	(942.816)	(30.349)	(124.269)	6.051	(2.801.115)
Recursos consignados	-	(369)	(485)	(3.074)	(9.268)	(12.443)	(521.416)	(169.458)	(130)	(716.643)
	(30.568.453)	(8.478.251)	(8,974.602)	(9,836.332)	(19,203.357)	(8,859.191)	(3,018.267)	(635.497)	(2,311.292)	(91,885.241)
<b>Instrumentos Financeiros Derivados</b>	(1.642)	(15,133)	2,731	4,444	(46,277)	(40,142)	(73,519)	11,396	-	(158,142)
<b>Diferencial</b>	(22,224,361)	(3,404,708)	(2,331,910)	(1,889,865)	(4,941,547)	3,255,257	15,534,453	30,987,301	2,307,458	17,292,078

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Os juros projetados para as operações a taxa variável, incorporam as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros tem em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como em função do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais estruturais da CGD (por oposição aos prazos contratuais), e diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital: reafetação do montante com adequada liquidez para o *bucket* “Até 1 mês”, com exceção dos títulos de dívida onerados que são alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estão a colaterizar;
- Depósitos à ordem de clientes: reafetação do saldo de *core deposits* (depósitos que constituem uma fonte de financiamento estável da atividade creditícia) do *bucket* “Até 1 mês” para *buckets* superiores a 4 anos, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente;
- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede): estimação de prazos esperados de permanência (que diferem dos prazos contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por *bucket*.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

2015-06-30										
Prazos residuais de maturidade estrutural										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.903.363	-	-	-	-	-	-	-	-	1.903.363
Disponibilidades em outras instituições de crédito	813.842	-	-	-	-	-	-	-	-	813.842
Aplicações em instituições de crédito	2.882.624	254.863	129.089	25.798	6.941	1.049	4.377	29.522	44.992	3.379.254
Carteira de títulos										
Negociação	142.282	3.413	6.313	16	1.574	59.856	5.182	49.705	1.763.118	2.031.459
Outros (líquido de imparidade)	8.524.253	205.922	527.657	391.138	365.398	2.485.842	473.570	3.102.856	964.619	17.041.255
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.794.851	2.660.975	4.115.027	3.188.530	8.477.364	8.459.388	11.902.599	22.835.170	233.435	65.667.339
Ativos com acordo de recompra	355.553	-	-	290.490	591.991	-	-	-	-	1.308.819
	18.416.769	3.125.172	4.778.085	3.895.971	9.443.269	11.006.136	12.385.728	26.017.253	3.076.947	92.145.331
<b>Passivos</b>										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.635.265)	(375.463)	(472.602)	(429.289)	(207.794)	(2.340.780)	(482.369)	-	(69.791)	(6.013.354)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7.861.259)	(6.320.247)	(4.679.309)	(9.540.619)	(17.527.025)	(7.635.431)	(2.916.464)	(13.419.922)	(22.580)	(69.922.855)
Responsabilidades representadas por títulos	(509.289)	(433.584)	(507.194)	(486.882)	(2.632.497)	(1.902.651)	(1.421.920)	(91.077)	3.879	(7.981.215)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(2.402)	(4.366)	(530)	(1.165)	(4.405)	(1.329)	(6.234)	-	(1.773.569)	(1.794.001)
Outros passivos subordinados	(4.717)	(3.404)	-	(21.658)	(1.378.198)	(905.973)	-	(100.000)	6.054	(2.407.895)
Recursos consignados	-	(36.433)	(13.218)	(19.705)	(139.334)	(140.199)	(527.910)	(42.268)	(130)	(919.196)
	(10.012.932)	(7.173.497)	(5.672.853)	(10.499.317)	(21.889.252)	(12.926.363)	(5.354.898)	(13.653.267)	(1.856.137)	(89.038.516)
Diferencial	8.403.837	(4.048.325)	(894.768)	(6.603.346)	(12.445.983)	(1.920.227)	7.030.830	12.363.986	1.220.809	3.106.815

2014-12-31										
Prazos residuais de maturidade estrutural										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.118.000	-	-	-	-	-	-	-	-	2.118.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	875.106	-	-	-	-	-	-	-	-	875.106
Aplicações em instituições de crédito	1.513.613	224.372	135.210	182.802	6.162	1.064	-	27.550	46.269	2.137.042
Carteira de títulos										
Negociação	190.780	21.032	3.117	1.891	4.148	55.138	10.430	61.941	1.902.441	2.250.918
Outros (líquido de imparidade)	8.763.347	1.188.554	230.912	612.418	366.978	1.617.097	332.808	2.894.932	714.002	16.721.049
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.192.716	2.724.194	4.437.456	3.045.501	9.158.270	7.892.666	12.167.154	23.681.435	58.464	66.357.856
Ativos com acordo de recompra	45.000	412.500	130.003	-	494.833	-	-	-	193.550	1.275.883
	16.698.562	4.570.652	4.936.696	3.842.611	10.030.392	9.565.965	12.510.391	26.665.858	2.914.726	91.735.853
<b>Passivos</b>										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.015.769)	(1.159.115)	(199.863)	(206.500)	(410.534)	(1.401.942)	(505.275)	-	(79.824)	(5.978.820)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(8.369.666)	(6.128.998)	(4.687.411)	(9.304.679)	(18.621.379)	(7.767.827)	(2.667.200)	(13.036.383)	(68.553)	(70.652.096)
Responsabilidades representadas por títulos	(8.401)	(73.858)	(95.551)	(1.211.557)	(2.362.375)	(1.618.374)	(1.426.152)	(150.772)	(43.654)	(6.990.694)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.118)	(482)	(1.647)	(2.300)	(1.901)	(1.000)	(5.893)	(1.674)	(2.105.111)	(2.121.127)
Outros passivos subordinados	(8.021)	(2.824)	(384)	(384)	(1.393.707)	(910.183)	-	(100.000)	6.051	(2.409.453)
Recursos consignados	-	-	-	-	-	-	(484.751)	(154.020)	(130)	(638.901)
	(10.402.975)	(7.365.278)	(4.984.855)	(10.725.421)	(22.789.897)	(11.699.325)	(5.089.271)	(13.442.848)	(2.291.221)	(88.791.092)
Diferencial	6.295.587	(2.794.626)	(48.160)	(6.882.810)	(12.759.505)	(2.133.360)	7.421.120	13.223.009	623.505	2.944.762

Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30-06-2015				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.903.431	1.903.431	-	-	1.903.431
Disponibilidades em outras instituições de crédito	815.300	815.300	-	-	815.300
Aplicações em instituições de crédito	3.067.087	3.074.778	7.691	303.841	3.370.929
Ativos com acordo de recompra	433.971	460.773	26.803	-	433.971
Crédito a clientes	62.851.032	60.521.100	(2.329.932)	3.353.613	66.204.645
	69.070.821	66.775.383	(2.295.438)	3.657.455	72.728.276
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5.583.431	5.646.705	(63.274)	435.699	6.019.130
Recursos de clientes e outros empréstimos	67.779.782	68.268.258	(488.475)	2.462.587	70.242.370
Responsabilidades representadas por títulos	8.061.444	8.347.203	(285.759)	108.120	8.169.564
Outros passivos subordinados	2.417.153	2.516.189	(99.036)	8.842	2.425.994
Recursos consignados	919.066	912.352	6.714	130	919.196
	84.760.877	85.690.708	(929.831)	3.015.378	87.776.254

	31-12-2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.118.028	2.118.028	-	-	2.118.028
Disponibilidades em outras instituições de crédito	878.298	878.298	-	-	878.298
Aplicações em instituições de crédito	1.863.968	1.870.542	6.573	269.697	2.133.665
Ativos com acordo de recompra	690.743	717.170	26.427	-	690.743
Crédito a clientes	61.320.818	55.614.434	(5.706.384)	5.542.753	66.863.572
	66.871.855	61.198.472	(5.673.383)	5.812.450	72.684.305
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5.794.865	5.850.931	(56.065)	206.821	6.001.687
Recursos de clientes e outros empréstimos	66.356.098	66.964.066	(607.968)	4.778.078	71.134.176
Responsabilidades representadas por títulos	7.004.972	7.204.377	(199.405)	169.506	7.174.478
Outros passivos subordinados	2.420.551	2.517.743	(97.192)	7.355	2.427.905
Recursos consignados	638.901	661.384	(22.483)	-	638.901
	82.215.387	83.198.501	(983.114)	5.161.760	87.377.147

No apuramento do justo valor são utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços são considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações, e adicionalmente para os instrumentos de taxa variável estimados os *cash flows* incorporando as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência, e utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito;

- Taxas de juro de mercado incorporando os spreads médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes, para tipos de crédito e de depósitos comparáveis.
- A coluna “Saldo não analisado” inclui essencialmente:
  - O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
  - Saldo de algumas entidades não incluídas no cálculo centralizado efetuado pela Caixa.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	30-06-2015			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	268.101	388	113	268.602
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	314.181	-	501.255	815.436
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.786.080	4.755.772	1.510.762	16.052.614
Ativos com acordo de recompra	540.584	213.980	123.755	878.319
Derivados de negociação	2.858	(580.231)	546.230	(31.143)
Derivados de cobertura	-	30.499	-	30.499
	10.911.805	4.420.408	2.682.115	18.014.328

(\*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

	31-12-2014			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	352.349	1.183	317	353.849
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	293.749	-	528.909	822.658
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.780.015	4.481.690	1.459.623	15.721.327
Ativos com acordo de recompra	258.378	203.663	128.342	590.383
Derivados de negociação	1.001	(756.315)	531.752	(223.562)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(496)	-	-	(496)
Derivados de cobertura	-	67.308	(9.340)	57.968
	10.684.996	3.997.529	2.639.602	17.322.127

(\*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 - Técnicas de valorização** – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, cotações fornecidas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis ou NAV (*Net Asset Value*) fornecido por sociedades gestoras de fundos de reestruturação ou fundos fechados.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados			Ativos financeiros disponíveis para venda			Instrumentos financeiros derivados	Total	
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida		Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida				
		Outras Obrigações	Subtotal		Asset-backed securities	Outras Obrigações			Subtotal
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2014	522.230	6.996	529.225	1.031.575	397.588	158.803	1.587.965	522.412	2.639.602
Aquisições	17.201	-	17.201	34.827	9.485	33.197	77.509	93.540	188.250
Amortizações	-	-	-	-	(22.288)	(7.964)	(30.252)	10.349	(19.903)
Alienações	(83.580)	(36)	(83.616)	(6.612)	(3.495)	(25.772)	(35.879)	-	(119.495)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	(13.475)	-	(13.475)	(69)	-	46	(23)	-	(13.498)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira	36.274	39	36.313	289	3.576	1.758	5.624	(73.053)	(31.116)
Imparidade reconhecida no período	-	-	-	(34.248)	-	-	(34.248)	-	(34.248)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	46.200	8.456	(528)	54.128	-	54.128
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	5.755	-	5.755	133	-	-	133	(7.018)	(1.131)
Diferenças cambiais	10.110	(144)	9.966	9.853	-	-	9.853	-	19.819
Outros	-	-	-	(13)	(28)	(252)	(293)	-	(293)
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2015	494.513	6.855	501.368	1.081.934	393.295	159.289	1.634.517	546.230	2.682.115

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação e resultados de aproximadamente 308 mEuros e 208 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net asset value*) disponibilizadas pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No decorrer do primeiro semestre de 2015 as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	30-06-2015			
	Títulos ao justo valor através de resultados		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1
Instrumentos de dívida	-	248	72.143	5.831
	-	248	72.143	5.831

As transferências observadas entre níveis de classificação na hierarquia de determinação do justo valor decorrem essencialmente das alterações ocorridas nas fontes disponíveis para valorização destes activos (mercado ou contrapartes externas).

#### Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados OTC.

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comumente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos *cash-flows* futuros através da curva de taxa de juro adequada;

- Avaliações apuradas com modelos estatísticos, aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização também depende das características das operações, mas genericamente incluem curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são construídas com taxas de depósitos e cotações de *swaps* extraídas da Reuters/Bloomberg, havendo moedas, as de maior exposição, para as quais é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRAs. Dependendo do prazo do indexante da operação, estão disponíveis curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da Reuters/Bloomberg.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, a Caixa incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (*add-ons*) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, o Grupo adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. O justo valor assim obtido é composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", e DVA (*debit value adjustments*) registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", ascendiam a 130.539 mEuros e 2.433 mEuros, respetivamente e 128.234 mEuros e 2.156 mEuros, respetivamente.

#### Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos *Investor Reports*).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/*rating* da emissão, de modo a considerar o risco que

Ihe está inerente. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de inputs para valorização. De modo geral, as valorizações cedidas por estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas) são alocadas ao nível 3. As securitizações com reduzida liquidez são igualmente alocadas ao nível 3.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2015			31-12-2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,1600	0,2200	0,4150	-0,1700	0,1800	0,4500
1 mês	-0,1100	0,3600	0,6000	0,0100	0,3000	0,5700
2 meses	-0,0850	0,4100	0,6600	0,0349	0,3300	0,6000
3 meses	-0,0596	0,4301	0,6768	0,0599	0,3380	0,6110
6 meses	0,0202	0,4069	0,6546	0,1239	0,3209	0,6149
9 meses	0,0363	0,4603	0,6847	0,1250	0,3715	0,6350
1 ano	0,0587	0,5341	0,7338	0,1385	0,4537	0,6658
2 anos	0,1240	0,9021	1,0008	0,1769	0,9043	0,8670
3 anos	0,2130	1,2105	1,3545	0,2223	1,2750	1,1536
5 anos	0,4833	1,7325	1,6962	0,3554	1,7580	1,4710
7 anos	0,7755	2,0810	1,9206	0,5272	2,0295	1,6725
10 anos	1,1290	2,4040	2,1289	0,8129	2,2660	1,8737
15 anos	1,4760	2,6700	2,3040	1,1459	2,4920	2,1026
20 anos	1,6180	2,7880	2,3499	1,3199	2,6010	2,2200
25 anos	1,6520	2,8430	2,3453	1,4100	2,6500	2,2565
30 anos	1,6690	2,8770	2,3294	1,4649	2,6740	2,2713

Os valores das curvas de crédito são obtidos nos sistemas Bloomberg/Thomson Reuters Eikon, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/*rating*. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os valores das curvas de crédito dos governos português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2015		31-12-2014	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	0,0766	-0,2620	0,1370	-0,2880
6 meses	0,0797	-0,2860	0,2211	-0,1295
9 meses	0,0991	-0,2915	0,1875	-0,1260
1 ano	0,1153	-0,2530	0,3075	-0,1265
2 anos	0,5306	-0,2335	0,5062	-0,1075
3 anos	1,0109	-0,1775	1,0137	-0,0960
5 anos	1,7121	0,0590	1,5997	0,0090
7 anos	2,3737	0,3550	2,1690	0,1835
10 anos	2,9557	0,7315	2,8665	0,5385
15 anos	3,4261	1,1065	3,4403	0,8875
20 anos	3,6651	1,3490	3,6264	1,1440
25 anos	3,8035	1,4265	3,7159	1,2475
30 anos	3,8815	1,5040	3,7396	1,3510

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30-06-2015	31-12-2014
EUR/USD	1,1189	1,2141
EUR/GBP	0,7114	0,7789
EUR/CHF	1,0413	1,2024
EUR/AUD	1,455	1,4829
EUR/JPY	137,01	145,23
EUR/BRL	3,4699	3,2207

#### Instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da atividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

- i) Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
- ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rentabilidade;
- iii) Fluxos de caixa descontados;
- iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;
- v) Custo de aquisição.

#### Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro, preço e de volatilidade.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- . “*Value-at-Risk*” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - . Carteira *Held for Trading* - perímetro de posições e transações (títulos e derivados) classificadas contabilisticamente como *Held for Trading*, originadas no Grupo CGD.
  - . Carteira de Negociação – inclui outros títulos e instrumentos financeiros derivados transaccionados com o objectivo de detetar oportunidades de negócio para horizontes temporais de curto prazo;
  - . Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - . Carteira de investimento – com o propósito de constituir uma reserva de valor e de liquidez, inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, e coberturas associadas, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - . Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.
  - . Sucursais – CGD Londres, CGD New York e CGD Cayman;
  - . Filiais - Caixa BI, BCG Espanha, BCG Brasil e BNU Macau.
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
  - . Caixa - Banco de Investimento;
  - . BCG Espanha;
  - . BNU Macau
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade
- . Testes de esforço (*Stress Tests*)

#### Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria, sucursais e filiais) e 1 dia (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria)
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria, sucursais e filiais) e 95% (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria)
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- decay fator=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma:

**Atividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais)**

**Carteira Held for Trading do Grupo CGD (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR</b>	30.372	30.372	20.384	20.478

**Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	1.304	1.544	1.086	1.473
Cambial	97	838	20	144
Preço	200	299	-	-
Volatilidade	-	8	-	-
Efeito diversificação	(308)			(128)
	1.293	1.873	1.110	1.489

**Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	1.592	3.327	1.592	2.459
Cambial	1.246	2.637	1.041	1.864
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(870)			(1.611)
	1.968	3.636	1.962	2.712

**Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	51	60	36	47
Cambial	210	211	-	26
Preço	1.869	1.874	1.463	1.453
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(127)			(67)
	2.003	2.005	1.469	1.458

**Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	131.994	193.816	89.952	91.475
Cambial	17	33	14	33
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(11)			2
	131.999	193.831	89.978	91.511

**Atividade desenvolvida no âmbito da banca de investimento****Caixa Banco de Investimento (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2015	Max.	Min.	31-12-2014
<b>VaR por tipo de risco</b>				
Taxa de Juro	11.980	17.223	5.702	5.730
Cambial	512	1.617	8	22
Preço	61	224	54	95
Volatilidade	929	2.017	180	241
Efeito diversificação	(998)			(507)
	12.484	17.199	5.553	5.581

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

## 2.3. Relatórios EBA

### ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

#### Carta Circular nº 97/2008/DSB, de 3 de dezembro, do Banco de Portugal

I.	Modelo de Negócio
1.	<p>Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);</p>
2.	<p>Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);</p>
3.	<p>Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);</p>
4.	<p>Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;</p>
5.	<p>Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;</p>

**Relatório & Contas de 2014:**

Ver Relatório do Conselho de Administração, nos capítulos:

- Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva
- Estratégia e Segmentos de Atividade

Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Ver o referido no ponto I.1 atrás.

**Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:**

Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:

- Banca Comercial

Ver Notas 11, 19 e 21 do Anexo às DF's Consolidadas, sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.

**Relatório & Contas de 2014:**

Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:

- Estratégia e Segmentos de Atividade

**Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:**

Ver Relatório do Conselho de Administração, nos capítulos:

- Segmentos de Atividade
- Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência

Ver Notas 24 e 34 do Anexo às DF's Consolidadas.

Ver pontos I.1 a I.3 atrás.

**Relatório & Contas de 2014:**

Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:

- Gestão dos Riscos

**Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:**

Ver Nota 2.8 do Anexo às DF's Consolidadas.

Ver pontos I.1 a I.3 atrás.

II. Riscos e Gestão dos Riscos		
6.	<p>Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;</p>	<p><b>Relatório &amp; Contas de 2014:</b> Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão dos Riscos</li> </ul> <p>Ver Anexo às DF's Consolidadas: Nota 39, onde é efetuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro.</p> <p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Nota 35 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
7.	<p>Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;</p>	<p>Ver o referido no ponto II.6 atrás.</p>
III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados		
8.	<p>Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência</li> </ul> <p>Ver Notas 6, 8, 16 e 33 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
9.	<p>Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>collateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Nota 35 do Anexo às DF's Consolidadas, onde se descrevem as exposições afetadas pelo período de turbulência.</p>

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados		
10.	<p>Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular os capítulos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enquadramento Económico-Financeiro</li> <li>• Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência</li> </ul> <p>Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás.</p>
11.	<p>Comparação de:</p> <p>i) impactos entre períodos (relevantes);</p> <p>ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;</p>	<p>Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.</p>
12.	<p>Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 35 do Anexo às DF’s Consolidadas.</p>
13.	<p>Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;</p>	<p>N.D.</p>
14.	<p>Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais Riscos e Incertezas no 2º Semestre de 2015</li> </ul> <p>Ver o referido no ponto III.10 atrás.</p>
15.	<p>Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados, Balanço, Liquidez e Solvência</li> </ul> <p>Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.</p>
IV. Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência		
16.	<p>Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;</p>	<p><b>Relatório &amp; Contas de 2014:</b> Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão dos Riscos</li> </ul> <p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Anexo às DF’s Consolidadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota 2.7</li> <li>• Nota 35, onde é efetuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado.</li> </ul>

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
17.	<p>Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i>) e o respetivo efeito nas exposições existentes;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Anexo às DF's Consolidadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota 2.7, onde se descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura</li> <li>• Nota 10</li> <li>• Nota 35</li> </ul>
18.	<p>Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível de senioridade das exposições/<i>tranches</i> detidas;</li> <li>- Nível da qualidade de crédito (e.g. <i>ratings</i>, <i>vintages</i>);</li> <li>- Áreas geográficas de origem;</li> <li>- Setor de atividade;</li> <li>- Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);</li> <li>- Características do produto: e.g. <i>ratings</i>, peso/parcela de ativos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;</li> <li>- Características dos ativos subjacentes: e.g. <i>vintages</i>, rácio <i>loan-to-value</i>, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.</li> </ul>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b> Ver Nota 35 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
19.	<p>Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)</p>	<p>Ver pontos III.8 a III.15 atrás.</p>
20.	<p>Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;</p>	<p>N.D.</p>

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
21.	<p>Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos ativos segurados:</p> <p>Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido;</p> <p>Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respetiva proteção de crédito;</p> <p>Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados</p> <p>Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte</p>	<p>A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo “monoline”.</p>
V.	Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
22.	<p>Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b></p> <p>Ver Nota 2 do Anexo às DF’s Consolidadas, onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.</p>
23.	<p>Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;</p>	<p>N.D.</p>
24.	<p>Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;</li> <li>- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);</li> <li>- Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);</li> <li>- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição);</li> </ul>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b></p> <p>Ver Notas 7, 8 e 35 do Anexo às DF’s Consolidadas.</p> <p>Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.</p>

V.	Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
25.	<p>Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;</li> <li>- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos);</li> <li>- Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;</li> <li>- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);</li> <li>- <i>Stress Scenarios</i>.</li> </ul>	<p><b>Relatório &amp; Contas de 2014:</b></p> <p>Ver Nota 39 do Anexo às DF's Consolidadas:</p> <p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver Notas 2.7 e 35 do Anexo às DF's Consolidadas, onde consta informação e os processos aplicados pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros.</li> </ul>
VI.	Outros aspetos relevantes na divulgação	
26.	<p>Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.</p>	<p><b>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2015:</b></p> <p>Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>

[ Página propositadamente deixada em branco ]

